

ORGANIZADORES

ALUÍSIO FERREIRA DE LIMA

IDILVA MARIA PIRES GERMANO

IRATAN BEZERRA DE SABÓIA

JOSÉ CÉLIO FREIRE

# SUJEITO E SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS

ESTUDOS DO  
PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO  
EM PSICOLOGIA  
DA UFC



SUJEITO E SUBJETIVIDADES  
CONTEMPORÂNEAS

---

ESTUDOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM PSICOLOGIA DA UFC

**Presidente da República**

Michel Miguel Elias Temer Lulia

**Ministro da Educação**

José Mendonça Bezerra Filho

**Universidade Federal do Ceará - UFC**

**Reitor**

Prof. Henry de Holanda Campos

**Vice-Reitor**

Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

Prof. Antônio Gomes de Souza Filho

**Pró-Reitor de Planejamento e Administração**

Prof. Almir Bittencourt da Silva

**Imprensa Universitária**

**Diretor**

Joaquim Melo de Albuquerque

**Conselho Editorial**

**Presidente**

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

**Conselheiros**

Prof.<sup>a</sup> Angela Maria R. Mota Gutiérrez

Prof. Ítalo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro



## Organizadores

Aluísio Ferreira de Lima  
Idilva Maria Pires Germano  
Iratã Bezerra de Sabóia  
José Célio Freire

# SUJEITO E SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS

---

ESTUDOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM PSICOLOGIA DA UFC



Fortaleza  
2018

**Sujeito e subjetividades contemporâneas: estudos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC**

Copyright © 2018 by Aluísio Ferreira de Lima, Idilva Maria Pires Germano, Iratan Bezerra de Sabóia, José Célio Freire (Organizadores).

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

**Coordenação editorial**

Ivanaldo Maciel de Lima

**Revisão de texto**

Antídio Oliveira

Leidyane Viana

**Normalização bibliográfica**

Perpétua Socorro Tavares Guimarães

**Diagramação**

Thiago Nogueira

**Capa**

Heron Cruz

Ficha Catalográfica

Bibliotecária: Perpétua Socorro Tavares Guimarães

---

Sujeito e subjetividades contemporâneas: estudos do programa de pós-graduação  
em psicologia da UFC / Aluísio Ferreira de Lima, Idilva Maria Pires Germano, Iratan  
Bezerra de Sabóia e José Célio Freire [organizadores] .- Fortaleza:  
Edições UFC/ Imprensa Universitária, 2018.  
524 p. : il.  
ISBN: 978-85-7282-732-4  
1. Educação e contemporaneidade 2. Pluralidade cultural I. Lima, Aluísio  
Ferreira de II. Germano, Idilva Maria Pires III. Sabóia, Iratan Bezerra de IV. Freire, José Célio  
V. Título

CDD: 869.3

---

## Sumário

Si mesmo, outro e sociedade: reflexões sobre sujeito e cultura na contemporaneidade ..... 9

### PARTE I

Sujeito e cultura na sociedade contemporânea: dimensões teóricas e metodológicas da pesquisa crítica e do cuidado com o outro ..... 27

Coisas frágeis: metamorfose, alteridade e reconhecimento na perspectiva da Psicologia Social Crítica  
*Aluísio Ferreira de Lima* ..... 29

Sujeito, responsabilidade e justiça social  
*José Célio Freire* ..... 61

Estado de conhecimento das relações entre a Psicanálise e a Saúde Mental: estudo sobre a produção acadêmica entre 2000-2014  
*Karla Patrícia Holanda Martins*  
*Gardênia Holanda Marques*  
*Oswaldo Costa Martins*  
*Rafael Correia Sales*  
*Raimundo Edmilson Pereira Silva Júnior*  
*Alysson Albert Maia*  
*Gabriela Medeiros Rodrigues Aguiar* ..... 77

A estrutura desnudada: recalque, linguagem e afeto na neurose obsessiva <i>Laéria Fontenele</i> .....	115
Juventudes e mídia: subjetividades hiperconectadas <i>Luciana Lobo Miranda</i> .....	135
O “tempo livre” produtivo: ideais tecnológicos de um tempo acelerado <i>Maria de Fátima Vieira Severiano</i> <i>Thassio Queiroz de Araújo</i> <i>Valdemir Pereira de Queiroz Neto</i> <i>Débora Cavalcante de Figueiredo</i> .....	171
Orientações metodológicas para a pesquisa com Michel Foucault <i>Pablo Severiano Benevides</i> <i>Túlio Kércio Arruda Prestes</i> <i>Paulo Henrique Albuquerque do Nascimento</i> <i>Luciana Ribeiro Conz</i> .....	203
Trauma, narrativa e transformação: contar para recriar <i>Rafaella Medeiros de Mattos Brito</i> <i>Idilva Maria Pires Germano</i> .....	229
PARTE II	
Processos psicossociais e vulnerabilidades sociais: trabalho, comunidade e ambiente .....	261
Estudos e pesquisas sobre liderança e empreendedorismo: situação atual e perspectivas <i>Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá</i> <i>Francisco Gil Rodríguez</i> .....	263
Uma reflexão sobre a precariedade laboral no âmbito da Psicologia do Trabalho <i>Cássio Adriano Braz de Aquino</i> <i>Dímitre Sampaio Moita</i> .....	303

Biopolítica, violência contra juventudes e os fascismos à brasileira <i>João Paulo Pereira Barros</i> .....	335
Psicopatia “corporativa”: um reflexo da contemporaneidade? <i>Hilda Pinheiro da Costa</i> <i>Natália Diógenes de Brito</i> <i>Walberto Silva dos Santos</i> <i>Raquel Nascimento Coelho</i> .....	367
O racismo e suas formas de mascaramento no contexto escolar <i>Veriana de Fátima Rodrigues Colaço</i> <i>Isadora Dias Gomes</i> <i>Janaína Farias de Melo</i> .....	393
Potenciais de enfrentamento em contextos de pobreza: contribuições a uma análise psicossocial do documentário <i>Lixo Extraordinário</i> <i>Verônica Moraes Ximenes</i> <i>Elvíia Camurça Cidade</i> <i>Bárbara Barbosa Nepomuceno</i> <i>Janaína Miranda Cruz</i> <i>Marília Studart Barbosa</i> .....	423
Afetividade e lugar como categorias de mediação no Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental <i>Zulmira Áurea Cruz Bomfim</i> <i>Maria Zelfa de Souza Feitosa</i> <i>Nazka Fernandes Farias</i> .....	455
Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC desde sua implementação.....	483
Pareceristas externos .....	507
Sobre os/as autores/as .....	511





## SI MESMO, OUTRO E SOCIEDADE: REFLEXÕES SOBRE SUJEITO E CULTURA NA CONTEMPORANEIDADE

---

Esta coletânea surgiu para celebrar a primeira década do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, as conquistas alcançadas com o curso de mestrado e a criação do doutorado. A primeira turma do mestrado ingressou no ano de 2003, e, em 2015, constituiu-se a primeira turma do doutorado em Psicologia.

A criação do programa nasce com o respaldo da larga trajetória do curso de Psicologia da UFC (cuja primeira turma ingressou em 1974), que, desde então, vem formando psicólogos em nível de graduação e colaborando para fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão nesse campo do saber. Após um esforço conjunto dos professores do Departamento de Psicologia em obter qualificação em nível de doutorado em várias instituições no país e no exterior, a proposta de criação do Mestrado surgiu como consequência natural, tendo em vista as possibilidades de o corpo docente contribuir para a formação de recursos humanos na área e abrir espaços para realização de pesquisas e construção de novos conhecimentos.

Nosso programa atua no âmbito do Departamento de Psicologia e do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, campus de Fortaleza, com área de concentração em Psicologia. Atualmente, conta com 20 docentes orientadores, sendo 18 permanentes e dois colaboradores,<sup>1</sup> e com um total de 54 estudantes de mestrado e 29 de doutorado (dados de novembro de 2016). No decorrer de 13 anos de existência, o Programa tem qualificado pesquisadores, profissionais e professores do Ensino Superior em Psicologia e áreas afins, oriundos de variadas instituições públicas e privadas do Ceará e de outros estados, para o enfrentamento de questões contemporâneas, no âmbito da produção da subjetividade, do sofrimento humano e da atenção aos problemas e às demandas sociais.

Ao longo desses anos, passaram por nossos grupos de pesquisa mais de 200 alunos, que defenderam suas dissertações em uma de nossas três linhas de pesquisa, a saber, Psicanálise e práticas clínicas; Sujeito e cultura na sociedade contemporânea; e Processos psicossociais e vulnerabilidades sociais. A linha de pesquisa Psicanálise e práticas clíni-

---

<sup>1</sup> Professores permanentes: Linha *Psicanálise e práticas clínicas*: Caciana Linhares Pereira, Karla Patrícia Holanda Martins, Laéria Bezerra Fontenele e Ricardo Pimentel Mélo. Linha *Sujeito e cultura na sociedade contemporânea*: Aluísio Ferreira de Lima, Deborah Christina Antunes, Idilva Maria Pires Germano, José Célio Freire, Luciana Lobo Miranda, Maria de Fátima Vieira Severiano, Pablo Severiano Benevides. Linha *Processos psicossociais e vulnerabilidade sociais*: Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá, Cássio Adriano Braz de Aquino, João Paulo Pereira Barros, Veriana de Fátima Rodrigues Colaço, Verônica Moraes Ximenes, Walberto Silva dos Santos e Zulmira Áurea Cruz Bomfim. Professores colaboradores: Linha *Processos psicossociais e vulnerabilidade sociais*: Ana Paula Moreno Pinho e James Ferreira Moura Junior. É importante salientar que já participaram como professores credenciados do PPGP: Ana Maria Vieira Lage, Ângela de Alencar Araripe Pinheiro, Cezar Wagner de Lima Góis, Jesus Garcia Pascual, Isabel Cristina Borsoi, Orlando Crúxen, Ricardo Laranjeira Barrocas e Roseane Nicolau.

cas<sup>2</sup> objetiva a realização de investigações teóricas e clínicas acerca da constituição do sujeito, seus modos de organização psíquica e suas relações com os processos sintomáticos responsáveis pela configuração dos diversos quadros psicopatológicos. Por sua vez, a linha *Sujeito e cultura na sociedade contemporânea* reflete sobre a inserção da psicologia no debate crítico e ético da cultura tardo-moderna, discutindo as diversas condições que afetam as subjetividades contemporâneas, tais como a cultura do consumo, a mídia e as novas tecnologias, a experiência de compressão do tempo e as novas formas de controle e regulação social no capitalismo de acumulação flexível, entre outras. Finalmente, a linha *Processos psicossociais e vulnerabilidades sociais* abrange estudos e pesquisas que optam por uma perspectiva social da psicologia, enfocando processos de mediação a partir de diferentes olhares. Compreendendo as interações sociais como constitutivas do desenvolvimento humano, a linha promove a reflexão sobre o trabalho como território de construção subjetiva do sujeito contemporâneo e sobre o comportamento das organizações no atual cenário laboral, além de desenvolver estudos críticos acerca das relações do sujeito com a comunidade e com o ambiente, especialmente nos contextos que envolvem assimetrias sociais, e seus impactos sobre o bem-estar de indivíduos e coletividades.

O programa mantém vínculo estreito com a graduação em psicologia e com os núcleos e laboratórios de pesquisa do Departamento de Psicologia: Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (Lapsus); Laboratório de Pesquisa em Psi-

---

<sup>2</sup> Essa linha é exclusiva do mestrado. No doutorado, os professores dessa linha participam da linha *Sujeito e cultura na sociedade contemporânea*.

ciologia Ambiental (Locus); Núcleo de Psicologia Comunitária (Nucom); Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (Nupec); Núcleo de Psicologia do Trabalho (Nutra); Laboratório Cearense de Psicometria (Lacep); Laboratório de Psicanálise da UFC; e Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica (Paralaxe).

Além da estreita relação com a graduação e do compromisso com a formação *stricto sensu*, o programa mantém importantes parcerias e convênios com pesquisadores, grupos de pesquisa e universidades nacionais e internacionais, desenvolvendo projetos que contam com financiamento de agências de fomento, como a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Uma característica importante do nosso programa é a diversidade da formação dos nossos professores: três docentes têm doutorado em Psicologia (USP, PUC-Rio e Universitat de Barcelona); cinco têm doutorado em Psicologia Social, sendo três pela PUC-SP, um pela UFPB e outro pela Universidad Complutense de Madrid; um tem doutorado em Psicologia Organizacional pela Justus Liebig Universität Giessen (Alemanha); uma docente tem doutorado em Teoria Psicanalítica pela UFRJ; uma tem doutorado em Filosofia pela UFSC; duas têm doutorado em Sociologia pela UFC; quatro têm doutorado em Educação, sendo dois pela UFC, uma pela Unicamp e uma pela UFRGS. Dos dezoito professores pesquisadores, oito já fizeram seu estágio pós-doutoral: dois na Universidad Complutense de Madrid, dois na Universitat de Barcelona, uma na Universidad de Coruña, uma na UFRJ, uma na UFRGS e um na PUC-SP. Atualmente, uma docente faz pós-doutorado na USP.

No que se refere ao perfil do pesquisador a ser formado em nosso programa, espera-se que sejam desenvolvidas as seguintes capacidades: 1) compreender teoricamente os modos de produção das subjetividades, levando em conta, para isso, os fatores culturais e sócio-históricos; 2) analisar e propor novas formas de encaminhamento para os diversos problemas que as subjetividades contemporâneas atravessam; 3) identificar os principais problemas que constituem obstáculos para o desenvolvimento e expressividade do sujeito; 4) desenvolver vínculos sociais e profissionais para participar ativa e coletivamente no enfrentamento dos problemas psicossociais em estudo, visando à sua intervenção e transformação; 5) formular propostas de investigação em consonância com os desafios da ciência contemporânea, respeitando os princípios éticos que norteiam a prática científica; e 6) compreender a complexidade dos fatores que compõem a subjetividade humana, favorecendo, assim, o engajamento em pesquisas multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares.

Os textos que o(a) leitor(a) encontrará nas páginas a seguir se referem, assim, a uma seleção de estudos dos docentes do programa e de seus colaboradores – estudantes de iniciação científica, mestrado, doutorado, pesquisadores e profissionais parceiros – que permite ao público geral uma visão panorâmica das nossas linhas de pesquisa, das áreas de interesse de investigação e das reflexões e práticas que vêm sendo impulsionadas por nosso programa no decorrer de sua história. Cada capítulo segue um padrão e um estilo próprio, com temas que abordam desde a clínica até a Psicologia Social, o que torna impossível agrupá-los de uma forma convencional. Por esse motivo, optamos pela divisão por linhas de pesquisa.

Desse modo, de forma esquemática, dividimos o livro em duas partes. Na Parte I, foram reunidos os textos de pro-



fessores, estudantes e colaboradores das linhas *Psicanálise e práticas clínicas* e *Sujeito e cultura na sociedade contemporânea*, e, na Parte II, os textos de professores, estudantes e colaboradores da linha *Processos psicossociais e vulnerabilidades sociais*.

O primeiro capítulo da Parte I, intitulado “Coisas frágeis: metamorfose, alteridade e reconhecimento na perspectiva da Psicologia Social Crítica”, é de autoria de Aluísio Ferreira de Lima. Esse trabalho apresenta a trajetória pessoal do autor, indicando sua escolha pelas narrativas de história de vida como campo de pesquisa e reflexão crítica. Amparado por levantamento realizado sobre as pesquisas realizadas e em andamento no Parallaxe, núcleo liderado por Aluísio Lima, o texto discute como as diferentes pesquisas vêm buscando articular a Psicologia Social, o estudo da identidade e a ação política, aprofundando a compreensão da identidade “como metamorfose em busca de emancipação e reconhecimento”, em diálogo com várias perspectivas teóricas alinhadas com a Teoria Crítica contemporânea. Além de apresentar concisamente as molduras teóricas de base, as teses de Ciampa e Lima sobre a identidade como metamorfose e o método focado nas narrativas de história de vida, o capítulo também elenca os três tipos de pesquisa ou “itinerários” – histórico, teórico e empírico – que os integrantes do Parallaxe vêm produzindo e as dissertações defendidas e em curso. De modo geral, o texto permite acompanhar como as diferentes investigações desenvolvidas no Parallaxe vêm procurando denunciar o modo pelo qual os diversos dispositivos contemporâneos regulam e fragilizam nossas vidas.

No capítulo seguinte, “Sujeito, reponsabilidade e justiça social”, José Célio Freire discute as relações entre ética e justiça e suas articulações com a esfera política, de modo a contestar certas concepções individualizantes que grassam

na sociedade atual e que estão associadas à erosão do Estado de bem-estar social e à paulatina fragilização dos direitos e garantias. Fundamentando-se na ética da alteridade radical de Emmanuel Lévinas e em diálogo com as reflexões de Paul Ricoeur e Judith Butler, o autor analisa a responsabilização e a culpabilização dos indivíduos na sociedade tardo-moderna, especialmente nas relações de trabalho, buscando “compreender a condição do sujeito que atua socialmente, os termos em que ele é cobrado em sua responsabilidade e o que cabe à sociedade como um todo, e aos gestores públicos em especial, para garantir a justiça social”. Primeiramente, o autor apresenta o conceito levinasiano de sujeito, “um sujeito da reponsabilidade”, que, primariamente, responde a “outrem, todo e qualquer outro” e que, nesse sentido, é interpelado por outro que solicita e obriga ao compromisso. Em seguida, o autor apresenta as relações entre responsabilidade e justiça, explorando a responsabilidade como dever de cuidado do outro, tanto no plano da conduta ética individual, quanto no plano social, como compromisso de justiça a ser assumido no “âmbito das instituições, do espaço público e pela via da política”. A perspectiva levinasiana é convocada a desvelar como as atuais exigências de autonomia e responsabilidade dos indivíduos por seus próprios fracassos (por exemplo, seu baixo rendimento, baixos salários e desemprego) operam ideologicamente, falseando o conceito de responsabilidade tal como postulado por Lévinas. Com esse texto, o autor nos convida a refletir sobre a responsabilidade de cada um e de todos na defesa da justiça social.

O capítulo “Estado de conhecimento das relações entre a Psicanálise e a Saúde Mental: estudo sobre a produção acadêmica entre 2000 e 2014”, de Karla Patrícia Holanda Martins, Gardênia Holanda Marques, Oswaldo Costa Martins, Rafael

Correia Sales, Raimundo Edmilson Pereira Silva Júnior, Alysson Albert Maia e Gabriela Medeiros Rodrigues Aguiar, tem dois objetivos: afirmar a participação de psicanalistas brasileiros na transformação dos paradigmas do campo da saúde mental e pôr em foco as afinidades entre os projetos clínicos da reforma psiquiátrica brasileira e a ética da singularidade da psicanálise. O texto retoma a influência dos estudos sobre representações sociais da psicanálise (Moscovici), antipsiquiatria (Laing e Castel), crítica genealógica (Foucault), sociologia da linguagem (Bernstein), construção social da realidade (Berger e Luckmann), entre outros, nos trabalhos da década de 1980 de psicanalistas como Benilton Bezerra Jr., Sérvulo Augusto Figueira e Jurandir Freire Costa. Busca, no entanto, mostrar os trabalhos realizados pela psicanálise em suas inserções institucionais que aparecem nas publicações do período entre 2000 e 2014. Trata-se de um estudo bibliográfico sobre o estado da arte que, a partir dos programas de pós-graduação com linha de pesquisa relativa à psicanálise e da análise dos *curricula* de seus pesquisadores na plataforma Lattes (CNPq), chegou aos trabalhos publicados em língua portuguesa na interseção da Psicanálise com os campos da Saúde Mental e Saúde Coletiva.

“A estrutura desnudada: recalque, linguagem e afeto na neurose obsessiva”, escrito por Laéria Fontenele, parte da história da neurose obsessiva e da dificuldade de seu tratamento para, por meio do ensino de Lacan, obter um maior entendimento dessas dificuldades no manuseio clínico da neurose obsessiva. É um estudo eminentemente teórico, que, retomando Freud, mas sempre referindo Lacan, visa a explicitar as características dessa neurose e, por via de consequência, as dificuldades de sua análise. A autora trata, assim, das particularidades do processo de defesa, da estrutura, da linguagem

e do afeto na neurose obsessiva, com vistas a demonstrar os obstáculos que se colocam tanto à busca da análise quanto à entrada nela.

O capítulo de Luciana Lobo Miranda, intitulado “Juventudes e mídia: subjetividades hiperconectadas”, traz uma reflexão derivada de sua pesquisa sobre consumo, apropriação e produção de mídia por jovens estudantes de uma escola pública de Fortaleza, que investigou, mediante oficinas de vídeo, a presença da mídia no cotidiano de jovens de Ensino Médio. No capítulo, analisam-se alguns dados obtidos na pesquisa com os jovens participantes, com o objetivo de pensar criticamente “os modos de subjetivação juvenis hiperconectados na contemporaneidade”. Para a autora, o uso das redes sociais digitais e outros dispositivos tecnológicos revelam o imperativo da hiperconexão juvenil, seu desejo de permanecerem conectados, “independente de uma função específica que a conexão possa exercer em sua vida social”. O capítulo segue problematizando a dissolução entre público e privado e as novas formas de sociabilidade engendradas nas redes sociais, com base nos vídeos produzidos e discutidos pelos jovens, à luz dos princípios da pesquisa-intervenção.

“O tempo livre produtivo: ideais tecnológicos de um tempo acelerado”, de autoria de Maria de Fátima Vieira Severiano, Thassio Queiroz de Araújo, Valdemir Pereira de Queiroz Neto e Débora Cavalcante Figueiredo, é um texto que debate as diversas condições que afetam as subjetividades na atual cultura do consumo, enfatizando a peculiar experiência contemporânea do tempo atravessada pela tecnocultura. A rarefação do tempo, na esteira da aceleração social contemporânea, transforma-o em objeto de consumo raro e cultuado. Aqui os autores refletem sobre as relações entre tempo de trabalho e tempo livre, especialmente no cotidiano das

metrópoles, analisando as mediações da indústria cultural e das novas tecnologias, de modo a revelar “as implicações psíquicas e sociais da colonização do tempo livre pela lógica do capital, assim como suas repercussões para o processo de emancipação e cidadania do indivíduo”. Discutindo sobre o caráter social do tempo e a tendência atual ao amálgama de tempo livre e tempo laboral no capitalismo de acumulação flexível, os autores defendem a hipótese de que o tempo livre contemporâneo – vivido no frenesi do consumo e das novas tecnologias – “passa a constituir-se em um novo *locus* de produção de valor e de controle”. Sob perspectiva crítica, os autores entendem que a vivência aparentemente irrestrita e sem compromissos desse “tempo livre” hoje, embora travestido de entretenimento e lazer, mostra-se enganosa, ocultando a própria lógica produtiva e instrumental do capitalismo, que dirige suas estratégias de dominação para todas as esferas do mundo da vida, incluindo o ócio e o lazer.

Pablo Severiano Benevides, Túlio Kércio Arruda Prestes, Paulo Henrique Albuquerque do Nascimento e Luciana Ribeiro Conz são os autores do capítulo seguinte, intitulado “Orientações metodológicas para a pesquisa com Michel Foucault”. O trabalho é fruto das atividades de orientação de estudantes de graduação e pós-graduação em Psicologia, em que o método arqueogenealógico do filósofo francês norteia a prática investigativa. Cinco orientações metodológicas são tratadas no texto, a saber: “1) A pesquisa deve desconhecer seu objeto para pesquisá-lo; 2) A pesquisa não deve partir de pressupostos, mas partir os pressupostos; 3) A pesquisa deve romper com a forma-pesquisa; 4) A pesquisa deve estar de antemão inscrita em ‘áreas’, mas deve produzir novas territorialidades; 5) A pesquisa não deve descobrir a verdade e a realidade, mas sim inventar verdades e realidades”. O verbo *dever*, nessa

situação, implica perspectivismo e processualidade, e não um imperativo metodológico, pois há sempre a possibilidade de outro caminho e da incompletude da empresa. Tal visada só faz sentido se entendermos que método, aqui, consiste num “conjunto dissensual, provisório e imanente de enunciados e posições que são tomadas *na* pesquisa, *em favor da* pesquisa e *com a* pesquisa”.

O capítulo “Trauma, narrativa e transformação: contar para recriar”, de Rafaella Medeiros de Mattos Brito e Idilva Germano, encerra a Parte I do livro, discutindo o papel da narrativa na clínica psicoterápica, a partir de um estudo qualitativo com clientes atendidos no serviço de psicoterapia da Clínica-Escola da UFC, que procuraram ajuda após situações traumáticas. A pergunta de partida é “como a construção de narrativas pode ser transformadora no processo psicoterápico?”. Para respondê-la, partem do pressuposto de que situações disruptivas ou desorganizadoras exigem a elaboração de novas narrativas de si que reorganizem a experiência e ajudem a “recuperar um sentido de totalidade e relativa autonomia (embora nem sempre um sentido de coesão) perdido na ruptura biográfica seguinte ao trauma”. As autoras apresentam a análise de dois temas que se destacaram nas entrevistas semiestruturadas com os clientes: as transformações vividas ao longo do processo terapêutico e as relações que estabelecem entre tais transformações e o ato de narrar. As transcrições são lidas à luz da Psicologia Narrativa e de duas perspectivas psicoterápicas pós-modernas – a Terapia Narrativa (Michel White e David Epston) e a Abordagem Colaborativa (Harlene Anderson e Harold Goolishian). Nesse sentido, o texto enfatiza que, na psicoterapia, “não apenas o conteúdo das histórias é importante, mas também como contamos, com



que palavras, gestos e silêncios, e o que podemos ou não fazer a partir dessas histórias”.

A Parte II é iniciada com o capítulo de Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá e Francisco Gil Rodríguez, intitulado “Estudos e pesquisas sobre liderança e empreendedorismo: situação atual e perspectivas”. O texto parte das profundas transformações econômicas e técnicas no contexto pós-industrial para discutir seus impactos nas organizações contemporâneas, especialmente no que concerne ao desenvolvimento de estratégias psicossociais de gestão de pessoas. Os autores focalizam os estudos acerca do empreendedorismo e da liderança, dois conceitos e campos práticos complementares, fornecendo uma revisão crítica das pesquisas recentes, especialmente no âmbito da Psicologia do trabalho e das organizações. Apresentam e discutem diferentes concepções sobre o sujeito empreendedor e sobre a liderança, bem como as atuais tendências de pesquisa no campo, que se voltam para os novos desafios enfrentados pelas organizações de todos os portes e matizes, no cenário de internacionalização do mercado e de seus imperativos de eficácia e competitividade. Os autores reconhecem que há uma promissora reflexão sobre novos modelos de liderança globalizada, de validade transcultural, capazes de criar “redes positivas de autorregulação” que podem resultar em leis e formas mais pertinentes de monitoramento do comportamento empresarial. O texto destaca o enfoque transcultural nesses estudos, que permite investigar o efeito de importantes fatores sobre a liderança e o empreendedorismo, tais como religião, linguagem, filiação étnica, história coletiva e outros, que não receberam a devida atenção nas teorias tradicionais.

A seguir, o capítulo de Cássio Adriano Braz de Aquino e Dímitre Sampaio Moita, intitulado “Uma reflexão sobre a precariedade laboral no âmbito da Psicologia do Trabalho”, discute

a precarização do trabalho na contemporaneidade e a crescente perda de direitos e garantias do trabalhador sob a perspectiva da Psicologia. Apesar da atenção que a disciplina vem dando à problemática, os autores defendem que ainda se encontra alguém dos desenvolvidos por outras disciplinas sociais, estando ainda desvalorizada em comparação com os temas tradicionalmente estudados na psicologia organizacional, campo que, em nosso país, tem sido historicamente entendido como território “próprio” dos problemas e práticas do trabalho na Psicologia. Os autores sublinham como o fenômeno da precarização está enlaçado aos atuais processos de vulnerabilização social, exigindo uma perspectiva psicossocial crítica sobre os modos de produção subjetiva do trabalhador contemporâneo. O texto, assim, convida o leitor a desnaturalizar o sujeito do trabalho e a desnudar suas dimensões políticas. Em especial, convoca os psicólogos do trabalho a posicionarem-se de forma crítica diante das atuais configurações e ideologias laborais, ensejando novos olhares e práticas transformadoras nesse campo.

João Paulo Barros, em seu capítulo “Biopolítica, violência contra juventudes e os fascismos à brasileira”, identifica, a partir de cenas-analisadoras que encerram acontecimentos próximos no tempo – o ano de 2015 – o elemento comum que as constitui: a lógica da eliminação da alteridade. O outro aqui é o jovem negro, o indígena, o membro de população LGBTT, o praticante de religiões de matriz africana. Seu texto busca discutir, com base em Michel Foucault, as relações entre a problemática da violência contra juventudes pobres e as tecnologias biopolíticas articuladas sob ideais coletivistas de “segurança” e “justiça”, mas que resguardam uma organização fascista de poder. Tal fato se manifesta na naturalização do genocídio de juventudes pobres e negras em territórios identificados como de “vulnerabilidade-risco social”, os “sujeitos matáveis”

ou *homo sacer* (Agamben). Resistir a isso significa, para o autor, usar, concomitantemente, a reflexão e a ação (micro)política.

O capítulo “Psicopatia ‘corporativa’: um reflexo da contemporaneidade?”, de Hilda Costa, Natália Brito, Walberto Santos e Raquel Nascimento Coelho, explicita, a princípio, as características do que se convencionou chamar “psicopatia” – a incapacidade de se preocupar com o outro, que aparece como estilo arrogante e dissimulado, deficiência de afetividade e comportamento impulsivo e irresponsável. Tal condição é, segundo outro trabalho revelador, quatro vezes mais comum em ambientes corporativos do que na população em geral. O estudo, então, parte da identificação das principais características psicopáticas nas organizações e da compreensão histórica do aparecimento do neoliberalismo e de seus ideais de competitividade, individualismo e empreendedorismo, para compreender as consequências disso para o mundo do trabalho e sua relação com o recrudescimento da psicopatia.

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço, Isadora Dias Gomes e Janaína Farias de Melo, no capítulo “O racismo e suas formas de mascaramento no contexto escolar”, abordam a interface entre relações étnico-raciais, violência e juventude no país, partindo de pesquisa-intervenção realizada numa escola pública de Ensino Fundamental de Fortaleza. O estudo teve por objetivo compreender como operam os processos de discriminação e preconceito racial no contexto escolar. Reconhecendo os índices alarmantes de preconceito racial no cotidiano da vida brasileira, o capítulo elucida como o racismo se apresenta na escola, atingindo insidiosamente grande número de jovens negros e ameaçando a sua identidade étnico-racial e seu bem-estar, à medida que incute ideologias de branqueamento e subordinação racial. As autoras sublinham que o racismo no país, marcado por formas ideológicas de invisibilidade legadas histori-

camente, constitui-se em um “processo perverso que dificulta seu enfrentamento e reforça o silêncio acerca da discriminação racial brasileira”. O texto nos convida a atentar para as práticas discriminatórias no ambiente escolar, envolvendo alunos, docentes e gestores, bem como para as desigualdades mais amplas que dificultam o acesso à educação e à cultura de populações negras e que explicam também seu baixo rendimento escolar e suas altas estatísticas de evasão e reprovação no país.

Em “Potenciais de enfrentamento em contexto de pobreza: contribuições a uma análise psicossocial do documentário *Lixo Extraordinário*”, Verônica Moraes Ximenes, Elívia Camurça Cidade, Bárbara Barbosa Nepomuceno, Janaína Miranda Cruz e Marília Studart Barbosa discutem a pobreza como uma realidade que ultrapassa a privação econômica, marcando formas de pensar, sentir e agir de pessoas e grupos em contexto de desigualdade e vulnerabilidade social. Para as autoras, empenhadas na reflexão sobre a condição psicossocial da pobreza, há a necessidade de se buscar iniciativas que visem, pela ressignificação das vidas dos sujeitos, ao uso de suas capacidades de forma a que possam atuar na realidade de modo ativo e criativo. O trabalho discute os potenciais de enfrentamento à pobreza no âmbito da intervenção retratada no documentário *Lixo Extraordinário* (2009), que aborda o trabalho do artista plástico Vik Muniz no aterro sanitário Jardim Gramacho, na periferia do Rio de Janeiro. A reflexão caminha na direção da defesa do fortalecimento individual, coletivo e político dos sujeitos em condições de pobreza.

“Afetividade e lugar como categorias de mediação no Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental”, de Zulmira Áurea Cruz Bomfim, Maria Zelfa de Souza Feitosa e Nazka Fernandez Farias, é o capítulo que encerra a Parte II, apresentando os eixos teóricos e o campo de pesquisa que o Locus vem trabalhando,

que se voltam para a inter-relação pessoa-ambiente, na perspectiva da afetividade, considerada uma categoria seminal para compreender a “implicação das pessoas nos ambientes urbanos e institucionais”. Apoiando-se em reflexões transdisciplinares que incluem, entre outras abordagens, a filosofia de Spinoza e a psicologia histórico-cultural e orientando-se pelo compromisso ético e político em relação ao outro e ao ambiente, as autoras promovem estudos que examinam os modos como os sujeitos se relacionam ativamente com os lugares que habitam e constroem (sendo também constituídos por esses). Mais especificamente, o texto explicita a “estima de lugar”, um conceito importante na pesquisa sobre afetividade, e os fundamentos do Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos (IGMA), criado por Zulmira Bomfim para pesquisa empírica dos fenômenos abarcados pelo conceito. A partir da discussão de dados colhidos entre estudantes de baixa renda, usando-se o IGMA, as autoras observam como o indicador afetivo de “Contrastes” (denotando uma polarização entre afetos positivos e negativos atribuídos a certos lugares) pode ter efeito potencializador da ação, à medida que permite às pessoas avaliarem sua implicação com sua cidade, bairro e outros lugares e se mobilizarem para transformá-los. O capítulo apresenta como o instrumento tem sido aplicado e aperfeiçoado em diversas pesquisas de orientandos de graduação e pós-graduação, associado a outras metodologias – como oficinas de fotografia, fanzines, triplas, entre outras – que ajudam a fortalecer os vínculos dos participantes com seus ambientes e a despertar afetos que podem levar a um maior cuidado com os lugares em que vivem.

Como pode ser percebido nessa apresentação, os temas, perspectivas teóricas e métodos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC são muito diversos. Apostando nessa diversidade e cientes da profundidade desses estudos, é que convidamos o(a) leitor(a) a apreciar este

livro, que representa, ao mesmo tempo, um registro de nossa história e um convite para a ação frente aos grandes desafios da contemporaneidade.

Antes de encerrar, contudo, não poderíamos deixar de agradecer às pessoas que contribuíram direta e indiretamente com a produção deste livro, em especial: os pareceristas externos dos capítulos (Ana Karla Silva Soares, Antônio Alves Filho, Ariane Ewald, Ariane Kunhen, Camilla Araújo Lopes Vieira, Cândida Maria Bezerra Dantas, Clara Virgínia de Queiroz Pinheiro, Clarice Catelan Ferreira, Claudio Vaz Torres, Cristiano dos Santos Rodrigues, Deborah Christina Antunes, Denise Maurano Mello, Emerson Fernando Rasera, Érica Atem Gonçalves Araújo Costa, Estefânia Elida da Silva Gusmão, Jailleila de Araújo Menezes, João Paulo Sales Macedo, Jorge Coelho Soares, Juracy Armando Mariano de Almeida, Marcelo Santana Ferreira, Maximiliano Lionel Durán, Nelson Ernesto Coelho Junior, Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel, Renato Ferreira de Souza e Selene Regina Mazza), que avaliaram os textos e enviaram sugestões de melhorias para os autores; Beatriz Oliveira Santos, que realizou o trabalho de revisão das normas da ABNT e colaborou na padronização dos capítulos; Hélder Hamilton Dias do Carmo e Eveline dos Santos Assunção (servidores administrativos do PPGP), que ajudaram na coleta dos dados relacionados à história do programa; e ao Pró-Reitor de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará, Prof. Dr. Antônio Gomes de Souza Filho, que acolheu prontamente nosso projeto e apoiou sua publicação pela Editora da UFC.

Aluísio Ferreira de Lima, Idilva Maria Pires Germano,  
Iratán Bezerra de Sabóia e José Célio Freire.

Fortaleza, 6 de dezembro de 2016.





# PARTE I

---

*Sujeito e cultura na sociedade contemporânea:  
dimensões teóricas e metodológicas da pesquisa crítica e  
do cuidado com o outro*



# COISAS FRÁGEIS: METAMORFOSE, ALTERIDADE E RECONHECIMENTO NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA

---

Alúcio Ferreira de Lima

## INTRODUÇÃO

“ACHO... QUE PREFIRO ME lembrar de uma vida desperdiçada com coisas frágeis, a uma vida gasta evitando a dívida moral” (GAIMAN, 2008, p. 13, grifo do autor).

Essas palavras surgiram em um sonho de Neil Gaiman e foram escritas no momento de seu despertar, sem saber ao certo o que significavam ou a que ou a quem se aplicavam. Depois desse episódio, “Coisas frágeis” (GAIMAN, 2008) se tornou o nome escolhido como título para o livro de contos que o autor havia planejado fazer oito anos e que tinha como título provisório “Essas pessoas devem saber quem somos e contar que estivemos aqui”, referente a uma provocação resultante da citação de um balão de quadrinhos da página

dominical de *Little Nemo*.<sup>1</sup> No projeto original, Gaiman imaginava poder reunir um conjunto de textos, algumas narrativas de pessoas que falassem sobre suas vidas, sobre quem eram, dando seus testemunhos sobre o fato de que, certa vez, elas também estiveram aqui, nesse mundo, embora não fossem sequer percebidas por ninguém.

Assim como Gaiman, o Parallaxe<sup>2</sup> (Grupo de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica), liderado por mim, tem se interessado por narrativas de pessoas e partido delas para desenvolver projetos e pesquisas de mestrado e de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC. Desde sua criação, em 2009, quando estava vinculado à UFC no Campus de Sobral, já havia o interesse pelas narrações e pela busca de narradores, sobretudo pessoas “pertencidas de abandono”, como bem descreveu o poeta Manoel de Barros (2009), ou, ainda, aquelas cujas vidas precárias não são dignas de serem choradas (BUTLER, 2010) e sequer são “objeto” de pesquisas ou de políticas públicas. Isso porque as pluralidades de repre-

---

<sup>1</sup> *Little Nemo* era o personagem principal de uma série de pranchas dominicais criadas por Winsor McCray e publicadas nos jornais *New York Herald* e *New York American*, de 15 de outubro de 1905 a 23 de abril de 1911 e de 30 de abril de 1911 a 1913, respectivamente.

<sup>2</sup> *Parallaxe*: palavra de origem grega que significa alteração. Em linguagem de dicionário, podemos entender paralaxe como a modificação aparente da posição de um objeto em relação a outro objeto mais distante, devido à modificação real da posição do observador. Parallaxe, na perspectiva que temos trabalhado em nosso grupo de pesquisa, radicaliza esse fenômeno óptico relativamente simples e o utiliza como metáfora para assinalar um posicionamento teórico-epistemológico diante da produção de conhecimento em Psicologia Social, que deve considerar sua própria produção como uma (das várias e infinitas) possibilidades de compreensão da realidade.

sentações de suas identidades são, muitas vezes, reduzidas a representações limitadas e estigmatizantes de si, o que oferece um território complexo de compreensão e indica um caminho promissor para o entendimento dos diferentes dispositivos<sup>3</sup> contemporâneos que administram as vidas.

São vários os trabalhos que poderiam ser citados aqui como sendo referências iniciais para os estudos e pesquisas realizadas pelo Paralaxe ao longo desses anos, dentre eles está o mais importante e famoso livro de Antônio da Costa Ciampa, “A estória do Severino e a história da Severina” (CIAMPA, 1987). Esse trabalho foi defendido como tese de doutorado em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1986, e parte da análise do poema “Morte e vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto, e da narrativa de história de vida de Severina, uma pessoa real, tratando de sustentar que a identidade era metamorfose. Isso sempre pareceu indicar ao Paralaxe um caminho possível para compreender as narrativas com suas respectivas personagens e as denúncias que elas apresentavam diante das várias estratégias de administração de suas vidas.

---

<sup>3</sup> Dispositivo, tal como utilizamos aqui, refere-se ao descrito por Agamben (2009, p. 40-41): “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, os computadores, os telefones celulares e – porque não – a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem se dar conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar”.



Os trabalhos dos autores relacionados à Teoria Crítica contemporânea também podem ser citados como marcos para os estudos desenvolvidos nesse grupo, pois possibilitam analisar e articular os problemas contemporâneos de modo profundo e comprometido com as questões ético-políticas, por meio da perspectiva da Psicologia Social. Como bem assinalou Honneth (2009, p. 29):

[...] de uma maneira que muito provavelmente seja única, na mediação entre teoria e história e no conceito de uma razão socialmente ativa: o passado histórico deve entender-se no sentido prático como um processo de formação cuja deformação patológica por parte do capitalismo só pode superar-se se os implicados iniciam um processo de esclarecimento. É este modelo intelectual de incorporar teoria e história que funda a unidade da Teoria Crítica na multiplicidade de suas vozes: seja na forma positiva do primeiro Horkheimer, de Marcuse ou de Habermas, seja na forma negativa de Adorno ou de Benjamin.

A maior parte dos estudos, pesquisas e intervenções realizadas no/pelo Paralaxe procuram mostrar como a persistência de uma racionalidade instrumental é utilizada atualmente nas mais diversas situações, pelos mais diferentes sujeitos, (re)produzindo reconhecimentos perversos (LIMA, 2010) e reforçando políticas de identidade segregadoras. Vale ressaltar que o primeiro projeto de pesquisa desenvolvido pelo Paralaxe ocorreu em 2009, intitulado “Identidade e Reconhecimento”.<sup>4</sup> Esse projeto teve auxílio financeiro e bolsa

---

<sup>4</sup> O projeto de pesquisa “Identidade e Reconhecimento: uma análise das prin-

de produtividade em pesquisa e estímulo à interiorização de jovens pesquisadores da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) e foi uma importante oportunidade para a apropriação crítica de novos autores ligados à Filosofia, Sociologia, Ciência Política, Literatura e Psicologia Social, possibilitando o aprofundamento da discussão iniciada na tese de doutorado.<sup>5</sup>

Com o credenciamento do primeiro autor deste capítulo no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC e a posterior redistribuição para o campus Fortaleza, o Paralaxe passou a integrar, em 2013, o Laboratório em Psicologia e Subjetividade (Lapsus) e a desenvolver, na linha Sujeito e cultura na sociedade contemporânea, projetos de pesquisa financiados por agências de fomento.<sup>6</sup> Dois desses projetos finalizam no segundo semestre

---

cipais teorias da atualidade e suas apropriações pela Psicologia Social Crítica para pensar a incorporação do Outro na esfera pública” contou com auxílio da Funcap, referente ao Edital 04/2009 – Pesquisa e Infraestrutura para Jovens Pesquisadores – Programa Primeiros Projetos – PPP/FUNCAP/CNPq – processo: 08.01.00/09, SPU N<sup>o</sup>: 09332048-5 Funcap e bolsa de produtividade específica para professores lotados no interior do estado, Edital 02/2010 – Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Estímulo à Interiorização – BPI – processo: BPI-0031-00008.02.00/10 (não foi solicitada a renovação da bolsa de produtividade devido à sua redistribuição para o campus da UFC em Fortaleza).

<sup>5</sup> Discussões que, desde o doutorado, trataram de ampliar as proposições de Ciampa (1987, 2002) acerca das metamorfoses da identidade e incorporaram a análise dos processos de reconhecimento.

<sup>6</sup> Projetos financiados pelo CNPq A (Processo Universal 14/2013 – Faixa: 476693/2013-6) e FUNCAP PPSUS 7/2013 (SPU: 13192398-6), respectivamente, e que contaram com bolsas PIBIC/CNPq e PIBIC/UFC, oriundas dos Editais 2013/2014, 2014/2015 e 2015/2016 da UFC (bolsistas Beatriz Oliveira Santos, Stephanie Caroline Ferreira de Lima e Matheus Braga Dias).

de 2016, mais especificamente: “Avanços e limites da reforma psiquiátrica no estado do Ceará: a herança histórica e o desafio da desinstitucionalização” e “Concepções e ações de profissionais dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF de Fortaleza-CE sobre saúde mental, drogas (crack, álcool e outras drogas) e redução de danos na atenção primária”. Outro projeto, referente à bolsa de produtividade do CNPq (Edital PQ 2015), “Coisas Frágeis: narrativas sobre as implicações do diagnóstico psiquiátrico para a identidade”, teve início no primeiro semestre de 2016.

Nessas breves páginas, que oferecem a possibilidade de discutir a contribuição do Paralaxe para o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, discorreremos acerca das principais bases teóricas estudadas no Paralaxe, o modo como o grupo se apropria delas e as articula com seus objetos de investigação e, principalmente, assinalaremos as pesquisas que já foram ou estão sendo realizadas por seus integrantes, de modo a tornar explícita a relevância de cada uma delas e seus interesses, a partir do desenvolvimento de uma Psicologia Social Crítica pela transformação das condições desiguais de nossa sociedade.

## **CORPO TEÓRICO**

O interesse pela articulação entre teoria e práxis tem levado à busca por referenciais teórico-metodológicos que possibilitam a articulação, de forma indissociada, entre a Psicologia Social, a pesquisa de identidade e a ação política. Conforme assinalado no início deste capítulo, o referencial mais promissor encontrado para compreender as narrativas, inicialmente, foi o apresentado por Ciampa (1987). Esse referencial tem sido articulado à contribuição dos autores da chamada Teoria Crítica contemporânea, nos trabalhos de Ben-

jamin (1994, 2012, 2013), Habermas (1990, 2001, 2003, 2004a, 2004b), Honneth (2003, 2007, 2009, 2011, 2012), Fraser e Honneth (2003), Fraser (2007), Butler (2006, 2010), Agamben (2002, 2004, 2015), Žižek (2008, 2011) etc.

A perspectiva de compreensão da identidade, que a entende como metamorfose em busca de emancipação e reconhecimento, pode ser chamada de narrativa (LIMA, 2014) e dialoga com os trabalhos de Ricoeur (1991, 2009, 2010), Alcoff (2006), Alcoff, Hermes-García e Mohanty et al. (2006), Moya e Hermes-García (2002), entre outros, sem distanciar-se da perspectiva interacionista inaugurada por George Herbert Mead e Ervin Goffman. O sintagma “identidade-metamorfose”, proposto por Ciampa (1987), que depois foi ampliado para “identidade-metamorfose-emancipação” (LIMA; CIAMPA, 2012; LIMA, 2010), dá ênfase à orientação política dos estudos de identidade em Psicologia Social.

Entre as consequências dessa ênfase, é possível destacar: a) estudar identidade deve ser mais do que uma descrição de características identificatórias, não sendo suficiente compreender só a história de um indivíduo ou de um grupo; b) estudar identidade é analisar os processos de individuação-socialização e/ou alienação-emancipação, buscando compreender a sociedade e a política em que o indivíduo está inserido; e c) identificar como ocorrem os reconhecimentos dos indivíduos submetidos às (bio)políticas de identidades, sobretudo àquelas relacionadas à inclusão em políticas públicas que, no capitalismo avançado, tendem a reduzir a identidade a personagens fetichizadas que negam sua totalidade em favor do universal dominante: o capital (LIMA, 2015). O interesse científico dessa concepção envolve uma dimensão prática e teórica; “interesse (prático) pela transformação do sistema social; interesse pela libertação da coerção; interesse (teórico) pela

clarificação da situação que se constitui nas condições sob as quais vivemos” (CIAMPA, 1987, p. 216).

A identidade é referida pelas descrições e ações que o ator social narra sobre sua história de vida. Neste caso, acontece um fenômeno linguístico curioso, que é a sobreposição entre quem é o personagem da narrativa e quem é o autor da mesma. Na narração de sua própria história de vida, o autor e o personagem principal são o mesmo. Em outras palavras, na perspectiva da narrativa de identidade, o indivíduo não é apenas um receptor inofensivo que incorpora as predicções e as dramatiza no cotidiano, mas também propõe novos personagens, de modo que a identidade, então, pode ser melhor compreendida como uma constelação conflitiva ou uma configuração mais ou menos cambiante de posições subordinadas dos indivíduos frente a diferentes cenários (LIMA, 2014). Essas posições subordinadas não são necessariamente fixas ou complacentes (ainda que sejam reconhecidas por meio de fixações no processo de reconhecimento). A identidade, portanto, é concretizada com base em um processo de significações estabelecidas com outros indivíduos, no jogo do reconhecimento. Com isso, admite-se que a identidade se expressa a partir de uma pluralidade de personagens. Ainda que ela se torne reduzida a uma personagem fetichizada, é pela relação de reconhecimento que ela se mantém estruturada.

A ideia de identidade-metamorfose trabalhada por Ciampa (1987) apresenta forte influência da filosofia hegeliana, que entende a identidade como a “passagem da indeterminação indiferenciada à diferenciação, a delimitação e a posição de determinação específica que passa a caracterizar um conteúdo e um objeto” (HEGEL, 2003, p. 14); concepção que, em certa medida, também é expressão de proposições habermasianas, sobretudo a diferenciação entre a singularidade e a individualidade da identidade. Entende-se aqui

singularidade como fenômeno que permite a diferenciação enquanto sujeitos e, ao mesmo tempo, iguala-os nas expectativas em relação à sociedade; e a individualidade como negação de todas as determinações que dão acesso à subjetividade e possibilitam a reconstrução do Eu a partir das diferenças. A proposição da identidade enquanto metamorfose e seus desdobramentos, de certo modo, atualiza as proposições de George Herbert Mead (1992) acerca da simultaneidade da socialização e da individuação e avança no sentido de explicar como, a partir da articulação entre o “mim” e o “eu”, podem ocorrer problemas na autodeterminação individual.

Sabe-se que Mead já alertava para a influência dos Outros no desenvolvimento dos *selves*; todavia, ele não desenvolve essa reflexão. Na tese de Ciampa, por outro lado, essa ideia encontra-se desenvolvida teoricamente e demonstrada empiricamente pela narrativa de Severina, evidenciando os perigos de uma determinada personagem da identidade se transformar – assim como ocorre com a forma mercadoria estudada por Karl Marx em *O Capital* – em um fetiche, “que vai explicar a quase impossibilidade de um indivíduo atingir a condição de ser-para-si e vai ocultar a verdadeira natureza da identidade como metamorfose” (CIAMPA, 1987, p. 140).

Em *A estória do Severino e a história da Severina*, Ciampa explica que, da mesma forma como ocorre nas mercadorias presentes na lógica capitalista (MARX, 2013, p. 146), a personagem fetichizada é reforçada em seu comparecimento pela forma de valor social, que força os indivíduos a se reproduzirem como réplicas de si mesmos,

[...] a fim de preservar interesses estabelecidos, situações convenientes, interesses e conveniências que são, se radicalmente analisados, interesses e conveniências do capital

(e não do ser humano, que assim permanece um ator preso à mesmice imposta) (CIAMPA, 1987, p. 165).

O fetiche da personagem, assim, pode ser entendido como um aprisionamento da representação de uma personagem ao mundo da mesmice (da não-mesmidade) e da má infinidade (a não superação das contradições), em que a atividade que engendra a personagem deixa de ser desempenhada, mas a representação da personagem persiste, conforme demonstrado na sentença: Severino “é lavrador”, mas já “não lavra”. Quando isso ocorre, a

personagem reposta é vista como dada permanentemente, como se aquele modo de agir – que é contingente e determinado por um contexto – fosse a manifestação de uma suposta essência do indivíduo, ou algo estrutural, ou inerente a ele (GONÇALVES NETO; LIMA, 2011, p. 36).

A identidade é pressuposta como “dada” permanentemente, e não como reposição contínua de uma identidade que um dia foi posta.

Desse modo, o marco teórico que orienta as pesquisas difere ou se contrapõe às teorias que postulam a problemática do não reconhecimento da identidade ou tratam de demarcar apenas o terreno positivo da diferença, propondo como saída alternativas de inclusão social. As proposições adotadas permitem, como assinalado por Lima (2010), evidenciar e denunciar como ocorrem as metamorfoses da identidade diante das formas de opressão individual/coletiva, como se dão as práticas de reconhecimento perverso e os efeitos da reificação ocorrida quando se esquece de considerar a pessoa, com sua história (HONNETH, 2007).

Reconhecimento perverso se refere à relação perversa que se estabelece quando, na busca de uma explicação diante do seu complexo sofrimento, o indivíduo, com as várias personagens vividas por ele, é reduzido a uma única personagem, expressão de uma identidade puramente biológica e associal, operando uma biomoralidade “centrada na felicidade e presença do sofrimento” (ŽIŽEK, 2011, p. 64) que legitima práticas de violência ética (BUTLER, 2010). Um exemplo claro disso, como exposto por Lima e Santos (2015), ocorre quando o sujeito recebe do especialista o diagnóstico psiquiátrico, colocado pelos autores como um dispositivo que legitima uma prática de reconhecimento perverso. Ao estabelecer essa relação, cria-se, muitas vezes, uma “identidade sem pessoa”, que, sendo a expressão de um código oriundo de um manual, passa a ser o referencial para as interações interpessoais, “sem o peso das implicações afetivas que são inseparáveis do reconhecimento operado por outro ser humano” (AGAMBEN, 2014, p. 82).

## INVESTIGAÇÕES

No Parallaxe, as pesquisas de mestrado e de doutorado, principalmente as que estão em andamento, têm sido desenvolvidas considerando o projeto guarda-chuva “Coisas Frágeis: metamorfose, alteridade e reconhecimento na perspectiva da Psicologia Social Crítica”, cujo objetivo é fomentar investigações que tenham como intuito compreender as implicações das (bio)políticas de identidade (identidades pressupostas, diagnósticos etc.) para as metamorfoses da identidade dos sujeitos. Nesse escopo, as diferentes investigações são desenvolvidas tomando como base três campos temáticos, denominados: itinerário histórico, itinerário teórico e itinerário



rio empírico, que estão em complexa inter-relação. A escolha pela utilização de um ou mais deles ocorre de acordo com a ênfase dada por cada pesquisador e com o objetivo almejado diante do problema de pesquisa que se analisa.

Entende-se que os estudos que percorrem um itinerário histórico são aqueles que buscam analisar as condições histórico-sociais e a influência de diferentes instituições na constituição e no desenvolvimento de sujeitos e grupos. Para isso, utiliza-se de análises documentais, Atas, Portarias, Leis, fotografias, materiais de jornais, registros orais, entre outros, além de se servir de estudos histórico-críticos que possam ser utilizados como base para os demais itinerários (LIMA, 2012). Esse autor assinala que, no caso do itinerário teórico, há uma preocupação com o desenvolvimento de um arcabouço teórico-metodológico, de modo a possibilitar a análise crítica da temática em questão.

Por fim, no itinerário empírico, ocorrem os estudos de narrativas, que têm sido realizados com base nas propostas de Ciampa (1987) e Lima (2010, 2012), os quais identificam a utilização da narrativa de história de vida como um instrumento apropriado para obtenção das informações necessárias à compreensão de como ocorrem as construções identitárias, as metamorfoses, as anamorfozes, a alteridade e as formas de reconhecimento. Afinal, as narrativas de história de vida oferecem a possibilidade de observar como a quebra da continuidade do existir humano pode ser decorrente de uma imposição social, em que a identidade do indivíduo, sua vontade, é confrontada com exigências da lógica sistêmica (HABERMAS, 1990).

Como exemplos do que foi exposto ao longo desse texto, apresentaremos a seguir, de forma sucinta, as pesquisas realizadas e que estão em andamento no Paralaxe, a fim de tecer

comentários sobre os caminhos que os pesquisadores têm percorrido com base nos itinerários expostos. Isso permitirá observar, além das escolhas frente aos percursos traçados por cada um, a profundidade alcançada, em termos de qualidade e complexidade do assunto, quando há a articulação dos itinerários nos seus projetos.

A primeira dissertação de mestrado desenvolvida no Parallaxe, defendida em 2013 por Erica Vila Real Montefusco, cujo título foi “A negação do envelhecimento e a manutenção da juventude veiculados em revistas femininas: um estudo de psicologia social”, apresentou uma investigação acerca das questões que envolvem a manutenção da aparência jovem, a fim de verificar como elas são divulgadas em mídias direcionadas ao público feminino. Para tanto, foi realizada a análise de reportagens e de peças publicitárias, pesquisadas durante o ano de 2011, em três revistas femininas de grande circulação nacional. Esse processo de coleta dos dados para embasar a pesquisa explicita o que foi apresentado no itinerário histórico.

O caminho do itinerário teórico desenvolvido teve como base a Teoria Crítica, com os expoentes Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Walter Benjamin e Jürgen Habermas, além da análise semiótica de José Luiz Aidar Prado. As discussões apoiaram-se em cinco categorias de análise: “Efetividade dos resultados/resultados científicos”, “Novas tecnologias”, “Promessas que supostamente podem ser cumpridas *versus* possibilidades reais”, “Segmentação de mercados” e “Celebidades como modelos”. Montefusco (2013) conclui que, apesar de o Brasil ser um país em processo de envelhecimento, percebe-se uma resistência, especialmente em mulheres, em relação a essa fase da vida.

No ano seguinte, Diva Rodrigues Daltro Barreto defendeu a dissertação com o título “Luta por invisibilidade ou

reconhecimento? Um estudo sobre a história de vida de acompanhantes de luxo”. A pesquisa tratou de analisar a história de vida de duas acompanhantes de luxo, que, segundo ela, são mulheres que encontram no mercado do sexo o meio para ganhar dinheiro e administrar suas vidas. Foram feitas, então, análises das narrativas de histórias de vida, a fim de entender quais os processos que as acompanhantes enfrentaram até aquele momento, como aconteceu o conflituoso processo de (re)construção de suas identidades, quais os personagens que representaram e representam em suas vidas e quais metamorfoses suas identidades sofreram. Esse direcionamento dado por Barreto (2014) às análises de histórias de vida evidencia o caráter empírico do trabalho.

Ocorreu também uma articulação com o itinerário teórico pela utilização de autores como Ciampa (1987), Lima (2010) e Honneth (2003, 2011), que discutem e dialogam com a Psicologia Social Crítica. Segundo Barreto (2014), nas análises das entrevistas, fica claro que, embora ocupando um espaço social diferenciado diante das demais profissionais do sexo, essas mulheres ainda sofrem preconceito e estigmatização social por representarem a personagem “acompanhante de luxo”. A autora relata que as narrativas de história de vida demonstram, entre outras coisas, que essa realidade, embora muito lucrativa, ainda é pouco (re)conhecida na esfera pública e que a representação de determinados personagens com acesso a bens de consumo e à estabilidade financeira não significa o desejo de reconhecimento dessa representação, nem a sua integração à identidade. Em vez disso, “pode-se preferir manter essa personagem na invisibilidade” (BARRETO, 2014, p. 123).

Em 2015, o número de pesquisas finalizadas foi bem significativo, somando cinco defesas. Utilizando-se, primor-

dialmente, do itinerário teórico, José Umbelino Gonçalves Neto defendeu a dissertação intitulada “As identidades da ‘identidade’: sobre os diferentes usos e significados do conceito ‘identidade’ na Psicologia Social”. O objetivo dessa pesquisa foi analisar a gramática do termo “identidade” tal como empregado em textos de Psicologia Social. Esse conceito é utilizado com distintas nuances em diferentes desenhos teórico-metodológicos, gerando controvérsias e debates acerca de sua validade e abandono. Gonçalves Neto (2015) teve como referência a filosofia da linguagem de Wittgenstein e considerou que muitas dessas discussões se baseiam em mal-entendidos sobre como linguisticamente funciona um conceito.

A partir de uma apropriação singular do método que Wittgenstein propôs em suas obras “O Livro Azul”, “O Livro Castanho” e “Investigações Filosóficas”, Gonçalves Neto analisa a gramática que rege o uso da palavra “identidade”, observa e descreve diferentes casos em que esse termo é utilizado e compara-os. Para o autor, Wittgenstein não propõe resolver problemas conceituais, mas dissolvê-los. Com base nisso, foi possível explicar como o termo “identidade” aparece e é efetivamente utilizado nos textos de alguns autores influentes na Psicologia Social brasileira. Dessa forma, o conceito “identidade” pode ser tratado como um objeto linguístico por uma abordagem pragmática, de modo a “descrever as descrições de ‘identidade’ e descrever as prescrições de como utilizar o conceito ‘identidade’” (GONÇALVES NETO, 2015, p. 107).

Evidenciando a diversidade de trabalhos vinculados ao Parallaxe, nesse mesmo ano, Maria Vânia Abreu Pontes, com formação em Direito, defendeu a dissertação com o título “Damião Ximenes Lopes: a ‘condenação da saúde mental’ brasileira na Corte Interamericana de Direitos Humanos e

sua relação com os rumos da reforma psiquiátrica”. Esse trabalho discutiu a internação psiquiátrica e a perversa morte de Damião Ximenes Lopes, em 1999, no Hospital Casa de Repouso Guararapes, em Sobral (CE), tratando do surgimento dos Direitos Humanos após a Segunda Guerra Mundial e enfatizando o direito à saúde mental e a reforma psiquiátrica brasileira. Nesse contexto, a morte de Damião Ximenes Lopes levou o Brasil a ser condenado pela primeira vez na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2006.

Pontes (2015) aponta que a sentença do caso é o objetivo da pesquisa, na medida em que ela representa uma “condenação da saúde mental” do país e aponta novas medidas de consolidação da Reforma. Para além dos levantamentos históricos feitos, houve articulação, em diversos momentos, com teorias de Giorgio Agamben. Para a autora, a pesquisa revelou como a era dos direitos foi executada, como a lei foi aplicada desaplicando-se (AGAMBEN, 2004). Mostrou, ainda, que a sentença da Corte foi o caminho para se repensar a Saúde Mental no Brasil, em termos de Agamben (2015), um “meio sem fim”, culminando na consolidação da Reforma que vivemos hoje. Nas suas considerações finais, ela afirma:

[...] as pessoas com transtornos mentais estão em uma situação de particular vulnerabilidade, que conduz frequentemente à violação de seus direitos fundamentais como foi demonstrado no caso da morte de Damião Ximenes Lopes. [...]. No caso específico destas pessoas tais violações são agravadas por preconceitos, estigmas e outros fatores culturais, bem como práticas políticas de reconhecimento perverso, que implicam muitas vezes no silenciamento de tratamentos degradantes e desumanos fundado numa relação de exclusão inclusiva, isto é, de abandono legitimado pelo próprio Estado (PONTES, 2015, p. 237).

“Por dentro dos contratos comunicativos das revistas femininas populares: identidade e significados identificacionais” é o título da pesquisa de mestrado defendida por Maria Vanesse Andrade, que buscou examinar as construções identitárias disseminadas pelas mídias impressas dirigidas para mulheres da classe C e discutiu acerca das noções de identidade(s) de que partem os textos presentes nessas mídias na busca de identificações com o respectivo público leitor. Para isso, foi feita a análise de três revistas femininas populares em circulação do Brasil, entre 2013 e 2015, buscando discutir como os textos dessas revistas relacionam-se com os valores e referenciais femininos da nova classe média brasileira contemporânea.

Ao adotar a perspectiva da Psicologia Social Crítica como referencial teórico, Andrade (2015) utilizou a contribuição de autores como Antonio C. Ciampa, Aluísio F. Lima, Norman Fairclough e José L. Aidar Prado. Percebe-se, nessa pesquisa, a articulação de diferentes itinerários partindo da discussão do processo de segmentação no mercado de revistas e das condições históricas que propiciaram o surgimento das revistas femininas populares. A análise dos textos permitiu observar que, ao mesmo tempo em que abordam assuntos ligados ao universo feminino, as revistas trazem temas relacionados à condição socioeconômica da leitora, de modo a orientar sobre a sua vida financeira.

As soluções e enunciados seguros e pré-validados por muitas vozes dessas revistas, embora normalmente partam de pressuposições identitárias parciais acerca da mulher, oferecem mapas que servem de guias e influenciam diretamente a leitora na construção de seus papéis, de seu estilo de ser, na definição de suas personagens enquanto profissional, esposa, mãe e consumidora (ANDRADE, 2015, p. 135).

A dissertação de mestrado de Kecya Nayane Brasil foi defendida em 2015 com o título “Identidades em construção: conhecendo as narrativas da história de vida dos catadores de materiais recicláveis de Icó-Ceará”. Nesse trabalho, a autora assinala que a identidade do catador de material reciclável tem passado por um reconhecimento marcado por características de estigma e exclusão. Contudo, o que se tem observado é que esse reconhecimento parece estar se modificando, pelo fato de o catador vir alcançando um destaque nacional como agente ambiental, devido às repercussões ligadas ao meio ambiente.

Na pesquisa, buscou-se compreender, por meio de narrativas de história de vida, como está ocorrendo o processo de construção identitária dos catadores de materiais recicláveis que realizam suas atividades no lixão da cidade de Icó (CE), o reconhecimento nas relações sociais e suas experiências com o trabalho. Conjuntamente com esse itinerário empírico, a pesquisadora aplicou um questionário quantitativo visando a agregar informações sobre o perfil socioeconômico dos três catadores que participaram do estudo. Com os resultados obtidos, foi possível perceber que os catadores sabem da sua importância ambiental, mas não percebem esse reconhecimento na sociedade, ao contrário, sentem-se reconhecidos de forma perversa. A autora assinala, ainda, que é importante intervir junto à formação de representações e estigmas pela sociedade em relação à imagem do catador,

que deve ser positivamente modificada, assim como é indispensável garantir os direitos à participação igualitária, distribuição de renda e acesso aos serviços do Estado (saúde, educação, lazer) (BRASIL, 2015, p. 92).

Vinicius Furlan, na dissertação de mestrado “A história de Davi: metamorfoses na identidade e o (pós)abrigo”,

defendida em 2015, buscou compreender as metamorfoses na identidade de quem viveu em abrigo para crianças e adolescentes, bem como as suas políticas de identidade e seus efeitos na constituição da identidade e as formas de reconhecimento dirigidas a essas pessoas. Para tanto, analisou a narrativa de história de vida de um sujeito que viveu em um abrigo durante sua infância e adolescência. A partir dessa história, foi possível observar que a institucionalização, embora constitua uma condição concreta que fornece experiências e dá sentidos e significados àqueles que vivem em abrigos, não se impõe como o único fator determinante no processo de constituição da identidade desses sujeitos, mas pode comportar significativa relevância em suas vidas, contribuindo, quando bem organizado, para a garantia de seus direitos básicos e seu desenvolvimento.

A dissertação de mestrado de Renata Bessa Holanda, “Experimentações, aprisionamentos e posicionamentos: narrativas de história de vida de pessoas que passaram por tratamento em comunidades terapêuticas”, defendida em fevereiro de 2016, buscou compreender os impactos dos serviços oferecidos pelas comunidades terapêuticas nos processos de metamorfoses identitárias dos sujeitos que passaram por elas, por meio de narrativas de histórias de vida.

Holanda (2016) realiza uma análise em profundidade das narrativas de dois sujeitos que, ao longo de suas vidas, passaram pela experiência de internação em comunidades terapêuticas para tratamento de uso de drogas. A pesquisadora mostra que, ao passarem por esses serviços, os sujeitos sofrem situações de estigmatização, violências e submissão a um cuidado normatizador. Além disso, ela identifica como, a partir das diferentes relações de reconhecimento que constituíram ao longo de suas vidas, durante e após essa experiên-



cia, cada um foi estabelecendo um sentido próprio acerca de como deve ser o cuidado de pessoas que fazem uso problemático de drogas. Observa, também, a importância e a necessidade de uma contínua análise crítica desses serviços de atenção à saúde dos sujeitos e das formas de cuidado exercidas.

A partir das questões trazidas pelos entrevistados em sua pesquisa, Holanda (2016) assegura a relevância da discussão e da consequente intervenção nesses modelos de serviços, pois estes ainda se embasam em práticas que encarceram, aprisionam e reduzem as possibilidades de vida dos sujeitos a personagens fetichizadas, previamente determinadas, constituindo jogos de reconhecimento perverso que, muitas vezes, vão na contramão da via pela qual lutam os processos de reforma psiquiátrica no Brasil.

O projeto de pesquisa de Emanuel Messias Aguiar de Castro, ainda em andamento, de caráter eminentemente teórico, tem como tema, até o presente momento, “Para uma crítica da sociedade da administração dos afetos ou sobre quem é digno de viver no capitalismo”. Essa pesquisa tem por objetivo analisar as correlações existentes entre os conceitos de ideologia e de racionalidade no capitalismo contemporâneo. Com isso, Emanuel Castro pretende compreender as novas modalidades de exploração e dominação efetuadas pelas práticas capitalistas do século XXI, ou seja, como as dinâmicas da macropolítica do sistema produzem modos de vida cotidianos. Para isso, ele se utilizará da ideia de um diagnóstico do discurso capitalista, analisando as condições de possibilidade para que esse discurso tenha se tornado hegemônico e tenha se efetivado na dimensão da vida. O pesquisador acredita, cada vez mais, que as mudanças ocorridas nas formas de racionalidade e nas ideologias que têm sustentado o capitalismo, ao longo dos últimos

séculos, culminaram em uma nova modalidade de administração que objetiva a gestão dos afetos da vida cotidiana.

“Percurso teórico do conceito Psicossocial e sua inserção nas Políticas Públicas de Saúde Mental brasileira” é o título da pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida por Thiago Sousa Félix. Ele objetiva investigar as categorias conceituais envolvidas na compreensão do que é o “psicossocial”. A análise inclui pensar o termo “psicossocial” na sua inserção na Política de Saúde Mental brasileira, bem como refletir o fenômeno psicossocial na lógica interdisciplinar dos respectivos serviços de saúde. Para tanto, está realizando uma pesquisa bibliográfica visando ao levantamento de fontes para a articulação de alguns dos principais autores que abordam a discussão da atenção psicossocial como modelo de intervenção em saúde no Brasil.

Thiago Félix acredita que os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) se tornaram símbolos da “nova política” e modificaram toda uma representação social antes estratificada em relação aos manicômios. Além disso, atenção psicossocial se tornou um modo de cuidado que representa um avanço em relação ao modelo biomédico. Portanto, para o pesquisador, como esse conceito vem denominando estratégias de saúde e criando uma nova forma de ver o sujeito e a Saúde Mental no Brasil, é necessário analisá-lo criticamente a fim de pensar o lugar que ele ocupa no governo dos corpos.

Yuri Marcondes Lisboa tem se apropriado de autores que permitem o diálogo entre a teoria crítica alemã e a Psicologia Social Crítica. Essa apropriação foi o fio condutor para a proposição da pesquisa “Metamorfoses da estética da mercadoria: implicações do fetichismo para as negociações identitárias de modelos comerciais”, que pretende discutir a dinâmica das relações, as interações e as negociações de identidade de

modelos comerciais em redes sociais como Facebook e/ou Instagram. Seu esforço tem por objetivo criar condições de analisar os efeitos do mercado no processo de metamorfose da identidade contemporânea, principalmente os perigos que as metamorfoses na estética das mercadorias oferecem para a representação das personagens identitárias. Segundo Haug, a metamorfose da estética das mercadorias:

[...] designa um complexo funcionalmente determinado pelo valor de troca e oriundo da forma final dada à mercadoria, de manifestações concretas e das relações sensuais entre sujeito e objeto por elas condicionadas. A análise dessas relações possibilita o acesso ao lado subjetivo da economia política capitalista, na medida em que o subjetivo representa, ao mesmo tempo, o resultado e o pressuposto de seu funcionamento (1997, p. 15).

A pesquisa “O que transborda: a narrativa de história de vida atravessada pelo HIV e outras histórias”, proposta por Brígia da Silva Amaro, tem como objetivo compreender os sentidos dados pelos sujeitos que vivem com HIV/AIDS às suas experiências, aos comportamentos que adotam em relação a si e aos outros e aos sentimentos vivenciados nesse processo de reconhecimento ou de negação das metamorfoses identitárias. Trata-se de uma pesquisa de caráter teórico e empírico, que encontrou no método de narrativas de história de vida uma possibilidade de acesso à subjetividade humana. A análise das narrativas tem se dado a partir de proposta teórico-metodológica que preza pelos relatos de um narrador sobre sua existência através do tempo e sobre os processos de negação e reconhecimento identitários. Os fragmentos de narrativas que serão apresentadas ao longo de sua dissertação

perfazem a constituição, em linhas gerais, de três personagens diferentes, conectando as suas formas de vida no que elas trazem de mais frágil.

A pesquisa de mestrado de Kevin Samuel Alves Batista, intitulada “Homens que agriDEM: estudos sobre as narrativas de histórias de vida por homens autores de violências de gênero na cidade de Fortaleza”, foi iniciada em 2016 e objetiva estudar narrativas de histórias de vida de homens autores de violências de gênero. Ele argumenta que o aumento dos índices desses atos ampliou as discussões, tanto no âmbito público, quanto no contexto privado. Grande parte dos estudos sobre violência de gênero aponta para a situação de vulnerabilidade e desvantagem social/simbólica enfrentada pelas mulheres em diversas instituições sociais. São escassas, todavia, as investigações sobre os homens envolvidos em atos de violência dessa natureza, fato que parece contribuir para a manutenção de estigmas e práticas meramente punitivas sobre esses sujeitos. Tal discussão, portanto, visa a contribuir para o avanço na compreensão e enfrentamento da violência de gênero no Brasil.

“Sobre Lebenswelt: contribuições epistemológicas em Fenomenologia para a compreensão de novos sentidos do sintagma ‘Identidade-Metamorfose-Emancipação’” é o título da pesquisa de mestrado, eminentemente teórica, de José Alves Filho. Ela trata de investigar as possíveis contribuições da Fenomenologia em torno da construção de novas compreensões do sintagma “Identidade-Metamorfose-Emancipação”, numa nova maneira de pensar, estudar e pesquisar Identidade Humana enquanto metamorfose. Tomando a atitude fenomenológica da *Epoché* para as investigações, o pesquisador tem elegido a pesquisa bibliográfica como metodologia de trabalho. Os estudos têm se voltado para as obras clássicas e capitais

de Edmund Husserl, Alfred Schultz, Tomas Luckmann, Peter Berger e Jürgen Habermas, por privilegiarem e tematizarem o “Mundo da Vida”. A importância desse trabalho se dá pela premência epistemológica na ampliação da compreensão do significado de Identidade Humana enquanto metamorfose, para além dos princípios do pensamento habermasiano de colonização do Mundo da Vida.

A pesquisa de mestrado de Raquel Rubim Guimarães, intitulada “Manicômios sem muros: medicalização do sofrimento e a patologização da vida”, tem como proposta inicial analisar criticamente as práticas realizadas nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do município de Fortaleza. A pesquisadora acredita que, embora as práticas desenvolvidas nos CAPSs tenham nascido dentro do movimento da reforma psiquiátrica brasileira, como resposta ao paradigma hospitalocêntrico (modelo centrado na hegemonia das ciências biológicas e no isolamento do sujeito), muitas vezes, as ações efetivadas por esses dispositivos de assistência à saúde mental demonstram que eles não romperam com as práticas manicomialis, contribuindo, desse modo, para a medicalização do sofrimento e para a psicopatologização da vida.

Essa pesquisa, tendo como base os estudos da Psicologia Social Crítica e da Teoria da Identidade, fará uso das narrativas acerca da experiência dos profissionais que trabalham nesses serviços, escolhidos de forma aleatória, conforme a disponibilidade de cada um. Pretende-se, minimamente, compreender os mecanismos políticos sociais engendrados e os interesses econômicos em voga e, assim, possibilitar um trabalho interventivo com potencial transformador, colaborando para a permanente reforma psiquiátrica brasileira.

A primeira tese de doutorado, iniciada em 2015, de Pedro Renan Santos de Oliveira, tem como título “Territórios

e mundo da vida: análise crítico-compreensiva das práticas de saúde”. Nela, parte-se da proposição de que a relação que os sujeitos têm feito com a produção de sua própria saúde tem correlação com a produção social do consumo. O pesquisador pretende construir uma metodologia de pesquisa em que os círculos hermenêutico-dialéticos (CHD) com os sujeitos da pesquisa (que serão as equipes multiprofissionais dos serviços e a comunidade assistida), as observações livres e a pesquisa documental serão utilizados para a compreensão de práticas de saúde de base territorial da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no município de Fortaleza, que se apresentem como formas de superação do modelo biomédico individualista e mercantilista.

Por fim, Renata Bessa Holanda, que iniciou sua pesquisa de doutorado em 2016, com o projeto “Diagnósticos psiquiátricos, enquadramentos e medicalização do sofrimento: um estudo em Psicologia Social Crítica a partir de narrativas de história de vida”, busca compreender, a partir de histórias de vida de pessoas que residem em Fortaleza, as implicações do diagnóstico psiquiátrico e da conseqüente medicalização para as metamorfoses da identidade de sujeitos que viveram ou vivem experiências concernentes ao sofrimento mental.

A pesquisadora pretende, assim, evidenciar a forma como os sujeitos vivem as metamorfoses de suas identidades, como se dão seus processos de luta por reconhecimento e de que forma os diagnósticos psiquiátricos e os enquadramentos que produzem impactam esses processos. Tais questões lançarão possibilidades para compreender como a articulação entre Psicologia Social, as narrativas de histórias de vida e as terapias narrativas podem intervir nessa realidade, visando à promoção de uma vida mais digna e autônoma no

que diz respeito à formação social, política e emancipatória dos sujeitos.

As pesquisas apontadas acima mostram que as narrativas de histórias de vida, além de assinalarem condições estigmatizantes e problemas de reconhecimento das identidades, convidam para o aprofundamento teórico e para a criação de novas metodologias. A diversidade e complexidade de temas ligados à contemporaneidade, discutidos e estudados a partir de uma postura crítica, não é um acaso; é resultado de um projeto que evidencia, além das inquietações que mobilizam os pesquisadores, a coerência com a escolha do próprio nome do grupo de pesquisa.

Diante do exposto, acredita-se que tenha ficado explícito que os interesses de investigação na perspectiva da Psicologia Social Crítica estão para além da preocupação com a identificação da (des)ordem social ou com a adaptação do anormal à norma instituída. Eles estão em compreender o desconforto, o inconformismo, a indignação, o sofrimento de indeterminação perante o que existe e em teorizar a sua superação, a luta por reconhecimento e emancipação. O Paralaxe tem procurado denunciar a forma como os diferentes dispositivos contemporâneos administram nossas vidas, as formas de opressão individual/coletiva e as práticas de reconhecimento perverso nas quais estamos imersos.

Finalmente, embora o Paralaxe possua uma grande diversidade no que concerne aos temas estudados e pesquisas desenvolvidas, a postura crítica, reflexiva e comprometida eticamente com as questões sociais são aspectos comuns entre todos os integrantes, passando a ser uma característica fundamental do grupo. Nossas pesquisas são, portanto, um convite para a inquietação, para o permanente inconformismo, para o

desejo de subversão do instituído. Nosso olhar se volta, primordialmente, para a compreensão das coisas frágeis.

## BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Homo sacer II, 1. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. In: AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: ARGOS, 2009. p. 25-73.

AGAMBEN, Giorgio. Identidade sem pessoa. In: AGAMBEN, Giorgio. *Nudez*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 75-86.

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fins*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ALCOFF, Linda Martín. *Visible identities: race, gender, and the self*. New York: Oxford University Press, 2006.

ALCOFF, Linda Martín et al (Ed.). *Identity Politics Reconsidered*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

ANDRADE, Maria Vanesse. *Por dentro dos contratos comunicativos das revistas femininas populares: identidade e significados identificacionais*. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

BARRETO, Diva Rodrigues Daltro. *Luta por invisibilidade ou reconhecimento? Um estudo sobre a história de vida de acompanhantes de luxo*. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.



BARROS, Manoel de. *Retrato do artista quando coisa*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense. Obras escolhidas Volume I, 1994. p. 197-221.

\_\_\_\_\_. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2012a. p. 83-90.

\_\_\_\_\_. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2012b. p. 7-20.

\_\_\_\_\_. Arte de narrar. In: BENJAMIN, Walter. *Imagens do pensamento: sobre o haxixe e outras drogas*. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 130-132.

BRASIL, Kecya Nayane Lucena. *Identidades em construção: conhecendo as narrativas da história de vida dos catadores de materiais recicláveis de Icó-Ceará*. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

BUTLER, Judith. *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

\_\_\_\_\_. *Marcos de guerra: las vidas lloradas*. Buenos Aires: Paidós, 2010.

CIAMPA, Antonio da Costa. *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. Políticas de identidade e identidades políticas. In: DUNKER, Christian Ingo Lenz; PASSOS, Maria Consuelo (Org.). *Uma Psicologia que se interroga: ensaios*. São Paulo: Edicon, 2002. p. 133-144.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Org.). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, p. 113-140, 2007.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange*. London, New York: Verso, 2003.

GAIMAN, Neil. *Coisas frágeis*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2008.

GONÇALVES NETO, José Umbelino. *As identidades da "identidade" na Psicologia Social: sobre os diferentes usos e significados do conceito "identidade"*. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

GONÇALVES NETO, José Umbelino; LIMA, Aluísio Ferreira de. A história de Maria, uma jovem que se tornou uma cuidadora-que-fala-confronta-e-esclarece: uma análise do processo de metamorfose na perspectiva da Psicologia Social. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, v. 3, p. 30-51, 2011.

HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico: Estudos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

\_\_\_\_\_. *Técnica e ciência como "ideologia"*. Lisboa: Edições 70, 2001.

\_\_\_\_\_. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Volume II. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

\_\_\_\_\_. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004a.

\_\_\_\_\_. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2004b.

HAUG, Wolfgang Fritz. *Crítica da estética da mercadoria*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOLANDA, Renata Bessa. *Experimentações, aprisionamentos e posicionamentos: narrativas de história de vida de pessoas que passaram por tratamento em comunidades terapêuticas*. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

\_\_\_\_\_. *Reificación: un estudio en la teoría del reconocimiento*. Buenos Aires: Katz, 2007.

\_\_\_\_\_. Una patología social de la razón: sobre el legado intelectual de la Teoría Crítica. In: HONNETH, Axel. *Patologías de la razón: historia y actualidad de la Teoría Crítica*. Buenos Aires: Katz, 2009. p. 27-51.

\_\_\_\_\_. *La sociedad del desprecio*. Madrid: Editoria Trotta, 2011.

\_\_\_\_\_. Recognition as ideology: the connection between morality and power. In: HONNETH, Axel. *The I in We: studies in the Theory of Recognition*. Cambridge: Polity Press, 2012. p. 75-97.

LIMA, Alúcio Ferreira de. *A dependência de drogas como um problema de identidade: possibilidades de apresentação do Eu por meio da oficina terapêutica de teatro*. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – PUCSP, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica*. São Paulo: FAPESP/EDUC, 2010.

\_\_\_\_\_. A identidade como problema de pesquisa. *Revista Estudos Contemporâneos da Subjetividade – ECOS*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 215-229, 2012.

\_\_\_\_\_. História oral e narrativas de história de vida: a vida dos outros como material de pesquisa. In: LIMA, Aluísio Ferreira de; LARA JÚNIOR, Nadir (Org.). *Metodologias de pesquisa em Psicologia Social Crítica*. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 13-34.

\_\_\_\_\_. *A teoria crítica de Jürgen Habermas: cinco ensaios sobre linguagem, identidade e Psicologia Social*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LIMA Aluísio Ferreira de; CIAMPA, Antonio da Costa. Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In: LIMA, Aluísio Ferreira de Lima (Org.). *Psicologia Social Crítica: Paralaxes do Contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 11-29.

LIMA, Aluísio Ferreira de; SANTOS, Beatriz Oliveira. O diagnóstico psiquiátrico como prática de reconhecimento perverso. In: DANTAS, Jurema Barros (Org.). *A infância medicalizada: discursos, práticas e saberes para o enfrentamento da medicalização da vida*. Curitiba, PR: CRV, 2015. p. 13-34.

MARX, Karl. *O capital: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. (Originalmente publicado em 1890).

MEAD, Georg Herbert. *Mind, self, & society: from the standpoint of a Social Behaviorist*. Londres, University Chicago Press, 1992. (Originalmente publicado em 1934, editado e republicado por Charles W. Morris em 1962).

MONTEFUSCO, Erica Vila Real. *A negação do envelhecimento e a manutenção da juventude veiculados em revistas femininas: um estudo de Psicologia Social*. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

MOYA, Paula. M. L.; HERMES-GARCIA, Michael. (Ed.). *Reclaiming identity: realist theory and the predicament of postmodernism*. London, England: University of California Press, 2002.

PONTES, Maria Vânia Abreu. *Damião Ximenes Lopes: a “condenação da saúde mental” brasileira na Corte Interamericana de Direitos Humanos e sua relação com os rumos da reforma psiquiátrica*. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papi-rus, 1991.

\_\_\_\_\_. *Historia y narratividad*. Barcelona: Ediciones Pai-dós, 2009.

\_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa: o tempo narrado*. v. 3. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ŽIŽEK, Slavoj. *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

# SUJEITO, RESPONSABILIDADE E JUSTIÇA SOCIAL

---

José Célio Freire

## INTRODUÇÃO

As questões produzidas pelas demandas da sociedade tardo-moderna, em que imperam a lógica de mercado e o capitalismo financeiro, apontam para uma exacerbação do papel dos indivíduos em detrimento da gestão social das garantias do Estado de bem-estar. Estamos convencidos de que, para tratar dos problemas que eclodem ao nível macro, faz-se necessário compreender a condição do sujeito que atua socialmente, os termos em que ele é cobrado em sua responsabilidade e o que cabe à sociedade como um todo e aos gestores públicos, em especial, para garantir a justiça social. Para isso, tomaremos uma posição ética radicalizada, que aparece no pensamento de Emmanuel Lévinas, fazendo aproximações às questões da justiça e da política, por seus comentadores Paul Ricoeur e Judith Butler, respectivamente. O sujeito da socialidade se abre a um mundo de relações com outros homens,

instituições e com o próprio mercado e, nesse contexto, é intimado a responsabilizar-se não apenas pelo que faz, mas principalmente pelo que é. Veremos, em seguida, como se define esse sujeito da responsabilidade, a partir da ética da alteridade radical; como se dá a relação entre ética e justiça, a primeira atuando num plano mais subjetivo e a última levando em conta a objetividade das relações entre os homens; de que forma o indivíduo é responsabilizado e culpabilizado pela situação social em que se encontra; e, por último, qual a importância da alteridade no tratamento da justiça social.

## O SUJEITO DA RESPONSABILIDADE

O sujeito, do ponto de vista da ética levinasiana (LÉVINAS, 1978), ou seja, de uma ética da alteridade radical, pode ser visto como sujeição ao outro (*sub-jectum*). Trata-se de entender a estrutura da subjetividade como responsabilidade por outrem, todo e qualquer outro. Como nos diz Kuiava (2006, p. 58): “A responsabilidade não nasce de uma boa vontade, de um eu que quer se comprometer com o outro. A responsabilidade nasce como resposta”.

Responsabilidade, então, é resposta. Portanto, há uma primogenitura do outro que interpela, que solicita, que obriga, que intima e que toma por refém. Essa hipérbole nos leva a um paroxismo que serve para mostrar a força da exigência ética que o pensamento de Emmanuel Lévinas nos impõe. Butler (2009), a partir de uma leitura peculiar da ética levinasiana, diz:

Siempre damos cuenta de nosotros mismos a otro, sea inventado o existente, y ese otro establece la escena de interpelación como una relación ética más primaria que un esfuerzo reflexivo por dar cuenta de sí (BUTLER, 2009, p. 35).

Portanto, em primeiro plano, está o outro, qualquer outro e todos os outros. Ou seja, desde o que chamamos de “próximo” ao que entendemos por humanidade inteira. Quem fala, num primeiro momento, é o outro – o tu, o próximo, a sociedade –, e o “eu” responde: “eis-me”. Podemos imaginar a pergunta inicial como sendo “Onde estás?”, e, só então, um sujeito (eu, mim, ego) pode aparecer dizendo: “estou aqui”.

Judith Butler, em “Dar cuenta de sí mismo”, sugere um percurso diverso dessa interpelação pelo outro. Para ela, a pergunta foucaultiana “Em que posso me converter?” cede lugar à pergunta “Quem és?”, que é dirigida ao outro singular, único e insubstituível, (BUTLER, 2009). Esta, por sua vez, transforma-se em “quem é esse tu que me pede algo que não posso dar?”, no jogo da transferência psicanalítica (BUTLER, 2009). Indo ainda mais longe, a questão se torna: “quem deseja quando ‘eu’ desejo”, naquilo que Laplanche nomeia de “estrangeiridade” (BUTLER, 2009, p.105). Então, podemos entender que o “eu” narrativo, desde Foucault, só pode contar sua história a partir das perguntas “Quem és?”, “Quem me fala?”, “A quem falo quando falo a ti?”. Teríamos aí a prioridade da retórica sobre a ética. Mas não é o caso em Lévinas, para quem a interpelação do outro me constitui e precede a toda formação do “eu” (Moi), antes mesmo que o sujeito apareça; no que concordariam Bolla e Lacan, segundo Butler (2009). Numa aproximação a Winnicott, chegaríamos à conclusão de que esse “eu” é fruto de um conjunto de relações e processos no mundo, não estando dado na origem.

O sujeito surge, portanto, como um reconhecimento do outro, mas o faz como resposta, como um estar disponível ao outro, como passividade. Tal passividade é vista, por Lévinas, como vulnerabilidade, exposição, possibilidade do traumatismo. Esse “encontro” com o outro é traumático, exigindo esforço e trabalho:



A forma de subjetivação que reconhece a alteridade, que foge da adequação, adaptação e perfeito encaixe entre *eu* e *outro*, que reconhece que algo do outro excede sempre a mim, será por sua vez sempre traumática. Trauma e excesso que pedem, que exigem, trabalho (e *travaglio*) por parte do sujeito (FIGUEIREDO; COELHO JR., 2004, p. 21, grifos dos autores).

Esse jogo dialético do reconhecimento – ser reconhecido pelo outro e reconhecer o outro –, que implica uma identidade relacional imersa em jogos de diferença, estaria na base da responsabilidade ético-política e da concepção de justiça que trataremos aqui.

## RESPONSABILIDADE E JUSTIÇA

A ideia de responsabilidade, em sua origem, está vinculada à de previsibilidade e não à de imputabilidade. É a possibilidade de prever o próprio comportamento e de corrigi-lo se necessário. Como nos diz Abbagnano:

Possibilidade de prever os efeitos do próprio comportamento e de corrigi-lo com base em tal previsão. R[esponsabilidade] é diferente de imputabilidade [...] que significa a atribuição de uma ação a um agente, considerado seu causador (2007, p. 855).

Pressupõe, portanto, a possibilidade de eleição em meio a uma liberdade limitada. O indivíduo, sabedor das consequências possíveis de sua ação, em especial para as outras pessoas, pode utilizar-se dessa previsão para alterar o curso dessa mesma ação.

Umberto Eco (2000) já nos disse que, quando o outro entra em cena, nasce o ético. Ou seja, temos que ter ao menos um outro diante do qual sejamos responsáveis. Contudo, pode-se ir além disso: sermos responsáveis por ele e por todos os outros:

A responsabilidade é minha incumbência exclusiva e que, humanamente, não posso recusar. [...] eu sou eu na única medida em que sou responsável. Posso substituir a todos, mas ninguém pode me substituir. É essa a minha inalienável identidade de sujeito [...] (LÉVINAS, 1997, p. 34).

Nesse âmbito da ética, “Responsabilidad es el cuidado, reconocido como deber, por otro ser, cuidado que, dada la amenaza de su vulnerabilidad, se convierte en ‘preocupación’” (JONAS, 2008, p. 357). Tais ideias caminham na direção do que advoga Emmanuel Lévinas, em sua ética da alteridade radical (LÉVINAS, 1978), mas, embora o termo aqui utilizado seja o mesmo – vulnerabilidade –, a significação é outra. Quando se fala de vulnerabilidade do outro, podemos entender aí sua pobreza, por exemplo. Não obstante, há uma vulnerabilidade deste que responde ao outro, ou seja, em ambos os lados, está a vulnerabilidade. Há outros que são vulneráveis porque sofrem ou podem vir a sofrer, mas há também nós mesmos que somos vulneráveis, pois podemos ser afetados pelo sofrimento daqueles. Jonas (2008, p. 154), não obstante, faz-nos recordar que “los hombres son ya potencialmente ‘seres morales’, puesto que poseen esa capacidad de ser afectados, y sólo por ella pueden ser también inmorales”. Aqui a aproximação do pensamento de Lévinas é inevitável. Por sermos seres expostos uns aos outros em nossa vulnerabilidade e singularidade, nossa situação política consiste, em

parte, em aprender a melhor maneira de manejar essa exposição do outro (BUTLER, 2009).

Ser responsável pelo outro, condição precípua da subjetivação, equivale a uma dívida jamais contraída ou a uma culpa sem dolo, irredimível, mas inescapável. Além do que, é uma responsabilidade pela própria responsabilidade do outro, sem que ninguém possa substituir-me nesta responsabilidade. Eis a radicalidade da ética levinasiana. Trata-se de uma relação, portanto, onde o “eu” se torna um “mim” acusativo, em resposta a um “tu” que é um Outro separado, mas que pode vir a substituir. Butler (2009) nos ajuda a compreender essa responsabilidade ética:

Si sólo lleigo a ser responsable en razón de que el Otro actúa sobre mí, es porque el “yo” cobra vida primero como un “yo” [“me”] acusativo cuando Otro me actúa, y esta intrusión primaria ya es, y desde el inicio, una interpelación ética (BUTLER, 2009, p. 124).

Em termos de horizonte ético, a perspectiva levinasiana, por ser rigorosa e exigente, coloca-nos diante da responsabilidade absoluta e irrevogável pelo outro, por todos os outros. Todavia, podemos adotar uma perspectiva macro e, logo, adensarmos essa responsabilidade pela via da justiça. Nesse caso, teremos que buscar equidade e reversibilidade entre as pessoas, levar em conta o outro do outro, o terceiro homem (LÉVINAS, 1978). Assim, podemos pensar, com a “pequena ética” de Paul Ricoeur, por exemplo, em uma sociedade cujo ideal ético seja “a visada de uma ‘vida boa’ com e para os

outros em instituições justas” (RICOEUR, 1990, p. 202).<sup>1</sup> Em primeiro lugar, devemos entender que “Quanto ao conteúdo, a ‘boa vida’ é, para cada um, a nebulosa dos ideais e sonhos de êxito em relação à qual a vida se leva a cabo para ser mais ou menos tida como cumprida ou não cumprida” (RICOEUR, 1990, p. 210).<sup>2</sup> A ideia de solicitude, por sua vez, vem por via da ética levinasiana, porque a estima do outro como um si-mesmo é equivalente à estima de si-mesmo como um outro (RICOEUR, 1990, p. 226). Por último, a ideia de justiça fala de uma exigência de igualdade entre os homens. Assim, passamos de uma responsabilidade individual para a esfera da responsabilidade social, da ideia de bom para a de obrigatório, pela transição proposta por Ricoeur (1990).

De um ponto de vista eminentemente ético, somos responsáveis pelo outro e por todos os outros, mas quando se clama por justiça, toda a humanidade está em jogo, e a responsabilidade, agora social, deve ser assumida no âmbito das instituições, do espaço público e pela via da política. Contudo, um fenômeno tardo-moderno se afigura como o contraponto a essa responsabilidade compartilhada. São exigências morais que recaem sobre os indivíduos, em especial no âmbito do trabalho, e que merecem um pouco mais de atenção neste momento.

## RESPONSABILIZAÇÃO E CULPABILIZAÇÃO DO INDIVÍDUO

---

<sup>1</sup> No original: “la visée de la ‘vie bonne’ avec et pour autrui dans de institutions justes”.

<sup>2</sup> No original: “Concernant le contenu, la ‘vie bonne’ est, pour chacun, la nébuleuse d’idéaux et de rêves d’accomplissement au regard de laquelle une vie est tenue pour plus ou moins accomplie ou inaccomplie”.

No que pode nos ajudar a ética radicalizada de Lévinas, quando tentamos entender a nossa sociedade atual? Como vislumbrar essa exigência de responsabilidade quando vemos, talvez, seu contrário, uma desobrigação e descompromisso com o outro, com a sociedade ou com a humanidade? Ou, vindo por outro ângulo, como entender a culpabilização operada no sujeito diante das exigências do mundo social, em especial as demandas laborais?

A princípio, poderíamos pensar que tais demandas são legítimas, pois partiriam do outro – sociedade – para os indivíduos. Contudo, há um discurso que responsabiliza o sujeito, mas que não é proveniente de um Outro no sentido levinasiano aqui empregado. Trata-se de um discurso ideológico que cria uma falsa responsabilidade de cada um em relação a si mesmo; que faz com que se exija de si para além do que é devido, quando, por exemplo, utiliza-se da lógica da ativação (CRESPO, 2009; CRESPO; REVILLA; SERRANO, 2009, e CRESPO; SERRANO, 2011) para culpar um indivíduo com relação a seu insucesso, seu baixo rendimento ou seu desemprego. Vemos aqui a heteronomia, própria do pensamento ético levinasiano, ceder lugar a uma autonomia do sujeito, que exige de si uma centralidade e uma identidade consigo mesmo para além de sua capacidade de resposta.

As mudanças que ocorrem na sociedade tardo-moderna nos fazem pensar nas novas formas como o individualismo aparece nas relações humanas, em especial, nas relações de trabalho. O indivíduo trabalhador é solicitado de muitas maneiras a responsabilizar-se por sua própria condição, seja assumindo uma dimensão empreendedora, seja prestando contas de sua realização pessoal. Existe uma cobrança moral no âmbito laboral (CRESPO, 2009) que camufla, numa falsa ativação, aquilo que, de fato, revela-se como passivi-

dade diante das exigências de ordem meramente econômica (BAUMAN, 2005).

Tal discurso aparece na forma de um apelo ao sujeito e não à ação, menos ainda à situação em que o sujeito se encontra. Cobra-se não tanto pelo que se faz, ou pelo que a sociedade fez ao sujeito, mas pelo que se é. Há uma exigência de ser feliz, como de ser empregável ou competente, que é dirigida ao sujeito, culpabilizando-o seja por sua infelicidade, seja por seu desemprego, seja por sua incompetência. A autonomia se reverte em submissão, mas não àquela sujeição ética a que nos referimos antes, que nos coloca diante da responsabilidade perante outrem, e sim a uma cobrança indevida do indivíduo para consigo mesmo. Em outros termos, instaura-se a culpa pelo que não se é e a vergonha perante os outros (GIDDENS, 2002).

## JUSTIÇA SOCIAL E ALTERIDADE

Agora podemos considerar, em termos dialéticos, que, de um lado, coloca-se, cada vez mais, a responsabilização/culpabilização dos indivíduos e, de outro, clama-se ao sujeito uma responsabilidade pelo outro. Pelo que vimos da ética da alteridade radical, não temos que dar uma resposta a nós mesmos, senão uma resposta ao outro, à sociedade ou à humanidade, nos termos em que percebemos a desvalorização do ser humano pelas exigências mercadológicas de um capitalismo financeiro globalizado.

Podemos entender que existe aqui a necessidade de aproximarmos-nos da política, a partir do tema da responsabilidade e da responsabilidade compartilhada. Nesse sentido, “A política então tenta substituir a ética mas [...] a política não pode autonomizar-se” (CARRARA, 2010, p. 193). Por esta via, uma tensão persiste entre a ética e a política: a igualdade

de todos os homens (e mulheres) não pode apagar a desigualdade ética que impõe uma responsabilidade primeira com respeito a todos os outros. A socialidade funda-se, ademais, na fraternidade originária e não somente em um contrato social artificial que a todos une debaixo da autoridade do Estado. Por isso, é “imposible evadir nuestra fundamental socialidad” (BUTLER, 2009, p. 52).

Para Ricoeur (1990), é pela via da amizade que o si-mesmo encontra o outro e as ideias de mutualidade e de igualdade. Chegamos, assim, ao caminho da justiça, em que a repartição de vida entre um pequeno número de pessoas cede lugar a uma distribuição de partes numa pluralidade à escala de uma comunidade política histórica (RICOEUR, 1990, p. 220).<sup>3</sup>

Não obstante, a justiça é necessária para garantir a igualdade de trato, apesar de respeitar as diferenças, o que impõe, ao final e ao cabo, a existência de acordos e normas. Contudo, o deontológico subordina-se ao teleológico ainda, ou seja, existe a primazia da ética sobre a moral (RICOEUR, 1990). A justiça é, como vimos, a terceira dimensão da ética (depois da prática de uma vida boa e da dimensão da solicitude) e a primeira virtude das instituições sociais – segundo disse Ricoeur a partir de Jean Rawls –<sup>4</sup> e baseia-se na ideia de igualdade em que o outro é cada um (RICOEUR, 1990).

---

<sup>3</sup> No original : “où le partage de vie entre un très petit nombre de personnes cède la place à une distribution de parts dans une pluralité à l’échelle de une communauté politique historique”.

<sup>4</sup> John Rawls é um dos grandes pensadores da questão da justiça, obviamente, mas aqui optamos por tratá-la pela via da alteridade radicalizada. Para os que ainda não conhecem o pensamento de Rawls, remetemos à leitura de Teoria da Justiça.

Temos em conta, mais uma vez, esse horizonte ético no qual a responsabilidade absoluta pelo outro nos conduz a uma perspectiva política, sendo a justiça social possível quando nos colocamos a pensar a igualdade em meio à diferença e, também, quando pensamos a responsabilidade social a partir desse horizonte ético. Quer dizer, podemos exercer uma responsabilidade compartilhada porque, desde sempre, temos a responsabilidade como nossa e ineludível.

Pode-se ser responsável por todos os outros, e não se pode ser substituído nessa responsabilidade (LÉVINAS, 1997), mas podemos nos unir a todos na defesa da justiça social. Ademais, a democracia exige a participação e o comprometimento de todos no espaço público. Pressupõe também que o Estado possa gerir esse espaço e equilibrar as forças que se enfrentam na sociedade.<sup>5</sup> Isto implica prover os bens sociais necessários à garantia da igualdade de direitos e à redistribuição de serviços e cuidados. Ou seja, a intervenção estatal (responsabilidade compartilhada) atua sobre a política social, visto que ao capital privado pertence a atuação, o investimento e os ganhos. Entretanto, pouco a pouco, o Estado vem perdendo sua força de intervenção e seu caráter de bem-estar e agora temos que buscar reverter essa situação (ALONSO, 1999).

Quando falamos de estado de bem-estar social, no fundo, estamos abordando a garantia de que todos sejam cuidados em suas necessidades essenciais de trabalho, educação, saúde e assistência social. Trata-se da responsabilidade de todos por todos, embora seja transferida ao Estado na forma de políticas públicas. Em Lévinas (1978), podemos entender essa jus-

---

<sup>5</sup> Não podemos esquecer a figura do gestor político, como nos alerta Kuvaiia (2003, p. 58), “que deve exercer seu poder para os outros e não sobre os outros”, que está sob o controle dos cidadãos e deve agir em função do mesmo.



tiça social a partir do mandamento ético fundamental – “Não matarás” –, que pode ser traduzido por não deixar morrer, por assistir o outro em sua doença e em sua morte, pelo trabalho de cuidado, pelo direito ao trabalho digno e provedor, pelo direito a uma vida intelectual etc.

Mesmo se levarmos em conta que há modelos distintos de estado de bem-estar e que eles sofrem atualmente uma erosão (ALALUF, 2009), a ideia de responsabilidade social, que desejamos enfatizar aqui, é aquela que tem por objetivo a busca do desenvolvimento das capacidades, além da garantia do bem-estar. Tal perspectiva implica, por um lado, o comprometimento do Estado por meio de políticas públicas e, por outro, o exercício da liberdade de forma responsável pelos indivíduos, a fim de tornar realidade o seu potencial (SALAIS, 2009). Porém, no âmbito da sociedade tecnológica e da informação, há que se buscar uma nova cidadania que tenha na figura da alteridade – no reconhecimento das diferenças – sua pedra angular para uma política de sociodiversidade (ALONSO, 1999). Seja no âmbito do trabalho, seja onde for, o pluralismo, o equilíbrio ecológico, a inserção social etc. são objetivos sociais inescapáveis.

## CONCLUSÕES

A partir desse exercício teórico-crítico, tentamos demonstrar a importância de se levar em conta o sujeito da responsabilidade, em sua estruturação como resposta a outrem, para compreendermos seu papel na efetivação da justiça social. Esse horizonte ético de responsabilidade pelo outro abre caminho à ideia de justiça que pressupõe a busca de igualdade de oportunidades, ao mesmo tempo em que tenta garantir o respeito às diferenças.

A responsabilidade social se contrapõe à responsabilização e culpabilização dos indivíduos pelo seu sucesso ou fracasso, típica demanda tardo-moderna. Sem olvidar a dimensão da alteridade, ela busca promover a justiça social por meio de instituições públicas e se atém à necessidade de garantir a manutenção e o aprimoramento do estado de bem-estar social.

## BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALALUF, M. La ciudadanía social erosionada por la moral. In: CRESPO, E.; PRIETO, C.; SERRANO, A. (Coord.). *Trabajo, subjetividad y ciudadanía: paradojas del empleo en una sociedad en transformación*. Madrid: Ed. Complutense, 2009.

ALONSO, L. E. *Trabajo y ciudadanía: estudios sobre la crisis de la sociedad salarial*. Madrid: Ed. Trotta/Fund, 1999.

BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005.

BUTLER, J. *Dar cuenta de sí mismo: violencia ética y responsabilidad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

CARRARA, O. V. *Lévinas: do sujeito ético ao sujeito político*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010.

CRESPO, E. Las morales del trabajo. In: CRESPO, E.; PRIETO, C.; SERRANO, A. *Trabajo, subjetividad y ciudadanía: paradojas del empleo en una sociedad en transformación*. Madrid: Ed. Complutense, 2009. p. 39-62.

CRESPO, E.; REVILLA J.; SERRANO, A. Del gobierno del trabajo al gobierno de las voluntades: el caso de la activación.

*Psicoperspectivas: individuo y sociedad*, Valparaíso, v. 8, n. 2, p. 82-101, 2009.

CRESPO, E.; SERRANO, A. Regulación del trabajo y el gobierno de la subjetividad: la psicologización política del trabajo. In: BERNAL, A. O. (Coord.), *Psicología Social Crítica*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2011. p. 246-263.

ECO, U.; MARTINI, C. M. *Em que crêem os que não crêem?* Rio de Janeiro: Record, 2000.

FIGUEIREDO, L.C.; COELHO JR., N. Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade. *Interações*, Campo Grande, v. 9, n. 17, p. 9-28, 2004.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2002.

JONAS, H. *El principio de responsabilidad: ensayo de una ética para la civilización tecnológica*. Madrid: Herder, 2008.

KUIAVA, E. A. A responsabilidade como princípio ético em H. Jonas e E. Levinas: uma aproximação. *Veritas*, Porto Alegre, v. 51, n. 2, p. 55-60, 2006.

LÉVINAS, E. *Autrement qu'être ou au delà de l'essence*. Paris: Le Livre de Poche, 1978.

LÉVINAS, E. Entrevista com Emmanuel Lévinas. Excertos de entrevistas realizadas por Philippe Nemmo e François Poirié, *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, 1997.

RICOEUR, P. *Soi-même comme un autre*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

SALAS, R. La incorporación del enfoque de la capacidad a las políticas sociales y laborales. In: CRESPO, E.; PRIETO, C.; SERRANO, A. (Coord.) *Trabajo, subjetividad y ciudadanía: paradojas del empleo en una sociedad en transformación*. Madrid: Ed. Complutense, 2009.

ZANA, A. R. O.; PERELSON, S. Problemática identitária e reconhecimento da alteridade: do encontro com o outro indivíduo ao confronto com o estranho. *Clínica & Cultura*, Sergipe, v. 2, n. 1, p. 44-57, 2013.



# ESTADO DE CONHECIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE A PSICANÁLISE E A SAÚDE MENTAL: ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA ENTRE 2000-2014

---

Karla Patrícia Holanda Martins

Gardênia Holanda Marques

Oswaldo Costa Martins

Rafael Correia Sales

Raimundo Edmilson Pereira Silva Júnior

Alysson Albert Maia

Gabriela Medeiros Rodrigues Aguiar

## INTRODUÇÃO

Elaborado em comemoração aos 14 anos de trabalho da Pós-Graduação em Psicologia da UFC, o presente artigo tem por objetivo apresentar e discutir um recorte da pesquisa “Estado de conhecimento das relações entre a psicanálise e a saúde coletiva: estudo sobre a produção acadêmica entre 2000-2014”. A investigação vem sendo realizada desde o ano de 2012, envolvendo pós-graduandos desse programa, bem como bolsistas de iniciação científica.

No âmbito deste trabalho, selecionamos a produção acadêmica do referido período, relativa ao campo da saúde mental. Com este escopo, pretende-se demonstrar: em primeiro lugar, a participação de psicanalistas brasileiros na discussão

que sustentou a transformação dos paradigmas teórico-clínicos do campo da saúde mental brasileira; em segundo lugar, as afinidades entre os projetos clínicos da reforma psiquiátrica brasileira e a ética da singularidade presente nos pressupostos teóricos e clínicos da psicanálise.

Antes de passarmos à pesquisa propriamente dita, gostaríamos de apresentar, ainda que brevemente e de forma parcial em seu contexto, a produção acadêmica de psicanalistas e professores das universidades brasileiras que, já no final dos anos 70 e início dos anos 80, buscaram compreender os limites e possibilidades da influência dos saberes e práticas *psi* no campo da saúde pública, situando aí o lugar da psicanálise. Nesse momento inicial da presença da Psicanálise no ensino de pós-graduação em Psicologia nas universidades brasileiras, tais desafios foram enfrentados em importante diálogo com as Ciências Sociais.

De acordo com Martins (2012), ao longo da década 80, uma geração de psicanalistas, egressos das graduações em Psicologia, inseriu-se no campo da saúde pública, considerando as tensões e os limites entre a psicanálise e o trabalho ali realizado, em especial nos ambulatórios. Os cursos de Pós-Graduação em Psicologia tiveram um importante papel como lócus de formulação teórica dos desafios encontrados. Essa geração havia sido precedida pelas legítimas interrogações que marcaram a produção acadêmica no Brasil nas décadas de 60, 70 e 80 e que, alicerçadas pelas reflexões das Ciências Sociais, discutiam a delimitação do campo analítico e os efeitos de difusão dos saberes e práticas *psi* sobre os modos de subjetivação contemporâneos. O trabalho de Serge Moscovici, publicado já em 1961 – *Psychanalyse, son image et son public* – sobre a difusão da psicanálise na França, discutira algumas dessas questões. Podemos ainda dar como exemplos a crítica antipsiquiátrica de Ronald Laing e Robert Castel e, sobretudo, a crítica genealógica de Michel

Foucault; os trabalhos de Basil Bernstein (1971) sobre as relações entre a produção dos diversos sistemas de linguagem e as classes sociais; os estudos de P. Berger e T. Luckmann (1973); as obras de L. Boltanski (1977, 1979), Pierre Bourdier (1979) e Paul Bercherie (1988), entre outros,<sup>1</sup> amplamente citados nos trabalhos acadêmicos escritos por psicanalistas nos anos 80.

Os trabalhos produzidos na antropologia brasileira dos anos 80 estendem suas críticas à psicologia clínica em sua extensão e apontavam a necessidade de mudanças profundas na constituição de seu campo teórico-prático. O artigo dos antropólogos Daniela Ropa e Luiz Fernando Duarte (1985) e suas considerações teóricas sobre a questão do “atendimento psicológico” às classes trabalhadoras, por exemplo, em que os autores concluem sobre o que consideraram “os resultados terapêuticos desanimadores” das práticas psicoterápicas às classes trabalhadoras e sinalizam uma provável inadequação dos nossos instrumentos terapêuticos no atendimento a essas populações. Os analistas não estiveram indiferentes a tais questões, como demonstra o artigo de Benilton Bezerra

---

<sup>1</sup> Entretanto, a discussão acerca da atuação ampliada da clínica psicanalítica não é recente. A presença da psicanálise nos contextos da saúde e nas situações de extrema vulnerabilidade psíquica e social já fora testemunhada pelos psicanalistas de primeira hora no contexto das guerras mundiais (Karl Abraham [1877-1925], Sándor Ferenczi [1873-1933], Donald Winnicott [1896-1971]), nas situações de abrigo (Jenny Aubry [1903-1987]) e no trabalho com as crianças em sofrimento psíquico agudo (Maud Manoni [1923-1998]). Algumas dessas referências podem ser aprofundadas nas obras sobre a História da Psicanálise, por exemplo, em Roudinesco e Plon (1998). No caso brasileiro, é necessário situar o trabalho pioneiro realizado no Rio de Janeiro, na Clínica Social de Psicanálise, fundada em 1973, por Anna Katrin Kemper (1905-1978) e Helio Pellegrino (1924-1988), trabalho que Michel Foucault teria considerado, segundo Heitor O’Dwyer de Macedo (2012), “a experiência antropológica mais importante do século vinte”.



Jr., escrito em 1987, publicação que representou um importante marco para as políticas de saúde mental no Brasil.

Em resposta às novas indagações, um novo campo de teorizações começou a se construir. Citamos, por exemplo, Figueira (1978, 1980, 1981, 1985), Coutinho (1985), Bezerra Jr. (1987), entre outros. Indicamos para o aprofundamento do tema, o interessante inventário das referências do campo antropológico que colaboraram com a constituição do campo “psi”, também no caso particular do Rio de Janeiro, realizado pela antropóloga Jane Russo (2002, 2011).

O diálogo crítico com o discurso e os poderes médicos, no contexto das instituições brasileiras, é posto em foco também no início dos anos 80, com a publicação do trabalho *Ordem médica e norma familiar*, do psicanalista Jurandir Freire Costa (1980). Em 1984, seguem-se as suas reflexões acerca da violência. Mais no final da década, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente e as discussões em torno da reforma psiquiátrica colocam em cena novas reflexões acerca dos modelos de atuação e formação de psicólogos e psicanalistas e suas possibilidades de inserção, a exemplo do trabalho de Sônia Altoé (1990) e das irmãs Irma e Irene Rizzini no Núcleo de Estudos sobre o Menor – CESME da Universidade Santa Úrsula no Rio de Janeiro.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Outros núcleos de psicologia relacionados à infância, com preocupações éticas semelhantes, já haviam sido fundados, por exemplo, o Nucepec, na Universidade Federal do Ceará, que comemorou, neste ano, seus trinta anos de existência. Desse modo, é importante ressaltar que o breve inventário dos trabalhos e autores elencados é um recorte *ilustrativo* de um conjunto de preocupações que fizeram parte da história da psicologia no Rio de Janeiro, com efeitos para uma geração de psicólogos e psicanalistas formada nos anos 80 que, atravessada por essas discussões, interrogava a possibilidade de um exercício da psicanálise em contextos sociais tão diferentes daqueles tradicionalmente relacionados ao seu exercício clínico. O conjunto dessas questões se estende, respeitadas algumas particularidades, ao território brasileiro, com exemplos inclusive na cidade de Fortaleza (ver Danziato, 2000).

Indagava-se se a psicanálise sobreviveria em um campo como o da saúde pública, por vezes, ortopedizado pelas demandas de uma clínica médica marcada por aspectos que já se definiam normativos em sua *episteme*, atravessados pela proposta de uma clínica da reabilitação social inspirada, na grande maioria das vezes, por um discurso que relacionava saúde mental com reestabelecimento de papéis sociais ditos normais, reduzindo a perspectiva do sofrimento psíquico.

Já no final dos anos 80 e início de 90, o campo teórico que havia começado a se constituir nas décadas anteriores começa a dar testemunho dessa aposta em duas vertentes aqui consideradas. Por um lado, teremos a consolidação do seu trabalho nas universidades, a partir da fundação dos núcleos e/ou Laboratórios de Psicanálise nas graduações de Psicologia e, ainda, da abertura do primeiro Programa de Psicanálise na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os trabalhos de extensão nas universidades começam um processo de franca institucionalização. No caso particular da Universidade Federal do Ceará, na década de 1980, existiam os grupos de estudos coordenados pelos professores Ricardo Barrocas e Francisco Ramos de Farias, e, em 1993, surge oficialmente o primeiro projeto de extensão, os Encontros em Psicanálise, originando, em 1998, o atual Laboratório de Psicanálise, fundado pela professora Ana Luiza Pinto Nogueira.

Com a reformulação do Sistema de Saúde, abrem-se espaços de entrada dos psicólogos na rede ampliada do Sistema Único de Saúde (SUS). Os psicanalistas também chegam aos ambulatórios públicos, agora, ancorados pelas teses sobre a legitimidade da psicanálise em extensão e pela simultânea implosão das condições imaginárias para a presentificação do sujeito do inconsciente, uma disposição sustentada, destacadamente, pela expansão e consolidação do ensino de Lacan.

Em 1997, a psicanalista Ana Cristina Figueiredo, na sua pesquisa sobre o exercício da psicanálise nos ambulatórios públicos, faz um inventário dos mitos que, durante um longo período, assombraram os que se aventuravam numa clínica psicanalítica em instituições públicas, quais sejam: a ausência do pagamento em dinheiro, as modulações relativas ao tempo das sessões, a duração do tratamento, a ausência do uso do divã etc. Tais mudanças, até então consideradas como entraves que colocavam em xeque a legitimidade do método, foram desconstruídas em seu retorno aos princípios da metapsicologia freudiana. Ao final, ela conclui: “não há duas psicanálises, uma para o consultório e outra para o ambulatório” (FIGUEIREDO, 1997, p. 11), posto não haver uma correspondência tautológica entre um modelo único de intervenção e a generalidade dos sujeitos que nos procuram, seja no consultório ou nas instituições públicas de saúde.

Cabe, desde já, ressaltar que, na produção analisada nesta pesquisa, a obra de Figueiredo (1997) representa o ponto de partida de muitos desses trabalhos. Consideramos que a publicação de seu livro funcionara como uma espécie de autorização daqueles que foram para os novos dispositivos estabelecidos com a criação do Sistema Único de Saúde, no final dos anos 80 e início de 90, e de reconhecimento dos que há muito já realizavam quase clandestinamente seus trabalhos.

Aliada às teses da reforma psiquiátrica, a psicanálise não recuou diante das relações entre clínica e política. Sob efeito de seu percurso e de sua ética, continua a ser interrogada e levada a se engajar em debates que a transportam para além dos modelos de transmissão e clínica tradicionais. Nesse sentido, encontra-se, hoje, convocada a construir respostas aos grandes desafios impostos pelas mutações do laço social no campo da cultura e seus efeitos nos modos de subjetivação

contemporâneos, mas é, igualmente, chamada a se responsabilizar por sua entrada nos mais diversos campos da saúde mental, a partir, por exemplo, dos efeitos produzidos pelo seu ensino na universidade e da sua consolidação nos serviços de saúde pública.

Assim, apresentaremos o que foi encontrado, nesses últimos anos, como testemunho do que propôs a psicanálise nos efetivos trabalhos realizados e nos esforços teóricos empreendidos pelos psicanalistas nas suas inserções institucionais (MARTINS et al., 2015). Em linhas gerais, perguntamo-nos: quais os problemas identificados ao longo desses anos na aproximação com o referido campo e como os autores responderam conceitualmente a eles a partir de sua articulação ético-clínica?

A seguir, a pesquisa da qual partimos será apresentada em seus aspectos metodológicos, seguindo-se a uma breve análise das principais palavras-chaves e sua distribuição pelas regiões brasileiras, passando-se, adiante, a uma discussão mais particular sobre os trabalhos que discutiram as práticas realizadas nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

## **METODOLOGIA**

### **Descrição**

Esta pesquisa de caráter bibliográfico consiste em um tipo denominado estado da arte ou do conhecimento e, de modo geral, apresenta-se como uma análise da produção científica e acadêmica em um campo específico, objetivando caracterizar o conhecimento produzido e publicado, bem como a distribuição das temáticas e publicações, a natureza das contribuições teóricas e as prováveis problemáticas das quais podem partir outras investigações (FERREIRA, 2002).

O delineamento metodológico iniciou-se com a identificação dos programas de pós-graduação em Psicologia que apresentavam, expressamente, em sua grade curricular, pelo menos uma linha de pesquisa atinente à Psicanálise. Para tal, foi solicitada ao coordenador da área de Psicologia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a lista dos programas de pós-graduação em psicologia das universidades brasileiras em 2012. A partir disso, iniciou-se a identificação dos docentes associados a cada programa e linha de pesquisa. Concomitantemente, realizou-se uma busca das referências das publicações dos docentes em exercício por ocasião da seleção dos programas, obtidas por meio do currículo da Plataforma *Lattes* (CNPq). Finalizada essa etapa, iniciou-se a busca, coleta e análise dos resumos e palavras-chaves dessa produção, a saber: artigos publicados em periódicos nacionais, dissertações e teses. Objetivou-se identificar as publicações acadêmicas que abrangiam o campo da Psicanálise em interseção com os campos da Saúde Mental e/ou Saúde Coletiva. Além de uma busca mais geral pelos trabalhos em que as palavras “psicanálise”, “saúde mental” e “saúde coletiva” estavam presentes, a leitura dos resumos dos referidos trabalhos (registrados na Plataforma *Lattes* dos professores desses programas) permitiu-nos também selecionar trabalhos com temáticas relacionadas à interseção desses três campos. Desse modo, as palavras-chaves selecionadas já representam o resultado de um trabalho de delimitação do campo.

## **Crítérios**

A inclusão ou exclusão dos documentos deram-se pela análise dos seguintes critérios: 1) ano das publicações, incluindo-se aquelas produzidas no período de 2000 a 2014; 2) título,

resumo e palavras-chaves, averiguando-se, como acima explicitado, a pertinência com a interface dos conteúdos e áreas propostas por esta pesquisa; 3) ausência de resumos e/ou palavras-chaves, não sendo consideradas as produções que não possuíssem ou não disponibilizassem ambos os requisitos; 4) idioma, abrangendo somente os trabalhos acadêmicos na língua portuguesa; 5) resenhas e entrevistas, excluindo-se aquelas constantes, no Currículo *Lattes*, em formato de artigo.

Portanto, faz-se necessário ressaltar limites e dificuldades, tais como: a não disponibilização dos resumos e/ou documentos completos (artigos, dissertações e teses) *on-line*; a restrição de acesso a produções científicas em diversos periódicos e bibliotecas virtuais de algumas universidades analisadas; a não inserção de artigos de diversos docentes no *Digital Object Identifier* (DOI) da Plataforma *Lattes*; a falta de indicação das referências de algumas publicações; a não substituição dos títulos provisórios de teses e dissertações orientadas; o registro errôneo dos nomes dos orientandos (mestrado e doutorado) de cada pesquisador e dos anos de conclusão das publicações finais; a falta de atualizações contínuas das informações disponibilizadas no Currículo *Lattes*.

Além disso, a falta de padronização dos descritores gerou muitas palavras-chaves semelhantes que não poderiam ser analisadas conjuntamente, sobretudo, pela grande quantidade de documentos a serem averiguados, ficando a possibilidade da utilização de *softwares* especializados para a análise de conteúdo. Desse modo, a análise qualitativa das informações encontra-se ainda em desenvolvimento.

Para acessar informações como palavras-chave e resumo (não disponibilizados no Currículo *Lattes*), foram necessárias varreduras no Google Acadêmico, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (Capes), nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas bibliotecas virtuais dos programas de pós-graduação das universidades, no portal Domínio Público e, eventualmente, em buscadores e diretórios como o Google.

Após um primeiro momento de coleta dos dados, de 74 docentes vinculados a 13 programas analisados, observou-se um número total de 1.473 documentos, sendo 824 artigos, 492 dissertações de mestrado e 157 teses de doutorado. Aplicados os critérios de exclusão elencados, encontrou-se um universo de 1.177 (100%) documentos analisados. Esse número distribui-se na frequência de 582 (51,01%) artigos, 421 (36,45%) dissertações de mestrado e 174 (12,53%) teses de doutorado, como apresentado na tabela abaixo.

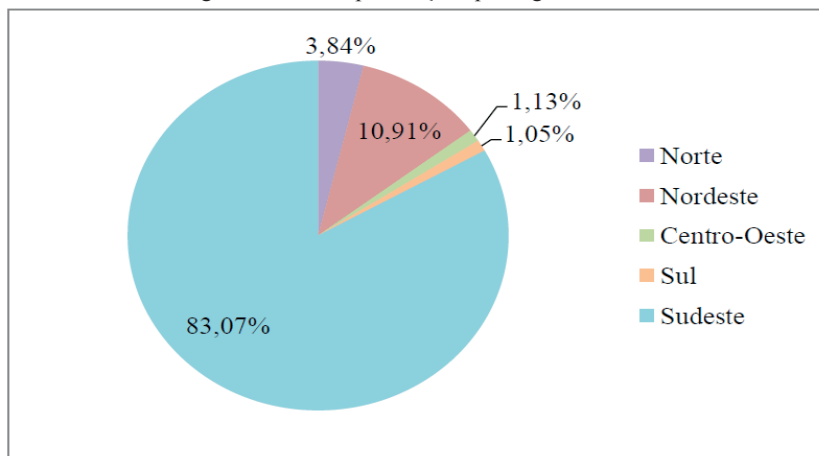
Tabela 1 – Total de publicações mapeadas por região nos programas analisados e por tipo de documento.

<b>Regiões</b>	<b>Artigos</b>	<b>Dissertações</b>	<b>Teses</b>	<b>Total</b>
<b>Norte</b>	21	20	1	42
<b>Nordeste</b>	42	80	1	123
<b>Centro-Oeste</b>	8	3	2	13
<b>Sul</b>	7	5	0	12
<b>Sudeste</b>	504	313	139	952
<b>Total</b>	582	421	174	1177

Fonte: Elaborada pelos autores no momento da pesquisa (2014).

Em porcentagem, temos que a maior parte das produções se concentra no Sudeste e a menor no Sul. Cabe ressaltar que os dados dizem respeito aos programas que foram analisados, segundo os critérios acima descritos.

Gráfico 1 – Porcentagem do total de publicações por região.



Fonte: Elaborado pelos autores no momento final da pesquisa (2014).

Em um terceiro momento, após a compilação dos documentos, iniciou-se uma análise qualitativa e quantitativa – dando-se ênfase nesta última – com o intuito de se realizar um mapeamento, bem como uma articulação dos dados coletados, das repercussões destes para a constituição de um campo teórico e/ou teórico-prático nas ações relativas à Saúde Coletiva e à Saúde Mental no âmbito da Psicanálise. Até o presente momento foram identificadas: 1) as produções científicas do corpo docente dos programas de pós-graduação das instituições de ensino analisadas neste estudo, levando-se em conta os anos em atividade destes no período estabelecido; 2) a distribuição quantitativa dos documentos retratados no item anterior por região e por todo território brasileiro; 3) a frequência das palavras-chave indicadas nos trabalhos coletados, bem como as temáticas abordadas nas produções acadêmicas das diferentes regiões do país.

Para a execução deste último objetivo, foi realizado um relatório com a análise da distribuição quantitativa das pala-



avras-chaves por região e por todo território nacional. Nacionalmente, as palavras-chaves com maior frequência foram:

Tabela 2 – Palavras-chaves – Brasil.

Posição	Palavra-chave	Nº de ocorrências
1	Psicanálise	499
2	Psicose	106
3	Freud	102
4	Lacan	95
5	Corpo	81
6	Saúde Mental	55
7	Trauma	53
8	Gozo	48
9	Autismo	47
10	Adolescência	43
11	Clínica; Sujeito	41

Fonte: Elaborada pelos autores no momento da pesquisa (2014).

Nos documentos das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, foi feita a coleta das palavras-chaves individualizadas por cada produção, acrescentada da leitura dos resumos e, quando possível, da íntegra dos trabalhos. Essa possibilidade foi aberta pelo número de documentos desses programas.

## Considerações acerca da metodologia

Após mapeamento, a produção coletada foi discutida a partir dos seguintes pontos:

- 1) análise da distribuição das palavras-chaves por programa de pós-graduação, regional e nacionalmente;
- 2) elaboração de relatórios (regional e nacional) contendo as onze palavras-chaves mais recorrentes e mostrando de que forma elas são verificadas nas publicações, ou melhor, de que maneira podem estar associadas umas às outras;
- 3) separação das categorias oriundas das palavras-chaves (dispositivos clínicos, perspectiva teórica do estudo, tipos de estudos, doenças orgânico-biológicas, faixa etária dos sujeitos envolvidos no estudo, modelos de práticas em saúde mental etc.);
- 4) associações entre as categorias adotadas;
- 5) considerações atinentes a possíveis relações entre o tempo de existência de cada um dos referidos programas e a quantidade de produções concluídas;
- 6) análise dos resumos, com vistas a identificar os conceitos neles empregados.

Em relação à região Sul, representada apenas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), é imprescindível frisar que os dados serão representativos se considerado o corte da pesquisa, qual seja: incluir apenas os programas de pós que mantivessem o nome “Psicanálise” na denominação de sua linha de pesquisa. Estamos cientes de que tal critério excluiu importantes programas e suas produções, por exemplo, o Programa de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As regiões Norte e Centro-Oeste foram representadas, respectivamente, pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e pela Universidade de Brasília (UnB). O tempo de criação do programa da UFPA deve ser considerada uma variável importante, bem como os recentes pro-

cessos de consolidação dos programas de pós-graduação das universidades do Centro-Oeste.

Nesse ponto, enfatizamos que respeitáveis programas de pós-graduação ficaram de fora do recorte metodológico de nossa pesquisa, a exemplo da Universidade de Campinas, do Instituto de Medicina Social da UERJ, entre outros, onde há um corpo de profissionais pioneiros na temática-objeto de nossa pesquisa, os quais representaram historicamente um papel importante na redescrição e fundamentação desses dois campos, a saúde coletiva e a saúde mental.

## **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA**

Até este momento da pesquisa (2014), a discussão dos resultados encontrados pôde ser feita com base nas palavras-chaves de todos os documentos mapeados. Para fins de análise, selecionaram-se as 10 (dez) palavras-chaves mais frequentes para cada tipo de publicação em cada uma das cinco regiões brasileiras. Observou-se, no entanto, que a palavra-chave “Psicanálise” se encontrava em maior número em todos os níveis de análise (aproximadamente 50% dos documentos). Assim, foram incluídas as 10 (dez) palavras-chaves subsequentes, resultando, por isso, em um total de 11 palavras.

Pensamos que a explicitação do campo epistemológico em que essas pesquisas se inserem, sejam elas bibliográficas ou não, indica algo significativo. Qual incidência poderia assinalar? Seria um modo de afirmação em um campo exterior ao de sua origem, a saber, a saúde mental e/ou coletiva? A universidade apontaria a sua responsabilidade pela transmissão do saber psicanalítico?

A construção deste capítulo configura uma análise qualitativa preliminar. O refinamento desta última encontra-se em andamento, em etapa de tratamento de dados para futura apreciação por meio do *software* livre Iramuteq, que permite a análise de dados textuais e de discurso, produzindo uma teia significativa na qual podem ser observadas as principais relações entre as palavras-chaves e as utilizadas nos resumos, facilitando a interpretação dos dados. A discussão aqui será apresentada, inicialmente, por regiões e depois a nível nacional, obedecendo à sequência: Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

## **Distribuição dos resultados por regiões brasileiras**

### ***Região Nordeste***

Três programas de pós-graduação atenderam aos critérios da pesquisa nesta região, a saber: o da Universidade de Fortaleza (Unifor), o da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). No total, foram encontrados 123 documentos, sendo 42 artigos científicos, 80 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado, número que corresponde a 10,91% do total de documentos encontrados.

No que se refere às palavras-chaves dos artigos, pode ser ressaltado o descritor “relação mãe-criança” (compreendendo expressões semelhantes como “relação mãe-bebê” e “relação mãe-filho”), que se encontra, principalmente, na interface com as questões da constituição psíquica e da alimentação, esta última representada pelas problemáticas da desnutrição e obesidade infantil. Outro descritor que se destaca é “corpo”, geralmente relacionado aos temas da psicossomática e/ou do câncer, refletindo, possivelmente, um pioneirismo desta

inserção no contexto dos hospitais e do esforço para estabelecer um diálogo com o saber e as práticas médicas. A palavra “clínica” aparece associada ao sofrimento psíquico e à saúde mental; por vezes, vem acompanhada de uma preocupação em situar a dimensão do diagnóstico numa perspectiva crítica ao saber psiquiátrico.

Não há citação aos autores do campo psicanalítico entre as principais palavras-chaves. A única referência nominal a um autor é feita a Michel Foucault. Seu trabalho se associa a reflexões sobre os ditos “modos de subjetivação”, “identidade social” e “corporeidade”. Quando alguns trabalhos se ocupam de uma crítica ao saber e às práticas médicas, não apenas no âmbito da psiquiatria, recorrem às teses foucaultianas.

Nas dissertações, predominam as temáticas relativas ao “corpo”. Outro tema de destaque é “relação mãe-criança”, apontando uma possível preocupação com as temáticas relacionadas à infância. Destaca-se, ainda, a palavra “sujeito”, explorada principalmente na sua relação com a clínica das psicoses e da toxicomania; a sua presença, no contexto dos respectivos trabalhos, indica um compromisso com a questão da singularidade. Todavia, observa-se certa imprecisão na utilização do termo “sujeito”, nem sempre coincidindo com “sujeito do inconsciente”. A dimensão da singularidade aparece relacionada às especificidades do trabalho institucional, principalmente, no confronto com a hegemonia do saber médico.

Com relação às teses de doutorado, devemos destacar que as três universidades têm programas de doutorado muito recentes, de modo que, a partir do recorte temporal da pesquisa, somente uma tese foi registrada até dezembro de 2014.

De um modo geral, a produção da região Nordeste se destaca pelo diálogo com o campo da Medicina, contribuindo com discussões sobre o lugar do sujeito, o adoecimento relacionado

às patologias orgânicas, por exemplo, ao câncer. Além disso, pode ser identificado um grupo de temáticas sobre a relação mãe-criança, a constituição do sujeito e a clínica das psicoses, fomentando o debate entre a psicanálise e a saúde mental.

### ***Região Norte***

Apenas um programa de pós-graduação preencheu os critérios de triagem estabelecidos pela pesquisa, o da Universidade Federal do Pará (UFPA). Ao todo, foi registrada a publicação de 42 documentos, sendo 21 artigos científicos, 20 dissertações de mestrado e 1 (uma) tese de doutorado. Os números correspondem a 3,84% do total de documentos encontrados.

No conjunto de artigos, verificou-se que as dez palavras-chaves de maior incidência são: “psicopatologia”, “AIDS”, “dispositivos clínicos”, “melancolia”, “desamparo”, “gozo”, “inquietante”, “saúde mental”, “sexual” e “sofrimento”. As temáticas abordadas nas dissertações transitam, igualmente, entre temas mais relacionados ao contexto da Medicina e do sofrimento psíquico advindo de situações de internações hospitalares e de doenças consideradas crônicas. Encontram-se, ainda, entre as temáticas relacionadas, considerações sobre a angústia, a melancolia e o desamparo. A temática da única pesquisa de doutoramento localizada concerne à saúde do trabalhador. Por fim, ressalta-se o contexto clínico em que as pesquisas foram desenvolvidas (nos hospitais gerais, em sua maioria), com exceção da trabalhada no âmbito do doutorado.

### ***Região Centro-Oeste***

Apenas um programa de pós-graduação se enquadrou nos parâmetros da pesquisa, o da Universidade de Brasília

(UnB), com um total de 13 publicações, sendo 8 artigos, 3 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado, representando 1,13% da produção nacional.

Entre as principais palavras-chaves dos artigos científicos, destacam-se produções relacionadas ao materno, representadas por “gravidez” e “maternidade”. O campo privilegiado de intervenção é o hospital. Não foram identificadas menções a autores psicanalíticos nesse tipo de publicação, nem nas demais. Nas dissertações e nas teses, foram encontrados campos de estudo mais heterogêneos, tendo em vista que cada palavra-chave só ocorreu uma vez. Mesmo assim, podem-se destacar muitas palavras pertinentes à questão dos transtornos alimentares, tais como: “compulsão alimentar”, “obesidade”, “anorexia infantil”, “interação alimentar mãe-bebê” e “recusa alimentar”.

De modo abrangente, pode-se destacar que as temáticas relativas ao Centro-Oeste discutem questões relacionadas ao campo da medicina, tendo o hospital como espaço de atuação privilegiado.

### ***Região Sul***

Aqui também somente um programa foi registrado a partir das atribuições da pesquisa, sendo a Universidade Estadual de Maringá (UEM) a única representante, com um total de 12 publicações, sendo 7 artigos científicos e 5 dissertações de mestrado, somando 1,05% da produção nacional. Não foi registrada nenhuma tese de doutorado.

Nos artigos científicos, destaca-se o descritor “histeria”, que aparece relacionado à cultura e à feminilidade, no contexto da anorexia e da bulimia. Outro destaque é para a problemática do materno, representado pelos significantes “função

materna” e “amamentação”, relacionados também à “clínica com bebês” e às possibilidades de uma clínica da intervenção precoce. Nas dissertações, o campo também é heterogêneo, mas destaca-se o descritor “teoria da Sedução Generalizada” (conceito cunhado pelo psicanalista Jean Laplanche) relacionado à melancolia, à sexualidade e à psicossomática. A única referência nominal a autores nas palavras-chaves é a Bion.

As produções dessa universidade de Maringá configuraram um campo limitado, não sendo possível identificar o privilégio para um recorte de atuação.

Destaque-se que as produções das quatro regiões acima debatidas representam apenas 16,93% das produções recordadas pela pesquisa. Supomos que a alta concentração na região Sudeste aponta para fatores de antiguidade dos programas, que, por sua vez, remetem ao processo histórico-econômico brasileiro.

### ***Região Sudeste***

O conjunto de documentos da região Sudeste representa, aproximadamente, 83,07% do total recolhido pela pesquisa, lançando um desafio para a análise qualitativa dos resultados dessa região, que são provenientes de 7 programas de pós-graduação: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Trata-se de 952 documentos, sendo 504 artigos científicos, 313 dissertações de mestrado e 139 teses de doutorado. Desse modo, não sendo possível ainda analisar mais detalhadamente esses resultados, sem lançar mão de *softwares*



de análise de conteúdo, optou-se por levantar questionamentos apenas em torno das 11 principais palavras-chaves.

Com relação às palavras-chaves dos artigos, existe alta ocorrência dos descritores “psicose”, “saúde mental”, “reforma psiquiátrica”, “autismo”, o que permite apontar uma preocupação com o trabalho clínico no contexto da pós-reforma psiquiátrica. Nesse contexto, a psicanálise pôde contribuir, sobretudo, com uma clínica que considerasse as especificidades dos fenômenos da psicose e sua estrutura, testemunhando quão danosa poderia ser a *pasteurização* de projetos terapêuticos (ainda que singulares) quando não considerados os dados de estrutura e as especificidades com que cada um lida com seu sofrimento.

As dissertações já apresentam referências aos autores utilizados, sendo “Freud” e “Lacan” os autores que se destacam. Não mais se destaca um campo privilegiado em que ocorrem as práticas, mas permanece a ênfase no âmbito das psicoses, do autismo e da saúde mental.

Por outro lado, conceitos como “gozo” e “transferência” aparecem indicando as formas singulares com que cada sujeito se relaciona com seu sofrimento, como formula a sua demanda e, também, como responde à oferta de tratamento. Consideradas essas coordenadas de uma clínica do singular, pode-se fazê-la avançar ali onde esta se degradou – na expressão de Gastão Wagner –, cedendo aos jogos de força entre os discursos normatizadores, entre eles o discurso jurídico da cidadania e o da medicina, expressos nos imperativos de saúde, bem-estar e qualidade de vida.<sup>3</sup> Trata-se aqui de um

---

<sup>3</sup> Sobre os riscos de as teorias cederem de seus termos e conceitos em favor da boa aceitação pelo discurso moral vigente em uma época, Freud já afirmara: “nunca se sabe aonde conduz esse caminho; primeiro cedemos nas palavras, e depois, pouco a pouco, também na coisa” (FREUD, 2011, p. 45).

compromisso em pensar a clínica teoricamente sustentada, o que se articula com as indicações dos textos freudianos em que a questão do sofrimento psíquico foi pensada na sua mais íntima articulação com a Cultura e a Política, sem que isso ejetasse, entretanto, o sujeito, suas determinações inconscientes e sua responsabilidade.

Quanto às teses de doutorado, Lacan aparece com mais referências do que Freud. Pode-se questionar se isso ocorre em virtude da atribuição de certo nível de complexidade à leitura de Lacan em relação à de Freud, que foi mais utilizada nas dissertações. Outra referência teórica é Donald Winnicott. O campo de maior destaque ainda é o da psicose, que, possivelmente, está associado a outros descritores muito frequentes como “corpo”, “sujeito” e “ato”.

Em linhas gerais, é importante reiterar que a região Sudeste concentra a maior parte da produção nacional dentro do intercâmbio proposto pela pesquisa, principalmente, porque a maior parte dos programas de pós-graduação dessa região se consolidou há mais tempo e apresenta extensiva produção. Além disso, algumas dessas universidades foram importantes espaços de difusão e transmissão da psicanálise no país, estando muitos de seus representantes, inclusive, envolvidos no processo que culminou na reforma psiquiátrica brasileira; cabe, ainda, ressaltar sua contribuição para consolidar o trabalho de extensão à comunidade dos serviços prestados em suas clínicas-escolas.

Assim sendo, seus programas produzem maciçamente nos grandes campos em que a Psicanálise se articula na contemporaneidade, principalmente a Saúde Mental. Pode ser observada também uma predominância de referências à escola francesa de psicanálise, seja pela alta frequência de descritores “Lacan”, como também pelo aparecimento

de outros descritores muito próprios à sua teorização, por exemplo, psicose e gozo. Outro descritor que aparece com destaque é “adolescência”, contrastando com a predominância, nas demais regiões, do tema da infância, mais tradicionalmente estudado. Deve-se, por fim, frisar que uma análise mais detalhada da região Sudeste só será possível com o uso de recursos eletrônicos de análise de conteúdo, devido à extensão dos dados encontrados nesse recorte.

A seguir, apresentamos alguns dados referentes às pesquisas realizadas nos Centros de Atenção Psicossociais – CAPS. A delimitação do campo em questão apoia-se na importância de refletir sobre os possíveis efeitos do discurso e das práticas inspiradas pela psicanálise nesse âmbito, transversalizados pelas mudanças nos campos da reforma psiquiátrica e sanitária no Brasil. As referências retomadas abaixo já fazem parte da análise realizada a partir da leitura de resumos e dos trabalhos na íntegra, neste caso, privilegiando os trabalhos acadêmicos que dão testemunhos de suas práticas clínicas nos Centros de Atenção Psicossociais.

## **A pesquisa em psicanálise nos Centros de Atenção Psicossocial**

Nos anos 1990, a psicanálise começa a consolidar seu percurso institucional na atenção secundária a partir da reforma psiquiátrica e de novos modelos de assistência à saúde mental, tendo como principais dispositivos os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Rinaldi (2005) aponta que o movimento psicanalítico brasileiro, a partir do final do século XX, passou a ocupar-se mais significativamente do trabalho em instituições públicas de cuidado à saúde, como CAPS, hospitais, ambulatórios de saúde mental, entre outros. Esse interesse teve como

consequências para o psicanalista a mudança de seu tradicional lócus de trabalho, o consultório privado, “para um espaço em que ele está entre vários, ao lado tanto dos profissionais que fazem parte da equipe quanto dos sujeitos a quem se dirige o tratamento” (RINALDI, 2005, p. 88).

Com relação ao material concernente ao CAPS (artigos, dissertações e teses publicados entre 2000 e 2014), verificou-se que há 38 artigos, 52,05% dos documentos, 24 dissertações, equivalentes a 32,87%, e 2 teses, ou seja, 2,73% das produções, que partiram de uma prática em um Centro de Atenção Psicossocial ou que versam sobre esse serviço da atenção secundária. Constatou-se também que a região Sudeste se destaca na produção em foco, com um acúmulo de 87,67% da produção nacional. Foi possível perceber, ademais, uma predominância da produção em análise qualitativa, evidenciando-se que a natureza dos trabalhos recai sobre o método de pesquisa teórico-clínico, isto é, produções construídas a partir de uma atuação nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Para a viabilização de uma análise qualitativa mais detalhada das 73 produções, foi necessária a criação de três categorias de análise, que surgiram da caracterização dos aspectos do estudo: 1) Dispositivos clínicos e metodológicos de pesquisa; 2) Objetos de estudo e intervenção; 3) Relações entre a Psicanálise e o discurso médico no campo da saúde mental. O primeiro tópico diz respeito às estratégias de atuação ou construção de uma prática profissional que embasaram a teorização do trabalho, como a utilização de casos clínicos, estudos de caso, supervisão institucional, oficinas terapêuticas, análise de prontuários, apresentação de paciente, acompanhamento terapêutico e residências terapêuticas. Já no segundo ponto, concentram-se os mais diferentes objetos de estudo sob os quais as produções se debruçam, tais como: a

toxicomania, a psicose, o autismo, a perversão e a histeria. Na terceira e última categoria, localizam-se as contribuições, aproximações e divergências entre a prática psicanalítica e o fazer médico psiquiátrico, incluindo-se aqui temáticas como a clínica ampliada, a clínica do sujeito e a atenção psicossocial.

Na categoria “Dispositivos clínicos” (categoria 1), as práticas interdisciplinares são as mais frequentes nos estudos realizados, estando em 41 produções, ou seja, em 56,16% das produções que versam sobre o CAPS no Brasil.

Desse modo, é evidente que a prática nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) tem demandado o exercício de pensar a construção de novos dispositivos de trabalho clínico, mas também um esforço em direção à construção de um diálogo com os demais profissionais da saúde atuantes na atenção secundária. Assim, desafia-se o nível teórico e retomam-se os conceitos fundamentais de inconsciente, sujeito e transferência, na perspectiva de redesenhar, na dita clínica ampliada, o que tem sido batizado como “a clínica do sujeito”.

A prática psicanalítica e a aplicabilidade de seus fundamentos entre outros profissionais e saberes se aproximam do que Lacan (1967) postulou a respeito do conceito de psicanálise em extensão. Assim, ao analisar o referido banco de dados, é evidente a interrogação recorrente na grande maioria dos trabalhos sobre o seu lugar nas instituições. O analista é convocado, portanto, entre outras possibilidades, a atuar dirigindo sua escuta clínica ao advento do singular, a apostar como instrumento da prática na construção do caso clínico, a participar de uma atuação na equipe de profissionais e a dialogar com os demais envolvidos na definição dos projetos terapêuticos individuais.

O lugar que o analista pode construir apresenta-se múltiplo, embora haja disponibilidade de uma construção em

parceria que necessita de uma capacidade de interlocução com outros saberes. Há um apontamento permanente para o esforço em não ceder ao inespecífico, em continuidade com o que já fora apontado por Figueiredo (1997, p. 168): “O psicanalista não é especial. É específico. Só assim ele convém”. Aqui se frisam as mais diversas interrogações e afirmações que lhe cabem, seja da ordem de identificar e trazer às palavras o excludente em sua práxis, seja de realizar uma aposta em uma intervenção que priorize a lógica do desejo em um tratamento multiprofissional.

Assim, a problemática que mais se destaca quando se formula o problema “sobre o lugar da psicanálise (e do psicanalista) nas instituições de saúde mental” refere-se à escuta do singular, à construção de vias de acesso à produção subjetiva e ao advento do discurso que possibilite um reposicionamento do sujeito frente ao seu tratamento. Ao analista recai o desafio de suportar o intratável e estar atento às sutilezas de uma escuta clínica sensível e encorajada diante do sofrimento psíquico do sujeito e de suas manifestações, considerando as formações inconscientes.

A escuta realizada pelo analista é o instrumento basilar para fazer advir esse sujeito, que “não é uma coisa tão óbvia”, surgindo nos fenômenos da linguagem, nas descontinuidades e interstícios do discurso e na maneira particular como esse discurso se articula para cada um. O sujeito, portanto, não é alheio aos fenômenos ditos psicopatológicos que o acometem, uma vez que esses fenômenos são também eventos de linguagem. Seja no sintoma, no caso da neurose, seja no delírio e nas manifestações alucinatórias, no caso da psicose, é nessas formações que devemos escutar a verdade do sujeito, mesmo quando ela não pode ser reconhecida como tal (RINALDI, 2005).

Sob o ofício de analista se sobrepõem cuidados com o material clínico, que deve ali ser trabalhado sigilosamente ao nível transferencial, mas também com a disponibilidade de compartilhar com seus pares profissionais materiais fundamentais na construção de um projeto terapêutico singular.

Dentro do paradigma da construção de uma intervenção terapêutica singular, a metodologia do caso clínico destaca-se, na distribuição das frequências, com 36 produções, isto é, com uma porcentagem de 49,31% da produção nacional analisada. Desse modo, faz-se pertinente uma interrogação acerca da relevância e da predileção por esse tipo de metodologia inserida na prática clínica.

A escolha é justificada pelos autores em virtude de o caso clínico evidenciar o caráter singular dos processos de subjetivação e do sofrimento psíquico do paciente, trazendo à cena do tratamento o sujeito do inconsciente e seus efeitos, ponto importante na construção e direção do tratamento que possibilitaria colocar em jogo a responsabilização do sujeito.

Figueiredo (1997) já aponta, em seu trabalho pioneiro nos ambulatórios públicos, a construção do caso clínico como uma das grandes contribuições que a psicanálise faz ao campo da saúde mental, descrevendo essa metodologia como:

[...] o (re)arranjo dos elementos do discurso do sujeito que “caem”, se depositam com base em nossa inclinação para colhê-los, não ao pé do leito, mas ao pé da letra. Incluímos aí também as ações do sujeito, entendendo que são norteadas por uma determinada posição no discurso. Convém um aparte para esclarecermos que a fala (parole) tem a dimensão do enunciado (os ditos) e da enunciação (o dizer), que seria a “posição no discurso”. Nunca é demasiado lembrar que o caso não é o sujeito, é uma construção com

base nos elementos que recolhemos de seu discurso, que também nos permitem inferir sua posição subjetiva, isto é, se fazemos uma torção do sujeito ao discurso, podemos retomar sua localização baseando-nos nesses indicadores colhidos, do dito ao dizer. Aqui temos um método aplicável a diferentes contextos clínicos [...] (FIGUEIREDO, 1997, p. 79).

Desta forma, levando os princípios psicanalíticos para a construção de uma metodologia, mais tarde em seu percurso, Figueiredo (2004) frisa que esse instrumento, além de conferir uma direção ao tratamento juntamente com o diagnóstico estrutural, possibilita que, em um momento de trabalho coletivo, realizado em parceria com outros profissionais, advenham grandes contribuições e estratégias, mas também aponta numa direção que descarta uma intervenção próxima dos atos educativos.

A atuação em um modelo da coletividade no campo da saúde mental, inclusive, é ponto de partida para outros questionamentos feitos pelos autores, como a organização e estruturação dos cargos e funções da equipe, considerando-se as variedades de conformações e a dinâmica dos movimentos transferenciais.

Outro ponto interessante que pode ser ressaltado a partir do trabalho em equipe, quanto à construção do caso clínico em saúde mental, diz respeito à dimensão específica do trabalho do analista, tendo em vista que a equipe é heterogênea em sua composição. Figueiredo (2004, p. 83) postula que “é justamente por meio desse trabalho ‘coletivo’ que a discussão do caso deve ir na direção do ‘aprendiz da clínica’, ou seja, colher das produções do sujeito os indicadores para seu tratamento, e não, ao contrário, impor o modelo da reabilitação em sua dimensão pedagógica e moral, como acontece com frequência”. Desse modo, convocando novamente a discussão empreendida por Figueiredo (2004), esta traz que:



A construção do caso toca a verdade do sujeito e pode provocar situações de difícil manejo, mas não há como fugir disso, pois se o fizermos, estaremos abrindo mão de nosso mandato clínico e mantendo a cronificação que tanto condenamos pela convivência com a inércia da doença que leva à desresponsabilização, e com a inércia da instituição que leva ao imobilismo (FIGUEIREDO, 2004, p. 85).

Portanto, entre tantos pontos positivos apontados como resultantes de uma práxis que considera e inclui em suas estratégias de atuação, senão a lógica, pelo menos a sensibilidade clínica da teoria psicanalítica, a metodologia da construção do caso clínico é sugerida como uma importante contribuição da psicanálise para uma prática coletiva e para a construção e efetivação de uma clínica do sujeito.

Quanto aos “Objetos de estudo e intervenção” (categoria 2), pode-se concluir sobre a importância conferida à dimensão do diagnóstico enquanto um construto amplo, que colocaria em cena, nos dispositivos clínicos, as relações entre a psiquiatria e a psicanálise. As reflexões empreendidas, orientadas, em sua maioria, por pressupostos teóricos freudianos e lacanianos, demarcam as fronteiras que diferenciam aqueles dois campos, recorrendo ao argumento da causalidade psíquica não fenomênica. A classificação e a descrição fenomenológica dos sintomas não ocupariam um lugar de destaque, uma vez que toda relação do sujeito com o mundo será mediada pela realidade psíquica (FIGUEIREDO; MACHADO, 2000). É sugerido, segundo as mesmas autoras, que o diagnóstico seja colocado em sua relação com a transferência, posto que esta possibilita identificar o modo do sujeito de incidir na linguagem e, conseqüentemente, indicar a direção singular do tratamento. Vê-se novamente

afirmado, pelos pressupostos teóricos acima citados, que a ética de valorização do sujeito do desejo e de sua divisão questiona as classificações universais da ciência moderna (MARTINS, 2009).

Os CAPSs têm se afirmado como um lugar privilegiado de trabalho com a clínica das psicoses. A parte mais expressiva da produção encontrada sobre esse dispositivo de saúde mental tem as psicoses como seu objeto de problematização: foram encontradas, pelo menos, 34 publicações, das 73 analisadas neste estudo, orientando discussões metapsicológicas sobre as condições de um fazer psicanalítico nas instituições de saúde mental e, muito frequentemente, articulando um caso clínico e a direção do tratamento, entre outras possibilidades.

Os trabalhos recorrem a Freud, mas, majoritariamente, retomam Lacan e suas reflexões sobre a psicanálise em extensão e a questão do desejo do analista. É com base neste pressuposto que Pereira (2009), em sua dissertação sobre *A transferência na psicanálise entre muitos*, pensará a inserção da psicanálise nas instituições de saúde mental, afirmando:

Acreditar em um manejo e não em uma técnica é poder fazer entrar na experiência psicanalítica o conceito de desejo do analista como fundamento da experiência. O conceito de desejo do analista faz com que a psicanálise não se restrinja a um *setting*, subverte a questão de que haja algo anterior ao analista para que a psicanálise exista (PEREIRA, 2009, p. 22).

Além da abordagem da questão do desejo do analista, outros conceitos importantes se destacam, a saber: a transferência, o sujeito do inconsciente, a função do delírio, o Nome-do-Pai e a ética psicanalítica. Para abordarem esses pressu-

postos, as produções baseiam-se, mais especificamente, em alguns textos célebres. Em Freud, é frequente o uso do caso Schreber (1912a) e do *A dinâmica da transferência* (1912b). Em Lacan, é possível elencar os seminários sobre a transferência (1992), sobre as psicoses (1985) e sobre os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1985), além do texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose”, contido nos *Escritos* (1998).

Entre outros destaques identificados no recorte, pode-se apontar um número expressivo de publicações (10) que tratavam da questão das psicoses infantis e do autismo, tendo como pano de fundo a prática da psicanálise em Centros de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi), e também um volume considerável de documentos (6 publicações) sobre as toxicomanias e o trabalho em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad), caracterizando um campo em que as reflexões psicanalíticas têm avançado no decorrer dos últimos anos.

O último eixo de trabalho, “Relações entre a Psicanálise e o discurso médico no campo da saúde mental” (categoria 3), aponta para uma preocupação em apresentar, sob o ponto de vista da psicanálise, uma compreensão da clínica ampliada, no contexto da reforma psiquiátrica, visando a apontar a diferença das relações de cuidado entre o discurso médico e psicanalítico, bem como as implicações disso na atual política de saúde mental.

A clínica ampliada é uma forma de atuação alinhada com um princípio mais abrangente de promoção da saúde e que levaria em conta a responsabilização do próprio sujeito no que diz respeito aos processos de saúde e adoecimento, sempre considerando dimensões simbólicas, éticas e políticas do sofrimento humano. Portanto, a clínica ampliada, na perspectiva dos trabalhos analisados, objetivaria quebrar a lógica

médico-normativa e promover a lógica afinada com a Saúde Coletiva e com a promoção de saúde.

O apoio matricial, também, foi ventilado em algumas produções, delineando-se como estratégia de interlocução e ferramenta de produção de saber na rede de saúde, por exemplo, entre os equipamentos de saúde mental como os CAPSs e as Unidades Básicas de Saúde (UBS), onde a dimensão da prática entre diversos e a questão da corresponsabilização são destacados.

No âmbito acima exposto, ainda, é possível pontuar ênfase conferida ao projeto terapêutico singular (explorado principalmente nos textos que versam sobre a política de saúde mental e clínica ampliada). O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é um dispositivo que visa a estabelecer uma intervenção para o usuário, lançando mão dos recursos da própria equipe de saúde, do território, da família e do próprio usuário. No PTS, os usuários devem participar da sua implementação como responsáveis pela promoção de sua própria saúde, uma vez que são dotados de possibilidades para lidar com seus sofrimentos, problematizando a perspectiva da verdade e da centralização do saber.

Nessa categoria de análise, é possível pontuar que, embora haja uma pluralidade de profissionais envolvidos no avanço da política de saúde mental, defendendo a utilização dos “dispositivos clínicos”, colocados na primeira categoria, analisada anteriormente, ainda é presente a dissonância entre os discursos da medicina e da psicanálise, do sujeito e do cidadão. Com isso, as produções ressaltam a possibilidade do trabalho da psicanálise e da medicina no contexto da saúde mental, embora considerando que os recortes metodológicos são distintos.

Em última análise, no campo das intervenções sobre o sofrimento psíquico, novidades se apresentam a partir de uma compreensão da ética do desejo fundada na Clínica do Sujeito. O campo da Saúde Coletiva apresenta-se, juntamente

com o rompimento de paradigmas de tratamento baseados no naturalismo do saber médico, promovendo uma crítica sistemática à exclusão das ordens simbólicas e históricas que marcaram a legitimação do discurso médico e contrapondo-se a uma perspectiva universalizante. Assim, ambos os campos se aproximam com seus saberes e práticas, a partir das reformas psiquiátrica e sanitária brasileiras, convergindo para uma perspectiva inovadora no campo da saúde.

Tal inovação aposta na corresponsabilização do sujeito no seu processo de saúde-doença, abrindo espaço para novas formas de tratamento. Na saúde mental, dispositivos como apoio matricial e projeto terapêutico singular favorecem tanto os profissionais da saúde como o paciente atendido por essa rede, de modo a fomentar condições de tratamento e cura ao mesmo tempo em que promovem a autonomia do paciente. O novo direcionamento no tratamento possibilita pensar em relação às demandas que chegam à instituição. A princípio, essas características não são excludentes nem impeditivas da práxis psicanalítica, assim como a psicanálise não teria como, nem por quê, figurar como entrave à inserção do discurso *psi* nesse campo. A forma como o psicanalista, inserido nesses espaços, receberá essas demandas pode representar uma contribuição importante no processo de desnaturalização delas.

Das produções analisadas, conclui-se que há um esforço em seguir o ensinamento freudiano de que a prática clínica e a teoria não devem ser separadas. Os autores utilizam-se, primordialmente, de suas experiências para, por meio das inquietações e dos questionamentos, produzirem as pesquisas às quais temos acesso. Os trabalhos, em sua maioria, inspirados numa compreensão freudiana e lacaniana das psicoses, exprimem a forma como cada um lida, no seu cotidiano, com as limitações institucionais e os desafios clínicos. Apontam,

ainda, a perspectiva e a efetivação da clínica psicanalítica na saúde mental como uma aposta na possibilidade de emergência do sujeito do inconsciente e das consequências advindas desta, sem, no entanto, visar ao confronto com outras teorias psicológicas ou de outros saberes que compõem e colaboram eticamente com o campo da Saúde Coletiva/Pública.

Por fim, é válido mencionar que a atuação de psicanalistas em hospitais é outro ponto de produção relevante e que merece ser retomado em outro momento.<sup>4</sup> Sobre esse assunto, foram encontrados 48 documentos, entre artigos, dissertações e teses, que tiveram seus temas agrupados em três categorias: 1) Relações com a medicina, observando as divergências e convergências entre a prática e os conceitos médicos e psicanalíticos; 2) O lugar da psicanálise e do psicanalista no hospital, abordando a difusão da psicanálise no hospital, os dispositivos clínicos que a autorizam na instituição e as possibilidades de circulação do discurso analítico no hospital; 3) A escuta clínica, discutindo o sofrimento psíquico enquanto objeto de interesse do campo psicanalítico, posto colocar em jogo sua relação com o inconsciente, sendo a transferência o operador conceitual e clínico para sua abordagem.

---

<sup>4</sup> Partindo de um dos propósitos da pesquisa que é servir de base para muitos outros trabalhos nos campos da psicanálise e da saúde coletiva, colaborou-se com o levantamento de dados da dissertação de Gardênia Holanda Marques, aluna do nosso Programa, cujo título é “A responsabilidade do analista e sua prática no hospital”, defendida em 2015.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida pesquisa apresenta um leque de possibilidades para investigações acerca do trabalho dos analistas no campo da saúde coletiva e/ou mental. Aponta não somente as possibilidades e realizações em sua prática, mas permite questionar quais elementos teóricos estão sendo utilizados e como estão sendo usados nesses espaços. É interessante assinalar que, desse modo, os analistas também são convocados a avançar em seus fundamentos teóricos e clínicos, o que contribui sobremaneira para o debate de questões fundamentais sobre a singularidade do sofrimento psíquico e, portanto, da dimensão ética e política de toda a clínica.

Conforme anunciado, este capítulo representa apenas um breve recorte da nossa análise ainda inacabada. Ficará para uma próxima produção a apresentação mais geral dos dados. Todavia, desde já, espera-se que essa pesquisa possa avançar em outras direções, seja pela atualização de produções, pelas análises decorridas de novas pesquisas de monografias, dissertações e teses, bem como pelos artigos que provirão desta.

## BIBLIOGRAFIA

ALTOÉ, S. *Infâncias perdidas: o cotidiano nos internatos-prisão*. Rio de Janeiro: Ed. Xenon, 1990.

AUBRY, J. *Psicanálise de crianças separadas: estudos clínicos*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

BERCHERIE, P. *Géographie du champ psychanalytique*. Paris: Navarin Éditeur, 1988.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BEZERRA JUNIOR, B. Considerações sobre as terapêuticas

ambulatoriais em saúde mental. In: *Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BOLTANSKI, L. *Prime éducation et morale de classe*. Paris: Mouton, 1977.

BOLTANSKI, L. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOURDIEU, P. *La distinción*. Paris: Minuit, 1979.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

COUTINHO, A. R. Pressupostos da noção de subjetividade. In: FIGUEIRA, S. A. (Org.). *Cultura da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.63-93.

DANZIATO, L. *A Fortaleza da Psicanálise: a história da psicanálise em Fortaleza*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Desporto do Estado, 2000.

FIGUEIRA, S. A. *Sociedade e doença mental*. Rio de Janeiro: Campus, 1978.

\_\_\_\_\_. *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Cultura da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FIGUEIREDO, A. C. *Vastas confusões e atendimentos imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

\_\_\_\_\_. A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à Saúde Mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 75-86, 2004.

FIGUEIREDO, A. C.; MACHADO, O. M. R. O diagnóstico em psicanálise: do fenômeno à estrutura. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 65-86, 2000.



FREUD, S. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (*Dementia Paranoides*). In: *Edição Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Originalmente publicado em 1912a).

\_\_\_\_\_. A dinâmica da transferência. In: *Edição Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Originalmente publicado em 1912b).

\_\_\_\_\_. Linhas de progresso para uma terapia analítica. In: *Edição Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. 17. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Originalmente publicado em 1919).

\_\_\_\_\_. Psicanálise e Psiquiatria. In: *Edição Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. 16. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Originalmente publicado em 1917).

\_\_\_\_\_. Psicologia das massas e análise do eu. vol. XV. In: *Obras Completas*. Tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Originalmente publicado em 1921).

LACAN, J. *O Seminário*. Livro 3 – As psicoses. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985. (Originalmente publicado em 1956).

\_\_\_\_\_. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: *Escritos*, Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1998. p. 537-590. (Originalmente publicado em 1958).

\_\_\_\_\_. *O Seminário*. Livro 8 – A transferência. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1992. (Originalmente publicado em 1961).

\_\_\_\_\_. *O Seminário*. Livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985. (Originalmente publicado em 1964).

\_\_\_\_\_. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola (1967). In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2003. (Originalmente publicado em 1967).

MACEDO, H. O. Entrevista: angústia, generosidade com a vida. *Revista Percurso*, v. 48, ano XXIV, jun. 2012. Disponível em: <[http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo\\_view&ida=986&ori=entrevista](http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=986&ori=entrevista)>. Acesso em: 21 mar. 2015.

MANONNI, M. *O psiquiatra, seu louco e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1981.

MARTINS, C. J. *Apresentação de pacientes: a clínica entre o espetáculo das imagens e o trânsito das palavras*. 2009. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARTINS, K. P. H. O serviço de psicologia aplicada e o trabalho com adolescentes: contribuições para clínica ampliada da psicanálise. In: WINOGRAD, M.; SOUZA, M. *Processos de subjetivação, clínica ampliada e sofrimento psíquico*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2012. p. 71-86.

MARTINS, K. P. H. et al. O que pode a psicanálise nos Centros de Atenção Psicossocial? In: WINOGRAD, M. *O que pode a psicanálise*. Curitiba: Appris, 2015 (no prelo).

PEREIRA, M. D. *Onde está o sujeito? A transferência na psicanálise com muitos*. 2009. Dissertação. (Mestrado em Psicanálise) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Rio de Janeiro, 2009.

RINALDI, D. Clínica e política: a direção do tratamento psicanalítico no campo da saúde mental. In: ALTOÉ, S. de LIMA, M. M. (Org.). *Psicanálise, clínica e instituição*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2005. p. 87-106.

ROPA, D.; DUARTE, L. F. D. Considerações teóricas sobre a questão do “atendimento psicológico” às classes trabalhadoras. In: FIGUEIRA, S. A. (Org.). *Cultura da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 178-201.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1998.

RUSSO, J. A. *O mundo psi no Brasil: descobrindo o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2002.

\_\_\_\_\_. Uma leitura antropológica do mundo “psi”. In: JACÓ-VILELA, A. M.; JABUR, F.; CONDE, H. B. (Org.). *Clio-Psyché: histórias da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999. Disponível em: <<http://www.cliopsyche.uerj.br/livros/clio1/livroclio1.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2011.

# A ESTRUTURA DESNUDADA: RECALQUE, LINGUAGEM E AFETO NA NEUROSE OBSESSIVA

---

Laéria Fontenele

## INTRODUÇÃO

Conta a história da psicopatologia que, por volta da segunda metade do século XIX, o quadro clínico denominado de obsessões era comumente designado pelos termos de loucura da dívida ou de loucura do dever, sendo entendido pelo saber em voga como um tipo de loucura pertencente à classe das monomanias. Freud teria sido o responsável por esclarecer, no ano de 1896, os mecanismos em ação nessa patologia psíquica. A partir disso, ele demonstrou que sua etiologia obedecia aos mesmos critérios observados nas demais neuroses, retirando-a definitivamente do campo das psicoses e denominando-a de neurose obsessiva. Além disso, o tratamento que empreendeu na época, com pacientes obsessivos – sobretudo mulheres apresentando sintomas compulsivos –, serviu-lhe

para mapear as diferenças entre seus modos de manifestação em relação às neuroses histérica e fóbica.<sup>5</sup>

A descoberta do inconsciente, a elaboração do conceito de realidade psíquica e de fantasia fizeram com que a clínica da neurose obsessiva progredisse sobremaneira em relação ao tratamento inadequado que lhe era dado antes desses eventos. Freud (1909/2000) realiza um estudo de caso de uma neurose obsessiva (*O homem dos ratos*) que tanto se prestou ao entendimento da história da doença como de seu tratamento, servindo para ampliar e corrigir suas primeiras hipóteses etiológicas sobre as obsessões, nas quais já se fazia notar o lugar privilegiado da vivência precoce de uma experiência sexual e de sua relação com a manifestação dos seus sintomas na esfera psíquica. Foi uma cura bem-sucedida, que lançaria as bases para a teorização acerca da sua etiologia, de sua sintomatologia e para o estabelecimento de algumas das diretrizes diferenciais para a condução do seu tratamento. A análise do referido caso consiste, até hoje, numa empresa fundamental à compreensão dessa neurose, em geral, e dos processos em ação na formação de seus sintomas, em particular, dos quais se destacam os pensamentos obsedantes e as compulsões. O lugar ocupado pela operação de deslocamento na conformação desses sintomas mostra o cerne da operação de defesa que lhe é próprio: a tentativa de enfraquecimento de uma representação psíquica por meio da diminuição de seu valor afetivo.

Além de demonstrar o lugar ocupado pelo conflito entre moções pulsionais oponentes dirigidas para um mesmo objeto – do qual o obsessivo se defende pela construção de

---

<sup>5</sup> ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1998.

defesas secundárias, bem como de suas bases pulsionais –, a regressão da libido a uma fase anal sádica na qual teria tido lugar a vivência sexual precoce de valor traumático e a relação disso com a forte manifestação da culpabilidade nessa neurose, Freud demonstra, ainda, a centralidade do complexo paterno em sua constituição. Tal entendimento o levará, mais tarde, a situar esse complexo no cerne da própria edificação da cultura humana (FREUD, 1909/2000; 1939[1934-38]/2000) e a demonstrar que a neurose obsessiva descortina um traço fundamental da própria conformação da constituição psíquica dos seres humanos: o assassinato do pai.

Esse caso serviria, ainda, ao discernimento das dificuldades que essa neurose oferece ao seu tratamento, sendo as principais a não admissão, por parte do doente, de seu estado patológico e a sua tendência, devido a isso, de buscar o tratamento apenas em situações extremas. Mais tarde, Freud (1926[1925]/2000) viria a acrescentar a tais dificuldades: a existência de uma modalidade de gozo desconhecida pelos próprios pacientes, a expressão da pulsão de morte e a repetição de situações penosas a que o sujeito se encontra preso, mesmo a despeito do princípio responsável por reger o funcionamento psíquico dos Homens: o do prazer.

Nossa análise do aprofundamento das considerações de Freud (1926[1925]/2000), acerca dessa neurose, dá-nos condições de refletir sobre os prejuízos para o funcionamento psíquico que são decorrentes da inclinação defensiva. Nisso residiria a razão pela qual os sintomas se tornam mais rígidos e difíceis de serem eliminados pelo trabalho de análise, dada a satisfação substitutiva que representam. Graças a uma tal inclinação do eu para a síntese, esses sintomas, que outrora representavam uma restrição do eu, promovem, posteriormente, também, satisfações, que acabam por se tornar mais

importantes do que aqueles sintomas. A concomitância desses dois aspectos representa o fracasso completo da finalidade original de defesa, que pode assim ser resumido: um eu sujeito a fortes inibições, posto que altamente restrito em suas funções, fica reduzido a procurar satisfação nos sintomas. Quanto ao desencadeamento dessa neurose, a predominância desse tipo de satisfação acarreta ao eu a incapacidade de mediar o conflito entre as exigências oriundas do supereu e do isso. Um tal conflito, agudo nessa neurose, explica-se pelo aumento do poder da consciência, que resultou do advento precoce do eu.

Os progressos da clínica psicanalítica fizeram com que muitos avanços se produzissem no sentido da criação de manobras técnicas que permitissem o enfrentamento dessas dificuldades. Na direção desses avanços, viriam a ser fundamentais, também, as contribuições de Jacques Lacan, que, a partir de sua tese acerca do inconsciente estruturado como uma linguagem, pôde precisar que as leis responsáveis pela formação dos sintomas seriam da mesma ordem daquelas que regem a articulação entre significantes. Segundo ele,

O mecanismo de duplo gatilho da metáfora é o mesmo em que se determina o sintoma no sentido analítico. Entre o significante enigmático do trauma sexual e o termo que ele vem substituir numa cadeia significante atual passa a centelha que fixa num sintoma – metáfora em que a carne ou a função são tomadas como elemento significante – a significação, inacessível ao sujeito consciente onde ele pode se resolver (LACAN, 1998, p. 522).

Mediante as operações da metáfora e da metonímia, o inconsciente busca significar o enigma do sexo, o que, nas teorizações de Lacan, torna possível dar um caráter estrutu-

ral à teoria freudiana da disposição às neuroses. Lacan (1992) também demonstra que, na neurose obsessiva, a tendência do sujeito é suspender seu próprio desejo, o que ele faz por meio da anulação do desejo do Outro, problema que afetará sobretudo o manejo da transferência no contexto clínico de seu tratamento. Para melhor esclarecermos essa questão, retomamos a seguinte afirmação de Peres (2005, p. 372): “o obsessivo se faz morto diante do objeto de seu gozo, apaga o seu gozo, para fugir a uma suposta cólera do senhor. Uma vez tendo-se feito de morto, não é mais ele que está ali [...]”. O obsessivo serve, então, a um mestre já morto, identificando a si mesmo com ele. Quanto a esse aspecto, a dificuldade que se apresenta ao seu tratamento é a sua tendência em fazer recobrir o seu desejo com a demanda, procurando, com isso, desvendar a própria demanda do Outro. Considerando que a transferência é definida por Freud (1912/2000) como sendo um molde este-reotipado que, no contexto do tratamento, atualiza o modo de funcionamento psíquico de base do paciente, a demanda do sujeito obsessivo é um obstáculo à explicitação do suporte de seu desejo e não deve ser respondida pelo analista. Isso consiste numa importante recomendação acerca da direção do tratamento dessa estrutura clínica que pende das contribuições de Lacan ao tema.

Apesar dos progressos acima mencionados, muitos são os psicanalistas contemporâneos (CHEMAMA, 1999; COSTA, 1999; WOLF, 1999) que defendem a existência, em nossos dias, de dificuldades ainda maiores ao tratamento da citada neurose. Em grande parte, a permanência desse problema é atribuída ao fato de que os modos com que se organizam as sociedades atuais apresentam diversas formas de paliativos que favorecem o fortalecimento de seus sintomas e de sua modalidade de gozo. Com isso, a adesão à regra técnica neces-



sária ao empreendimento desse tratamento é, cada vez mais, proeminente, assim como o é o seu abandono quando uma pequena melhora é sentida pelo paciente. São também agravadas outras dificuldades particulares à neurose obsessiva: a transferência negativa; a manifestação de agressividade por meio de discursos de mestria; a tendência à racionalização e à generalização; a tentativa de controle da ambiência clínica e do tempo das sessões; a tendência a ritualizar as sessões; a procrastinação; a fuga do próprio desejo; a inclinação a tratar os sintomas como fraqueza moral, entre outras.

Os problemas acima levantados servem de esteio ao recorte da questão que aqui pretendemos discutir: as dificuldades envolvidas no tratamento da neurose obsessiva em suas relações com as especificidades do recalque, da relação à linguagem e ao afeto na neurose obsessiva.

## **PARTICULARIDADES DO PROCESSO DE DEFESA NA NEUROSE OBSESSIVA**

Em suas primeiras abordagens diferenciais das neuroses, Freud (1898/2000) nos remete ao binômio sintoma manifesto no corpo *versus* sintoma manifesto no pensamento como um dos pontos que caracterizariam, respectivamente, a neurose histérica e a neurose obsessiva. Tal referência, embora permaneça legítima por mapear o *locus* privilegiado da manifestação do sintoma em cada uma delas, não é o que há de mais fundamental a ser considerado quando se trata de diferenciá-las com rigor. Com os avanços clínicos que desencadearam a formalização da metapsicologia e, nesta, a indissociável relação entre inconsciente e pulsão, tornou-se impróprio falar do corpo e da alma como se fossem superfícies descontínuas. Considerando que a pulsão é definida como o que se situa na

fronteira entre o psíquico e o somático, fazendo-se representar no psiquismo como uma medida de exigência que lhe faz o corpo, torna-se esclarecido que, em toda e qualquer neurose, o sintoma é um acontecimento do corpo (FREUD, 1915a/2004; ASSOUN, 1996)

Em seu trabalho metapsicológico sobre o recalque, Freud (1915b/2004) nos diz que o recalque deixa sintomas em seu rastro. Com essas palavras, ele resume a tese que define as condições de possibilidade da constituição das neuroses. O seu desenvolvimento permitiu o discernimento de que não é o recalque, em si, que explica a formação dos sintomas neuróticos e sim as falhas em sua operação de base, a qual, para cumprir sua função de defesa, teria de promover a separação entre o representante representativo da pulsão e o seu afeto correlato.

Para a sistematização metapsicológica dos aspectos diferenciais das neuroses, é necessário levar em consideração, em cada uma delas, tanto os destinos da representação, como os destinos do afeto que resultam do fracasso do recalque. A consideração apenas por um dos citados fatores pode engendrar práticas clínicas problemáticas, em que se considera apenas a dimensão do sentido (dimensão significante e desejante), ou aquelas nas quais é valorizado eminentemente o ponto de vista pulsional e econômico (dimensão do gozo). A primeira residiria em uma clínica do simbólico sem a consideração pela incidência do real. A segunda consistiria numa clínica do afeto sem a devida atenção à representação, oferecendo o sério risco de resultar na adoção de técnicas ativas de intervenção analítica, predominantemente imaginárias. Desse modo, se, por um lado, é imprescindível reconhecer que o recalque produz no neurótico o seu afastamento de suas palavras, “que ficam coladas à sua coisa” (ASSOUN, 1996, p. 85), e que o tratamento analítico se empenha em diminuir

sua distância delas, por outro lado, é igualmente importante o trabalho que ocorre por sobre o afeto.

A dimensão do afeto remete, em geral, à repetição traumática de um evento que antecede ao desencadeamento da neurose, mas, em cada uma delas, apresenta-se distintamente. Assim, segundo Freud (1915a/2004), na neurose obsessiva, muito embora o recalque seja bem-sucedido, no sentido de lograr separação entre o afeto e a representação irreconciliável, o primeiro não é descarregado – como ocorre na histeria e, mais visivelmente, no ataque histérico –, e permanece preso no domínio psíquico. Neste, por meio de uma falsa conexão, desloca-se de uma representação de maior valor afetivo para outra de menor valor. Esse trabalho gera a representação, dita, obsessiva. O afeto opera, nesse caso, como um resto pulsional que é contabilizado como gozo, uma taxativa manifestação da pulsão de morte (ASSOUN, 1996).

Elementos fundamentais para o discernimento da dificuldade específica do recalque que constitui a neurose obsessiva (a empresa de desfazer o que foi feito e de propiciar o isolamento da representação): os fatos de a instância do eu ser o cenário da ação de formação de sintomas e de empregar o intelecto para fortalecer suas relações com a realidade. Tais elementos concorrem para a erotização dos processos de pensamento, a qual, por sua vez, particulariza o modo como se observa a relação ao afeto e à linguagem nesse tipo clínico (FREUD, 1926[1925]/2000).

## **ESTRUTURA E NEUROSE OBSESSIVA**

Os destinos da representação e do afeto, em virtude do recalque da pulsão, são consequentes à dissolução do complexo de Édipo, que possibilita a forma com que o sujeito irá subjetivar a lei paterna. Nesse sentido, conforme assinala

Pommier (1990), o Complexo de Édipo é responsável por preparar as condições de gozo para cada homem, as quais remetem à relação entre constelação edípica e fantasia – essa é definida como a esperança de gozo decorrente da crença no Pai.

A neurose obsessiva nos serve de exemplo paradigmático para pensar a relação entre o Nome-do-Pai e a estrutura, posto que nela o ponto central é a função paterna, responsável por unir o desejo à lei. Conforme assinalou Lacan (1998, 1999), a neurose obsessiva é a própria estrutura desnudada. O que isso quer dizer? Ocorre que, nessa versão da estrutura neurótica, a castração é bem-sucedida, mas o lugar simbólico do pai resta degradado, porque falho em seu desejo. Por isso, aí, a instância fálica encontra-se potencializada: o pai morto ganha a exclusividade do gozo. Não para de não morrer. No caso do *Homem dos ratos*, isso pode ser ilustrado pela estratégia inconsciente da qual ele se utiliza com o intuito de vir, ele, a pagar a dívida do pai. Esta que, uma vez saldada, poderia vir a conferir ao seu pai um lugar simbólico (FREUD, 1909/2000). Ocorre, porém, que a estrutura não comporta o pagamento da dívida. Se o Nome-do-Pai possibilita que o real seja furado, nessa versão, o que se observa é o esforço do sujeito em tamponar o real com o simbólico. Trata-se de uma empresa fracassada em eliminar a instância fálica.

A neurose obsessiva desvela a estrutura porque funciona da mesma forma que o recalçamento: quanto mais o sujeito se aproxima do recalçado, portanto do desejo, mais encontra uma barreira no caminho que o conduz a este. Necessita do assentimento do Outro e, por isso, não consegue ter bons sonhos em sua própria casa, – invadida esta por seus pensamentos que o perturbam –, e, então, não consegue mais dormir, perseguido que se encontra por sua fantasia. Ele não é senhor em sua casa, muito embora se esforce para sê-lo (MELMAN, 1989-90).

Se uma das bases da estrutura neurótica é a sua dificuldade para com a falta fundamental, a versão obsessiva representa o extremo e laborioso percurso do neurótico em afastá-la de si, pondo-a de lado, mesmo ao preço de gerar sintomas por obra e graça de seus inevitáveis retornos, pois nela, ao contrário do que ocorre na psicose, há marcas. Nem mesmo esse escravo supremo em racionalidade, que é o neurótico obsessivo, consegue subjetivar a falta fundamental.

## LINGUAGEM E AFETO NA NEUROSE OBSESSIVA

Alguns dos mecanismos, característicos da neurose obsessiva, resultantes do aprisionamento do afeto (o isolamento, a anulação, a racionalização), dão a tônica da relação com a linguagem que nela se observa. Parece que o próprio impossível presente na instauração de seus diversos paradoxos sintomáticos, que, por sua vez, remetem ao impossível da própria estrutura, acarreta aos neuróticos obsessivos os mesmos tipos de problemas nos seus modos de emprego da linguagem, nos quais, geralmente, prestam-se a fazer algumas considerações sobre algo, apontamentos, pontuações, refletir sobre algum tipo de problema. Nesse modo estilístico de expressão, algo parece submetido ao adiamento de uma síntese, o que pode ser associado ao fato de que a estrutura se revela nessa neurose na medida em que o sem sentido insiste em retornar, levando o neurótico obsessivo a negá-lo ao submetê-lo ao sentido, produzindo diversas formas lógicas de conectivos, que, mesmo sendo falsos, possuem esse objetivo de promover um contrassenso. Esse recurso resulta na tentativa de neutralizar os significantes que retornam e que lhe conferem sua subjetividade, a qual é evitada por meio das astúcias do pensamento racional que busca concatenar, preencher lacunas, ordenar e

completar o que falta ao sentido. Qualquer escrita e qualquer fala que sejam munidas desses recursos, como ocorre, geralmente, com a escrita formalmente dita científica ou com a leitura do que foi escrito com essa tonalidade, provocam tanto o desaparecimento de seu autor como a possibilidade do aparecimento de seu ouvinte ou interlocutor como sujeito, deixando-o enfadado, sujeito à sonolência e ao adormecimento (MAHONY,1991).

Não é à toa que os neuróticos obsessivos são considerados, por muitos, como sendo pessoas enfadonhas, mesmo a despeito de suas características notáveis de natureza empreendedora e de sua ética de enorme valor para o processo civilizatório, já observadas pelo próprio Freud (1909/2000).

Uma tal dificuldade de lidar com o sem sentido está no coração da relação do neurótico obsessivo para com a linguagem, assim como seu subjugo a palavras de cunho imperativo e, em geral, de efeito funesto ou aterrorizador. As compulsões que lhe são características se inscrevem, no contexto de sua formação, em um universo de linguagem. No entanto, a relação à linguagem, própria a essa neurose, só pode ser melhor vislumbrada se nos remetemos a um de seus principais traços, conforme a metapsicologia freudiana, que consiste justamente nos destinos sofridos pela representação e pelo afeto em decorrência da falha no processo de recalqueamento que lhe é própria (descrita anteriormente).

Como vimos, na neurose obsessiva, o recalque cumpre a sua função em separar a representação do afeto, e, com isso, observa-se o seu caráter bem-sucedido de lograr o enfraquecimento da representação aflitiva e/ou traumática. Por outro lado, constata-se, ao mesmo tempo, que algo dificulta a descarga do afeto, o que consiste no lado fracassado da operação de recalque. É este o aspecto que confere à neurose obsessiva a

sua particularidade em relação às demais neuroses. Enquanto, na histeria, o afeto é descarregado no corpo e, na fobia, é descarregado em algo circunscrito na realidade, na neurose obsessiva, o afeto fica preso à esfera psíquica. Isso não se dá sem consequências para com o modo como se dá a relação do sujeito com a linguagem.

Do ponto de vista constitucional, Freud observa que a predisposição à neurose obsessiva deve-se justamente a uma impossibilidade de conversão do afeto. Perguntamo-nos, então: qual o motivo ou condição para que o afeto não possa ser convertido?

A nosso ver, em *As fantasias histéricas e suas relações com a bissexualidade*, Freud (1908/2000) fornece-nos uma indicação quanto a isso ao afirmar que a capacidade de conversão requer como substrato a ocorrência de uma simbolização, graças à qual a representação se religa ao afeto. A partir desse postulado, podemos inferir que uma falha nesse processo de simbolização é observada na neurose obsessiva, e é precisamente ela que inviabiliza, pela via do isolamento, a descarga afetiva. Essa operação defensiva presta-se a fortalecer as relações do eu com a realidade e o afastamento do sujeito obsessivo de suas palavras, o que se dá às custas da erotização dos processos de pensamento.

Lembremos, quanto ao processo de simbolização, que tanto Freud como Lacan situam dois momentos fundamentais do advento do simbólico nos seres falantes: as operações de negação primordial e de negação propriamente dita. O primeiro, de ordem mítica, remete às operações de afirmação e expulsão fundamentais, correlativas ao surgimento do desejo, as quais são responsáveis pela produção das trilhas que levam à tendência do aparelho de buscar repetir o modo de descarga que proporcionou o prazer. Todo o processo de estratifica-

ção psíquica será orientado, a partir de então, pela ocorrência de diferentes modos da produção de operações de defesa e de negação, o que leva Lacan a afirmar que o desejo é a própria defesa. Observe-se, ainda, que a afirmação e a expulsão fundamental consistem, juntas, na condição mesma de acesso do sujeito ao significante em sua dimensão de afirmar e negar, ou seja, o caráter de portar em si mesmo a diferença. O segundo momento do referido processo, que tem por condição o anterior, diz respeito à denegação ou negação propriamente dita, que, por sua vez, é solidária à edificação do eu. Esta tem a função geral de atribuir a algo uma propriedade e, para isso, requer uma ação judicativa, isto é, a produção de operações de juízo, que Freud reconhece como sendo fundamentalmente de duas espécies: de existência e de atribuição. Esses modos de juízo conduzirão à efetiva diferenciação entre o mundo interno e o mundo externo para o sujeito, possibilitando-lhe fazer o teste de realidade, que consiste em buscar reencontrar na realidade a representação primitiva das coisas inscritas mediante a primeira operação de negação. Este é o ponto de encruzilhada entre neurose e psicose, pois as operações de negação, que são o recalque e a forclusão, só poderão operar por sobre o que foi objeto da negação primordial, ou seja, por sobre o que foi objeto dessa operação simbólica arcaica que envolve o próprio ser concernido na economia pulsional expressa sob a forma quantitativa relativa às sensações corporais de prazer e desprazer.

Freud defende, ainda, conforme anteriormente exposto, que a neurose obsessiva é determinada por um tipo de experiência sexual traumática vivenciada num tempo em que o eu não disporia de recursos para integrá-la à sua estrutura. Em outros termos, poderíamos afirmar que a operação de defesa que permitiria a simbolização dessa vivência é precária, pois,



nesse momento, só se encontra realizado o enlace entre o real e o simbólico. O eu é forçado a se desenvolver precocemente e, antes do tempo, é levado a promover, sem o devido auxílio da instância imaginária, a produção das operações de juízo que só depois haveriam de se verificar, sem que mesmo a negação primordial tenha se tornado efetiva.

Supomos, a partir dessas considerações, que, na neurose obsessiva, a negação propriamente dita é antecipada para um momento no qual o que ainda está em vigor é a operação de negação primária que ainda se encontra travada e acompanhada das tendências narcísicas e agressivas. As consequências disto para o modo como o obsessivo vai lidar com o significante fálico é que faz com que essa neurose, em seus estados mais graves, possa ser, muitas vezes, confundida com os quadros psicóticos, uma vez que os restos do vivido, impressos psiquicamente, permanecem intactos, pois foram recalçados sem que houvesse a devida simbolização. Isso parece explicar a tentativa do sujeito obsessivo em eliminar a instância fálica – em corrigir as falhas da simbolização –, o que se reflete no seu modo usual de referência ao significante em sua dupla face de afirmar e negar a simbolização mais que perfeita: o assassinato do pai. Ele fracassa nessa tarefa, não sem cansaço, não sem culpabilidade, não sem descrédito. Esse dilema é o fardo do obsessivo.

A dúvida, traço fundamental da referida neurose, tem sua razão estrutural nisso, pois a clivagem do eu não sendo resultado da negação é assegurada pela dupla negação que resta contraditória, levando o sujeito a hesitar entre um e outro de seus polos. São esses restos que, em retornando, convidam o sujeito à tarefa de simbolizá-los num só depois e, também, são a razão para não podermos pensar na existência de um discurso do obsessivo, como Lacan (1992) nos faz pensar em relação ao discurso histérico.

Isso pode ser melhor entendido se retomarmos a referência feita por Lacan à teoria dos conjuntos no que ela remete ao conceito de par ordenado e à operação de reunião. Ivan Correia (2011), quanto a isso, em seu texto intitulado “O par ordenado e a clínica psicanalítica”, demonstra sinteticamente que, pela teoria dos conjuntos, obtemos o número 1 a partir do número zero, ou seja, do enlace entre o real e o simbólico, como referimos antes à propósito da negação primordial. O número do real é o zero, o do simbólico é o 1, uma vez que eu obtenho o 1 a partir do conjunto das partes de zero, assim como obtenho o 2 fazendo o conjunto das partes de 1. Sendo o 2, portanto, o número do imaginário. É importante, no entanto, observar, conforme ressalta esse autor, que, quando fazemos o conjunto das partes de 2, o que encontramos não é o 3, mas sim o 4, que é o número do discurso. O número 3, que é o da estrutura, só pode ser encontrado por meio da operação de reunião entre dois conjuntos, isto é, só podemos obter o 3 a partir do 4.

Se considerarmos a lógica nisto concernida, poderíamos, então, dizer que, na neurose obsessiva, a dificuldade de simbolização resulta numa dificuldade de constituição do 4, na medida em que a passagem para o 2 ainda não haveria se dado e, se eu só posso obter o 3 a partir do 4, isso nos levaria a uma confusão entre neurose obsessiva e psicose, onde efetivamente não se faz discurso.

É, também, pelo fato de que, na neurose obsessiva, o sujeito é obrigado a realizar uma operação simbólica para a qual não está apto, que ela tanto se aproxima das psicoses, levando, muitas vezes, a uma confusão diagnóstica entre ambas. Na primeira, a falha de simbolização tem por objeto a inscrição do significante do Nome-do-Pai, enquanto, na psicose, dá-se uma impossibilidade de simbolização em virtude

de não haver a inscrição desse significante. São dois modos de uso do significante que se debruçam por sobre o sem sentido, mas o fazem de forma diversa. Na primeira, o significante fálico é potencializado e, na segunda, resta sem esteio. O fato de a castração ser bem-sucedida na primeira, mesmo que a despeito da degradação simbólica da imago do pai, faz com que o pai – conforme já explicitado por Freud e outros autores – não pare de não morrer e ganhe a exclusividade do gozo em decorrência de uma dívida que o obsessivo procura pagar, mas que é impagável. A tentativa de saldá-la, no entanto, é o recurso de que dispõe para promover a ocupação pelo pai de um lugar simbólico. Com isso, o que se observa é que a força adquirida pelo significante fálico busca, paradoxalmente, eliminar a instância fálica, ou seja, busca produzir a castração ideal, a simbolização perfeita – o assassinato do pai –, o que lhe permitiria encontrar efetivamente na realidade as marcas do que primitivamente foi inscrito e que resta isolado. Contudo, nisso o obsessivo fracassa reiteradamente, o que não o impede de continuar tentando. Quanto mais ele se aproxima do recalçado, portanto, do seu desejo, mais encontra uma barreira ao caminho que lhe daria o acesso a ele, pois essa carência de simbolização o coloca na dependência do assentimento do Outro.

Exemplificando melhor a lógica do par ordenado a partir da situação analítica, Ivan Correia (2011) nos mostra que toda análise, uma vez partindo da transferência imaginária, começa do 2 – isso é a condição para que se dê a fala do paciente. Dessa forma, do 2 surge o 4, que é o discurso, o qual vai possibilitar que algo do que aí advém possa vir a ser elaborado. Assim, vai surgir o 1 do simbólico e, havendo interpretação, vai surgir o sujeito, o 3, da estrutura, que, com isso, poderá ser revelada. Por fim, o 0 – zero –, o real, seria o tropeço que surge como o que poderia levar ao fim de uma análise.

Isso parece esclarecer a dificuldade que a neurose obsessiva oferece tanto à busca pela análise como à entrada nela, pois o seu sintoma resulta de sua tentativa de refazer o recalque e, com isso, o que surge é a estrutura que se antecipa ao discurso e à interpretação. Tal fato é melhor vislumbrado pelo recurso à exemplificação, tão comum nessa neurose, em que o sujeito surge e desaparece ao mesmo tempo, pois ele diz sem dizer e fala de si como se falasse de um outro. Por isso, Lacan (1989), no seminário “O desejo e sua interpretação”, mostra que ele se coloca em posição terceira em relação ao Outro a fim de garantir o seu desejo, que se coloca, por sua vez, como uma demanda subtraída à lei.

## BIBLIOGRAFIA

ASSOUN, P-L. *Metapsicologia Freudiana*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1996.

CHEMAMA, R. A neurose obsessiva feminina hoje. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, n. 17, p. 16-25, 1999.

CORRÊA, I. *A psicanálise e seus paradoxos: seminários clínicos*. 2. ed. Recife: Centro de Estudos Freudianos, 2011.

COSTA, A. A obsessão e a clínica contemporânea. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. Porto Alegre, n. 17, p. 9-15, 1999.

FREUD, S. A dinâmica da Transferência. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud*. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Imago, 2000. (Originalmente publicado em 1912).

FREUD, S. A sexualidade na etiologia das neuroses. In: *Edição Eletrônica das Obras Completas de Sigmund Freud*. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Imago, 2000. (Originalmente publicado em 1898).

\_\_\_\_\_. As fantasias históricas e suas relações com a bissexualidade. In: *Edição Eletrônica das Obras Completas de Sigmund Freud*. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Imago, 2000. (Originalmente publicado em 1908).

\_\_\_\_\_. Inibição, sintoma e ansiedade. In: *Edição Eletrônica das Obras Completas de Sigmund Freud*. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Imago, v. 20, 2000. (Originalmente publicado em 1926[1925]).

\_\_\_\_\_. Moisés e a religião monoteísta. In: *Edição Eletrônica das Obras Completas de Sigmund Freud*. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Imago, v. 23, 2000. Originalmente publicado em 1939[1934-38].

\_\_\_\_\_. Notas sobre um caso de neurose obsessiva. In: *Edição Eletrônica das Obras Completas de Sigmund Freud*. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Imago, 2000. (Originalmente publicado em 1909).

\_\_\_\_\_. O Recalque. In: *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, v. 1, 2004. (Originalmente publicado em 1915b).

\_\_\_\_\_. Pulsões e destinos das pulsões. In: *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, v. 1, 2004. (Originalmente publicado em 1915a).

LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1998. (Originalmente publicado em 1966).

\_\_\_\_\_. *Le désir et son interprétation*. Paris: Association Freudienne Internationale. 1989. (Publication hors commerce).

\_\_\_\_\_. *O Seminário*. Livro 8 – A transferência. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1992.

\_\_\_\_\_. *O Seminário*. Livro 5 – As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1999.

MAHONY, P. J. *Freud e o Homem dos Ratos*. São Paulo: Escuta, 1991.

MELMAN, C. *Refoulement et déterminisme des névroses*. Séminaire 1989-90. Paris: Association Freudienne Internationale, 1989-90.

\_\_\_\_\_. *Clínica psicanalítica: artigos, conferências*. Salvador: Agalma/Ed. da UFBA, 2000.

PERES, U. T. Notas sobre a neurose obsessiva em Freud e Lacan. In: BERLINCK, M. T. (Org.). *Obsessiva neurose*. São Paulo: Escuta, 2005, p. 327-398.

POMMIER, G. *O desenlace de uma análise*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1990.

ROUDINESCO, E; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1998.

SAFOUAN, M. *Estudos sobre o Édipo*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1979.

WOLF, L. Le transfert dans la névrose obsessionnelle. In: *Ornicar? Digital Revue Électronique Multilingue de Psychanalyse*, n. 85, 1999. Disponível em: <[http://membres.lycos.fr/jlacan/ornicar/ornicardigital/Accueil\\_d\\_Ornicar\\_digital.htm](http://membres.lycos.fr/jlacan/ornicar/ornicardigital/Accueil_d_Ornicar_digital.htm)>. Acesso em: 10 set. 2009.



## JUVENTUDES E MÍDIA: SUBJETIVIDADES HIPERCONECTADAS

---

Luciana Lobo Miranda

Nos últimos anos, temos nos debruçado em problematizar a relação entre a mídia e os modos de subjetivação na contemporaneidade, sobretudo no que diz respeito aos jovens. Seja no âmbito da pesquisa ou da extensão, discutimos e atuamos com jovens de escolas públicas ou particulares. Temos, ademais, orientado estudos que discutem os modos de subjetivação juvenis relacionados à educação.<sup>1</sup>

As questões metodológicas da pesquisa também têm sido um importante eixo de trabalho, por meio da pesquisa-intervenção, com base na Análise Institucional Francesa

---

<sup>1</sup> Desde 2005, coordenamos com a Profa. Dra. Inês Vitorino (Comunicação/UFC) o Programa de Extensão *Tvez: Educação para o uso crítico da mídia*, que atua na formação de alunos e professores em prol do uso qualificado da mídia nas escolas. Na Iniciação Científica e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, temos orientado pesquisas que discutem modos de subjetivação juvenis, sobretudo relacionados à assistência e à educação escolar. Em maior ou menor grau, quase sempre esses trabalhos são atravessados pelo tema da mídia.



(AGUIAR; ROCHA, 2007; LOURAU, 1993; PAULON, 2006), em que temos buscado pesquisar *com* os jovens e *com* as escolas e não *sobre* esses sujeitos. Buscamos estratégias teórico-metodológicas que favoreçam o diálogo e a produção de diferença. Em alguns desses trabalhos, o uso do vídeo tem se colocado como dispositivo de análise (MIRANDA, 2014).

No presente texto, fazemos um recorte da pesquisa *Juventudes e mídia: Um estudo sobre consumo, apropriação e produção de mídia por jovens estudantes de Escola Pública de Fortaleza*.<sup>2</sup> Nesta, discutimos a incidência da mídia no cotidiano de jovens de Ensino Médio, por meio de oficinas de vídeo. Pretendemos aqui analisar alguns dados para pensar os modos de subjetivação de jovens hiperconectados na contemporaneidade. Se, em outros trabalhos (MIRANDA, 2009; MIRANDA et al., 2013; MIRANDA; SAMPAIO; LIMA, 2009), a ênfase é dada à relação com a mídia no universo escolar, neste, analisamos a hiperconectividade sem demarcar o atravessamento da educação formal. Com base numa visão transversalista da subjetividade, intencionamos problematizar os modos de subjetivação de jovens atravessados pela mídia na contemporaneidade.

Primeiramente, discutimos algumas bases teórico-conceituais (concepção de subjetividade, relação com a mídia, conceito de juventude), além das implicações metodológicas do trabalho (ênfase na pesquisa-intervenção). Em seguida, analisamos a hiperconectividade a partir do deslocamento da televisão para a internet, do compartilhamento da vida coti-

---

<sup>2</sup> Aprovada pelo Comitê de Ética de Pesquisa (Conep) e financiada pelo CNPq – Edital Ciências Humanas –, a pesquisa (2011- 2015), contou com quatorze (14) estudantes, entre discentes de graduação e pós-graduação em Psicologia, além de uma aluna de Sistemas e Mídias Digitais.

diana e das novas sociabilidades. Por fim, a relação com os modos de subjetivação juvenis hodiernos é destacada.

### **Modos de subjetivação e mídia: possíveis atravessamentos**

Vivemos numa cultura do ciberespaço, ou cibercultura, em que novas formas de interação social se configuram (LEMOS, 2013). Na relação entre a centralidade da mídia no cotidiano das populações de grandes centros urbanos, destacamos o seu consumo pelo público mais novo, isto é, crianças e jovens. Estes parecem ter a relação com o mundo interpelada pela mídia e pelas novas tecnologias. Entre adolescentes e jovens da atualidade, denominados “nativos digitais” ou pertencentes à geração “Y” (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012), o modo de vida virtual tem forte incidência, visto que cresceram ambientados no mundo informatizado.

O despertar da cibercultura e a apropriação crescente do ciberespaço fazem emergir novas formas de ser e estar no mundo. A cultura digital reconfigura nos jovens o sentido de linguagem, lazer, sociabilidade e, portanto, subjetividade. Para pensar o campo de relação entre a mídia e os modos de subjetivação dos jovens inseridos na pesquisa, tomamos como matriz teórica o pós-estruturalismo, sobretudo Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Guattari e Rolnik (2007) concebem o sujeito como sendo formado pelo atravessamento das diversas instâncias que compõem a sociedade, ressaltando a materialidade de sua construção histórica, em detrimento de uma concepção abstrata e apriorística de entidade universal. Desse modo, rompe-se com a ideia de subjetividade constituída a partir da interioridade do sujeito. Prevalece uma visão *transversalista*

de subjetividade, em que a caracterização do que é interno e externo ao sujeito perde sentido. No âmbito do conhecimento, a oposição tradicional entre sujeito e objeto sucumbe, e a delimitação que definiria esferas próprias a tais entidades encontra-se borrada.

Enfim, a subjetividade transcende ao próprio sujeito e é “produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais”, sem qualquer hierarquia entre elas (GUATTARI, 1992, p. 11). Há a desvinculação da relação direta entre os conceitos de indivíduo e subjetividade. O individual se situa na esfera das construções sociais, em que o sujeito absorve (ou consome) aquilo que é socialmente produzido na ordem das significações. Assim sendo, pensar o indivíduo é concebê-lo na maneira particular em que apreende as subjetividades produzidas socialmente. A subjetividade, portanto, é uma produção e situa-se no campo das interações sociais, em que as diversas instâncias funcionam como vetores de subjetivação (GUATTARI, 1992; MIRANDA, 2000).

Foucault também problematizou o sujeito individual como efeito da modernidade. O termo *sujeito* assume dois sentidos: “Sujeito ao outro através do controle e da dependência e ligado à sua própria identidade através de uma consciência ou do autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita” (FOUCAULT, 2013, p. 278). O pensador nos provoca ao colocar o sujeito como invenção moderna, marcado por contingências históricas. Uma invenção menos engendrada pela autonomia e soberania, como crê o pensamento iluminista, e mais ancorada na sujeição. Assim, em vez de pensar o sujeito, o autor analisa os modos de subjetivação preponderantes em determinados contextos históricos, isto é, discute as práticas que performatizam sujeitos. Temos, assim, no final do século XVII e início do século XVIII, no

contexto europeu marcado pelo disciplinamento dos corpos individuais, modos de subjetivação em que a escola era um de seus maiores agentes (FOUCAULT, 1977). Posteriormente, acoplados a esses, já na segunda metade do século XVIII, engendraram-se outros processos de subjetivação caracterizados pelo controle da população, através de dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008). Porém, o próprio Foucault reconhece que, talvez com relação ao corpo, após a revolução sexual do século XX, novas formas de controle estariam emergindo: “Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma do controle-repressão, mas do controle-estimulação: “Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado” (FOUCAULT, 1988, p. 147). As resistências perfiladas na revolução sexual teriam sido, em parte, capturadas por novas práticas. Foucault, então, sentenciou: “É preciso aceitar o indefinido da luta... O que não quer dizer que ela não acabará um dia” (FOUCAULT, 1988, p. 147). Modos de subjetivação assujeitados se entrecruzam com formas de resistências, performatizando novos campos de lutas e de capturas.

Mas como novas forças estariam se configurando? Deleuze, retomando Foucault, diz que estamos passando por uma transição entre modos de subjetivação predominantemente disciplinares (marcados pelo confinamento da escola, hospital, prisão etc.) para a sociedade de controle com formas de subjetivação mais fluidas e flexíveis, porém cada vez mais capilares. Novas formas de controle em que participam máquinas, entre as quais destacam-se a mídia e as novas tecnologias:

É fácil fazer corresponder a cada sociedade certos tipos de máquina, não porque as máquinas sejam determinantes, mas porque elas exprimem as formas sociais capazes de

lhes darem nascimento e utilizá-las. [...] as sociedades de controle operam por máquinas de terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e, o ativo, a pirataria e a introdução de vírus (DELEUZE, 1992, p. 223).

Máquinas de visibilidade e de vigilância que se estendem ao ar livre; máquinas que expõem nosso cotidiano banal ao olhar do outro; máquinas que articulam controle e prazer, na contração espaço-temporal (BRUNO, 2013). São “as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares” (DELEUZE, 1992, p. 220). Para o filósofo, significa que as novas formas de controle, mais fluidas, estão por toda parte, atreladas à nova ordem capitalista voltada para o consumo.

Guattari, ainda nos anos 1990, disse:

Devem-se tomar as produções semióticas dos *mass* mídia, da informática, da telemática, da robótica etc... fora da subjetividade psíquica? Penso que não. Do mesmo modo que as máquinas sociais podem ser classificadas na rubrica geral de Equipamentos Coletivos, as máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio de suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes (GUATTARI, 1992, p. 14).

O autor defendia ser a mídia e as novas tecnologias formas hiperconcentradas e hiperdesenvolvidas da subjetividade. Elas não são externas à subjetividade, mas ajudam na sua constituição, sendo também formadas por ela.

Nossa tarefa, então, tem sido pensar a participação da mídia nos modos de subjetivação contemporâneos. Pierre

Lévy (1999) cunhou o termo *cibercultura* para abordar a relação dos sujeitos contemporâneos com a tecnologia. De acordo com Lemos e Cunha (2003, p. 11), esse conceito é designado para referir-se à “forma sociocultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base microeletrônica que surgiram com a convergência das telecomunicações com a informática, na década de 70”. Assim, podemos dizer que, em nossa cultura hodierna, a mídia de um modo geral, principalmente a mídia digital, contribui com os modos de subjetivação, atuando nas formas de ser, pensar e sentir individual e coletivamente. Embora saibamos que esses modos de subjetivação não se restringem às novas gerações, nossas pesquisas têm se debruçado, sobretudo, no trabalho com jovens. No caso aqui problematizado, o trabalho com jovens de duas escolas públicas da cidade de Fortaleza.

## Subjetividades juvenis

Do ponto de vista etário, há uma certa sobreposição entre adolescência e juventude se comparamos determinados marcadores institucionais. Por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera a adolescência entre 12 e 18 anos incompletos (BRASIL, 1990), enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) a define entre 10 e 19 anos. Já a Organização das Nações Unidas (ONU) considera a juventude (*youth*) entre 15 e 24 anos, e a Organização Mundial da Saúde (OMS) inclui o jovem entre 10 e 19 anos (EISENSTEIN, 2005).

Parece-nos que, mais do que pensar em termos etários, há também questões conceituais que circunscrevem tais termos. Muitos teóricos, a exemplo de Castro (1998, 2008, 2011) e de Coimbra e Nascimento (2002), defendem o uso do termo “jovem” em detrimento do termo “adolescente” por afirmarem

que, enquanto o segundo abrange características psicológicas que beiram à naturalização, o primeiro compreende aspectos mais históricos, políticos e sociais desse momento da vida. Para além de uma concepção etária, respeitamos a terminologia utilizada nos originais das fontes consultadas, priorizando no corpo do texto, quando se trata de nossa análise, o termo *juventude*, corroborando, assim, a crítica acima mencionada. O que nos importa tem sido problematizar a relação entre os modos de subjetivação da juventude e a mídia.

Na contemporaneidade, é perceptível a existência de uma centralidade no que concerne a assuntos vinculados à juventude, inclusive na sua participação nas economias de mercado, por meio do poder de compra dos jovens, assim como dos produtos ofertados para esse público. O jovem representa um padrão de beleza, um modo de vida, um modelo a ser seguido por todos que almejam sua prosperidade. Ao se apropriar do discurso acerca da adolescência e juventude, tornando-a uma fatia do mercado, a mídia, a partir da segunda metade do século passado, tem ajudado a cunhar outros termos, como geração *shopping center*, *teenagers* e geração *teen* (SAVAGE, 2009).

Entre a exaltação da “melhor fase da vida” e a tentativa de contenção das manifestações juvenis, o “mundo adulto” parece oscilar. Fraga (2000, p. 62) afirma que “a juventude, destacada como símbolo de esperança no futuro, passa também a ser vista e tratada como uma ameaça pública a todas as gerações, principalmente como uma ameaça a si mesma”. É exatamente essa ameaça que, por vezes, tenta ser contida pelas políticas públicas, sobretudo quando o foco não é a juventude *teen*, classe média presente na televisão, mas a juventude de classe popular, sujeitos da presente pesquisa. Sob resquícios do Higienismo – movimento médico que provocou mudan-

ças desde a organização familiar até as regras no trabalho, no Brasil na virada do século XX –, a biopolítica voltada para a população de classe popular ainda permanece. A juventude de origem popular sofre uma constante contenção por parte da família, do Estado, da escola e de toda a sociedade para que não enverede por uma vida de atos infracionais, prevalecendo uma lógica ainda “minorista” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2002; FRAGA, 2000), em que o jovem pobre é visto como potencialmente criminoso. Vale lembrar que, no Brasil, esse tipo de discurso, muitas vezes, tangencia a argumentação em favor da redução da maioria penal. É com esses jovens oriundos das escolas públicas da periferia de Fortaleza que procuramos problematizar como a mídia tem participado nos seus modos de subjetivação.

### **Pesquisar com jovens; pesquisar com vídeo**

As bases teórico-metodológicas da pesquisa “Juventudes e Mídia” se alinham à pesquisa-intervenção. Esta consiste em uma proposta de pesquisa participativa que busca investigar de forma dinâmica uma determinada realidade, assumindo um caráter de intervenção político-social. Tal abordagem tem como foco o processo de construção do conhecimento pela transformação da realidade a ser investigada, situando, num mesmo plano, sujeito e objeto do conhecimento e, da mesma forma, teoria e prática. Para nós, significa trazer a impossibilidade de “um sujeito desde sempre aí”, criticado por Foucault (VEIGA-NETO, 2007, p. 107), para o campo da pesquisa. Antes de conceber um sujeito pesquisador e um sujeito a ser pesquisado, como lugares estanques, trata-se de pensar que é no encontro, no modo como a pesquisa se performatiza, que se constitui um modo de ser sujeito-pesquisador e um modo



de ser sujeito-pesquisado. A produção teórica, a produção do objeto e daquele que conhece só existem em relação. Assim, faz-se necessário sempre a análise desse encontro, que a Análise Institucional Francesa chamou de análise de implicação (LOURAU, 1993; PAULON, 2005).<sup>3</sup>

Aguiar e Rocha (2007) discutem a pesquisa-intervenção como um aprofundamento do questionamento da neutralidade do pesquisador. Essa concepção teórico-metodológica também trabalha na radicalização de sua ação, ao operar na micropolítica do cotidiano, atuando no plano dos acontecimentos e buscando analisadores que problematizam eventos tidos como naturais. Paulon (2005) salienta que o momento da pesquisa é também de intervenção. Intervir significa “vir-entre”, criando dispositivos de análise coletiva para a produção de acontecimentos (PAULON, 2005; SANTOS; BARONE, 2006). Em nossa pesquisa, temos trabalhado com o dispositivo oficina de vídeo, em que os jovens, no território escolar, enunciam a sua relação cotidiana com a mídia, demandada pelo grupo de pesquisa, por meio de vídeos produzidos por eles mesmos. Assim, a pesquisa torna-se “interventiva”, não por instituir uma oficina ou qualquer outro dispositivo inexistente no cotidiano institucional, mas por produzir alterações nas formas de ser e estar dos sujeitos envolvidos na pesquisa, inclusive dos pesquisadores.

Discutimos a relação cotidiana com a mídia nos modos de subjetivação juvenis operando uma linguagem audiovisual, o vídeo. A fim de analisar os modos de subjetivação atra-

---

<sup>3</sup> Trata-se de “[...] admitir que eu sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar: fenômenos, acontecimentos, grupos, ideias etc.” (LOURAU, 1993 apud PAULON, 2005, p. 23). Isto é, em vez de vislumbrar uma neutralidade, a análise de implicação discute a própria condição da pesquisa.

vessados pela mídia, a proposta, na pesquisa, é de discussão *com* os jovens e de produção *com* eles. Por estarem imersos na sociedade midiaticizada (MORAES, 2006), a possibilidade de criar uma narrativa audiovisual para falar dessa relação parece-nos fecunda. Desse modo, apostamos na oficina de vídeo para constituir esse espaço coletivo de análise e produção de conhecimento. Exibimos, previamente, vídeos relacionados à temática da pesquisa, com as discussões sendo filmadas por pesquisadores e jovens, e, por fim, novos vídeos são criados. O vídeo, portanto, é concebido como dispositivo que funciona para disparar o debate (exibimos vídeos) e que serve como objeto de estudo (introdução à linguagem audiovisual ministrada na oficina), como documento da pesquisa (encontros são filmados) e, ainda, como enunciador de si em vídeos criados pelos próprios jovens (MIRANDA, 2014).

Além disso, o trabalho em grupo com crianças e jovens pode favorecer a dissolução da tradicional hierarquia entre pesquisador e pesquisado, que, muitas vezes, reproduz, no processo da pesquisa, “as posições de sujeitos existentes, na sociedade e na cultura” (CASTRO, 2008, p. 21), permitindo que o controle do processo se desloque entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa e, inclusive, questionando “o próprio fazer do pesquisador” (CASTRO, 2008, p. 32). A oficina de vídeo, assim, é discutida como um dispositivo-grupo, no qual analisar o território de intervenção significa problematizar o encontro *entre* pesquisadores-jovens-escola-vídeo. Os dados de pesquisa são construídos a partir desse encontro.

Nesta pesquisa, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: observação participante; grupo de discussão com gestores, educadores e alunos; oficina de vídeo com produção audiovisual elaborada pelos alunos; exibição dos vídeos para os participantes da pesquisa e para alguns

membros da comunidade escolar; restituição.<sup>4</sup> Além do contato semanal com os alunos, criamos um grupo no Facebook no qual trocávamos vídeos e comentários relativos à oficina. Todos os procedimentos foram planejados coletivamente com membros da escola e do grupo de pesquisa.

Ao longo de, aproximadamente, dois anos, vivenciamos o cotidiano de duas escolas públicas da periferia de Fortaleza. A primeira instituição foi uma Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP), proveniente da rede estadual de Ensino Médio, que atendia cerca de 160 estudantes e funcionava em período integral, tanto com ensino propedêutico, quanto profissionalizante (Administração, Redes Informacionais, Secretariado e Contabilidade). A segunda, uma Escola de Ensino Fundamental e Médio (EEFM) que contava com 1.376 estudantes, sendo 696 matriculados no Ensino Médio, foco da presente pesquisa. Na EEEP, participaram da pesquisa 21 alunos, matriculados nos cursos: Redes Informacionais, Contabilidade e Administração, do 2º e 3º ano do Ensino Médio, sendo 11 sujeitos do gênero masculino e 17 menores de 18 anos. Na EEFM, participaram 9 alunos do 1º e 2º do Ensino Médio, sendo 5 sujeitos do gênero feminino e apenas um maior de idade. No total, participaram 30 alunos estudantes de ambas as escolas.<sup>5</sup>

Apesar de um território em comum (cotidiano marcado por aulas, intervalos, currículos com cargas horárias

---

<sup>4</sup> A restituição se diferencia da devolutiva por não se tratar da apresentação de dados após a conclusão da pesquisa, mas por constituir um momento de análise coletiva da situação presente que permite a (re)construção dos dados (LOURAU, 1993; SANTOS; BARONE, 2006).

<sup>5</sup> Na EEFM, houve a participação de uma professora responsável pelo laboratório de informática (LEI). Para análise da participação da docente, bem como das implicações da escola na relação juventude e mídia, ver El Khouri (2015).

semelhantes, relação professor-aluno, precarização laboral etc.), contribuindo na disciplinarização dos modos de ser (FOUCAULT, 1977), cada escola tinha sua própria dinâmica, suas especificidades.<sup>6</sup>

Durante o processo da pesquisa, foram realizados 5 vídeos pelos jovens, 4 na EEEP e um na EEFM. Houve uma preponderância de vídeos ficcionais, e todos tiveram como tema o que havíamos demandado: a relação cotidiana com a mídia. Destacamos que os vídeos criados pelos jovens são fruto não apenas de suas vivências cotidianas, marcadas pela sociedade midiaticizada, mas também de condicionantes da própria pesquisa, a exemplo do enquadre enunciativo (a escola; os vídeos-disparadores levados pelos pesquisadores; as discussões; a aprendizagem acerca da linguagem, entre outros). Assim, não se trata de revelar uma subjetividade interna através do vídeo, mas de pensar um modo de subjetivação que se produz no ato de criação desse dispositivo audiovisual, marcado por diversos vetores, pelo próprio enquadre enunciativo da pesquisa.

---

<sup>6</sup> Na EEEP, por exemplo, a investigação foi atravessada pelo futuro profissional dos estudantes, que solicitaram, logo no início, uma declaração de participação na oficina, com a finalidade de enriquecer o currículo. Alguns temas eram recorrentes, a exemplo do modo como deveriam se comportar nas redes sociais quando estavam estagiando. Já na EEFM, destacou-se a participação da professora do LEI na oficina. Apesar dos diferentes locais formais ocupados, esta se colocou como aprendiz daquele espaço coletivo de expressão, desnaturalizando a relação de saber-poder, existente, muitas vezes, na diáde professor-aluno.

## Rumo à hiperconexão

O brasileiro às vezes se sente até excluído por não ter uma televisão ou um computador. Eu acho que ele não se sente tão reprimido “ah, não tenho uma geladeira”, ele não liga muito... Mas se num tiver um computador, uma televisão ou um celular, ele se sente excluído da sociedade. [...] Tipo eu faço parte dessa sociedade tenho que ter uma televisão, um celular ou um computador (TICIANA, EEEP).<sup>7</sup>

Ao pretender analisar a relação juventude e mídia, duas formas de comunicação normalmente se destacam nas pesquisas com jovens: a televisão e a internet. A primeira tem sido foco de estudos que discutem sua interpelação nos modos de vida juvenis (FISCHER, 1996; FISCHER, 2002; MIRANDA, 2009; VIVARTA, 2004). Já a relação com a internet também vem ganhando cada vez mais destaque (SCHWERTNER; FISCHER, 2012; SIBILIA, 2012; STERN; WILLIS, 2009).

Fischer (1996, 2002), realizando pesquisas de inspiração foucaultiana, já defendia que a televisão, com seu modelo de comunicação *broadcasting* – um emissor que se conecta a vários receptores, divulgando a mesma informação –, seria um dispositivo pedagógico que ajudaria a constituir formas de ser sujeito. A televisão se configuraria como:

[...] um aparato discursivo (já que nele se produzem saberes, discursos) e ao mesmo tempo não discursivo (uma vez que está em jogo nesse aparato uma complexa trama de práticas, de produzir, veicular e consumir TV, rádio, revistas, jornais, numa determinada sociedade e num certo ce-

---

<sup>7</sup> Todos os jovens tiveram os nomes modificados.

nário social e político), a partir do qual haveria uma incitação ao discurso sobre “si mesmo”, à revelação permanente de si; tais práticas vêm acompanhadas de uma produção e veiculação de saberes sobre os próprios sujeitos e seus modos confessados e aprendidos de ser e estar na cultura em que vivem. Certamente, há de se considerar ainda o simultâneo reforço de controles e igualmente de resistências, em acordo com determinadas estratégias de poder e saber, e que estão vivos, insistentemente presentes nesses processos de publicização da vida privada e de pedagogização midiática (FISCHER, 2002, p. 155).

Como ficaria, então, a relação com a mídia no contexto da Web.2.0, em que, por meio da comunicação em rede, tem-se apostado na dimensão colaborativa, na qual todos podem, potencialmente, não só compartilhar, mas produzir conteúdos?

Em nosso estudo, ao debatermos com os estudantes os dados levantados nos questionários da pesquisa *Adolescência e juventude brasileira: situações de risco e redes de proteção na cidade de Fortaleza*, observamos que, em menos de quatro anos, a relação dos jovens com a mídia sofreu modificações consideráveis.<sup>8</sup> Na pesquisa quantitativa, as três atividades mais pontuadas como forma de lazer foram: ver TV (86,7%),

---

<sup>8</sup> A pesquisa *Juventudes e mídia: um estudo sobre o consumo, apropriação e produção de mídia por jovens estudantes de Escola Pública de Fortaleza* é um desdobramento da pesquisa de base quantitativa *Adolescência e juventude brasileira: situações de risco e redes de proteção na cidade de Fortaleza*. Esta, realizada entre 2009 e 2011, teve como objetivo traçar o perfil dos jovens estudantes de escola pública de Fortaleza e contou com a participação de 43 escolas, nas quais foram aplicados questionários em 1.140 estudantes entre 14 e 24 anos de idade, com variados temas, dentre eles a relação lazer e mídia (COLAÇO e CORDEIRO, 2013). Ambas as escolas fizeram parte desta pesquisa e, em fórum com os alunos para abertura da pesquisa *Juventudes e mídia*, em análise coletiva, caracterizada pela restituição dos dados quantitativos, alguns resultados foram ressignificados.

escutar ou tocar música (76,1%) e navegar na internet (63,6%) (MIRANDA et al., 2013). Contudo, na discussão dos dados com os estudantes, constatamos que, após alguns anos, a internet predominava em detrimento da televisão. Quando debatemos os resultados da pesquisa *Adolescência e juventude brasileira* com os jovens, em ambas as escolas, muitos se demonstraram surpresos com os dados:

*A pesquisa que vocês fizeram, naquele tempo, é... em 2010, né? Pode ter sido pouco, mas agora todo mundo tem internet no celular, tem lan house, tem dinheiro pra ir na lan house... Então eu acho que todo mundo tem acesso à rede (MÁRIO, EEFP).*

*Dois anos atrás, eu não tinha nenhum computador, hoje tenho dois: notebook e computador (JORGE, EEFM).*

Em um curto espaço de tempo, esses jovens alunos de escolas públicas de periferia tiveram, cada vez mais, acesso à internet, sobretudo por conta da portabilidade via celular do tipo *smartphones*. Estaríamos vivenciando a passagem de um modelo eminentemente *broadcasting* de comunicação para uma comunicação em rede (LEMOS, 2013; LEVY, 1999).

A popularização do acesso à internet e a crescente fusão das mídias indicam que a programação da televisão passou a ser vista também no computador, nos *tablets* e, sobretudo, nos *smartphones*, em horários distintos dos que são veiculados na grade. O trecho, a seguir, ocorrido na Escola de Ensino Fundamental e Médio (EEFM), aborda tanto a fusão das mídias, quanto a preponderância cada vez maior do modelo de rede:

Bárbara: [falando sobre a escola] *Na hora do intervalo, a gente pode fazer qualquer coisa, aí quem tem celular com televisão fica assistindo.*

Luciana (pesquisadora): *Aí vocês veem televisão só na hora do intervalo?*

João: *Sim e não... tem uma pessoa assim que bota o celular aqui, nessa parte de baixo, aí fica lá, assistindo lá.*

Lucas: *Mexendo no Face.*

Alunas: *Verdade...*

Bárbara: *Mas é mais Facebook do que televisão.*

Nos encontros da oficina de vídeo, houve muita crítica aos conteúdos priorizados pelas emissoras de televisão: “programas de ciência e cultura tem muitos, apesar da televisão não valorizar tanto isso” (DIOGO, EEEP). Os jovens de ambas as escolas também se posicionaram contra os programas de jornalismo sensacionalista que passam na hora do almoço, nos quais jovens como eles, de classe popular, só aparecem como protagonistas quando cometem crimes. Foi comum a crítica à espetacularização da violência. Em destaque a fala de João, aluno da EEFM:

*Assistir todo dia 190<sup>9</sup> mostra pra gente que nós não pode (sic) entrar nesse mundo. Mas todo dia passa a mesma coisa, a mesma morte, as mesmas conversas, leva a gerar na nossa mente que isso é normal, que todo dia vai acontecer. Aí, às vezes, leva a gente pro bem, nós não ir (sic) pro caminho do mal, ao mesmo tempo mostra que isso aí é normal, natural, todo dia acontece. Muitas vezes acontece isso, agora morre uma pessoa, a gente*

---

<sup>9</sup> Cidade 190 é um programa policial veiculado pela TV Cidade, afiliada à TV Record no Ceará. Esse programa, como tantos outros existentes no Brasil, aborda, em caráter de espetacularização, a violência cotidiana, sobretudo das periferias dos centros urbanos.



*trata como se fosse um cachorro, a gente passa “ah mah, morreu um” “quem é?” “fulano de tal”. Tá certo”. Vai pra casa, não se abala (JOÃO, EEFM).*

Mesmo ainda como espectadores de conteúdos feitos para televisão, os estudantes demonstram ser muito críticos em relação a ela, dando preferência à internet. Os jovens discutiram a “manipulação” das informações que eles julgam ocorrer na televisão: “Também tem aquele negócio que a televisão só mostra o que ela quer, né? Você não pode se confiar totalmente naquilo” (MARIA, EEFP). A crítica dirigida ao conteúdo da televisão é redimensionada na internet, em que se pode acessar e publicar conteúdos normalmente ocultados pelas emissoras de TV. Léo, aluno da EEFP, afirma:

*É o seguinte, esse negócio de TV e internet... Hoje em dia o pessoal procura mais internet pelo fato da mídia [TV] ser um pouco comprada. Então na internet muitas coisas podem não ser verdade, mas tem umas que são, [e] que não passam na TV. Então, a gente procura tá na internet, já pra tá mais informado sobre o que não passa na TV. Que nem aquela “mídia negra” [ninja]... que o pessoal explorou muito na época das manifestações... [referindo-se às manifestações de junho de 2013]. O pessoal filmava e mostrava os vídeos. Isso a TV não mostrava. Então, a internet veio pra ajudar também nisso, a divulgação de algumas informações que não passam na TV (LÉO, EEFP).*

A internet vem se popularizando desde sua criação, no final dos anos 1960, alastrando-se a ponto de tornar-se elemento fundamental na dinâmica das relações sociais. Hoje, essa forma de comunicação tem utilização ampla na economia,

na política, na saúde, na educação, nos transportes, enfim, nos diversos setores da sociedade:

Na verdade, a internet é uma tecnologia antiga, foi usada pela primeira vez em 1969, mas se difundiu em larga escala vinte anos mais tarde por causa de vários fatores: mudanças regulatórias, maior largura de banda nas telecomunicações, difusão dos computadores pessoais, softwares simples, acesso e comunicação de conteúdo (começando com o serviço e navegador World Wide Web projetados por Tim Berners-Lee em 1990) e a demanda em rápido crescimento da organização em rede de qualquer coisa, suscitada tanto pelas necessidades do mundo empresarial quanto pelo desejo do público de criar suas próprias redes de comunicação (CASTELLS, 2012, p. IX).

Para Manuel Castells (2012), a internet se tornou o substrato tecnológico de uma nova forma de organização social na Era da Informação, a rede, em que a comunicação e a transmissão de conteúdos ocorrem em escala global, num formato em que predomina a horizontalidade entre os usuários.

A função dos suportes e aplicativos comunicacionais se potencializa, trazendo à tona novas formas de sociabilidade juvenil. Para além da utilização comum presente nos diversos âmbitos das relações sociais, abrangendo serviços, comércio e entretenimento, muitos jovens apresentam a necessidade simples de estarem conectados (SIBILIA, 2012). A conexão virtual passa a ser fim também em si mesma. No contexto da pesquisa com os jovens de escola pública, o acesso à internet se dava sobretudo em seus celulares. Nas escolas, obser-

vamos que a maioria possuía aparelhos do tipo *smartphone*.<sup>10</sup> “Hoje é... mais fácil assim, pelo caso de ter celular, né? Aí todo mundo acessa a internet a maioria das vezes do celular” (JOÃO, EEFM). Quando não há possibilidade de *wi-fi*, os que possuem 3G compartilham seu acesso pelo sistema *bluetooth*, que permite o compartilhamento da rede pessoal sem fio.

Assim, se antes era possível mensurar o tempo em que se ficava na frente do aparelho de televisão, com a portabilidade da internet, tornando o acesso cada vez maior, a relação com o dispositivo tecnológico passa a ser *fulltime*. Muitos dos estudantes de ambas as escolas relataram que ficam *on-line* quase que 24 horas por dia.

Entre os mais diversos usos propiciados pela comunicação via internet, têm ganhado destaque, cada vez mais, as chamadas redes sociais digitais. Esse termo é utilizado por vários autores, como Torres (2008), Santaella e Lemos (2010) e Munhoz (2010), para referir-se a redes sociais mediadas por tecnologias digitais, podendo ser denominadas também de Redes Sociais Virtuais (MACHADO; TIJIBOY, 2005).

Segundo Aguiar (2007), o conceito “redes sociais” remete a inter-relações e trocas interculturais não hierarquizadas, que, muitas vezes, utilizam diversas metáforas, tais como malha, teia e rizoma. Essas redes podem ou não ser mediadas pela internet. O termo “redes sociais na internet” abrange as comunidades virtuais e sites de redes sociais onde a internet se apresenta, bem como um ambiente exclusivo ou complementar de interação, funcionando tanto para o fortalecimento de novas relações sociais, quanto de forma a complementar as interações nas relações já existentes (AGUIAR, 2007).

---

<sup>10</sup> Na EEEP, alguns alunos também possuíam *laptops* e os levavam para escola.

Seja na forma de sociabilidade virtual exclusiva ou complementar à sociabilidade *off-line*, é preponderante a forma de comunicação por meio de rede de compartilhamento, tais como Whatsapp, Instagram e Facebook.<sup>11</sup> Este último assumiu posição de destaque nas discussões e sobressaiu-se como a rede social digital mais popular entre os estudantes, conforme afirmam Jorge (EEFM): “todo mundo vive no Face”; e Mariana (EEFM): “É o nosso mundo”. Apesar de discutirem sobre o fascínio exercido por essa ferramenta da *web*, no vídeo “O Facebook vicia mais”, os jovens ironizaram o excesso de uso dessa rede. Na cena criada pelos estudantes, um jovem troca a maconha pelo Facebook.<sup>12</sup>

O conceito de hipermodernidade, desenvolvido por Lipovetsky (2004), corrobora, assim, com a análise de que os modos de subjetivação atuais se encontram marcados pela hiperconectividade. O autor caracteriza a sociedade hipermoderna por sua fluidez em relação à orientação das condutas,

---

<sup>11</sup> “Whatsapp Messenger é um aplicativo de mensagens multiplataforma que permite trocar mensagens pelo celular sem pagar por SMS”. Disponível em: <<http://www.whatsapp.com>>. Acesso em: 4 out. 2014. Instagram é um aplicativo de compartilhamento de foto e vídeo criado em 2010. Facebook é uma rede social criada nos Estados Unidos em 2004, que “[...] dá às pessoas o poder de compartilhar informações e fazer do mundo um lugar mais aberto e conectado”. Disponível em: <[https://www.Facebook.com/FacebookBrasil/info?ref=page\\_internal](https://www.Facebook.com/FacebookBrasil/info?ref=page_internal)>. Acesso em: 4 out. 2014. Em 2012, o Facebook anunciou a compra do Instagram por um bilhão e, em fevereiro de 2014, anunciou a compra do Whatsapp por 16 bilhões de dólares. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/09/Facebook-encerra-compra-do-instagram.html>>; <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/02/Facebook-compra-o-aplicativo-whatsapp-por-us-16-bilhoes.html>>. Acesso em: 4 out. 2014.

<sup>12</sup> Na cena ficcional, duas meninas vão a uma “boca de fumo” e, em vez de comprar droga, acabam oferecendo ao traficante o celular com o aplicativo do Facebook. Elas passam a ensiná-lo como mexer e, rapidamente, ele joga o cigarro de maconha fora para ficar com os olhos vidrados na tela do celular.

em detrimento dos princípios estruturais da modernidade. Da *era do hiper* emerge o hiperconsumo, no qual o consumo por prazer toma dimensão, cada vez maior na vida social.

Nesse sentido, a hiperconexão juvenil se constitui no desejo dos jovens de permanecerem conectados, independente de uma função específica que a conexão possa exercer em sua vida social. Aprofundaremos a hiperconexão com base em dois analisadores problematizados no cotidiano da pesquisa: a dissolução entre público e privado, por meio da possibilidade de compartilhar a vida cotidiana, e as novas formas de sociabilidade engendradas na rede.

## Vidas compartilhadas

*A pessoa pisca três vezes e já posta: “pisquei três vezes”, como se isso fosse o máximo (JOÃO, EEFM).*

Desde a emergência do cinema, passando pela televisão, fomos subjetivados pelos modos de vida das chamadas celebridades. Segundo Bruno (2013, p. 46), a visibilidade de seu cotidiano sempre foi estampada, seja na mídia impressa, no rádio ou na televisão: “As tecnologias de comunicação de massa, sobretudo o cinema e a televisão, incrementam esse regime de visibilidade, conferindo às práticas de ver e do ser visto novas significações sociais, estéticas, subjetivas”. Vidas “íntimas” compartilhadas com milhões. Se a mídia *broadcasting* já trouxera a possibilidade de compartilhamento do dia a dia das chamadas estrelas ou celebridades, na contemporaneidade, a comunicação digital, as redes sociais digitais parecem inaugurar um novo tempo, que traz a possibilidade de cada um compartilhar pensamentos e opiniões em fra-

ção de segundos, em que, agora, todos podem publicizar sua vida privada (SIBILIA, 2008; BRUNO, 2013).

No entanto, diferente da modernidade, na qual os sujeitos eram orientados por uma interioridade que refletia e construía a imagem que se queria ter, atualmente, vivemos a emergência de novos modos de ser e estar no mundo, com os *blogs* diários, tutoriais, *selfies*.<sup>13</sup> Nesse contexto, podemos afirmar que as redes sociais digitais, somadas aos velozes e portáteis instrumentos de comunicação (*laptops, tablets, smartphones*) influenciam no borramento dos limites entre a esfera pública e privada (BRUNO, 2013), pois tudo pode ser postado, visto, compartilhado, curtido a todo instante.

Os sujeitos são impelidos a enunciar sua intimidade ou “interioridade” por atitudes performáticas de exposição e espetacularização do Eu (SIBILIA, 2008). O entrelaçamento da exposição de si, lazer e comunicação integra a principal finalidade de uso das redes sociais digitais. O chamado “*show do eu*” (SIBILIA, 2008) está associado à presença da internet em suas vidas: “tudo na nossa vida a gente expõe na internet” (JOANA, EEEP); à vontade de aparecer, de “ganhar quinze minutos de fama e ficar conhecido” (LÍVIA, EEFM); e, ainda, à necessidade de “mostrar o que é besta” (JOÃO, EEFM).

---

<sup>13</sup> “O *blog* é uma página *web* atualizada frequentemente e composta por pequenos parágrafos apresentados de forma cronológica. [...] O conteúdo e tema dos *blogs* abrangem uma infinidade de assuntos que vão desde diários, piadas, *links*, notícias, poesia, ideias, fotografias, enfim, tudo que a imaginação do autor permitir”. Disponível em: <<http://blogger.globo.com/br/about.jsp>>. Acesso em: 4 out. 2014. *Selfie* é uma palavra em inglês, um neologismo com origem no termo *self-portrait*, que significa autorretrato e é uma foto tirada principalmente na câmera do celular e compartilhada na internet. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/selfie/>>. Acesso em: 4 nov. 2014.

Foi possível perceber a ambiguidade na opinião dos jovens no que diz respeito à espetacularização da intimidade, pois ao mesmo tempo em que se expõem, por vezes, arrependem-se e também criticam os demais. “Eu passei a noite todinha no Facebook só vendo besteira, postando besteira” (TÂNIA, EEFP); “basta meia hora vendo aquelas besteiras e você se acostuma” (MARIA, EEFP). Os próprios jovens afirmam postar “coisas”, as chamadas “besteiras”, nas redes sociais, que só importariam a eles mesmos. “As pessoas reclamam das besteiras que postam no Facebook, e elas postam as mesmas besteiras” (GEORGE, EEFP).

“Nossa época convoca as personalidades a se exibir em telas cada vez mais onipresentes e interconectadas”, afirma Sibilía (2012, p. 48). No reino da espetacularização do Eu, os jovens se apropriam da rede social digital como uma espécie de diário, onde são relatadas as suas vivências e sentimentos. Em um dos vídeos, “Este é do ladrão”, criado pelos estudantes do EEFM, uma jovem, antes de ser assaltada na parada do ônibus, compartilha no Facebook “Vou ser assaltada agora”. Logo após o furto do celular, retira outro aparelho da bolsa para continuar a conversa na rede social.<sup>14</sup>

Dentro desse contexto, percebe-se a tendência a tornar público, nas redes sociais digitais, atitudes e pensamentos que, anteriormente, eram restritos à esfera íntima. “Você se sente muito mais segura de expressar suas opiniões. Aquilo é como se fosse uma barreira para proteger de todos os medos que você tem” (MÁRCIO, EEFP). O indivíduo contemporâneo, na enunciação do privado, vive uma contínua exposição da sua intimi-

---

<sup>14</sup> “Este é do ladrão” aborda temas relacionados à violência urbana, fácil acesso à internet e exposição do Eu. Atraída pelo *wi-fi* gratuito da parada de ônibus, a jovem tira o celular da bolsa para conversar via Facebook e é assaltada repetidas vezes, sempre levando o seu celular. Quando um assalto acaba, ela retira outro da bolsa.

dade no cotidiano, uma extimidade<sup>15</sup> em que a interioridade se volta para fora (BRUNO, 2013). Interessante que a vivência da “extimidade” nas vidas desses jovens parece ter a mesma intensidade de suas críticas em relação a essas mesmas experiências.

## Novas sociabilidades?

*Todo mundo vive no Face* (BEATRIZ, EEEP)

*É o nosso mundo* (THIAGO, EEEP)

Alguns vídeos realizados pelos jovens abordaram as mudanças de antigas práticas em prol das atuais. Trataram, sobretudo, da dificuldade de se perceberem interagindo ou se comunicando de outras maneiras distantes das tecnologias digitais. Na oficina de vídeo, os jovens falaram que deixaram de realizar antigas práticas de sociabilidades, como sentar na calçada, para passarem a conversar com seus pares via Facebook. Também realizaram comparações intergeracionais: “É só comparar, velho, do tempo dos pais de vocês, que não tinha internet, e o tempo de hoje: teve mudança, teve melhoria” (RAFAEL, EEEP).

Enquanto uns recordavam com saudades as antigas brincadeiras e formas de sociabilidade, conforme abordado no vídeo “Vamos brincar de quê?” (EEEEP),<sup>16</sup> outros relata-

---

<sup>15</sup> Bruno (2013, p. 68) toma de empréstimo o termo laciano que “designa por ‘extimidade’ o desejo de o indivíduo comunicar ou expor o seu íntimo ao outro”.

<sup>16</sup> Vídeo em narrativa ficcional, sem diálogo, pontuado por música, compara as brincadeiras de antigamente e da atualidade, relacionadas à mídia e às novas tecnologias. Com a imagem em preto e branco, jovens brincam de jogar bola, pular corda e bambolê. Chegam, então, outros jovens portando *laptop* e celulares, interagindo pelos aparelhos. A imagem fica colorida, e todos largam suas brincadeiras e ficam com olhos vidrados em seus próprios aparelhos.



vam a importância da internet e das redes sociais digitais nos modos como se comunicam e a inviabilidade de viverem sem a velocidade das comunicações midiáticas. Isso ocorre no vídeo “Viagem nas ideias!”<sup>17</sup> (EEEEP), em que o grupo dialoga acerca da impossibilidade de viver sem um celular com acesso às redes sociais digitais:

Mário: *Imagina, a gente aqui... sem as mídias sociais...*

Ilana: *Tu é doido, cara! Eu ia morrer sem o meu celular.*

Mário: *Tu sem o seu Facebook! O que é que tu faria?*

Ilana: *Eu?! Nada! Eu não tinha vida social!*

Roberta: *Eu ia me cortar (fazendo gestos como quem corta os pulsos)” (amigos conversam numa cena ficcional do vídeo “Viagem nas ideias”, EEEP)*

Para alguns, a imersão no meio digital ocorreu quase de forma compulsória, para que não ficassem à margem dos relacionamentos sociais:

*Eu não tinha Facebook [...] Todo mundo na sala tinha Facebook e aí... “por que tu não tem Facebook?” E eu preferia não ter. Aí, por alguns trabalhos e pra manter contato, eu acabei fazendo. Aí quando o povo descobriu que eu tinha Facebook... no outro dia [na escola], foi o comentário (ANA PAULA, EEEP).*

O desenvolvimento tecnológico, a partir da Revolução Industrial, também redimensionou as fronteiras entre tempo e espaço (LEMONS; CUNHA, 2003). Essas alterações correspondem, de um lado, a uma aceleração do tempo e, de outro, a

---

<sup>17</sup> Vídeo ficcional com a mistura da técnica de *stopmotion* – técnica de animação fotograma a fotograma (ou quadro a quadro) – e vídeo regular, traçando a “linha evolutiva” dos aparelhos tecnológicos e promovendo reflexões sobre como era a relação dos jovens com a mídia nas décadas de 80, 90 e nos anos 2000.

uma contração do espaço, tornando possível a comunicação entre pessoas distantes, em um curto período de tempo. Se os jovens reconhecem que, muitas vezes, preferem estabelecer contato através das redes sociais digitais, seja pela comodidade ou pela facilidade de falar com alguém distante, afirmam, também, que o exagero na utilização dessas redes sociais pode (des)socializar, pois deixam de estar presentes e atuantes nos círculos sociais sem a mediação da mídia, para estarem imersos no mundo digital, como no caso do amigo de Jorge: “Ele se isola. A gente fica ao lado dele. Tá eu, meu amigo...tem quatro pessoas. Quatro pessoas pra tentar tirar ele da frente do computador, pra ele sair e fazer alguma coisa” (JORGE, EEFM).

Em sua fala, Marcela (EEEP) afirma que as redes sociais digitais também (des)socializam, pois confessa deixar de sair para ficar conectada e, assim, pouco encontra com amigos de infância que moram nas redondezas:

*Marcela: As pessoas costumam dizer hoje em dia que as redes sociais socializam as pessoas, mas a internet também “(des)socializa”. Eu sou um exemplo vivo, real, porque eu tenho amigos que eu moro na mesma rua, de infância, a gente cresceu junto [...] Hoje em dia, a gente só se vê uma vez no final de semana [...] Aí no fim de semana, quando eu tirava pra ficar até meia-noite na calçada, eu não faço mais isso. Sete horas eu fico na cama, com o celular, no Facebook até meia-noite. Não saio mais de casa de jeito nenhum.*

*Jonas: E quando você vê na rua você nem fala.*

*Marcela: Exatamente!*

*Jonas: Chega em casa e [como se tivesse mandando uma mensagem] “ei, te vi na rua!”.*

Um dos fatores que contribuem para essa predominância das redes sociais digitais em seu cotidiano é a insuficiên-

cia de segurança pública. Nas palavras de um deles: “Agora a internet ajuda muito. Porque hoje a gente é mais preso. Antigamente, o pessoal ficava uma hora da manhã conversando... Hoje em dia, se você ficar na calçada, é pedir pra morrer, literalmente” (CÍCERO, EEEP). Diante desse quadro, a internet interfere nas relações sociais de uma forma controversa, podendo tanto (des)socializar, quanto funcionar como um meio para que essas relações não se desfaçam, ao possibilitar que os jovens continuem realizando seus contatos sociais mesmo sem saírem constantemente de suas residências. É como se a internet oferecesse uma aparente segurança, ausente nas ruas das periferias que habitam.

Outro ponto destacado pelos jovens como atrativo das redes sociais digitais é a “espontaneidade” que a internet possibilita. Foi perceptível em seus discursos o quanto se sentem mais à vontade para emitir opiniões quando estão inseridos em uma rede social digital, fazendo com que eles se expressem mais do que nas relações face a face: “Cara a cara é muito mais complicado de se falar do que você estar ali atrás. Você se sente muito mais seguro de expressar suas opiniões” (THIAGO, EEEP). Dessa forma, a internet também passa a ser utilizada tanto como “um atalho para os tímidos” (CÍCERO, EEEP), quanto como “um recurso dos covardes” (WAGNER, EEEP).

*Eu acho que é mais a questão, tipo, de você ter aquela sensação de máscara, entendeu. Já que ninguém tá te vendo, que não é você falando com uma pessoa tal. Aí você tem a sensação de que não é você, que as pessoas não te veem [...] aí você posta essas coisas e acaba esquecendo que tem seu nome lá, que tem sua foto (WAGNER, EEEP).*

No entanto, não se trata exatamente de uma relação de exclusão. Sociabilidade *on-line* ou face a face. Muitas vezes, a lógica é do e...e...e... Isto é, interage-se simultaneamente *on-line* e face a face. Observamos que, mesmo estando no mesmo espaço físico, numa roda de amigos, os jovens conversam entre si também via Web, trocando mensagens pelos celulares, interagindo com seus pares via Facebook.

## Subjetividades hiperconectadas

Se, de um lado, a inclusão digital dessa parcela da população – jovens de escola pública – trouxe a possibilidade de acesso e de enunciação de suas existências de formas distintas das que são normalmente narradas na mídia *broadcasting*, por outro, a inclusão também incluiu “no pacote” os novos temores comuns da vida contemporânea:

*Porque a tecnologia de antigamente era uma tecnologia, mas não era tão ameaçadora, enquanto é hoje em dia. Hoje em dia, ela tá devorando com tudo, a tecnologia está em todo canto, em toda casa, em todos os lugares... e sei lá, ela tá sufocando a nossa vida social (BEATRIZ, EEEP).*

Tanto a relação público e privado como a sociabilidade encontram-se atravessadas pela fusão das tecnologias comunicacionais com corpos e subjetividades juvenis (SIBILIA, 2012). Seja em casa, na escola, na rua ou até na parada de ônibus, como os alunos demonstraram em seus vídeos, suas existências estão conectadas. A rua, sobretudo nas periferias de grandes centros urbanos, tem se tornado cada vez mais peri-

gosa, e, para esses jovens, as redes sociais têm sido o caminho mais viável para manter e agregar novas amizades.

No entanto, a virtualização dos modos de vida juvenis, regada por práticas de controle e vigilância na contemporaneidade, reconfigura as relações interpessoais. A conexão digital entre os jovens não necessariamente os une, mas amplia as possibilidades de interação.

As redes sociais digitais e as plataformas de compartilhamento de conteúdos nutrem novos regimes de visibilidade na cultura da vigilância (BRUNO, 2013). O controle age em rede, de forma a contrapor os indivíduos entre si e, ao mesmo tempo, atravessando cada um. Desse modo, o mesmo olhar que documenta e publica é também vigiado. Nessa dinâmica, que envolve a sociabilidade a partir da utilização de redes em conexão, emergem novas formas de ser e de interagir com o outro, em que a publicização da intimidade encontra destaque. Controle, prazer, sociabilidade, entretenimento se atravessam, performatizando modos de subjetivação que só parecem ganhar consistência se estiverem em rede. No contexto da pesquisa-intervenção, esses modos foram discutidos e ressignificados.

## BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Kátia; ROCHA, Marisa. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 27, n. 4, p. 648-663, 2007.

AGUIAR, Sonia. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007. Santos. *Anais...* Santos: Intercom, 2007. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1977-1.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2014.

BRASIL, República Federativa do. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: CBIA, 1990.

BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia, subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

CASTRO, Lucia Rabello. Uma teoria da infância na contemporaneidade. In: CASTRO, L. R. (Org.). *Infância e adolescência na cultura do consumo*. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 1998.

\_\_\_\_\_. Conhecer, transformar(-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. In: CASTRO, Lucia Rabello; BESSET, Vera (Org.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ, 2008. p. 21-42.

\_\_\_\_\_. Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia. *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Livia. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, P.; IULIANELLI, J. A. (Org.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 19-37.

COLAÇO, Veriana; CORDEIRO, Andréa. *Adolescência e juventude: conhecer para proteger*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

DELEUZE, Gilles. *Post Scriptum sobre a Sociedade de Controle*. In: *Conversações: 1972-1990*. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 219-226.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolescência & Saúde*. v. 2, n. 2, p. 6-7, 2005.

EL KHOURI, Mauro. *Juventude, mídia e educação: novas tecnologias e produção de subjetividade em uma escola pública de Fortaleza*. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *A adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. 1996. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

\_\_\_\_\_. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal. 1988.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 273-295.

FRAGA, Alex Branco. *Corpo, identidade e bom-mocismo: cotidiano de uma adolescência bem-comportada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: o novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

LE MOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

LEMOS, André; CUNHA, Paulo. (Org.). *Olhares sobre a cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 11-23.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

LOURAU, René. *Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1993.

MACHADO, Joicemegue; TIJIBOY, Ana Vilma. *Redes sociais virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa*, Renote, v. 3, n. 1, 2005.

MIRANDA, Luciana Lobo. Subjetividade: A (des)construção de um conceito. In: JOBIM e SOUZA, S. (Org.). *Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Ed.7 Letras, 2000. p. 29-46.

\_\_\_\_\_. Linguagem e modos de subjetivação na relação práticas escolares e televisão. In: *O Público e o Privado*, Fortaleza, n. 14, p. 165-177, jul./dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Uma câmera na mão e um dispositivo na cabeça: carta aos pesquisadores. In: TAVARES, Gilead; MORAES, Márcia; BERNARDES, Anita (Org.). *Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia*. Vitória: EDUFES, 2014. p. 77-88.

MIRANDA, Luciana Lobo; SAMPAIO, Inês Vitorino; LIMA, Tiago. Fazendo mídia, pensando educação: reverberações no mesmo canal. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, ano 30, n. 51, p. 89-112, jan./jun. 2009.

MIRANDA, Luciana Lobo et al. Consumo e produção midiática por estudantes de escolas públicas de Fortaleza/Brasil. *Revista Interações*, n. 26, p. 169-190, 2013.

MORAES, Denis de. (Org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Maud, 2006.



MUNHOZ, Fabio Alessandro. Habitando Redes. *Revista Eletrônica Temática*, n. 11, nov. 2010.

PAULON, Simone. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, v. 17, n. 3, p. 18-25, set./dez. 2005.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria; BITENCOURT, Betina. Juventudes, gerações e trabalho: é possível falar em geração Y no Brasil? *Organização & Sociedade*, Salvador, v. 19, n. 62, p. 551-558, jul./set. 2012.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. *Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter*. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTOS, Nair; BARONE, Luciana. Uma pesquisa intervenção em análise: militância, sobreimplicação ou ato político? In: MACHADO, Adriana; ROCHA, Marisa; FERNANDES, Ângela (Org.). *Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 67-86.

SAVAGE, Jon. *A criação da juventude: como o conceito de teenager revolucionou o século XX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SCHWERTNER, Suzana; FISCHER, Rosa Maria Bueno. Juventudes, conectividades múltiplas e novas temporalidades. *Educ. Rev.*, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 395-420, mar. 2012.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

\_\_\_\_\_. *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

STERN, Susanah. WILLIS, Taylor. O que os adolescentes estão querendo *on-line*? In: MAZZARELLA, Sharon R. (Org.). *Os jovens e a mídia: 20 questões*. Tradução de Sandra Maria Mallmann da Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

TORRES, Juan. Carlos. Cyborgracia: entre gestão digital dos territórios e redes sociais digitais. In: FELICE, M. Di. Felice

(Org.). *Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social*. São Caetano do Sul: Difusão, 2008. p. 227-286.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIVARTA, Veet. *Remoto controle: linguagem, conteúdo e participação nos programas de televisão para adolescentes*. São Paulo: Cortez, 2004.



# O “TEMPO LIVRE” PRODUTIVO: IDEAIS TECNOLÓGICOS DE UM TEMPO ACELERADO

---

Maria de Fátima Vieira Severiano  
Thassio Queiroz de Araújo  
Valdemir Pereira de Queiroz Neto  
Débora Cavalcante de Figueiredo

## INTRODUÇÃO

Este capítulo propõe apresentar algumas reflexões oriundas das últimas pesquisas realizadas no Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (Lapsus), na linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC denominada *Sujeito e cultura na sociedade contemporânea*, mais especificamente na sublinha “Consumo, tempo, tecnologias e subjetividades contemporâneas”, sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Vieira Severiano. A proposta é refletir sobre os diversos aspectos que afetam as subjetividades contemporâneas em sua interface com a cultura do consumo e suas implicações psicossociais no contexto dos grandes centros urbanos, com ênfase na reflexão sobre as diversas formas de experiência das temporalidades contemporâneas, à luz da tecnocultura. Com isso, busca-se viabilizar uma leitura crítica acerca das novas formas de controle social advindas da atual

percepção de aceleração temporal, assim como das relações entre tempo livre e tempo de trabalho.

Para além dos objetos evidenciados por pesquisas anteriores como paradigmáticos do consumo – carros, celulares, computadores, cartões de créditos e corpos idealizados (SEVERIANO et al., 2001, 2006, 2007) –, introduzimos, neste estudo, como categoria fundamental de investigação, o *tempo*, considerando-o um dos mais valiosos e raros objetos de consumo da contemporaneidade.

Uma vez que a temporalidade e suas formas de organização e medição marcam a história da humanidade, expressando tanto os hábitos e estilos de vida dos grupos sociais quanto a própria experiência subjetiva do sujeito no uso e domínio do seu próprio tempo, este estudo busca compreender as relações entre tempo de trabalho e tempo livre, no contexto dos grandes centros urbanos, considerando as mediações da indústria cultural e das novas tecnologias, com o objetivo de investigar as implicações psíquicas e sociais da colonização deste último pela lógica do capital, assim como suas repercussões para o processo de emancipação e cidadania do indivíduo.

Questionamos, inicialmente, a proeminência do chamado “tempo livre” e sua centralidade em detrimento da categoria de trabalho, visto que a sua transformação em lazer programado tende a restringir as possibilidades de vivência do ócio e da reflexão criativa, potencialmente libertários.

Nossa hipótese é a de que, ante a escalada vertiginosa do consumo e das novas tecnologias, enquanto atividades proeminentes no tempo livre, este passa a constituir-se em um novo *locus* de produção de valor e de controle. Nesse sentido, julgamos que não se pode chamar de “livre” o tempo liberado do trabalho na forma como é vivido na contemporaneidade. Como veremos adiante, a aparente predominância

do tempo livre hoje é, na verdade, enganosa, pois o que tem prevalecido nessa temporalidade é a própria lógica produtiva, travestida de entretenimento e lazer, funcionando sob a mesma lógica instrumental característica do mundo do trabalho no capitalismo.

## O CARÁTER SOCIAL DO TEMPO

Nossa análise sobre a temporalidade parte do pressuposto de que a experiência subjetiva do tempo é indissociável da maneira como ele é concebido socialmente, de modo que uma forma diferente de vivência da temporalidade está sempre associada a mudanças na organização da sociedade. Portanto, a temporalidade, tal como a conhecemos hoje, não pode ser plenamente entendida senão na sua relação com o sistema econômico em que se insere, a saber, o modo de produção capitalista (PADILHA, 2000).

Alguns autores, como Sue (1995), defendem que não há um tempo autônomo e geral, e sim um conjunto de diferentes temporalidades, justificando-se, assim, falar-se em *tempos sociais*. As diferentes temporalidades existentes seriam indissociáveis das diversas atividades significativas de uma determinada sociedade. O predomínio de uma dessas atividades redundaria na proeminência da temporalidade a ela vinculada sobre outras. Para Gurvitch (1961), a atividade social dominante não só impõe sua temporalidade, mas também é responsável pela organização e pela estruturação de uma sociedade, ou seja, contamina os outros tempos sociais, em certa medida, com sua própria estrutura (SUE, 1995).

Outra questão relevante a ser esclarecida diz respeito à relação entre tempo de trabalho e tempo livre. Ordinariamente,

a categoria “tempo livre” aponta para aquele tempo “disponível” ao homem após suas atividades laborais. Ou seja, tratar-se-ia de um tempo de não trabalho, no qual o homem estaria liberto dos constrangimentos do tempo de trabalho, seja para dedicar-se a atividades não laborais, seja para o descanso ou para o ócio. De acordo com o dicionário sociológico *Wörterbuch der Soziologie*, há várias definições de “tempo livre”, entre elas: “mero tempo de não-trabalho; tempo para restauração da força de trabalho; espaço para formas de descontração e de divertimento e espaço relacional destinado a fins não ‘objetivos’” (ADORNO, 1995, p. 244). O importante a ser ressaltado, neste momento, é que, segundo as conceituações acima, nesse tempo, o homem não estaria sob o domínio da lógica produtivista e do lucro.

A separação nítida entre um tempo dedicado ao trabalho e outro destinado ao repouso surgiu apenas após a Revolução Industrial, quando a classe operária, submetida a massacrantes jornadas de trabalho, conquista o chamado *tempo livre* (AQUINO; MARTINS, 2007). Este, da forma como é concebido atualmente, “[...] adveio da natureza cronológica que atinge o apogeu pós-revolução industrial. É da liberação do tempo que devia ser dedicado ao trabalho, que emerge a noção do tempo livre” (AQUINO; MARTINS, 2007, p. 490). Para os mesmos autores, está implícito nessa ideia que, pelo menos no trabalho industrial, não havia espaço para a liberdade enquanto exercício temporal, e que a alienação inerente à produção capitalista a que os indivíduos estavam submetidos limitava sua liberdade de significar-se enquanto sujeitos. Segundo Bacal (2003), é enquanto parcelas de tempo do trabalho liberadas para o desenvolvimento de atividades relacionadas à sobrevivência do indivíduo que surge o tempo livre, mas ainda vinculado ao trabalho, visto que, sendo dispensado

em grande parte no repouso, envolvia tanto uma consequência do trabalho quanto uma condição para retomá-lo.

Portanto, a concepção de temporalidade vigente na moderna divisão do trabalho é fruto do advento da sociedade industrial, a partir da qual o tempo passou a ser medido pelo dinheiro, e o trabalhador, a ser controlado em seu tempo pelos donos das máquinas. Ali, quanto mais nítidos os limites entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, maior o controle e menor a autonomia humana sobre o uso de seu próprio tempo. Nesse sentido, “divisão” significa coerção. Portanto, a oposição entre tempo de trabalho e tempo livre é de ordem histórica. O verdadeiro tempo livre não estaria, necessariamente, em contraposição ao trabalho, sendo isto algo peculiar ao modo de produção capitalista.

## **A MESCLA DE TEMPORALIDADES**

No período da Revolução Industrial, havia uma separação nítida entre as temporalidades, e o tempo livre coincidia com a saída do trabalhador da fábrica. A lógica produtiva, por sua vez, permanecia restrita à dimensão laboral. No século XX, entretanto, esse cenário começa a se modificar paulatinamente: a lógica produtiva deixa de ser apanágio do mundo do trabalho e passa a estruturar, cada vez mais, o cenário do tempo livre, notadamente pela via do lazer e do consumo, tornando-se, assim como o tempo de trabalho, um tempo de produção. Entretanto, essa não é a única via pela qual a lógica produtiva permeia o tempo livre. Seguindo uma lógica que entende essa temporalidade como uma dimensão potencialmente rentável, o próprio trabalho liberta-se de suas amarras temporais e espaciais e passa a se fazer presente, de forma



gradativa, em momentos e locais extralaborais, em grande medida, favorecido pela informatização do trabalho e pelas novas tecnologias miniaturizadas.

O local de trabalho e o tempo dedicado a ele se flexibilizam, diluindo, assim, a fronteira que o separava do tempo livre, o que permite um extravasamento, cada vez maior, de atividades laborais para esta última temporalidade. O tempo livre, portanto, pertence, cada vez menos, aos indivíduos que deveriam usufruir dele, e a jornada laboral consegue, por meios informais, estender-se e romper seus limites, tornando-os indefinidos. Assim, tempo de trabalho e tempo livre se mesclam e se fluidificam no capitalismo dito “flexível”.

Adorno (1995) já apontara para outra possibilidade de interseção dessas duas temporalidades, quando admite, inclusive exemplificando com a sua própria atividade intelectual de professor, a possibilidade de existência de um trabalho criativo e reflexivo que não estaria em estrita oposição ao tempo livre, mas que se distinguiria notoriamente do que, à época, denominava-se *hobby*. Aqui, ambas as temporalidades estariam “mescladas”: a gratificação de realizações pessoais no próprio interior do trabalho confundir-se-ia com o exercício de atividades fora dele, constituindo-se em momentos integrais da vida.

Diante do exposto, perguntamo-nos: se a rígida demarcação do tempo em duas metades é o que historicamente sempre caracterizou os modos de dominação do tempo, a atual tendência à flexibilização dessas temporalidades possuiria um significado emancipatório? Teria se realizado, enfim, o ideal adorniano?

A noção de *flexitempo*, descrita por Sennet (2010), é bastante esclarecedora a esse respeito, pois explicita as novas estratégias de dominação vigentes. Trata-se de uma nova

forma de organização do tempo no chamado capitalismo flexível, em que os turnos fixos são substituídos de várias maneiras por turnos flexíveis: desde a escolha de horários de trabalho ao longo da semana, a compressão do tempo de trabalho em mais horas diárias e em menos dias, até o *trabalhar em casa*. Apesar de tal organização ter uma aparência de liberação do tempo de trabalho, subvertendo rotinas e propiciando opções de escolhas, o referido autor denuncia essa forma de organização como um engodo:

Um trabalhador em flexitempo controla o local do trabalho, mas não adquire maior controle sobre o processo de trabalho em si. [...] A supervisão do trabalho muitas vezes é na verdade maior para os ausentes do escritório que para os presentes [...]. Os trabalhadores assim, trocam uma forma de submissão ao poder – cara a cara – por outra, eletrônica. [...] A “lógica métrica” do tempo de Daniel Bell passou do relógio de ponto para a tela do computador. O trabalho é fisicamente descentralizado, o poder sobre o trabalhador mais direto (SENNET, 2010, p. 68-67)

Aqui, a dissolução das fronteiras, apesar de apresentar-se como uma “mescla” – para usar as palavras de Adorno – e um pretense benefício ofertado ao trabalhador, ainda consiste, na verdade, em controle. Ou seja, a dita “flexibilização” não se constitui em uma “mescla” em termos adornianos, visto que a separação entre tempo de trabalho e tempo livre continua de forma ainda mais intensa, desta feita, facilitada pelas novas tecnologias, o que permite que o controle se dissemine para todas as esferas da vida.

Assim, atualmente, a escalada vertiginosa das novas tecnologias – outrora uma utopia liberadora do “tempo livre”, a partir da automação do trabalho – dilui as fronteiras entre

tempo de trabalho e “tempo livre”, entretanto não como realização dos ideais emancipatórios, tampouco em prol da liberdade de usufruto do “tempo livre”: trabalho e “tempo livre” se “flexibilizam” em prol do capital.

Desse modo, aqui não está em pauta a ampliação de um “tempo do ócio”, aquele do *nada fazer*, da reflexão, da contemplação, enquanto temporalidade libertária e criativa, própria de homens não tutelados; o que está em vigor é ainda um tempo não livre, em que, como já nos alertara Adorno (1995, p. 73), “[...] por baixo do pano, porém, são introduzidas, de contrabando, formas de comportamento próprias do trabalho, o qual não dá folga às pessoas”. Essa *mescla*, hoje, portanto, longe de realizar o ideal adorniano, reafirma sua suspeita: “a suspeita de que o tempo livre tende em direção contrária à de seu próprio conceito, tornando-se paródia deste. Nele se prolonga a não-liberdade” (ADORNO, 1995, p. 71).

É nesse contexto que o tempo livre adquire uma configuração bastante peculiar: seu uso tem servido muito mais à realização do capital do que à dos próprios indivíduos, que tinham nessa temporalidade o único refúgio de um trabalho quase sempre alienado e extenuante. As instâncias mediadoras decisivas nesse processo de “mescla” entre as fronteiras do tempo de trabalho e do tempo livre se apresentam, entretanto, não de forma explícita, mas sob a forma de gratificação, ocultando seu caráter de controle e dominação – seu caráter ideológico.

## **INSTÂNCIAS MEDIADORAS – CONSUMO, INDÚSTRIA CULTURAL E NOVAS TECNOLOGIAS**

Defendemos, assim, a tese de que a atual proeminência do tempo livre sobre o tempo do trabalho, com sua aparente

dissipação das fronteiras, somente ocorre porque o consumo, a indústria cultural e as novas tecnologias viabilizaram o chamado “tempo livre” como fonte de lucro. A flexibilização propiciada pela informatização tecnológica libertou os controles da medição do tempo de trabalho, produzindo tanto um incremento do consumo *no* lazer, quanto a elevação do consumo *do* lazer, transformando grande parte da esfera do chamado “tempo livre” em desejos por posses e serviços.

De fato, como observa Taschner (2000), a busca incessante por novas oportunidades de negócios fez com que a lógica mercantil alcançasse diferentes âmbitos da sociedade que não o do trabalho, migrando para o âmbito do lazer, o qual se tornou objeto de uma indústria e de um complexo de serviços que pressupõem, invariavelmente, uma relação de consumo.

Embora as atividades de lazer ainda atendam a algumas das necessidades lúdicas e estéticas do homem, a aparência puramente lúdica que pode ser atribuída ao lazer, como adverte Mascarenhas (2006), é ilusória. Mesmo que os sujeitos enxerguem no lazer uma atividade puramente desinteressada, não significa que isso corresponda à verdade. Objetivamente, “[...] o lazer revela-se como um fenômeno por demais *interessado*, altamente servil às demandas emanadas a partir do sistema de metabolismo social estruturado pelo capital” (MASCARENHAS, 2006, p. 96-97).

No que concerne ao *consumo*, enquanto instância mediadora na subordinação do tempo livre ao tempo do trabalho, importa ressaltar que tematizar o tempo no contexto das práticas e ideais de consumo significa, primeiramente, considerá-lo submetido às leis do valor de troca, à semelhança de qualquer objeto de consumo: carros, celulares, computadores, cartões de créditos e corpos idealizados. Isto porque o tempo,

já considerado um valioso bem monetário desde o final do Séc. XVIII, em que se proclamava “Tempo é dinheiro!”, atinge seu ápice nas sociedades atuais tornando-se uma rara mercadoria.

Um dos autores mais relevantes no estudo do tempo no contexto da sociedade de consumo é Jean Baudrillard (2010), para quem o tempo seria uma mercadoria preciosa, sujeita às leis de troca, com destacado *status* no universo do consumo. Para esse autor, o tempo livre cumpriria a função de restituir ao tempo o seu valor de uso. Esse valor consistiria, fundamentalmente, na liberdade de se perder o tempo, de poder “matá-lo”. Quando se “tem” tempo, já não se é livre. Entretanto, o autor afirma a impossibilidade lógica de um tempo “livre”, pois só haveria tempo constrangido; o tempo de consumo, que se poderia crer livre, é, na verdade, também um tempo de produção (portanto, reprodutor da mesma lógica que nor-teia o trabalho).

Essa análise é de grande relevância para este estudo, na medida em que atribui ao tempo livre uma função que não apenas contraria a tendência contemporânea de uso do tempo como também é praticamente incompatível com o sistema capitalista, uma vez que, sendo o tempo um valor equiparável ao dinheiro, não pode ser desperdiçado, o que dissuade o homem de permitir-se vivências que lhe são caras e partícipes de sua significação pessoal, como o ócio, a atividade lúdica e as relações sociais produtoras de um sentido distinto das relações de troca mercantil. À semelhança dos demais autores já mencionados, Baudrillard (2010, p. 207) reitera que o lazer reproduz a mesma moral do trabalho e se caracteriza como uma atividade forçada, “[...] na medida em que, por detrás da aparente gratuidade, reproduz fielmente todos os constrangimentos mentais e práticos do tempo produtivo e da cotidianidade escravizada”.

Dessa forma, importa reafirmar que essa atmosfera de fascínio que permeia o consumo e, mais nitidamente, o consumo do lazer, oblitera o fato de que, na contemporaneidade, produção e consumo fazem parte de uma mesma totalidade indissociável, de um mesmo sistema – o capitalista. Assim, o fato de o capital inserir-se no tempo livre significa a subordinação do tempo livre à lógica da produtividade. Sendo o consumo a modalidade preferencial de ocupação do tempo livre, o resultado final desse cenário é a expansão do capital.

Portanto, o argumento da suposta centralidade do tempo livre, eco das inúmeras previsões acerca do “fim do trabalho” herdadas do século XX, baseia-se não em uma autêntica libertação do tempo do trabalho, mas, principalmente, nas “facilidades” auferidas pelo desenvolvimento exponencial das novas tecnologias informatizadas e pelas benesses propiciadas pelo incremento vertiginoso do consumo de bens e serviços, veiculados, preponderantemente, pela Indústria Cultural.

O termo *Indústria Cultural* foi cunhado por Adorno e Horkheimer (1991) a fim de substituir a expressão “cultura de massa” e denunciar o caráter compulsório da mesma. Constitui-se em um mecanismo dos mais eficazes no controle do tempo livre, na medida em que transforma bens culturais e simbólicos em mercadorias. É organizada de forma racional e instrumental a partir do alto, segundo interesses do capital, muito embora se apresente enquanto emanção dos desejos dos consumidores. Também organiza formas de ser, pensar e sentir no interior do tempo livre, produzindo subjetividades homogêneas nos múltiplos segmentos e estilos de vida, sob a égide do mercado.

Como é sabido, a produção nas sociedades capitalistas não visa apenas à satisfação das necessidades diretas do homem, mas também, e em grande medida, à valorização do capital

(PADILHA, 2006; NAVARRO, 2006). Uma vez que os trabalhadores produzem mais do que o necessário, permitindo extração da mais-valia, a produção no capitalismo acaba por se tornar uma fonte de lucro. Esse excedente é calculado não com base nas necessidades do homem, mas nas do capital, que precisa criar novas necessidades para garantir a existência de uma demanda e um consumo compatíveis com a produção (PADILHA, 2006).

A indústria cultural constitui um dos recursos mais poderosos a serviço desse propósito. No que diz respeito às relações de consumo – objeto privilegiado de nossos estudos –, estas são profundamente marcadas por essa indústria, notadamente em sua forma publicitária, na medida em que a publicidade é, fundamentalmente, um recurso que opera no nível da persuasão e da sedução do consumidor a fim de garantir a circulação e o subseqüente descarte de um volume crescente de mercadorias.

Nesse sentido, o consumo contemporâneo produzido pela indústria cultural não se constitui apenas em uma mera expressão de troca mercantil, mas, principalmente, em um sistema complexo de comunicação; como uma linguagem, permeada por valores e ideologias, em que se ordenam signos sociais e subjetivos, capazes de promover a integração/exclusão de grupos, assim como o reconhecimento/rejeição de indivíduos. Desse modo, consumimos além de objetos e serviços, também lugares, tempos, pessoas, imagens, que, por sua vez, significam e prescrevem determinados ideais, modos de ser, estar, amar e sentir (SEVERIANO, 2001).

Por fim, no que diz respeito às *novas tecnologias*, é notório que o seu desenvolvimento globalizado acalentou, no decorrer dos séculos, a esperança de liberação do homem da labuta, por meio da automação do trabalho, com conseqüente

expansão do seu tempo livre. Esta seria a condição de possibilidade para o desenvolvimento das potencialidades individuais, para a conquista da emancipação humana e da felicidade, enfim. Atualmente, vive-se um tempo em que a tecnologia, sob os efeitos da informática e da robótica, alcançou níveis exponenciais de crescimento, produzindo uma compressão do espaço e do tempo, que possibilita a automação do trabalho e a realização de tarefas humanas de forma simultânea e sem fronteiras.

Entretanto, o avanço do saber científico, o domínio crescente da natureza pela tecnologia e o aumento exponencial da produtividade e da riqueza material, ou seja, o “progresso tecnológico”, não redundou em “progresso humanitário” (MARCUSE, 1982). A existência de máquinas, computadores, celulares etc. não se constitui, *per se*, em garantia de liberdade, democracia ou mesmo autonomia.

Isto porque o lugar que a tecnologia ocupa atualmente nas sociedades não é o de um mero instrumento. Marcuse (1982) é veemente em sua assertiva de que a tecnologia é, antes de tudo, concebida como um *Projekt*, ou seja, nela são projetados os interesses dominantes da sociedade e suas intenções com relação aos homens e às coisas. Portanto, no modo de produção capitalista, a racionalidade da técnica é identificada com a própria racionalidade da dominação, na medida em que o enorme poder dela derivado sempre representou o poder dos grupos economicamente mais fortes sobre a sociedade, não redundando em “progresso humanitário”, com fins emancipatórios. Vejamos o que nos diz Marcuse (1982) a respeito do caráter político da tecnologia:

A racionalidade tecnológica ter-se-á tornado racionalidade política [...]. Nessa sociedade, o aparato produtivo tende a tornar-se totalitário no quanto determina não apenas



as oscilações, habilidades e atitudes socialmente necessárias, mas também as necessidades e aspirações individuais [...]. A tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social (MARCUSE, 1982, p. 14-19).

O tempo que as novas tecnologias se propunham a poupar ao homem acaba sendo preenchido com novas tarefas (AQUINO; MARTINS, 2007). O antigo sonho de que o progresso tecnológico liberaria o homem do trabalho realizou-se às avessas: em vez de realizar o trabalho pelo homem e permitir-lhe o usufruto de seu tempo livre, as máquinas tornaram-no mais escravo do trabalho, ao passo que este pode, agora, ocupar indefinidamente seu tempo livre.

Woodhouse (2002) descreve o propósito e as consequências da introdução dessas tecnologias no universo do trabalho:

Supunha-se que elas tornariam o trabalho mais fácil e que proporcionariam a todos o aumento do tempo livre. No entanto, elas são hoje usadas para elevar a produtividade por meio do monitoramento da qualidade do trabalho e do prolongamento da jornada. Em vez de aumentar as oportunidades de ócio, o que essas tecnologias criaram foi mais trabalho para os que têm emprego e um terrível tipo de ócio para um número crescente de desempregados. A produtividade, medida em termos de eficiência e patamares, vem se tornando o critério exclusivo da avaliação do trabalho (WOODHOUSE, 2002, p. 17).

É assim que o tempo livre no contexto do capitalismo contemporâneo é determinado desde fora e, em grande medida, regido por uma lógica estranha ao indivíduo, o que é incompatível com o desenvolvimento das potencialidades do homem e com sua emancipação.

A *irracionalidade objetiva do sistema*, apontada na *Dialética do Esclarecimento* por Adorno e Horkheimer (1991), funda-se, justamente, nessa discrepância entre “progresso tecnológico” e “progresso humanitário”, em que ocorre uma distribuição irracional dos bens objetivos e subjetivos que a civilização já conquistou, resultando em uma subordinação cada vez maior do homem ao aparato produtivo e de consumo, concebido como um fim em si mesmo (MARCUSE, 1982; ADORNO; HORKHEIMER, 1991).

A atual indústria da produção de bens eletrônicos e midiáticos inundou o planeta com *gadgets*, ou seja, equipamentos cada vez mais miniaturizados, mais leves, práticos e mais próximos de nossos corpos – verdadeiras próteses humanas. Nesse caso, o termo “prótese” (do grego *prosthénos*), que designa extensão,

não designa algo separado do sujeito, à maneira de um instrumento manipulável, e sim a forma resultante de uma extensão especular ou espectral que se habita, como um novo mundo, com nova ambiência, código próprio e sugestões de conduta (SODRÉ, 2006, p. 21).

Esse processo de miniaturização e portabilidade das tecnologias trouxe enormes mutações nas relações e na própria concepção do humano. Isso porque esse homem “protético” passa a tornar-se o próprio receptáculo, sem mediações, de todas as demandas sociais, econômicas, culturais e psíquicas advindas do meio. Ao mesmo tempo, as próteses eletrônicas o transformam em presença “virtual” em todas as partes do mundo, ainda que, muitas vezes, à sua revelia, o que o convoca a estar em constante estado de alerta e “prontidão”

mediante os ininterruptos fluxos de informação em altíssima velocidade.

*Notebooks, tablets, smartphones* e outros aparelhos, cada vez mais, têm permitido que pessoas “teletrabalhem” com cada vez menos restrições quanto ao espaço e ao tempo. Esses aparelhos têm se tornado determinantes do ritmo de vida na atualidade. Como afirma Garcia (2011, p. 7), “São os novos meios, as novas tecnologias, que imprimem o traço característico deste fim de século, e os que aceleram a vida humana até a dissolução de todo o princípio e fim”.

## TEMPO LIVRE E ACELERAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Vivenciamos, nos dias de hoje, segundo Rosa e Scheuerman (2009), uma aceleração social do tempo, explicada, em parte, pelos avanços tecnológicos nos campos dos transportes e das comunicações. Esses notáveis avanços diminuíram as distâncias geográficas, agora separadas por apenas um *click*. As tecnologias informacionais interligaram o mundo, por meio do compartilhamento de informações, da conexão entre pessoas em pontos distantes e da instantaneidade. Surge a imagem de um globo aparentemente menor, compactado nos *smartphones*, modificando significativamente nossas percepções do tempo e do espaço. Dessa forma, “agora tudo acontece em tempo real: na velocidade do instante, que é simultâneo para todos os usuários do planeta” (SIBILIA, 2008, p. 58).

Nesse contexto, uma indubitável característica do tempo livre na contemporaneidade é a extrema velocidade do seu ritmo. O atual imperativo de aceleração do tempo produz um fenômeno que Rosa (2012) denominou de “fome temporal”, o qual, paradoxalmente, cresce à medida que se produzem e se

disseminam mais e mais aparatos tecnológicos informatizados e miniaturizados. Entretanto, a tecnologia por si própria não se constituiria na causa da aceleração social, mas seria, antes, uma condição de possibilidade para o seu aumento. A aceleração social e a aceleração técnica são, para esse autor, uma consequência lógica do capitalismo concorrencial, que, atualmente, excedeu em muito a esfera econômica, disseminando-se por todas as esferas da vida social e cultural, tornando-se o princípio central da modernidade tardia.

Já no final dos anos 1980, David Harvey atestava que, nas duas décadas anteriores, vínhamos vivendo

[...] uma intensa fase de compressão do tempo-espaço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural (1992, p. 257).

O autor também identifica uma aceleração do tempo de giro da produção e, conseqüentemente, do consumo, o qual passou a se realizar também em serviços bastante efêmeros. Como conseqüências dessa aceleração, Harvey destaca a acentuação da efemeridade (de modas, produtos, técnicas, ideias, valores, práticas etc.) e uma maior ênfase nos valores da instantaneidade e descartabilidade de mercadorias, chegando a falar em uma “sociedade do descarte”, em que não só bens seriam jogados fora facilmente, mas também valores, estilos de vida, pessoas, jeitos de ser etc. O impulso acelerador da sociedade, conforme vivenciamos constantemente nos dias de hoje, teria surgido desses mecanismos de aceleração e descarte, e forçado os indivíduos a lidar com a descartabilidade e o obsolescimento instantâneo (HARVEY, 1992).

O regime presenteísta, segundo Lipovetsky (2004), tem como uma de suas consequências mais perceptíveis o clima de pressão que se exerce sobre as pessoas e organizações e que lhes impõe um ritmo frenético, no qual se deve fazer mais no menor tempo possível, em um clima de estresse permanente. Os efeitos desse regime extrapolam o universo do trabalho, afetando até mesmo as relações dos indivíduos consigo mesmos e com os outros.

Não são raros os relatos de pessoas que se queixam de estar sobrecarregadas ou de sempre correr contra o tempo, mais até do que se queixam da falta de dinheiro (LIPOVETSKY, 2004). A maioria das pessoas vive uma relação deslocada com o tempo: em vez de o dominarem, é ele que as domina, impondo-se como uma das coações a que o indivíduo está sujeito nas sociedades modernas (GARCIA, 2011).

Vemo-nos, assim, diante de um paradoxo da sociedade industrial: embora, do ponto de vista formal e legal, a jornada de trabalho tenha sido drasticamente reduzida, as pessoas têm cada vez menos tempo livre (ou, pelo menos, para ocupá-lo como lhes apraz), em grande parte, devido ao *excesso* de trabalho. Isso ocorre porque, como vimos, o trabalho tem, por vias informais, penetrado cada vez mais a esfera do tempo livre. É assim que, como afirma Garcia (2011), o “estresse do tempo” tornou-se um fenômeno típico das sociedades capitalistas contemporâneas, e as angústias de perder e esbanjar o tempo se tornaram parte essencial de nossa vivência do tempo.

Uma explicação, apresentada em Rosa e Scheuerman (2009), para a adoção da rapidez e velocidade no cotidiano em resposta à aceleração social, há pouco descrita, reside no desejo de que “correndo-se mais, se viva mais”. Ou seja, tenciona-se realizar em uma unidade de tempo-vida o que se realizaria em duas vidas. Desse modo, a pessoa aplica em

seu cotidiano o princípio da eficiência que rege o capitalismo: produzir cada vez mais em um menor espaço de tempo, otimizando o uso dos recursos tecnológicos.

Assim, o senso de conquista do indivíduo é superdimensionado ou supervalorizado, possibilitando uma equivalência funcional dessa aceleração com a ideia religiosa de eternidade ou uma sobrevida capaz de obturar o vazio e o sofrimento humano em face de sua finitude, tal como Freud (1996) nos descreve em *O mal-estar na civilização*.

A aceleração do ritmo de vida também se daria como efeito do que foi chamado por Rosa e Scheuerman (2009) de “motor econômico”. Nesse caso, a competitividade própria do capitalismo seria capaz de promover a aceleração social, ao adotar a equação entre tempo e dinheiro. Dessa forma, quanto menos tempo para produção, mais lucro e, quanto mais lucro, mais tempo à frente de seus concorrentes no mercado. Assim, a busca pelos diferenciais tecnológicos capazes de acelerar a produção, distribuição e consumo, visando ao crescimento, constitui-se na essência da sociedade capitalista.

Uma hipótese que Rosa (2009) nos traz para o sentimento de escassez de tempo vivenciado contemporaneamente é a possibilidade do aumento do trabalho. Assim, segundo ele, falta tempo porque sobra trabalho a ser feito. Em suma, a quantidade de trabalho passou por uma aceleração ou intensificação superior à aceleração tecnológica constatada.

Desse modo, surge maior demanda de tarefas e respostas impulsionada pelos recursos tecnológicos que estendem a dominação do trabalho. Do ponto de vista da aceleração econômica, os modelos de eficiência e alta *performance* de empresas e indivíduos divulgados na mídia evidenciam que os trabalhadores ordinários em busca de crescimento precisam fazer muito mais e muito melhor pelo reconhecimento social

dados aos líderes dos mercados – locais ou globais –, os “vencedores”. É assim que, muitas vezes, associa-se o desempenho profissional/mercadológico ao desempenho esportista, como modelo de superação dos limites humanos.

## OS IDEAIS DE *PERFORMANCE* CONTEMPORÂNEOS – A EMPRESA E O ESPORTE

A identificação da empresa com o indivíduo, frequentemente observada na contemporaneidade, é consequência do neoliberalismo, que promove a competição generalizada pelos postos de reconhecimento social, tanto entre as pessoas quanto entre as empresas. Desse modo, baseado na concorrência, o mercado de trabalho mantém uma aceleração reguladora que determina, constantemente, quem são os bem-sucedidos e os fracassados na tarefa do empreendimento individual de suas vidas profissional e pessoal. Corroborando essa ideia, André Gorz (2005) nos diz, em seu livro *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*, que:

A pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa; ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado. Nenhum constrangimento lhe deve ser imposto do exterior, ela deve ser sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa que ela é. Em suma, o regime salarial deve ser abolido (GORZ, 2005, p. 23).

Semelhante descrição é feita por Birman (2010, p. 38) ao referir-se ao imperativo da felicidade que se impõe aos indivíduos nos dias que vivemos hoje e ao seu estado de “autoempreendimento”, com base no qual ele deve superar seus concorrentes para se estabelecer como estimado vencedor: “[...] promovendo sempre a si mesmo como valor, e a expensas do outro, na roleta rivalitária em que se transmutou o espaço social transformado em mercado”. Esse autor prossegue, dizendo-nos que “Cada indivíduo passou a agir e a se representar, com efeito, como uma pequena empresa neoliberal, na busca pela sobrevivência e sem poder mais contar com a proteção de ninguém” (BIRMAN, 2010, p. 37).

Para Ehrenberg, a supervalorização do esportismo, corrente na sociedade atual, como forma de empreendimento da existência para o indivíduo, faz parte do que ele descreve como *culto da performance*. Segundo o autor, esse culto é consequência da preponderância do individualismo e da exortação do empreendedorismo como fórmula contemporânea de ser vitorioso, sobretudo no competitivo mundo dos negócios, em que se assumem riscos e desafios.

Desse modo, o modelo do esportista alia-se ao do empresário, e, assim, alimenta-se um ideal de herói contemporâneo, com uma forte identificação do indivíduo como uma empresa a ser gerida, objetivando uma alta *performance* no mercado. Ehrenberg (2010), ao refletir sobre a ideia de sobreviver na contemporaneidade, afirma que a superação dos riscos e das incertezas se dá no mercado, na capacidade de entrega do indivíduo ao objetivo de vencer seus oponentes, como em uma competição esportiva, porém atuando como um “Indivíduo S/A” (WOOD JUNIOR; PAULA, 2010, p. 203), a fim de usufruir tanto de seu desempenho mercadológico, digno de premiação financeira para o consumo, quanto do reconhecimento



público, vivenciado como visibilidade alcançada nos meios de comunicação de massa.

De forma semelhante, Gilles Lipovetsky descreve um “culto do vencer” ou “culto do desempenho”, no qual o indivíduo é chamado a superar a si mesmo e a praticar o “aperfeiçoamento pelo aperfeiçoamento”, seja na vida privada ou na vida pública, no lazer ou no trabalho, absorvendo o consumo em todas as direções. No seu livro *A felicidade paradoxal*, esse pensamento é evidenciado no seguinte trecho:

Enquanto os atletas, os empresários e outros supervencedores posam de novos heróis, todos são intimados a ser superativos e operacionais em todas as coisas, a maximizar seus potenciais de forma e de saúde, de sexualidade e de beleza. Termina uma época: na que se anuncia, a sociedade é continuamente chamada a aceitar desafios da concorrência globalizada, o consumo, a desenvolver nossas aptidões, e os indivíduos, a aperfeiçoar seu saber-fazer e saber-ser. Construir-se, destacar-se, aumentar suas capacidades, a “sociedade do desempenho” tende a tornar-se prevalente da hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2007, p. 260).

Além de priorizar o “crescimento profissional” como tipo de sucesso, demanda-se que o indivíduo “chegue mais rápido a ele”, ascendendo socialmente e ganhando o reconhecimento empresarial desejado de quem “nunca para”. Assim, percebemos a celebração desse ideal de trabalhador(a) na atualidade, caracterizado pela capacidade de “assumir riscos” (o que desde já lembra a analogia entre o empresário e o esportista). Como nos diz Ehrenberg (2010, p. 13), há “um estilo de vida que põe no comando a tomada de riscos

numa sociedade que faz da concorrência interindividual uma justa competição”.

Dessa maneira, concebemos a ampla divulgação e a celebração da figura do empreendedor como fortemente marcadas pelo discurso ideológico identificado com a manutenção da lógica predatória e concorrencial implementada pelo capitalismo de mercado e a racionalidade que o instrumentaliza. Esse discurso reforça a imagem do empreendedor como “herói global” (COSTA et al., 2012, p. 368), verdadeiro dono do seu destino, controlador das incertezas e imprevisibilidades do mercado, dinâmico, tenaz, ambicioso, destemido, autoconfiante, transformado em “[...] guerreiro, em esportista [...] indo à conquista de si mesmo, dos outros, dos mercados industriais e financeiros” (ENRIQUEZ, 1997, p. 1 apud COSTA et al., 2012, p. 368).

A face oculta desse discurso do empreendedorismo demonstra sua faceta fetichista e pseudoliberal, na medida em que celebra conquistas individuais de caráter mercadológico, símbolos do sucesso empresarial e social, impulsionando o capitalismo de mercado e o “[...] crescimento econômico de todos baseado na lógica de produção capitalista de livre concorrência” (ENRIQUEZ, 1997, p.1 apud COSTA et al., 2012, p. 370), ocultando, assim, a visão de uma realidade predatória e desumanizadora do mercado, em que nada se diz:

[...] a respeito das condições de trabalho, ou da precarização que acompanham a vida profissional da maior parte dos empreendedores, sendo apenas reforçados os estereótipos e mitos sobre as glórias do mundo dos negócios (SARAIVA, 2007 apud COSTA et al., 2012, p. 370).

No que concerne ao tema da (des)qualificação profissional, mencionada há pouco como justificativa e determinante do sucesso ou fracasso dos indivíduos no mercado de trabalho, o forte apelo à reciclagem de conhecimentos, formação contínua, desenvolvimento de habilidades e atitudes, como meios de sobrevivência ao darwinismo social que impera no mercado, tem repercussões relevantes para a subjetividade do trabalhador. A máxima popular de que “não mais se trabalha para viver, mas se vive para o trabalhar” pode referir-se também ao tempo gasto como qualificação condicional para o trabalho. A respeito disso, Antunes e Alves (2004) ressaltam:

Um exemplo forte é dado pela necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho. Parte importante do “tempo livre” dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir “empregabilidade”, palavra-fetice que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 347).

A internalização da lógica acelerada e capitalizada do tempo tem consequências decisivas sobre a forma como os indivíduos conduzem a própria vida. Ser uma pessoa “proativa”, que se dedica às suas obrigações laborais incondicionalmente e procura cumpri-las de forma imediata e a contento da demanda, tornou-se a norma. Hoje, destaca-se no contexto laboral aquele que está disposto a sacrificar não mais apenas o tempo que lhe “sobra”, mas o máximo possível do tempo que deveria ser dedicado a atividades essenciais, como descanso e alimentação. Em outras palavras, o ideal de sujeito da contemporaneidade é aquele que sacrifica

sua própria vida – tanto melhor se o fizer de bom grado – em função do trabalho; é o indivíduo que não tem tempo, e não tem tempo porque *produz*, “honrando” e fazendo valer a máxima de que tempo é dinheiro.

Talvez o atendimento irrefletido de tantas demandas se deva, em grande medida, à intensiva veiculação midiática de ideais identitários próprios à lógica produtivista no interior da esfera privada, incitando ao “empreendedorismo”, à “proatividade”, ao “investimento pessoal”, à “aptidão”, ao corpo “sarado”, entre outros ideais. Aqui, a ideologia neoliberal, ao mesmo tempo em que enfraquece a esfera pública a partir de um Estado mínimo, dessolidarizante e moralista, engolfa o homem em uma multiplicidade de mandatos e “obrigações” cotidianas inatingíveis, fazendo-o sentir-se sempre “atrasado”, “insuficiente”, “endividado” e “estulto”.

## **A IMPOSSIBILIDADE DE UM TEMPO LIVRE NO CAPITALISMO**

No contexto contemporâneo, a aceleração, a flexibilização do tempo e do local de trabalho, o paroxismo da capitalização do tempo, bem como a prescrição de atividades de tempo livre são fatores que, aliados a outros traços culturais, contribuem para a quase inviabilidade de uma vivência realmente livre do tempo. O tempo livre, que deveria ser dedicado à expressão de vivências espontâneas e significativas do homem, rompendo com a alienação a que este está sujeito no trabalho, encontra-se invadido pela mesma lógica que permeia esta última atividade (ou seja, a lógica do capital), tornando-se tão alienado quanto ela se encontra atualmente. O tempo livre torna-se, então, um espaço de prolongamento da alienação do trabalho, e o tempo que era tradicionalmente dedicado ao ócio

é eclipsado pela atividade laboral (AQUINO, 2003). É assim que o tempo livre no contexto do capitalismo contemporâneo é determinado desde fora e, em grande medida, regido por uma lógica estranha ao indivíduo, o que é incompatível com o exercício de atividades autônomas e, portanto, de uma significação pessoal nessa temporalidade.

Diferentemente do exemplo adorniano, a diluição das fronteiras entre os tempos, observada na contemporaneidade, é operada pela lógica do capital. Contrapondo-se a essa mescla de temporalidades, Antunes (1999) propõe justamente a superação de tal lógica, a fim de possibilitar um novo modelo de sociabilidade, em que a organização do tempo teria como elemento central o desenvolvimento das potencialidades humanas na busca por uma vida dotada de sentido. Em concordância com esse autor, Mascarenhas (2006) endossa a necessidade de um novo sistema de metabolismo social, o que permitiria a emancipação do trabalho e, conseqüentemente, o resgate de princípios éticos como democracia, liberdade e autoconsciência, além da superação das fronteiras entre tempo de trabalho e tempo livre.

E aí, seja qual for a expressão conceitual daquilo que se poderá vivenciar no tempo livre, o ócio, a educação, a arte, o lazer, uma coisa é certa, será uma prática social essencialmente ligada aos interesses humanos, porque o trabalho assim também o será (MASCARENHAS, 2006, p. 103).

Padilha (2000) não crê que uma produção heterodeterminada, que negligencia as necessidades humanas e sociais (como é o caso no capitalismo), possa promover a efetivação de um tempo verdadeiramente livre. Portanto, defende a autora, não podemos conceber um tempo livre dotado de

sentido enquanto prevalecer a racionalidade do capitalismo. Mascarenhas (2006), por sua vez, crê que só com o fim das barreiras entre tempo de trabalho e tempo livre é que seria possível uma nova forma de apropriação de tempo livre; mas não um fim operado pelo capital, como é o caso hoje, e sim na superação do próprio capital, em que teríamos uma nova forma de sociabilidade e uma diluição das fronteiras temporais mais próxima do exemplo de Adorno. É nesse sentido que acreditamos que o extravasamento do trabalho para o tempo livre não é algo indesejável *per se*; ele se torna problemático quando consiste em uma atividade alienada e serve à lucratividade, à produção de bens e valores; em uma palavra, a propósitos alheios ao indivíduo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS – A SIGNIFICAÇÃO HUMANA NO TEMPO LIVRE

Embora nossa discussão tenha reiterado a aceleração e a falta de tempo como promotores de insatisfação para o homem contemporâneo na vivência de sua temporalidade, é importante destacar que a mera disponibilidade de tempo não necessariamente significa que este, de fato, seja *livre* ou que conduza o homem à vivência de experiências significativas; a cultura pode ser um fator muito mais determinante na dimensão qualitativa da vivência do tempo do que a “quantidade” de tempo de que se dispõe. Assim, Padilha (2000) mostra-se descrente quanto à transformação do tempo livre em momentos que favoreçam uma autêntica individualidade, visto que a lógica capitalista que domina o tempo livre sobrepõe o produtivismo e o consumismo desmedidos em detrimento das reais necessidades humanas e sociais. Como afirmam Aquino

e Martins (2007, p. 481), ainda que anseiem por se libertar das tarefas relativas ao trabalho para, enfim, usufruir de tempo para si, “[...] todo processo de educação/formação/orientação da sociedade moderna gerou os valores da atual sociedade do consumo, não contempla a orientação para ser/existir num tempo de ‘nada fazer’”.

Daí Woodhouse (2002, p. 18) afirmar que “[...] precisamos de valores outros que a motivação do lucro para julgar não apenas o trabalho, mas todas as atividades humanas. Uma sociedade incapaz de reconhecer a importância da dedicação voluntária ao ócio virou as costas à humanidade”. Assim, a lógica produtiva, que hoje determina em grande medida os usos do tempo livre, deve ser substituída por valores que favoreçam a realização do homem, e não do capital. Ademais, como afirma Baudrillard (2007), é necessário se desapossar do tempo, pois o verdadeiro tempo livre é aquele em que se pode *perder* tempo, e isto é inadmissível em uma cultura que preconiza que tempo é dinheiro.

Em vista do exposto, postulamos que o deslocamento de foco da produção para o consumo – do tempo de trabalho para o tempo livre – constitui-se em mais uma estratégia do capital para expandir os lucros e minar resistências. Isto não implica ausência de controle, apenas expressa a expansão da lógica instrumental e produtivista para todas as esferas do mundo da vida. Ou seja, à exploração do trabalho acresce-se a dominação da cultura e da vida cotidiana, viabilizada justamente pelas novas tecnologias informatizadas, pelo consumo enquanto produtor de identidades e pela Indústria Cultural, desdobrada em consumo do lazer e do turismo. O tempo livre torna-se, portanto, um tempo cada vez mais submetido à lógica do trabalho – um “tempo livre” produtivo.

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. W. Tempo livre. In: *Palavras e Sinais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1991.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

AQUINO, C. A. B. *Tiempo y trabajo: un análisis de la temporalidad laboral en el sector de ocio - hostelería y turismo - y sus efectos en la composición de los cuadros temporales de los trabajadores*. 2003. Tesis doctorales. (Programa de Psicología Social) - Facultad de Sociología y Ciencia Política, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2003.

AQUINO, C. A. B.; MARTINS, J. C. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Rev. Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 479-500, set. 2007.

BACAL, C. *Lazer e o universo dos possíveis*. São Paulo: Aleph, 2003.

BIRMAN, J. Muitas felicidades! O imperativo de ser feliz na contemporaneidade. In: FREIRE FILHO, J. (Org.). *Ser feliz hoje*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

COSTA, A. M. et al. A alavanca que move o mundo: o discurso da mídia de negócios sobre o capitalismo empreendedor. *Cadernos Ebape.br*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, artigo 6, jun. 2012.

EHRENBERG, A. *O culto da performance*. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.



FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: FREUD, S. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira, Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 21.

GARCIA, V. R. *Ordem cultural e ordem natural do tempo*. São Paulo: Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia (CISC), 2011. Disponível em: <<http://www.cisc.org.br/portal/pt/biblioteca/viewdownload/18-romano-vice/55-ordem-cultural-e-ordem-natural-do-tempo.html>>. Acesso em: 27 out. 2012.

GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

GURVITCH, G. *La multiplicité des temps sociaux*. Paris: CDU, 1961.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LIPOVETSKY, G. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Baccarolla, 2004.

LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MASCARENHAS, F. Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, V. (Org.). *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.

NAVARRO, V. L. Trabalho, saúde e tempo livre sob os domínios do capital. In: PADILHA, V. (Org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.

PADILHA, V. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas: Alínea, 2000.

ROSA, H.; SCHEUERMAN, W. E. (Org.). *High-speed society: social acceleration, power and modernity*. University Park, USA: Pennsylvania State University Press, 2009.

RUSSELL, B. *O elogio ao ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SEVERIANO, M. F. V. *Narcisismo e publicidade: uma análise psicossocial dos ideais do consumo na contemporaneidade*. São Paulo: Annablume, 2001.

\_\_\_\_\_. Pseudo-individação e homogeneização na cultura do consumo: reflexões críticas sobre as subjetividades contemporâneas. In: *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2006.

SEVERIANO, M. F. V.; COELHO, R. F. J. História dos usos, desusos e usura dos corpos no capitalismo. In: *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2007.

SIBILIA, P. O corpo editado e a carne impura. In: GARCIA, W. (Org.). *Corpo e subjetividade*. São Paulo: Factash Editora, 2006.

SUE, R. *Temps et ordre social*. Paris: PUF, 1995.

WOODHOUSE, H. Introdução. In: RUSSELL, B. *O elogio ao ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.



# ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA A PESQUISA COM MICHEL FOUCAULT

---

Pablo Severiano Benevides

Túlio Kércio Arruda Prestes

Paulo Henrique Albuquerque do Nascimento

Luciana Ribeiro Conz

Este trabalho constitui uma síntese e uma sistematização de algumas reflexões que emergiram a partir de atividades de orientação a estudantes de graduação e pós-graduação e que dizem respeito às possibilidades de realização de uma pesquisa sob a inspiração do pensamento do filósofo político francês Michel Foucault. Tais atividades, realizadas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFC/Fortaleza) e no Curso de Psicologia (UFC/Sobral), especialmente mediante o projeto de extensão *diferenSa – grupo foucaultiano*, coordenado pelo primeiro autor, têm, frequentemente, mobilizado a necessidade da escrita de um texto com o objetivo de abordar a especificidade da pesquisa que tome como perspectiva norteadora a arqueogenealogia foucaultiana. Assim, não se trata aqui de um texto que aborda uma temática de pesquisa a partir de um determinado referencial teórico, mas sim de um texto que aborda, a partir de um referencial teórico, o próprio ato de pesquisar.

Apresentar os resultados de uma pesquisa já realizada ou sinalizar caminhos futuros para a pesquisa não são, portanto, os propósitos deste texto. Também não se trata de expor, de uma forma sistemática, os fundamentos teóricos, epistemológicos ou filosóficos do pensamento de Michel Foucault. Trata-se, pois, de um trabalho que não é nem uma *pesquisa empírica*, nem uma *investigação dos fundamentos*, mas algo diferente. Podemos entender este empreendimento como o apontamento de algumas *orientações metodológicas para a pesquisa com Michel Foucault*. Entretanto, não são apresentadas regras pontuais e nem prescrições bem específicas, tais como poderíamos encontrar em manuais que “facilitam” ou “auxiliam” a realização de pesquisas científicas e/ou acadêmicas. Esta exposição objetiva contribuir para a formação de estudantes de graduação e pós-graduação, bem como para docentes e pesquisadores, tanto no que diz respeito à realização de pesquisas quanto ao processo educativo e de formação.

Assim, apresentamos agora cinco orientações metodológicas para a pesquisa com Michel Foucault, que serão devidamente aprofundadas e esclarecidas no decorrer deste texto: 1) *A pesquisa deve desconhecer seu objeto para pesquisá-lo*; 2) *A pesquisa não deve partir de pressupostos, mas partir os pressupostos*; 3) *A pesquisa deve romper com a forma-pesquisa*; 4) *A pesquisa não deve estar de antemão inscrita em “áreas”, mas deve produzir novas territorialidades*; 5) *A pesquisa não deve descobrir a verdade e a realidade, mas sim inventar verdades e realidades*. Nesses cinco itens, é importante compreender que o sentido da palavra “deve” (quando se afirma “a pesquisa deve”) não indica nenhum imperativo, mas tão somente algo a ser considerado como busca para uma pesquisa; portanto, como algo distinto do que a pesquisa já é. Nesse sentido, a afirma-

ção “a pesquisa deve” pretende situar, ao mesmo tempo, o caráter *perspectivo* da pesquisa (ela deve proceder de determinadas formas desde que se se posicione sob determinado ponto de vista, mas ela poderia posicionar-se em outro) e o seu caráter *processual* (ela talvez não consiga por completo, mas isso estará a movê-la) – tudo isso na medida em que se trata, aqui, da pesquisa com Michel Foucault. Caso consigamos tirar o peso, o caráter supostamente necessário e o semblante rígido do termo “princípio” e, também, caso compreendamos que pesquisar *com* Michel Foucault é diferente de pesquisar *como* Michel Foucault, poderemos considerar aqueles como cinco *princípios metodológicos para a pesquisa com Michel Foucault*.

## **A PESQUISA DEVE DESCONHECER SEU OBJETO PARA PESQUISÁ-LO**

Para pesquisarmos sobre um determinado objeto, é necessário que não saibamos o que é este objeto. É preciso, portanto, tomar aquilo que será pesquisado como uma incógnita (x). Diferentemente do que pode parecer de antemão, essa disposição não é uma atitude fácil. Ao contrário, para nós, muitas vezes, é mais difícil fazer o movimento de tentar desconhecer o objeto do que de tentar conhecê-lo. Isso porque já iniciamos nossas pesquisas com uma série de crenças, de suposições, de valores, de pré-conceitos e de certezas, que julgamos verdadeiros. Portanto, esse desconhecimento inicial – que também poderíamos chamar de estranhamento ou desfamiliarização – é fundamental para o início da pesquisa. É justamente este o procedimento utilizado por Foucault ao

investigar temas como a loucura, a sexualidade, as disciplinas, entre outros.

Com outras palavras, trata-se de não partir de nenhum universal que diria: eis a loucura. Não se trata de partir de nenhuma posição humanista dizendo: eis o que é a natureza humana, eis o que é a essência humana, eis o que é a liberdade humana. É preciso tomar a loucura por um “x” e se apossar da prática, da prática somente *como se não soubesse nada*, e fazer de tal modo sem nada saber sobre o que é a loucura (FOUCAULT, 2010a, p. 63, grifo nosso).

A pesquisa precisa proceder “como se não soubesse nada”. É justamente por essa razão que cada movimento, cada deslocamento e cada passo da pesquisa devem ser escritos e expostos da forma mais clara possível. Isso vale tanto para a execução como para a publicização da pesquisa. Tanto nós devemos desaprender, ao máximo, o que previamente sabemos (ou acreditamos saber) sobre o objeto de nossa pesquisa, como também temos de pressupor que os outros nada sabem ou muito pouco sabem sobre aquilo que pesquisamos. A escrita da pesquisa deve ser como uma lanterna que ilumina, ponto a ponto e passo a passo, um fundo sem luz. Acompanhar o leitor no decurso do nosso texto é não somente uma escolha estilística, mas uma atitude fundamental para a pesquisa e a exposição da pesquisa. O nosso não saber e o não saber dos outros devem funcionar como uma exigência para que desenvolvamos, escrevamos e apresentemos nossas pesquisas da forma mais clara possível.

Assim, expressões como “sabe-se que”, “todos sabemos que” ou “como já sabemos” indicam precisamente os pontos de dormência de uma pesquisa que podem ser explorados.

Essas expressões, por vezes singelas, automáticas e descompromissadas, introduzem sub-repticiamente a naturalização do saber, que, por seu turno, constitui e marca a região do não pesquisado e do não pesquisável. A generalização indeterminada e totalizante do saber e da pesquisa (“sabe-se” = “todo mundo sabe”) só pode corresponder à anulação do saber e da pesquisa, pois sobre aquilo que “todo mundo sabe” nada há a se dizer.

Citamos aqui um exemplo fictício, que usaremos como ferramenta para a compreensão e melhor elucidação do que foi dito acima. Pensemos em uma pesquisa sobre a forma como as práticas de educação sexual nas escolas influencia a sexualidade dos adolescentes. A primeira pergunta seria: o que compreendemos como “sexualidade dos adolescentes”? E, mais, o que compreendemos como “sexualidade”? Aqui, o uso das aspas é fundamental porque, antes de falarmos em sexualidade, alguns outros já falavam em sexualidade: um conjunto de saberes médicos, psiquiátricos, psicológicos, psicanalíticos e pedagógicos; diversas instituições que abrigam esses saberes e os fazem funcionar; mas, também, uma série de outras práticas e outros registros: a mídia, a publicidade, a literatura etc. Assim, não podemos tomar “a sexualidade” como um dado não problemático da realidade, como algo que todo mundo sabe o que é, como uma realidade autoevidente para nós; e nem, por sua vez, como algo que faz parte da natureza humana ou da essência do ser-adolescente. Portanto, caso queiramos empreender uma pesquisa semelhante a essa acima referida, tomando como inspiração o pensamento de Michel Foucault, devemos perguntar não pelas repercussões na sexualidade do adolescente (como se já soubéssemos o que é a sexualidade do adolescente antes das práticas de educação sexual), mas pela forma como as próprias práticas de educa-



ção sexual dizem o que é, como funciona e como deve ser a sexualidade dos adolescentes.

Dessa forma, não temos primeiro a pesquisa e depois a crítica. A própria pesquisa – enquanto ato de problematizar o não problemático, enquanto forma de pôr em questão o inquestionável, enquanto atividade de desaprender o que todo mundo sabe – é, ela mesma, uma atividade crítica. Não temos aqui esta sequência: a) primeiro, a pesquisa como uma leitura neutra, objetiva e imparcial da realidade; b) em segundo lugar, após sua realização, uma crítica, uma síntese ou uma reflexão. Nada disso. Poderíamos, pois, dizer que a crítica e a pesquisa estão num mesmo plano, ocorrem em simultaneidade e são coexistentes.

A crítica consiste em desentocar o pensamento e em ensaiar a mudança; mostrar que as coisas não são tão evidentes quanto se crê, fazer de forma que isso que se aceita como vigente em si não o seja mais em si. Fazer crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais. Nessas condições, a crítica – e a crítica radical – é absolutamente indispensável para qualquer transformação (FOUCAULT, 2011, p. 356).

Assim, na medida em que esse desconhecimento do seu objeto serve para que a pesquisa rompa com o que até então era evidente, pense o que até então era impensado e movimento o que até então estava paralisado, podemos afirmar que a própria pesquisa *já é* um ato de transformação. Transformação nos saberes, nas práticas, nas formas de compreensão e organização sociais, na relação do pesquisador consigo mesmo e com os outros. Se a pesquisa *já é*, nela mesma, uma atividade crítica, é possível afirmar, igualmente, que a pesquisa *já é* também, nela mesma, uma atividade de transformação.

A escrita e a ação são uma só e mesma coisa. Não existe um discurso verdadeiro de um lado, neutro e pálido, e, do outro, uma coragem em busca de causas a defender [...]. Foucault não é filósofo e militante, erudito e resistente. Ele é historiador porque militante, e resistente porque erudito. Para nossos morosos tempos, que organizaram a grande divisão entre os doutos isolados no espiral de suas especialidades, tornados inaudíveis pela força do rigor e da proibição, e os agentes sociais portadores de discursos ociosos e vazios pela força de querer ser ouvidos, é importante lembrar que o saber histórico, com suas exigências próprias, e o engajamento político, com seus riscos, puderam um dia se enriquecer, alimentar-se mutuamente (GROS, 2004, p. 12).

## **A PESQUISA NÃO DEVE PARTIR DE PRESSUPOSTOS, MAS PARTIR OS PRESSUPOSTOS**

Esse é um aspecto que, em boa medida, é complementar ao que foi exposto no primeiro item e, da mesma forma, vai na contramão do modo como usualmente pensamos, organizamos e estruturamos nossas pesquisas. Aprendemos que todo saber, todo conhecimento e/ou toda pesquisa partem de pressupostos, e que fundamentar uma pesquisa é justamente enunciar seus pressupostos. Com isso, comumente associamos a noção de *pressuposto* à noção de *fundamento* – assim, os pressupostos de nossa pesquisa se apresentam como o seu fundamento. Por essa mesma via, o pressuposto, na condição de fundamento, consiste ainda naquilo que dá *legitimidade* a uma pesquisa. Ora, mas o que é um *pré-suposto*?

Em *Diferença e repetição*, Gilles Deleuze (2009), filósofo francês cujo pensamento converge em diversos aspectos com a perspectiva trazida por Foucault, bem explícita que o problema dos pressupostos diz respeito ao problema dos inícios,

dos começos, das introduções. Por onde começar um texto? Por onde acessar, de início, um problema de pesquisa? O que vem primeiro? Qual a primeira palavra, a primeira frase, o primeiro olhar, a primeira interrogação? Deleuze (2009), entretanto, vai dizer que a função dos pressupostos não é, verdadeiramente, *iniciar*, mas justamente *remeter o ato de iniciar ao já iniciado*. Quer dizer: reportar o novo pensamento ao já pensado e legitimar o novo pensamento mostrando um parentesco, uma proximidade ou uma semelhança com o que já foi dito e escrito. Quando começamos uma pesquisa apresentando os pressupostos dos quais partimos, o que fazemos é iniciar a partir de algo já iniciado e, frequentemente, fundar por sobre o já fundamentado e conhecer sob os códigos, os vocabulários e os signos do já conhecido, pois partir de pressupostos não é criar novos inícios, novos planos e novos solos, mas apoiar-se naqueles que já existem sem questioná-los. Esse processo foi bem explicitado por Nietzsche, no parágrafo 355 de *A Gaia Ciência*, intitulado: “A origem do nosso conceito de ‘conhecimento’”.

Esta explicação eu encontrei na rua; ouvi alguém do povo dizer: “ele me reconheceu”. Então, me perguntei: o que entende o povo mesmo por “conhecimento”? O que quer ele, quando quer “conhecimento”? Não mais do que isto: que algo estranho deva ser remetido a algo *conhecido*. E nós, filósofos, já entendemos algo mais do que isto ao falar de conhecimento? O conhecido, isto é, aquilo de que nos habituamos, de modo que não mais nos admiramos, nosso cotidiano, alguma regra em que estamos inseridos, toda e qualquer coisa que faça com que nos sintamos em casa – como? Nossa vontade de conhecer não é justamente essa necessidade do conhecido, a vontade de, em meio a tudo o que é estranho, inabitual, duvidoso, descobrir algo que não mais nos inquiete? (2012, p. 224).

Uma ressalva: isso não quer dizer que uma pesquisa não opere com suposições, com suspeitas, com hipóteses. Ao contrário, o *pré-suposto* é algo muito diferente de uma suposição – ele é aquilo que, antecipando-se às suposições imanentes a toda e qualquer pesquisa, enterra e dissolve as hipóteses de pesquisa no corpo do texto. Com isso, a hipótese converte-se em certeza e em promessa. Quando não explicitadas, as suposições funcionam de forma implícita, fazendo com que toda a pesquisa cumpra para o reencontro com a hipótese inicial nunca enunciada. Enunciar a suspeita de uma pesquisa é correr um risco. É justamente quando queremos evitar esse risco que acionamos os pressupostos e escondemos as suposições, o que, em diversas ocasiões, tem por efeito a produção de textos constrangidos, ou ambíguos, ou escorregadios, ou vagos, ou até mesmo desonestos do ponto de vista da relação entre o que se apresenta como singularidade e risco da pesquisa e o que se apresenta como apoio e referências de uma pesquisa.

Na aula inaugural que Foucault ministrou no Collège de France, em 7 de dezembro de 1970, intitulada de *A ordem do discurso*, aparece justamente o problema dos começos e das formas de institucionalização dos começos. Até que ponto somos livres para começar um texto? O que nos constrange no momento em que tomamos a palavra? Que forças políticas, institucionais, burocráticas etc. agem quando iniciamos uma pesquisa, uma dissertação de mestrado, uma tese de doutorado, ou mesmo uma apresentação de seminários em uma aula? Em *A ordem do discurso*, Foucault (2011a) chama atenção justamente à captura institucional do discurso: os mecanismos de controle, de hierarquização e de regulamentação do discurso.

A produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número

de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2011a, p. 8-9).

Portanto, o aspecto mais importante de uma pesquisa que tenha por inspiração (e não por fundamentação) o pensamento de Michel Foucault não será explicitar bem os pressupostos, mas sim, questionar os pressupostos. Em uma palavra: não será *partir de pressupostos*, mas *partir os pressupostos*. E partir os pressupostos é rachá-los: é pensar e pesquisar para além e aquém do já pensado e do já pesquisado. Isso não significa uma apologia a um discurso que venha de uma “exterioridade selvagem” (FOUCAULT, 2011a), muito menos a possibilidade de se dizer qualquer coisa, de qualquer forma, em qualquer ocasião. Trata-se não de uma ausência de regras para fazer a pesquisa, mas talvez de uma reinvenção das regras para fazer pesquisa. Nessa reinvenção da pesquisa, não temos estabelecida de antemão a linearidade constante de um fio condutor, a iluminação panorâmica de todo um campo, a clarividência de um mapa detalhado de todos os percursos, percalços e perambulações que se colocam no caminho. Ao contrário, fazer pesquisa é reinventar um método a cada pesquisa, é reinventar o pensamento em cada pesquisa e é, inclusive, transformar a visão geral que temos do que é “a pesquisa” em cada nova pesquisa.

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. [...] [O que é a atividade

filosófica] se não consistir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe? (FOUCAULT, 2007, p. 13).

## A PESQUISA DEVE ROMPER COM A FORMA-PESQUISA

Para desconhecer o objeto da pesquisa, para partir os pressupostos e partir para novas formas de pensar, de conhecer e pesquisar, é necessário romper com aquilo que chamamos de *forma-pesquisa*. Caso queiramos pesquisar movidos por uma inspiração foucaultiana, é necessário que estejamos atentos à contingência de nossos atuais modelos de formatação, de metodologia e de normalização; que estejamos cientes de sua arbitrariedade; e, ainda, que percebamos os tipos de coerção que essas regras exercem sobre o discurso. A esses mecanismos burocrático-metodológicos, Foucault (2011a) chamou de *polícia discursiva*: trata-se de formas de vigiar o discurso e de regulá-lo; de mostrar os caminhos por onde ele deve seguir, os movimentos que ele pode fazer, os enunciados que ele pode emitir, a sequência (muitas vezes enfadonha e previsível) à qual deve adequar-se e afinar-se; de traçar o limite entre o pensável e o impensável, o dizível e o indizível, o pesquisável e o não pesquisável, o inteligível e o não inteligível e, por fim, entre o científico e o não científico.

Contudo, essa forma-pesquisa, em sua repetição manualesca, em sua enfadonha e previsível sequência “Introdução – Objetivos – Metodologia – Resultados – Conclusão – Referências bibliográficas”, não cumpre justamente a função de proteger a pesquisa de si mesma? De proteger a pesquisa daquilo que ela pesquisa? De salvaguardar uma forma, uma identidade, uma constância, uma armadura na qual ela possa se reconhecer mesmo no encontro com os mais inusitados

objetos, com as mais diferentes realidades, com as mais diversas situações e contextos? Esse é um ponto também compartilhado por Larrosa (2014) e Benevides (2014), quando apontam para a necessidade de livrar a pesquisa da forma-pesquisa, uma vez que a forma-pesquisa protege e, ao mesmo tempo, aprisiona e despotencializa a pesquisa.

Muitas vezes ocorre que a pesquisa existe unicamente para produzir uma nova mercadoria chamada “pesquisa”: trata-se da autorreferencialidade de todo um movimento acadêmico, intelectual e universitário, cujo formalismo constitui estratégia para que a pesquisa não saia de si mesma. Assim, a pesquisa encontra-se protegida pela forma *pesquisa* – justificativa, introdução, metodologia, objetivos, referências bibliográficas: trata-se de uma poderosa ferramenta para impedir que a pesquisa saia da *pesquisa* (BENEVIDES, 2014, p. 98).

A “forma-pesquisa”, assim, refere-se menos à hegemonia de um conjunto teórico, temático ou relativo a um certo domínio de objetos do que a um *modo de esquadriñar* certa hegemonia teórica, temática ou relativa a um certo domínio de objetos. Esse modo característico da “forma-pesquisa” não pode ser superposto ao que comumente se chama de “pesquisa tradicional”, visto que funciona em extratos em que a pesquisa se apresenta como mais “contemporânea”, ou “inovadora”, ou “atual”. O que a caracteriza é, fundamentalmente, a concretude burocrático-metodológica pelas quais as diversas *seções* (Introdução – Objetivos – Metodologia – Resultados – Conclusão – Referências bibliográficas) seccionam e articulam um certo movimento invariante que se destaca como sendo o sentido e ordem próprios do que é “fazer pesquisa”.

Ora, mas o quanto de nossa preguiça, de nossa comodidade e de nosso medo não encontram nessas repetições, mesmices e formalismos um assento calmo e seguro para fornecer o nobre status de “pesquisador”? Quanto elas permitem um dizer-nada de maneira elegante, concisa e conforme? Quanto elas legitimam a paralisia do pensamento e a esclerose do saber? E, por outro lado, quão mais refinados tornar-se-iam nossos instrumentos de pesquisa se eles não tivessem que se submeter aos pincéis grossos das regras metodológicas da pesquisa, dos manuais de normalização, do esqueleto gelado do texto acadêmico? Quão mais livres, potentes e inventivas poderiam ser nossas pesquisas caso pudessem respirar e caminhar de forma mais autônoma em seu percurso? Quão disruptivos, subversivos e produtores de diferenças poderiam ser nossos pretextos para pesquisa, nossos textos de pesquisa, nossos contextos produzidos e produtores da pesquisa caso pudessem se colocar à margem de um poder centralizador das ciências, das técnicas e das normalizações de todos os dias?

O que está em jogo, pois, nesse rompimento da pesquisa com a forma-pesquisa, é algo de natureza fundamentalmente política. A pesquisa feita à margem da forma-pesquisa, em autonomia em relação à forma pesquisa e, no limite, contra a forma-pesquisa, frequentemente, está em vias de se insurgir, não somente contra regras metodológicas, mas contra os saberes instituídos, legitimados e tomados como verdadeiros. A insurreição das formas de reinvenção da pesquisa é, também, uma forma de resistir aos efeitos centralizadores das ciências. Na primeira aula do curso *Em defesa da sociedade*, Foucault (2010b, p. 10), ao caracterizar e nomear o conjunto de seus trabalhos, estudos e pesquisas como *genealogia*, salienta: “as genealogias são, muito precisamente, anticiências”. Porém, isso num aspecto muito específico: as genealogias – e, acres-



centamos, as pesquisas que rompem com a forma-pesquisa – combatem as ciências não em seus fundamentos, não em nome de uma verdade mais verdadeira, não em nome de uma precisão mais precisa, de uma exatidão mais exata, de um fundamento mais fundamentado. As genealogias combatem o efeito de centralização dos discursos e práticas científicos: suas exclusividades, os privilégios de suas enunciações, a soberania de suas compreensões.

Trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretende filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns. [...] Que tipos de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ser esse saber uma ciência? Qual sujeito falante, qual sujeito discorrente, qual sujeito de experiência vocês querem minimizar quando dizem: “eu, que faço esse discurso, faço um discurso científico e sou cientista”? Qual vanguarda teórico-política vocês querem entronizar, para destacá-las de todas as formas maciças, circulantes e descontínuas do saber? (FOUCAULT, 2010b, p. 10-11).

## **A PESQUISA NÃO DEVE ESTAR DE ANTEMÃO INSCRITA EM “ÁREAS”, MAS SIM PRODUZIR NOVAS TERRITORIALIDADES**

Por tudo o que foi dito anteriormente, uma pesquisa que tenha por inspiração o pensamento de Michel Foucault estará, constantemente, ultrapassando os limites e as fronteiras de um certo mapa do saber que, usualmente, temos em

mente. É comum que estudantes, ao esboçarem um contato inicial com a leitura de Foucault, perguntem a si mesmos e/ou a alguns outros: “este é um texto de Sociologia? De Psicologia? De Filosofia? De História?”. Sob o ponto de vista foucaultiano, essas perguntas expressam uma demanda em situar os saberes em unidades já formadas e já reconhecíveis: a Psicologia, a Filosofia, a Sociologia etc. Muitas vezes, admitimos que, para compreender melhor determinadas questões do campo da Psicologia, é preciso ter um conhecimento (ainda que superficial) dos processos sociais, portanto de algo que seria objeto da Sociologia. Entretanto, frequentemente, preservamos a certeza de que “Psicologia é Psicologia, e Sociologia é Sociologia”. Isso faz com que acionemos uma série de formas de filiação de textos, de autores e de teorias a essas unidades já reconhecidas do saber e/ou da ciência, porque as supomos naturais, ou necessárias, ou estruturais – como se a estratificação do saber correspondesse à estratificação ontológica do real (às coisas psíquicas corresponde a Psicologia, às coisas biológicas corresponde a Biologia, às coisas sociais corresponde a Sociologia). Falamos, assim, nos “autores da área”, nos “textos da área”, nos “clássicos da área”. Ora, mas se pensarmos com Michel Foucault, por que não seria interessante, ou produtivo, ou perspicaz procedermos dessa forma?

Uma das principais preocupações do pensamento foucaultiano desde seus primórdios (especialmente de 1954 a 1970) foi a questão do *saber*. De forma mais específica, as condições de possibilidade que tornaram efetiva a emergência de determinadas formas de saber: seus mecanismos de institucionalização, de diferenciação e de unificação. Nessa massa amorfa, caótica e difusa dos enunciados, nesse jogo variável e flutuante das pesquisas, em toda essa multiplicidade do conhecimento, como encontrar aí algo que unifique alguns

enunciados entre si? Como identificar o “campo da Psicologia”, o “campo da Economia Política”? E como diferenciá-los definitivamente de outros? Portanto, a questão que importa para Foucault reside justamente na *formação* dessas unidades de saber. É justamente porque se situa no ponto de vista da invenção dessas unidades que Foucault não se instala em nenhuma daquelas. Precisamente por tomá-las como objeto, ele não pode tê-las como horizonte e objeto *ao mesmo tempo*. Em outras palavras: trata-se não de buscar a autenticação dos enunciados em um campo de saber que seria anterior aos enunciados – por exemplo, se houvesse uma Psicologia antes de toda e qualquer pesquisa psicológica. Trata-se, diferentemente, de saber como um conjunto de enunciados pôde ser capturado, organizado e traduzido como enunciados *pertencentes* a um campo de saber. É o que escreve Foucault (1997) em *A Arqueologia do Saber*:

E eu mesmo, de minha parte, nada farei senão isso: certamente tomarei por marco inicial unidades inteiramente formadas (como a psicopatologia, ou a medicina, ou a economia política); *mas não me colocarei no interior dessas unidades duvidosas* para estudar-lhes as configurações internas ou as secretas contradições. [...] Aceitarei os conjuntos que a história me propõe apenas para questioná-los imediatamente; para desfazê-los e saber se podemos recompô-los legitimamente; para saber se não é possível reconstruir outros (FOUCAULT, 1997, p. 29-30, grifo nosso).

Tal disposição não significa, entretanto, menosprezar a formação dessas unidades de saber. Muito pelo contrário: trata-se, justamente, de bem entendê-las a partir de uma compreensão de seus enunciados. Contudo, trata-se também de ensaiar novas territorialidades para a pesquisa, novos campos

de saber, novas formas de entendimento e compreensão, ou uma forma distinta de agrupar os enunciados e definir esferas outras de cientificidade, ou de racionalidade, ou de ética, ou de estética. Se quisermos, portanto, definir a arqueologia como um método de pesquisa próprio da perspectiva foucaultiana, diríamos que a arqueologia é o estudo dos enunciados efetivos (e não dos “possíveis”) que constituem de forma provisória os campos do saber, a partir de processos de identificação, unificação e diferenciação de suas formações discursivas. Segundo Foucault (1997, p. 30), a arqueologia, ao questionar a continuidade e as unidades do saber, abriria um espaço de liberdade para a pesquisa: “uma vez suspensas essas formas imediatas de continuidade, todo um domínio encontra-se, de fato, liberado”.

A fim de tornar mais claro o posicionamento ora expresso, pensemos, como exemplo, em uma pesquisa que tematize a literatura de autoajuda. Poderíamos afirmar que existem enunciados *econômicos* em jogo nessa pesquisa: a definição de termos como “sucesso”, “empreendedorismo”, “eficiência”, “proatividade” advém precisamente de uma forma neoliberal de compreender as capacidades humanas e as habilidades interpessoais em suas formas capitalizáveis e, portanto, intercambiáveis. Além disso, poderíamos pensar que enunciados *psicológicos* estão em jogo aí, pois a literatura de autoajuda procura efetuar modificações nos comportamentos, nas significações que a vida passa a adquirir, na relação que o sujeito trava consigo mesmo, em formas de autocontrole, autointerpretação, autogoverno etc. Poderíamos, ainda, considerar que os enunciados principais são de ordem *sociológica*, visto que as habilidades e as formas de vida que são positivadas na literatura de autoajuda advêm de caracteres que são valorados, incitados e construídos por uma dada configuração social. Por fim, seria possível falar numa primazia de

enunciados *educativos*, uma vez que a literatura de autoajuda ensina, conduz, guia (ou “medeia”) seus leitores para alcançar conhecimentos, habilidades ou valores que, acredita-se, possuem um valor pessoal e social benéfico.

Esse breve exemplo ilustra, pois, não somente a pluralidade de campos de saber envolvidos em uma pesquisa, mas, principalmente, a impossibilidade de discernir, de uma vez por todas e de forma *a priori*, onde começa a Economia, até onde vai a Psicologia, em que medida entra a Educação e qual o *status* da Sociologia. A necessidade de filiar esses enunciados a cada um desses campos, de mostrar até onde vai um e começa o outro, de citar os clássicos da área que “fundamentam” tal e tal compreensão (mesmo que eles pouco digam sobre a temática da pesquisa) e a exigência, por fim, de dizer se uma pesquisa é, em sua essência ou fundamento, uma pesquisa econômica, psicológica, sociológica ou educativa, todos esses imperativos não seriam formas de obstaculizar o andamento da pesquisa? A pesquisa não seria mais livre, mais solta e, portanto, capaz de pesquisar mais, ou de pesquisar melhor, ou de pesquisar de forma mais fina, sutil e complexa caso esteja inscrita nesse espaço arqueológico liberado das exigências de fundamentação, de autenticação e de filiação às grandes unidades (já) reconhecidas do saber?

## **A PESQUISA NÃO DESCOBRE A VERDADE E A REALIDADE, MAS INVENTA VERDADES E REALIDADES**

Essa proposição final não deve chegar como uma espécie de apelo desconstrutivista. Aliás, uma das formas de crítica a todo um pensamento intitulado por alguns outros de “pós-modernista” (ou “pós-estruturalista”, ou “pós-crítico”)

é, justamente, a acusação de um desconstrutivismo teórico, político, ético e prático. Gostaria de argumentar, por fim, pela impertinência em situar o pensamento foucaultiano sob qualquer signo semelhante a um desconstrutivismo, a um niilismo, a um relativismo ou a um qualquercoisismo, em que tudo vale porque nada vale. Entretanto, isso não impede de sustentar aquilo que, neste trabalho, gostaria de trazer como o derradeiro dos princípios metodológicos para a pesquisa com Michel Foucault: *a pesquisa não descobre a verdade e a realidade, mas inventa verdades e realidades.*

Em *O dispositivo da verdade: uma análise a partir do pensamento de Michel Foucault*, Benevides (2013) indica a importância da problemática da verdade no decorrer de toda a trajetória do autor. Para as finalidades que importam a este trabalho, dizer que a pesquisa não encontra a verdade sobre as coisas significa dizer que ela não poderá dar uma resposta derradeira sobre o que são as coisas mesmas, o que são as coisas de fato, ou o que são as coisas na realidade. É comum, em nossas ambições de pesquisa, colocarmos e/ou tentarmos resolver questões do tipo: “o que é *mesmo* a inclusão social?”, “o que é *mesmo* a democracia?”, “o que é *mesmo* a saúde pública?”, “o que é *mesmo* a cidadania?” e assim por diante. Nas palavras de Veiga-Neto (2010, p. 11), trata-se de recusar a posição daqueles que “julgam-se os porta-vozes das verdades verdadeiramente verdadeiras”. Isso porque, muito embora boa parte dos pesquisadores dos mais diversos campos das Ciências Humanas admita, frequentemente, que não existem “verdades absolutas”, essa admissão facilmente é esquecida quando o que está em jogo é conferir legitimidade à pesquisa. Então, definimos como *verdades verdadeiramente verdadeiras* noções como “inclusão social”, “democracia”, “saúde pública”, “cidadania” – e tantas outras! –, como se nossa pesquisa tivesse, enfim, forne-

cido os subsídios adequados ou suficientes para dizer o que essas noções realmente significam. Ora, se efetivamente levarmos a cabo boa parte do que já foi dito sobre o caráter múltiplo, perspectivo e agonístico do saber e da pesquisa, compreenderemos que não é possível demarcar em definitivo o significado de noções que, muitas vezes, apresentam-se como tão controversas e ambíguas. Da mesma forma, não podemos “empurrar” a verdade mesma das coisas para os pressupostos: se a pesquisa não encontra a significação derradeira, definitiva e essencial, da mesma forma os pressupostos não guardam neles mesmos esse núcleo essencial e verdadeiro das palavras e das coisas.

Nesse sentido, a boa pesquisa não é aquela que encontra a síntese, a essência ou o sentido verdadeiro de seu objeto. Pelo contrário: a boa pesquisa será aquela que acompanha a multiplicidade de significações, a complexidade das relações e mesmo a ambivalência (que alguns preferem chamar de “contradição”) que está presente naquilo que se apresenta à pesquisa – e que chamamos de “objeto”. Eis aqui a diferença entre *rigor* e *rigidez*: uma pesquisa rigorosa é aquela que respeita e acompanha a multiplicidade, ambiguidade e complexidade daquilo que ela pesquisa e, por isso, não pode ser rígida. Ao contrário, é justamente a dificuldade em ser rigoroso que, por diversas vezes, leva à facilidade em ser rígido.

Assim, é importante salientar que o objeto da pesquisa não é um dado da realidade e nem é algo que já está aí passando pelo mundo à espera de ser descoberto, estudado ou pesquisado. Os objetos não se abrem naturalmente ao nosso conhecimento: “não é natural à natureza ser conhecida” (FOUCAULT, 2011b, p. 18), justamente porque não há “uma cumplicidade primeira com o mundo [que] fundaria para nós a possibilidade de falar dele, nele; de designá-lo e nomeá-lo,

de julgá-lo e conhecê-lo, finalmente, sob a forma da verdade” (FOUCAULT, 2011a, p. 48). Dessa forma, o objeto de pesquisa há de ser ativamente construído por aquele que pesquisa, o que quer dizer, também, que os problemas de pesquisa não são *consensualmente* considerados como problemas. A pesquisa, portanto, constrói não somente seus objetos e seus problemas, mas todo um campo de realidade e imanência, somente no qual um problema pode aparecer enquanto problema (DELEUZE, 2011, 2009). A impossibilidade epistemológica de um reconhecimento consensual do que se apresenta como objeto corresponderá, em termos políticos, à impossibilidade de identificação de problemas ou problemáticas universais.

Por essa via, chegamos a um dos pontos de maior importância para aqueles que desejam empreender suas pesquisas sob inspiração do pensamento foucaultiano: a verdade (e a realidade) não é nem aquilo contra a qual a pesquisa se choca e nem aquilo que a pesquisa deve identificar de forma definitiva. Não há uma verdade ou realidade que seja *anterior* às nossas tentativas de defini-la, de encontrá-la, de conhecê-la. E isso quer dizer que: a verdade e a realidade são produzidas na imanência de nossa pesquisa (o que não implica em uma ausência de regras para delimitar o que vai contar como “verdade” ou como “realidade”). De forma semelhante, não há uma verdade ou realidade que seja *posterior*, como uma espécie de finalidade da pesquisa (descobrir a verdade, ou a realidade), ou como algo semelhante a um horizonte necessário ao funcionamento da pesquisa (como se, para pesquisarmos, fosse preciso pressupor que nossa pesquisa pretende encontrar a verdade ou que se faz sob uma realidade que ela pretende desvelar). Segundo essas perspectivas que colocam verdade e realidade fora da pesquisa – seja por situá-las antes, seja por projetá-las depois da pesquisa –, *verdade e realidade são*



*justamente aquilo que fecha a questão.* Ou seja, nós questionamos, pesquisamos e buscamos saber somente até encontrarmos a verdade ou a realidade; depois disso, entretanto, não faz mais sentido nenhuma questão, nenhuma busca, nenhuma pesquisa. Mas significa também: nós questionamos, pesquisamos e buscamos saber tendo em vista já termos decidido, de antemão, que queremos a verdade e/ou que pesquisamos n“a” realidade e pressupondo que existe “a” realidade. Ora, mas a partir da perspectiva foucaultiana o que ocorre é precisamente o contrário: a verdade e a realidade consistem justamente na abertura da questão.

Talvez o ponto de vista do porqueiro [personagem do poema de Juan de Mairena que questiona a crença de que “a verdade é a verdade” independente de quem diga] nos esteja indicando que a realidade não é outra coisa que o assunto da discussão; ou que a realidade é a questão, isto é, “o que está em questão”; ou que a realidade é o problema, isto é, o que é problemático e pode ser problematizado. [...] E se a realidade não é a realidade, mas a questão; se a verdade não é a verdade, mas o problema; se perdemos o sentido da verdade e se, como o porqueiro, desconfiamos da verdade, teremos, talvez, que aprender a viver de outro modo, a pensar de outro modo, a falar de outro modo e a ensinar de outro modo (LARROSA, 2013, p. 164-165).

Em síntese: a realidade e a verdade são produzidas por relações de saber e relações de poder. A pesquisa, ao apontar o que é real ou o que é verdadeiro, não é meramente *descritiva*, mas sim *construtiva*. Assim, não faz sentido considerar a perspectiva foucaultiana como desconstrutivista: se há desconstrução na análise foucaultiana, é justamente dessa ideia de que existe alguma coisa que não seja construída, inventada

ou produzida nas e pelas relações de saber/poder. A pesquisa deve, portanto, desconstruir somente as coisas que se apresentam como não construídas – como sempre existentes, ou imutáveis, ou próprias da essência do ser humano, do mundo, da “psique”, da vida em sociedade etc. Portanto, deve desconstruir somente tudo aquilo que é tido como essencial, imutável ou fundamental; tudo o que é considerado como próprio da natureza, da estrutura ou da condição humana; tudo o que é acreditado como universal, como necessário ou como atemporal: “no que nos é apresentado como universal, necessário, obrigatório, qual a parte do que é singular, contingente e fruto de imposições arbitrárias?” (FOUCAULT, 2008, p. 347).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado no início, este texto pretende disponibilizar algumas direções para a pesquisa com Michel Foucault. Se por *método* compreendermos um conjunto de (pre)posições que são tomadas antes da pesquisa, em exterioridade em relação à pesquisa e enquanto exigências transcendentais à pesquisa – enfim, como *pressuposto*, *prescrição* ou *fundamentação* –, certamente este trabalho nada terá dito acerca do método. Talvez, quando muito, terá sinalizado uma impertinência em operar com a noção de “método” no contexto da perspectiva foucaultiana. Todavia, se compreendermos que o método está a favor da pesquisa (ele deve ajudá-la ao invés de obstaculizá-la), que está em relação de imanência com a pesquisa (ele não atua antes, sobre ou fora da pesquisa, mas ocorre quando, e somente quando, a pesquisa ocorre) e que ele consiste nos movimentos singulares de uma pesquisa (ele não fornece a segurança da pesquisa, mas traça um caminho sempre provisório e contingente para ela) – em suma, se com-

preendermos que o método consiste em um conjunto dissensual, provisório e imanente de enunciados e posições que são tomadas *na* pesquisa, *em favor da* pesquisa e *com a* pesquisa –, certamente é possível afirmar que este consiste em um trabalho sobre o uso do método na perspectiva foucaultiana.

Os efeitos esperados desse texto consistem, pois, no retorno aos contextos dos quais a mobilização para sua escrita partiu: os espaços de produção de pesquisa nos contextos de graduação e pós-graduação. Entretanto, jamais deteremos as rédeas e delimitaremos sob nosso arbítrio os espaços de alcance, propagação e uso daquilo que escrevemos. É nisso que consistem tanto as aspirações deste trabalho quanto seu próprio conteúdo: que os princípios, as orientações e as direções metodológicas de nossos enunciados não sejam vistos por nós como imposições a pesarem contra aquilo que pesquisamos, mas que possam cumprir a favor da produção de singularidades na pesquisa.

## BIBLIOGRAFIA

BENEVIDES, P. *O dispositivo da verdade*. 2013. 510 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

BENEVIDES, P. Fazer escola e fazer pesquisa: interrogações sobre uma experiência educativa no Rio de Janeiro. In: KOHAN, W. et al. (Org.). *Encontrar escola: o ato educativo e a experiência da pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. p. 93-100.

DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, M. *O uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 12. ed. São Paulo: Graal, 2007.

\_\_\_\_\_. O que são as luzes? In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*. Tradução de Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 2 v.

\_\_\_\_\_. *Do governo dos vivos*. Tradução de Nildo Avelino. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21. ed. São Paulo: Loyola Jesuítas, 2011a.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Machado e Eduardo Morais. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2011b.

\_\_\_\_\_. É importante pensar? In: \_\_\_\_\_. *Ditos e escritos*. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011c. v. 6.

GROS, F. *Foucault: a coragem da verdade*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editoria, 2004.

LARROSA, J. *Pedagogia profana*. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

\_\_\_\_\_. Como entrar no quarto de Vanda: notas sobre a investigação como experiência (tendo como referência três filmes e alguns textos de Pedro Costa) e considerações sobre a investigação como verificação da igualdade. In: KOHAN, W. et al. (Org.). *Encontrar escola: o ato educativo e a experiência da pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. p. 22-49.

NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VEIGA-NETO, A. A facilidade de se fazer algo difícil - ou, se quisermos - a dificuldade de se fazer algo fácil. In: FOUCAULT, M. *Do governo dos vivos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

# TRAUMA, NARRATIVA E TRANSFORMAÇÃO: CONTAR PARA RECRIAR

Rafaella Medeiros de Mattos Brito<sup>1</sup>  
Idilva Maria Pires Germano

## INTRODUÇÃO

Nós humanos somos seres que contam histórias e que, individual e coletivamente, levam vidas atravessadas por narrativas. Para o campo da Psicologia Narrativa, o estudo da narrativa é o estudo de como experienciamos o mundo e quem somos. Podemos entender a narrativa como a interpretação organizada de uma sequência de eventos, que “envolve a atribuição de agência para os personagens da narrativa e a inferência de ligações causais entre os eventos” (MURRAY, 2008, p. 113). Uma narrativa, geralmente, envolve uma articulação temporal e causal-consequencial de elementos, como personagens, episódios, contextos e motivos, numa estru-

---

<sup>1</sup> Este capítulo resulta da dissertação de mestrado da primeira autora, *As histórias contadas na clínica: narrativa e transformação na psicoterapia* (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, 2014), sob orientação da segunda autora. Protocolo Comitê de Ética CAAE 18440313.2.0000.5054 (2013).

tura comunicativa com começo, meio e fim. Essa articulação permite conectar e organizar episódios, elementos díspares do vivido, conferindo-lhes sentido. Os muitos enredos que construímos no cotidiano ligam episódios que permaneceriam desconexos se não fossem integrados em tramas. Para Polkinghorne (1988, p. 13), a narrativa, portanto, refere-se ao “esquema organizacional expresso em forma de história”.

Narrativa é uma estrutura de significado que organiza os eventos e as ações humanas em um todo, desse modo atribuindo significância a ações individuais e a eventos de acordo com seu efeito no todo. Portanto, narrativas devem ser diferenciadas de crônicas, as quais simplesmente listam eventos de acordo com seu lugar em uma linha de tempo. Narrativa provê um relato significativo de ações que incluem a dimensão temporal (POLKINGHORNE, 1988, p. 18).

Muitos trabalhos vêm corroborando a ideia de que a narrativa é, por si mesma, um processo terapêutico (ANGUS; MCLEOD, 2004), mostrando que, mesmo fora do ambiente psicoterápico, a oportunidade de construir uma narrativa sobre si tem possibilitado revisões da história de vida dos narradores. O potencial terapêutico das narrativas torna-se ainda mais evidente em clientes que vivenciaram algum tipo de evento traumático, pois a ruptura com determinados modos de auto-compreensão torna urgente a necessidade de dar novos sentidos ao que ficou sem explicação. Para Grandesso (2000),

Para que haja uma reconstrução de significados, algo deve abalar os significados já instituídos pelos quais organizamos o nosso mundo. Só se pode pensar em reconstrução de significado a partir de qualquer acontecimento de quebra

de sentido, de não-encaixe ou de vazio [...]. Somente quando o inesperado, o inusual e o exótico se apresentam como uma quebra de sentido, quebra de transparência, configuraram-se as condições de possibilidade para que algo novo possa surgir de nossa surpresa, nossa estranheza como uma nova busca pelo familiar e pela conformidade, ou seja, por um novo sentido (GRANDESSO, 2000, p. 201).

O evento traumático pode ser entendido como uma dessas formas de ruptura de sentido, descrita também por Heidegger como quebra da “transparência no fluir da vida” e por Jerome Bruner como “fator surpresa” (GRANDESSO, 2000). Quando esse evento inesperado rompe o curso habitual da vida, a narrativa torna-se necessária.

Rosenthal (2003), por exemplo, em suas pesquisas com combatentes que sobreviveram à Segunda Guerra Mundial e com refugiados na Alemanha, percebeu que o fato de contar a própria história provocava um trabalho biográfico quase sempre marcado por profundas emoções. A adoção do método da Entrevista Narrativa, estimulando a livre narração dos entrevistados, desencadeava relatos plenos de sentimentos, imagens, impressões e memórias que haviam sido esquecidos e evitados por muito tempo. Ao contarem suas histórias, os participantes acabavam por desnaturalizar visões fixas sobre os acontecimentos, suas vidas e relações pessoais. Ao iniciar um fluxo narrativo, os indivíduos podiam lembrar e articular eventos e experiências que não haviam sido levados em consideração previamente, mostrando que a narração se constrói no momento da interação e não como algo que já está pronto para ser “transmitido” ao pesquisador. A autora ressalta que os benefícios da entrevista não podem ser comparados com os de uma psicoterapia de longo prazo, mas os primeiros “efeitos curativos” já podem ser per-



cebidos com a realização da entrevista. O ato de narrar permite que o narrador mencione tópicos e situações antes considerados irrelevantes, podendo desencadear lembranças que, ao serem verbalizados, podem ser reorganizados e reinterpretados.

O fluxo da narração dispara uma cadeia de memórias que envolve impressões, sentimentos, imagens e sensações físicas ligados ao evento recordado, que nem sempre se adequam à situação biográfica presente do narrador, tendo sido evitados ou deixados de fora da reflexão por muito tempo. Essa proximidade com o passado aumenta durante a narração, e diferentes perspectivas sobre o recordado podem se apresentar, trazendo novos *insights* ao narrador sobre o vivido e sua história. Para Schütze (1984 apud ROSENTHAL, 2003), os efeitos terapêuticos das narrativas autobiográficas dizem respeito ao fato de que, ao explicitar narrativamente uma experiência adversa ou traumática, a pessoa pode integrar tal experiência na percepção que tem de sua história de vida. Segundo Rosenthal (2003):

Fritz Schütze (1984) percebeu o efeito terapêutico da narração biográfica precisamente no fato de que, ao refletir sobre as “inter-relações e passagens de experiências traumáticas que foram narrativamente explicitadas” elas podem ser recuperadas por um “conceito consistente de identidade” (p. 108). As áreas traumáticas da vida que foram deixadas de fora da percepção autobiográfica podem, através da narração e do trabalho autobiográfico - no sentido de refletir sobre o seu significado para uma história de vida particular - voltar a ser integradas na história de vida (ROSENTHAL, 2003, p. 923- 924, tradução nossa).

Dessa forma, a narrativa da história de vida traz um senso de continuidade do eu, juntando fragmentos de memó-

ria e integrando o evento traumático à história de vida como um todo, conectando passado e presente.

Contar sua história é uma experiência de organização e criação de sentido, como mostra Duero (2006) ao estudar os processos em jogo na construção da identidade pessoal em relatos de pessoas que já haviam passado por psicoterapia. O autor entrevistou adultos universitários perguntando os efeitos do processo psicoterápico em suas vidas, isto é, como a terapia os havia transformado. A maioria disse que havia mudado a imagem de si e incorporado ao seu conceito pessoal novas características antes desconhecidas. Os entrevistados também mencionaram haver conseguido ressignificar eventos importantes sob uma perspectiva mais ampla. Como disse uma das entrevistadas da pesquisa:

o terapeuta tomava meu mundo de associações e me ajudava a reconfigurá-lo, a reconfigurar meu mundo de associações e minha visão sobre a realidade... com ele, a lógica das minhas associações mudou (DUERO, 2006, p. 146).

Percebemos, assim, que grande parte do potencial transformador atribuído à psicoterapia advém do papel singular das histórias que se contam (e se vivem) na clínica, que é o de ampliar o horizonte de significação da experiência e descortinar outros mundos possíveis. A terapia é um espaço de diálogo que permite ao cliente, com o apoio do terapeuta, descobrir novas formas de conferir sentido ao seu mundo e repensar suas narrativas de vida.

A partir dessas ideias gerais, à luz do enquadre teórico da Psicologia Narrativa e em diálogo com abordagens psicoterápicas contemporâneas que focalizam o aspecto constitutivo, situado e relacional da narração, este capítulo busca

elucidar o potencial transformador do ato de contar histórias sobre si nesse *setting* específico. Buscamos discutir argumentos envolvendo o papel da narrativa na psicoterapia, a partir do próprio ponto de vista de pessoas que passaram por eventos traumáticos.

## EVENTOS TRAUMÁTICOS E A BUSCA DE APOIO PSICOTERÁPICO

As pessoas geralmente procuram terapia por não conseguirem, em certos momentos de suas vidas, lidar com alguma questão biograficamente significativa. Precisam lançar mão da narrativa para dar sentido ao que parece confuso e incoerente. Como assinala Murray (2008, p. 114), “a função primária da narrativa é que ela traz ordem à desordem. Ao contar uma história, o narrador está tentando organizar o desorganizado e dar a ele sentido”.

Comum a muitos estudos de narrativas é o entendimento de que existem múltiplas narrativas possíveis, e é precisamente esse potencial reconstrutivo o centro da transformação humana na terapia (ANGUS; MCLEOD, 2004). As experiências podem ser significadas em diferentes histórias, à luz de novos acontecimentos, personagens, repertórios, linhas de enredo e desfechos. A natureza inacabada e aberta da identidade é enfatizada por Bruner (2004), que afirma que nenhuma autobiografia é completa, apenas dada por encerrada. Além disso, um relato autobiográfico é apenas uma versão possível, um modo de alcançar coerência, existindo uma pletera de modos alternativos de contar quem se é. Não há, portanto, um passado verdadeiro e unívoco fielmente representado pela linguagem; as narrativas autobiográficas são artefatos

que produzem sentido sobre o passado, estando sujeitas aos processos de recordação e à moldagem linguística e comunicacional da situação narrativa. Porém, mesmo podendo ser contadas de variadas formas, Bruner (2004) acredita que quase todas as histórias de vida apresentam pontos de virada (*turning points*), quando circunstâncias nos convidam a mudar nossos velhos modos de viver e narrar os eventos vividos.

Como afirma Crossley,

quando um sentido é interrompido por traumas, a importância da narrativa novamente entra em vigor, como uma tentativa individual de reconfigurar um sentido de ordem, de significado e identidade coerente (2000, p. 528).

As pessoas procuram dar estrutura à sua experiência, precisam que os eventos façam sentido e fazem isso mediante a narrativa. Por esse motivo, Sarbin (1986, p. 8) entende a narrativa como o princípio organizador da ação humana: “os seres humanos pensam, percebem, imaginam e fazem escolhas morais de acordo com estruturas narrativas”.

Como modo de pensamento oposto ao raciocínio lógico ou “paradigmático”, a interpretação narrativa envolve uma canonicidade implícita (BRUNER, 1990). O que é canônico, comum e aceito culturalmente é autoexplicativo. Quando há uma ruptura das expectativas canônicas, um afastamento do padrão, torna-se mais premente a necessidade de narrar. As narrativas são criadas e negociadas culturalmente para explicar o que fica sem sentido quando crenças são violadas, cumprindo, assim, um papel na organização da experiência. Quando algum evento traumático quebra o sentido canônico, isto é, a expectativa comum sobre o curso dos acontecimentos e experiências, tentamos reconstruí-lo mediante o uso de

narrativas. Os eventos disruptivos ou desorganizadores são circunstâncias excepcionais ou inesperadas que podem, significativamente, desestabilizar nossa percepção de quem somos e do mundo em que vivemos. Podem referir-se a assuntos pessoais, familiares, financeiros ou de saúde que se desviem de uma rotina esperada.

A construção de narrativas permite que esses eventos sejam incorporados à história de vida da pessoa como um todo, num enredo relativamente coerente e não como fragmentos dispersos e anômalos. Para Becker (1999), há um período de limbo e reorganização no qual o sujeito tenta manter a continuidade de sua vida mediante a interpretação dos eventos desorganizadores, antes que estes sejam entendidos como parte de um todo. Tais eventos referem-se à súbita ocorrência de uma situação inesperada que coloca em xeque a visão que a pessoa tem de si e a coerência de sua história de vida. Muitas situações podem desencadear essa desorganização: a demissão de um emprego em que se trabalhou durante anos, a morte de alguém bastante próximo, a descoberta de uma doença grave, a impossibilidade de realizar uma atividade que marca a identidade do indivíduo, como a tetraplegia para um jogador de futebol ou bailarina.

Os eventos traumáticos rompem, fraturam a linearidade, a coerência e o enredo esperado para uma vida “normal”. Essas experiências que fogem ao cânone pessoal ou coletivo podem não ser imediatamente integradas ao enredo dominante que a pessoa vem construindo sobre si mesma. Nesse caso, o indivíduo não consegue atribuir sentido à experiência traumática porque esta não se adequa à história pessoal até então elaborada, não é coerente com a narrativa autobiográfica que o sujeito forjou até o momento.

Para certa linhagem de estudos narrativos na psicoterapia, um estado psicopatológico ocorre quando o indivíduo não consegue se desvencilhar desses “protótipos narrativos” (GONÇALVES, 1998) rígidos e invariantes para dar lugar a novas narrativas mais fluidas. A reconfiguração narrativa abre espaço para uma maior pluralidade de significados e perspectivas, abarcando a multiplicidade de aspectos do *self*. A reconfiguração narrativa consiste em um processo pelo qual o indivíduo se esforça para reestabelecer certo grau de segurança ontológica e um novo senso de ordem e conexão com sua vida após a ocorrência de eventos traumáticos (CROSSLEY, 2000). Crossley estudou as narrativas de pessoas com doenças crônicas e mostra que esses eventos são percebidos como transformando completamente a pessoa, que precisa, então, compor outras formas de contar a história, que não estavam em foco anteriormente, a fim de manter seu senso de coerência, unidade, sentido e identidade. A autora, alinhada à Psicologia Narrativa, corrobora a formulação de Sarbin (1986) de que a vida humana tem em si uma estrutura narrativa.

A necessidade de se construir narrativas para fazer inteligível a realidade, principalmente após a ocorrência de um evento traumático, remete-nos à importância da terapia:

Em geral, o objetivo da terapia é, por meio da cooperação, criar novas possibilidades de autodeterminação e recuperar ou expandir as antigas. Narrar focalizando a questão da identidade pode e deveria, portanto, ser útil para estabilizar e expandir o potencial subjetivo para a ação, particularmente, mas não exclusivamente, em contextos psicoterápicos (STRAUB, 2009, p. 83-84).

Outra visão é trazida por Pennebaker (1999), que acredita que a psicoterapia refere-se a um processo no qual histórias são organizadas de forma a explicar eventos causadores de sofrimento. O ato de construir histórias é um processo humano que ajuda o indivíduo a entender suas experiências e sua própria conduta, por meio da integração de pensamentos e emoções. Esse processo daria ao indivíduo um senso de controle e entendimento sobre sua vida. Construir histórias facilita um senso de resolução que afasta pensamentos negativos, os quais, sem fechamento (*Gestalt*), continuariam rondando a consciência do indivíduo. Uma das hipóteses de Pennebaker é a de que dar coerência narrativa a um evento traumático funcionaria “completando uma tarefa”, tirando o foco do que ainda parece “pendente”.

A partir dessas questões gerais sobre a relação entre trauma, narrativa e transformação, analisamos as entrevistas de três pessoas que buscaram terapia num serviço de Psicologia, após eventos traumáticos. O objetivo foi compreender como os clientes percebem as mudanças geradas a partir da terapia e como o ato de contar histórias é explicitado por eles como sendo terapêutico. As entrevistas transcritas receberam análise temática (RIESSMAN, 2008; JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002), sendo discutidas a partir da perspectiva teórica da Psicologia Narrativa e de autores que focalizam a centralidade da narrativa e da narração no processo de significação.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas na Clínica-Escola de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, no período de julho a outubro de 2013, com indivíduos que esta-

vam em psicoterapia individual por, no mínimo, seis meses, em razão de experiência traumática. A abordagem terapêutica não era relevante, mas os indivíduos deveriam estar ainda vinculados à clínica, com o processo de psicoterapia em andamento. Dessa forma, os entrevistados teriam a oportunidade de explorar, em seus processos terapêuticos, eventuais desdobramentos das entrevistas.

O primeiro contato foi feito com os alunos de graduação que realizam estágio clínico. Foi apresentada a proposta da pesquisa aos estagiários e realizada uma consulta sobre casos atendidos que pudessem preencher os requisitos da pesquisa. Apenas três entrevistas se encaixaram no recorte estabelecido, com clientes que estavam em terapia nas abordagens comportamental, centrada na pessoa e psicanálise. A adequação ao recorte da pesquisa – pessoas que vivenciaram situações traumáticas – foi definida pelos estagiários, que apresentaram casos nos quais o próprio cliente dizia ter passado por um evento traumático.

Para nós, a definição de trauma cabe às pessoas que procuram terapia e não a um diagnóstico formalizado. De modo geral, influenciados pela definição de Crossley (2000), entendemos experiência traumática ou evento disruptivo ou desorganizador como um acontecimento súbito e inesperado que põe em xeque as ideias básicas que dão suporte à vida de uma pessoa e que desestabilizam seu senso de identidade e tempo.

Reconhecemos que as entrevistas não são coletas de dados, mas construções que se dão no momento da interação entre pesquisador e entrevistado, possuindo também um caráter interventivo. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, iniciadas com um convite à narração: “você poderia me contar sobre como está sendo sua experiência na terapia?”. Após a livre narração inicial, que contextu-



alizava o caso e mostrava as primeiras impressões do cliente acerca da psicoterapia, seguiam-se perguntas anteriormente elaboradas pela pesquisadora, que iam sendo inseridas na entrevista de acordo com o andamento da conversa. Outras perguntas também surgiam no decorrer das entrevistas, a fim de melhor explicitar e desenvolver questões que apareciam no transcorrer do diálogo, por exemplo: “você poderia falar um pouco mais sobre...?”, “o que exatamente você chama de...”, “você pode me dar um exemplo de...”, marcando a entrevista, assim, como semiestruturada.

Então, as transcrições das entrevistas foram submetidas a uma análise temática (RIESSMAN, 2008; JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002), num processo gradual de redução do texto, com o cuidado, entretanto, de não se perder de vista a dimensão sequencial do relato. Segundo Riessman (2008), nesse tipo de análise, o conteúdo é o foco principal. O pesquisador deve, então, debruçar-se sobre “o que” foi dito, sem privilegiar “como”, “para quem”, “com qual intenção” e “de que forma” a narrativa está estruturada.

Os dados são interpretados à luz dos temas desenvolvidos pelo investigador (influenciado por teorias prévias e emergentes, pelo propósito concreto da investigação, pelos dados em si, compromissos políticos e outros fatores) (RIESSMAN, 2008, p. 54).

Cada entrevista foi analisada sequencialmente, procurando “manter a história intacta para fins de interpretação” (RIESSMAN, 2008, p. 74). Os textos das entrevistas sofreram duas reduções, organizadas em um quadro com três colunas. Na primeira coluna, dispusemos a entrevista na íntegra; na coluna seguinte, trechos da entrevista foram parafraseados

em sentenças sintéticas que resumiam o excerto; por fim, na terceira coluna, a primeira redução foi categorizada em palavras-tema. Como mostram Jovchelovitch e Bauer (2002), o conjunto das reduções promove uma condensação de sentido.

A escolha desse método deu-se a partir de sua consistência com os objetivos do estudo, que buscou temas específicos sobre a vivência dos participantes no âmbito da psicoterapia. A análise temática nos permitiu assinalar, recortar e extrair, dentro da riqueza de conteúdos e processos de uma entrevista, os momentos em que os clientes abordavam o tema da transformação pessoal e do ato de contar histórias em terapia, para que, assim, pudéssemos relacionar as duas temáticas.

Abaixo, apresentamos, por meio de trechos das entrevistas com os participantes, as mudanças observadas pelo cliente ao longo do seu processo terapêutico e analisamos as relações estabelecidas entre essas transformações e o ato de narrar. A análise, a partir das lentes da Psicologia Narrativa, leva-nos ao nosso objetivo principal, que é explorar a função terapêutica da narrativa.

## O ATO DE NARRAR E A TRANSFORMAÇÃO NA PSICOTERAPIA

### *Eduardo e a textualização da experiência*

Eduardo,<sup>2</sup> 33 anos, buscou terapia para entender a dor que sentia após a morte do irmão e o fim de um relaciona-

---

<sup>2</sup> Os nomes dos entrevistados e das pessoas citadas nas entrevistas foram modificados para garantir o sigilo.

mento amoroso. A não resolução dessa dor e o incômodo com um “vazio” persistente levaram-no a procurar a terapia como busca de autoconhecimento. Em seu ponto de vista, esse processo permitiu que entrasse em contato com aspectos desconhecidos de sua pessoa – seus “primeiros eus” – e descobrisse “suas próprias verdades”. A terapia exigiu que estivesse disponível para explorar a si mesmo, pois rapidamente percebeu que não bastava apenas comparecer aos atendimentos, mas tudo dependeria do quanto ele se implicasse no processo.

Seus “primeiros eus” estariam relacionados à infância, e parte de sua mudança consistia na descoberta de que não abandonara plenamente sua identidade infantil, ou seja, a percepção de que ainda estaria ligado ao Eduardo criança. Sua fala mostra o diálogo entre vozes internas representativas do adulto e da criança que ainda é fortemente presente em sua vida. Essa descoberta foi facilitada pelo contato com um livro do psicólogo americano Dan Kiley, chamado *A Síndrome de Peter Pan*. Este livro foi recomendado a Eduardo por sua antiga terapeuta e lhe causou grande impacto:

*Então, foi quando, e eu relutei muito, quando eu entrei em contato com esse livro e eu comecei a ler, foi que eu percebi que meu primeiro eu infantil, que eu não tinha ainda... como é que eu posso dizer [...] eu não tinha me desgarrado dele. Então, foi, digamos, a primeira catarse que eu tive, né?!, o primeiro contato com um eu meu.*

Apesar do caráter aparentemente prescritivo do livro – que evoca uma fábula infantil cujo protagonista é incapaz de crescer –, ele possibilitou a Eduardo uma abertura para novas formas de significar sua história. Valendo-se de um novo vocabulário, enquadramento conceitual e enredo, Edu-

ardo reorganiza o entendimento de seus problemas como luta entre infância e vida adulta, mais precisamente como permanência conflituosa numa forma infantil de experienciar o mundo. O conceito de “catarse” é utilizado por Eduardo para nomear o reconhecimento de uma verdade antes opaca e que parece emergir como epifania. Como afirma Kearney (2012), esse antigo conceito não se refere a um processo misterioso que leva a pessoa a superar milagrosamente o que a perturba, mas a uma questão de reconhecimento. Esse reconhecimento se dá numa nova forma de narrar as vivências perturbadoras que parece antecipar para o narrador algum grau de controle e superação. O convite à narração livre durante a entrevista facilita a proximidade com o passado e a reflexão sobre o trabalho psicoterápico anterior e em curso, levando à recordação da leitura do livro recomendado e de seus efeitos transformadores até o momento.

Eduardo usa ainda a metáfora de “concretização” para falar dos efeitos da terapia: “uma situação em que eu me encontro no abstrato, e a terapia me traz pro nível do concreto”. Essa figuração parece evocar o processo psicoterápico de atribuição de significado, no qual as experiências sem sentido mantidas num nível pré-reflexivo passam a ser materializadas na linguagem. Nesse sentido, Eduardo menciona a explicação que sua terapeuta lhe deu sobre a terapia: “Então, todas as suas buscas elas terão que ser textualizadas, você vai ter que falar. Eu só vou poder conseguir entrar em contato com alguma coisa sua, a partir do seu discurso”.

Combinando os meios desenvolvidos no processo psicoterápico anterior e no que estava em curso com outros meios narrativos disponíveis (seus estudos em Letras, por exemplo), Eduardo é capaz de transformar a experiência vivida numa história inteligível plena de sentido. Como se pode observar,

os sentidos dados à terapia por Eduardo não se limitam à atualidade, referindo-se a uma construção iniciada em seu primeiro atendimento com outro profissional. O processo terapêutico não se resume aos 50 minutos partilhados na presença do terapeuta, nem somente às trocas realizadas na sessão, mas extrapola o *setting* e se dá nas reverberações que acontecem no decorrer da semana, como menciona Eduardo:

*O R. (terapeuta), nesse ano, né?, houve um dia em que eu saí do consultório como se eu tivesse saído do dentista, e o dentista tivesse esquecido algum pedaço de dente, alguma coisa na minha boca, e doendo. Durante dois dias, eu fiquei sentindo, eu vinha, né?, involuntariamente, vinha fragmentos da conversa lá.*

É a partir de um conjunto de espaços narrativo-dialógicos – a leitura de um livro, a sessão psicoterápica, as histórias cotidianas – que o cliente constrói os sentidos sobre sua transformação.

O reconhecimento do papel da narrativa na terapia é bastante evidente em Eduardo, que faz vários paralelos entre a terapia, literatura e mitologia, áreas em que a narrativa é central. Para Eduardo, na terapia, é apenas por meio da narração que a pessoa pode alcançar sua verdade. Eduardo sente que se “descobre” à medida que textualiza sua experiência, narrando para si mesmo e para seu terapeuta, que, por sua vez, contribui com seus comentários.

Para o entrevistado, se suas verdades fossem ditas por outra pessoa não teriam o mesmo efeito. É no ato de narrar-se que suas verdades vêm à tona: “na análise, não é o R. [o terapeuta] quem me diz, eu vou percebendo. Eu vou percebendo através de quê? Através da minha fala”. Eduardo menciona também a relação entre narrar e aceitar, comparando a mito-

logia grega com suas histórias contadas na clínica: “porque você vai contando, na mitologia, os mitos são contados, né?, e de tanto serem contados eles são aceitos”. Seria então nesse processo de contar inúmeras vezes que fragmentos rejeitados das histórias de vida vão sendo ordenados, aceitos e também modificados a cada nova versão.

### ***Zilma e o encaixe da experiência em seu lugar***

O mote inicial da terapia de Zilma, 39 anos, foi a perda do filho de 13 anos, que faleceu de leucemia. Após a morte do filho, Zilma teve um início de AVC, com sangramentos e nódulos. O início da terapia foi difícil, pois não conseguia falar da sua dor sem chorar. A terapia, paulatinamente, ajudou-a a expressar seus sentimentos e a lidar com a sua dor. Ela diz que seu coração passou de “sufocado” para “leve” e que a terapia lhe deu alívio, coragem e vontade de continuar. Considera que a terapia a salvou da morte, tirou-a do “fundo do poço” e a ajudou a dar um novo sentido para a vida. Somente depois de iniciar a terapia é que Zilma conseguiu se desfazer dos pertences do filho por meio de doações. O alívio para a dor do luto veio da ressignificação da experiência da morte do filho, alcançada mediante o ato de narração de sua perda na escuta clínica:

*A primeira vez que eu vim eu achei muito esquisito [...] mas ó, o jeito que eu vim pra cá, eu vim com a cabeça inchada, um monstro. Eu me sentia sufocada, o coração cheio, de tudo, né? Eu não tinha pra onde respirar. Era como se tivesse uma bomba dentro de mim a ponto de explodir. Aí quando eu cheguei aqui, eu nunca imaginei de vir pra cá, era muito estranho. Aí a G.*

[terapeuta], a gente conversou [...] E toda vez que eu vinha eu chorava bastante porque eu tinha que falar das minhas coisa, aí aquela cabeça enorme, e eu tava sufocada e eu chorava bastante. E toda vez que eu vinha eu recebia uma pequena dose, como se eu recebesse uma dose de um remédio que ia aliviando aos poucos as coisa [...] [antes] eu não conseguia mais conversar com ninguém, eu não via, não ouvia, não sentia nada. E aqui não, eu passei a ouvir, a sentir, a ter vontade de continuar. E... já fiz tanta coisa depois que eu vim pra cá! Pra mim, aqui é um lugar especial.

A dimensão organizadora do processo de narração e escuta na psicoterapia é frisada por Zilma, que alude ao fato de que, junto com sua terapeuta, foi capaz de ordenar o que estava fora do seu lugar. As citações abaixo ilustram como a narração, no contexto psicoterápico, permite não apenas a expressão de uma experiência antes indizível, mas o seu ordenamento na forma de enredo ou trama com sentido. As metáforas usadas são justamente as de “encaixe”, de “colocar as coisas em seus cantinhos”, “seu “lugar”, no “lugar certo”:

*Mas tudo isso que aconteceu comigo foi devido à partida do meu filho, que foi muito doloroso mesmo, ainda é, que eu... não tem como falar dele e não chorar, às vezes. Mas hoje eu falo e eu não choro como antes, né?, eu já controlo mais. E cada pensamento meu, quando eu vim pra cá, tava com a cabeça enorme, tava tudo misturado, hoje tá tudo indo pros seus cantinhos, pro seu lugar. E até meu coração, hoje eu não tenho mais o coração sufocado, ele tá leve.*

*[...] eu não conseguia lembrar nem das coisas boas que a gente tinha feito junto, eu só lembrava dele no hospital, só a doença,*

*era só isso a minha visão. Por isso que durante três anos eu fiquei cega, porque eu só via isso, os últimos momentos que a gente viveu. E hoje não. Eu consigo ver lá de quando ele nasceu até agora, que nem isso eu via. E aí eu vejo com alegria, é por isso que eu digo que eu preciso daqui mais um pouquinho, porque eu tenho que terminar de colocar... lá... essas coisas... parar mais de chorar. O que eu converso com ela, ela explica pra mim. Eu falei pra ela uma coisa, a mesma coisa ela fala só que de modo diferente e vai me explicando. Aí é como se eu tivesse que encaixar cada coisinha no seu lugar. Aí eu fico observando ela falando, eu vou tentando encaixar aquelas coisas no lugar certo. Não sei se dá pra você entender.*

Zilma teve que reinventar novas formas de viver após a perda do filho. Sua identidade pessoal e sua rotina estavam ligadas a ele. Após sua morte, diz que ficou paralisada por três anos, sem conseguir prosseguir com a vida. A terapia, então, abriu novos horizontes pessoais, que mudaram não somente seu modo de lidar com morte do filho, mas também com seu presente e futuro. Superou o medo e a vergonha que a deixavam fragilizada e isolada. Tornou-se uma pessoa mais sociável e aberta às possibilidades.

Segundo seu relato, a terapia lhe traz prazer e alegria, é o lugar onde relaxa e acha soluções e respostas. Estava com os “pensamentos bagunçados” e, na terapia, organizou-os. A organização de sua rotina é um ganho que ela parece valorizar. A entrevistada conta que a psicóloga a ajudou a organizar suas atividades rotineiras, colaborando para que refletisse e tomasse decisões sobre o futuro. Para Zilma, que ficou perdida após a morte do filho, essa construção partilhada de uma nova rotina e de prioridades foi muito importante. Ela atribui suas mudanças à forma como a psicóloga fala, ao lugar especial que é a clínica, ao



jeito como é atendida, ao carinho e atenção que recebe e às explicações que a psicóloga lhe oferece sobre o que ela mesma diz.

Zilma atribui sua melhora na terapia à legitimidade, veracidade e profundidade de sua narrativa, não sendo qualquer narrativa, portanto, potencialmente terapêutica:

*Então, eu falo pra ela aquilo que vem no meu coração. Eu nunca falei assim, nem pra minha melhor amiga aquilo que vem do meu coração, da minha alma. E aqui eu falo. É assim. É por isso que eu acho que eu tou melhor. Por que eu não invento, é o que sai mesmo de verdade.*

Durante a terapia, houve um momento de construção narrativa particularmente importante para Zilma. Sua terapeuta pediu que ela escrevesse uma carta para o filho. Na carta, intitulada “Saudades e felicidade”, ela conversa com o filho e o chama de todos os apelidos carinhosos que ela costumava usar, estabelecendo um verdadeiro diálogo com ele. Começa a carta expressando que não estava preparada para perdê-lo, por isso não conseguiu se despedir, pois sempre acreditou em sua melhora. Diz que tentou se fazer presente enquanto ele estava na UTI e pede perdão por não ter lhe beijado como sempre fazia. Depois conta para o filho como ficou após sua partida. Diz que ficou paralisada por três anos, mas que hoje está se curando em um lugar especial: a terapia. A redação e a leitura da carta, utilizadas como técnicas psicoterápicas, permitem que os fatos e situações dolorosas sejam dispostos num enredo que organiza o conjunto das experiências de luto, antes inenarráveis. Ao reunir os fragmentos de sua vida com o filho, nas horas boas e más, Zilma pode conferir um significado suportável para sua morte.

A recordação do passado e sua narração contribuem para a superação do luto, bem mais do que o esforço em direção ao esquecimento. White (2012, p. 151), em seu trabalho com pessoas em luto, por meio de “conversações de *remem-brança*” (*remembrance*), percebeu que “a incorporação da relação perdida parecia um objetivo muito mais adequado do que estimular as pessoas a abandoná-la”, uma vez que as pessoas “havia perdido uma pessoa amada, mas também uma parte substancial do próprio senso de *self*, da própria identidade”. Essa narração epistolar ofereceu a Zilma ocasião para “dizer olá” novamente, ao invés de “dizer adeus”.

Além de promover um processo de ressignificação essencial para que Zilma continuasse o curso de sua vida, o exercício da narração, durante a terapia, parece ter facilitado sua habilidade de partilhar e se relacionar. A participante se surpreende ao perceber o quanto está à vontade na entrevista, falando livremente. Aponta que, antes da terapia, não seria capaz de agir dessa forma e menciona, também, que hoje conta sobre outros tópicos na terapia, como a vida profissional e a vontade de encontrar um companheiro. Depois que dissolveu o problema do luto do filho, novos conteúdos foram surgindo.

### ***André e a montagem do quebra-cabeças***

Uma das maiores conquistas de André, 17 anos, com a terapia foi o enfrentamento de um processo depressivo. Para ele, o processo psicoterápico permitiu ampliar seus horizontes, antes limitados à esfera dos “problemas” que o levaram a buscar ajuda profissional. A magnitude dos problemas trazidos à clínica o impede, a princípio, de vislumbrar outras facetas de sua existência, bem como demandas alheias, que,

somente no lento curso da terapia, passam a surgir em seu campo de visão:

*Depressão é uma coisa muito séria, não é uma doença fácil de se lidar. Quando eu tava naquele momento de depressão, eu praticamente achava que minha vida se resumia naquilo, nos problemas. Hoje eu posso ver que não, que meus problemas são apenas uma parte da minha vida, e a minha vida é um contexto muito mais amplo que os problemas. [...] eu acho que tá me deixando muito mais humano, tá me deixando muito mais sensível com os problemas dos outros, os meus problemas, eu tou conseguindo perceber o comportamento das pessoas [...] são coisas bem... às vezes, eu percebo que não são coisas que da noite pro dia acontecem, mas se você começar a olhar um pouco com esforço, você consegue ver. É um processo assim tão... é como se fosse o movimento da Terra, você tá acostumado com o movimento da Terra. Você não percebe que ela tá girando, você acha que ela tá parada, é a mesma coisa das minhas melhoras, os ganhos que eu tenho com a terapia. Coisas que vão sendo assim gradual. Uma coisa que eu ouvi na minha primeira sessão: esse processo vai ser lento, vai ser demorado, mas os resultados vão acontecer. Agora precisa ter muita perseverança com a terapia... tem que dar várias vezes chance pra você mesmo.*

Sobre a importância de contar sua história para o psicólogo, André também recorre a uma noção comum de “catarse”, evocando uma espécie de purgação pelo relato, na qual emoções dolorosas confinadas são exteriorizadas, trazendo alívio para o narrador. Essa narrativa é influenciada por recursos discursivos disponíveis ao narrador sobre o curso e funcionamento de psicoterapias, em parte oferecidos no próprio ambiente clínico:

*Sabe que é uma coisa muito importante quando você tem alguém pra contar as suas histórias, pra contar sobre os seus sentimentos. Eu acho isso muito significativo e muito forte. É.. tirando um pouco o lado tipo psicólogo e cliente, apesar que isso é natural que tem, mas como é uma pessoa, você consegue mostrar seus problemas, conta suas histórias, isso te dá... qual a palavra que vocês usam...? Catarse! Pois é! Quando você tem uma coisa presa dentro de você, é como se você tivesse segurando uma massa. A massa vai sair entre os dedos, e, de algum jeito, essas suas histórias vão sair, em forma de alguma lágrima, em forma de algum sintoma... mas quando você consegue ter uma pessoa, quando você tem amigos, falando mais no caso da terapia... quando você tem um terapeuta pra falar, isso é muito bom.*

O aspecto purgativo da narração do trauma é realizado mediante o uso da imagem do “dedo na ferida”. Pensar apenas não permite esse contato próximo com a fonte da dor; é preciso falar, isto é, narrar para si e para o outro sobre sua dor, torná-la inteligível para si e para seu ouvinte:

*É muito diferente quando você pensa em algo e você só pensa, mas outra coisa é quando você fala. Vou dizer, quando você tem um trauma... você pensa naquele trauma e bem, eu vou superar esse trauma. Mas quando você fala, você consegue colocar o dedo na ferida. É a única forma de sarar. Quando você consegue falar sobre o seu trauma, você escuta você ouvindo, se ouvindo. Isso é uma forma de cura. É uma cura.*

É preciso encontrar as palavras certas, ordená-las num fio condutor e contar a história do trauma para que o próprio narrador e sua audiência possam compreender seu significado e seus efeitos. A narração permitirá, em algum momento, uma nova perspectiva, “um olhar diferente” sobre o fato doloroso:

*Essa cura se dá... (em voz baixa) como eu falei, não é um passe de mágica. Muitas vezes, você vai ter que falar várias vezes sobre isso. Mas, a cada vez que você fala, é como se fosse uma etapa da sua cura. Vamos dizer, na quinta, sétima vez, você fala sobre isso de novo e você consegue ter um novo olhar quando você fala sobre aquele trauma do passado, você se vê agora, você já se... amadureceu muito. Você consegue ter um olhar diferente.*

O aspecto organizador da narração no contexto psicoterápico é frisado mediante o uso da metáfora da “montagem do quebra-cabeças”. O terapeuta é um adjuvante nesse processo de ordenamento da experiência, como afirma André, ao ser indagado sobre o significado do terapeuta na escuta de suas histórias:

*Como eu falei, dividir os meus problemas, dividir as minhas histórias. E ele vai ser muito fundamental nessa peça, nesse quebra-cabeça, porque, em algum momento, ele, naquele determinado momento que você tá confuso, talvez ele não vai falar “você vai fazer isso e vai resolver tudo”, mas ele vai te ajudar a descobrir os instrumentais pra conseguir montar, a chegar na solução. Ele vai te ajudar, ele nunca vai conseguir falar assim, ele nunca vai te dar a resposta, a solução pronta. Mas ele vai te ajudar a pegar seus instrumentos, a te ajudar a conseguir chegar nessa cura.*

O jovem relata que a terapia o ajudou a superar problemas, traumas e medos. André passou a ser menos exigente consigo mesmo e a valorizar os erros como lições que o conduzem aos acertos. Sentiu, também, a necessidade de, além de se autoconhecer, conhecer melhor as pessoas significativas para ele, tornando-se mais tolerante e aceitando que todos cometem erros. Tornou-se mais amigo dos pais, passando a

lidar melhor com eles, colocando-se em seu lugar, evitando as cobranças e conseguindo perdoo-los.

A terapia contribuiu, então, para uma mudança na forma de André narrar-se, passando a perceber em si novos comportamentos e atitudes. Aceitou a imagem de tímido por muito tempo, mas hoje já não acha consistente essa identidade baseada na introversão. Hoje, vê suas experiências como mais reais e apropriadas: considera-se mais humano e mais sensível aos problemas dos outros. Ao longo da terapia, André percebeu que o modo de enxergar os problemas muda quando você os encara, observa-os: “É sempre bom você ter um olhar multifocal na sua vida. Se você tem vários ângulos, você consegue ter opiniões diferentes e consegue lidar com mais naturalidade”.

Sendo, por sua vez, narrativas, os problemas também são multifacetados. Explorando de perto os vários lados dos seus problemas, André conseguiu lidar melhor com eles e ter uma vida mais saudável. Sua narrativa de superação deixa a mensagem de que “felicidade não é uma vida perfeita, sem problemas, felicidade é você conseguir administrar os seus problemas e não deixar que eles toquem a sua esperança. Apesar dos problemas, você saber no que consiste a sua esperança e continuar caminhando”.

André iniciou o processo forçado por sua mãe, mas quando começou a narrar sobre seu percurso, foi percebendo a importância da terapia. Para ele, as histórias precisam ser exteriorizadas, pois, se não forem expressas por meio da narração, serão por meio de um sintoma físico. Não contar a história do trauma gera um sentimento de sufocação, pois o sentimento não dito aprisiona. Já a narrativa, ao expressar os conteúdos difíceis antes silenciados, traz liberdade e, consequentemente, a cura.

André faz uma diferença entre pensar e narrar e conclui que o pensamento em si não gera mudanças. É apenas quando se narra que se consegue uma aproximação da experiência. Por esse motivo, quando ele tem um problema, falar, mesmo que sozinho, é de grande ajuda:

*Às vezes, quando eu tenho algum problema, eu acabo indo pro meu quarto e começo a pensar sobre aquele problema e começo a falar sozinho. Eu vim descobrir que isso não é loucura, isso é a coisa mais normal do mundo (risos). Brincadeiras à parte, o que é terapêutico pra mim é o fato de eu conseguir falar, falar sobre os meus sentimentos. Isso é terapêutico pra mim, falar sobre os meus sentimentos.*

Como se pode observar das três entrevistas realizadas, cada participante sublinha, sob seus pontos de vista e biografias singulares e com base em recursos discursivos variados, aspectos complementares do processo de transformação na psicoterapia, bem como o papel e funcionamento do ato de narrar nesse processo. A dimensão “catártica” aparece nas três entrevistas, assinalando que a terapia, ao promover um espaço para a livre narração de si, promove o contato do narrador com suas lembranças e sentimentos dolorosos e traumáticos (“o dedo na ferida”, nas palavras de André) e, conseqüentemente, sua exteriorização e superação.

De modo geral, os participantes também destacam a dimensão construtiva e modeladora da narração, que permite recontar os episódios e circunstâncias difíceis com outro enredo, resultando, muitas vezes, numa nova história de vida. Essa revisão da história de vida, no contexto psicoterápico, deve-se à possibilidade de perspectivismo da narrativa e do ato de narrar, que permite ao narrador em sofrimento abrir-se

para as muitas facetas da experiência e, eventualmente, alcançar alívio e bem-estar. Fortemente associado à transformação promovida pela narração no âmbito psicoterápico, é o sentido de reordenamento e reorganização da experiência que as histórias contadas na clínica podem ensejar. Os enredos criados com a ajuda de um ouvinte atento, que estimula a livre narração do cliente, parecem recuperar um sentido de totalidade e relativa autonomia (embora nem sempre um sentido de coesão), perdido na ruptura biográfica seguinte ao trauma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terapia é um processo complexo e multifacetado, em que boa parte de seus efeitos é resultante daquilo que se narra (ou não) para o terapeuta e para si mesmo. De fato, não apenas o conteúdo das histórias é importante, mas também como contamos, com que palavras, gestos e silêncios, e o que podemos ou não fazer a partir dessas histórias. Acreditamos que o ato de narrar e as narrativas atravessam o processo de transformação como um todo, contribuindo, juntamente com outros fatores, para a mudança pessoal.

Este trabalho buscou estudar o papel da narrativa na psicoterapia, a partir de entrevistas com clientes de uma clínica-escola que procuraram terapia após experiências traumáticas. Nosso foco foi analisar as mudanças pessoais percebidas pelo cliente ao longo da terapia e a relevância do ato de contar histórias nesse processo de transformação.

Essas mudanças, do ponto de vista dos clientes, dizem respeito, principalmente, à adoção de uma nova visão sobre seu passado e sua experiência atual e uma maior liberdade para tomar novas decisões. Os clientes passam a enxergar aspectos de suas vidas sob outra perspectiva, libertam-se de sentimen-



tos sufocadores, e, por consequência, acabam sanando alguns sintomas que os trouxeram à clínica. A terapia parece alterar a forma como os clientes encaram seus problemas, relativizando-os ou tornando-os mais ativos no esforço para resolvê-los.

A narrativa aparece, então, no espaço psicoterápico, como meio privilegiado de o cliente dar sentido ao passado e ao que lhe acontece. Ao narrar-se, o cliente se ouve, tenta novos enredos, reorganiza eventos, personagens e outros elementos de sua história de vida e, nesse percurso, pode vir a aceitar aspectos biográficos antes negligenciados, aliviar-se de sentimentos dolorosos e descobrir novas potencialidades e facetas que permaneceriam invisíveis de outra forma. Ao partilhar suas narrativas com seus terapeutas, os clientes experimentam uma sensação de liberdade e autonomia, mesmo que relativa, concernente ao controle sobre sua própria voz e história.

O exercício da narração no contexto clínico também parece influenciar a comunicação e as relações sociais. A vida fora do consultório também é permeada por narrativas, que exigem não somente a capacidade do indivíduo para expressar-se, para engajar-se noutras histórias individuais e coletivas, mas também para posicionar-se quanto à sua veracidade e legitimidade na complexa arena social. Consideramos que os estudos transdisciplinares sobre a centralidade da narrativa são particularmente promissores no que tange aos processos psicoterápicos, podendo descortinar sob novos ângulos os mecanismos que permitem à pessoa em sofrimento dotar de sentido as penosas vicissitudes da vida.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANDERSON, Harlene. *Conversação, linguagem e possibilidades: um enfoque pós-moderno da terapia*. São Paulo: Roca, 2011.

ANGUS, Lynne E.; MCLEOD, John. Toward an integrative framework for understanding the role of narrative in the psychotherapy process. In: ANGUS, Lynne E.; MCLEOD, John (Ed.). *The handbook of narrative and psychotherapy: practice, theory and research*. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2004. p. 367-374.

BECKER, Gay. *Disrupted lives: how people create meaning in a chaotic world*. Berkeley: University of California Press, 1999.

BRUNER, Jerome. *Acts of meaning*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1990.

BRUNER, Jerome. The narrative creation of self. In: ANGUS, Lynne E.; MCLEOD, John (Ed.). *The handbook of narrative and psychotherapy: practice, theory and research*. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2004. p. 3-14.

CROSSLEY, Michelle. Narrative psychology, trauma and the study of self/identity. *Theory & Psychology*, London: Sage Publications, v. 10, n. 4, 2000. p. 527-546.

DUERO, Dante. G. Relato autobiográfico y interpretación: una concepción narrativa de la identidad personal. *Athenea Digital*, n. 9, p. 131-151, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/hp/Downloads/39726-39750-1-PB.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2016.

GONÇALVES, Oscar. F. Psicologia e Narrativa: implicações para uma ciência e prática da autoria. In: FERREIRA, Ricardo Franklin; ABREU, Cristiano Nabuco (Org.). *Psicoterapia e construtivismo: considerações teóricas e práticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 129-155.

GRANDESSO, Marilene. *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual*

prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

KEARNEY, R. Narrativa. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 409-438, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3172/317227324006.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

MURRAY, Michael. Narrative psychology. In: SMITH, Jonathan A. (Ed.). *Qualitative psychology: a practical guide to research methods*. Los Angeles, California: Sage, 2008. p. 111-132.

PENNEBAKER, James W.; SEAGAL, Janel D. Forming a story: the health benefits of narrative. *Journal of clinical psychology*, v. 55, n. 10, p. 1243-1254, 1999. Disponível em: <<http://www.novateller.com/images/Downloads/Health%20Benefits%20of%20narrative.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

POLKINGHORNE, Donald. *Narrative knowing and the human sciences*. New York: State University of New York Press, 1988.

RIESSMAN, Catherine K. *Narrative methods for the human sciences*. California: Sage, 2008.

ROSENTHAL, Gabrielle. The healing effects of storytelling: on the conditions of curative storytelling in the context of research and counseling. *Qualitative inquiry*, v. 9, n. 6, p. 915-933, 2003. Disponível em: <[http://www.goedoc.uni-goettingen.de/goescholar/bitstream/handle/1/13062/10.1177\\_1077800403254888.pdf?sequence=1](http://www.goedoc.uni-goettingen.de/goescholar/bitstream/handle/1/13062/10.1177_1077800403254888.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 24 nov. 2016.

SARBIN, Theodore R. (Ed.). *Narrative psychology: the storied nature of human conduct*. Westport, Connecticut: Praeger Publishers, 1986.

STRAUB, J. Memória autobiográfica e identidade pessoal. Considerações histórico-culturais, comparativas e sistemá-

ticas sob a ótica da psicologia narrativa. In: GALLE, Helmut et al. *Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria da autobiografia*. São Paulo: FFLCH USP, Annablume, FAPESP, 2009. p. 79-94.

WHITE, Michael. *Mapas da prática narrativa*. Tradução de Adriano Migliavaca. Porto Alegre: Pacartes, 2012.



## PARTE II

---

*Processos psicossociais e vulnerabilidades sociais:  
trabalho, comunidade e ambiente*



## ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE LIDERANÇA E EMPREENDEDORISMO: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS

---

Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá

Francisco Gil Rodríguez

Ao longo do século XX, registram-se significativas transformações em escala global. O cenário do mundo ocidental no pós-Segunda Grande Guerra é marcado por acontecimentos que nos podem levar a compreender o quadro socioeconômico atual, nomeadamente aquele da economia globalizada. Pode-se dizer que o século XX acumulou problemas que emergem e se desenvolvem no âmbito das forças sociais, em uma perspectiva local, regional, nacional e mundial, com implicações de natureza econômica, política e cultural (IANNI, 2002b; GOULART; GUIMARÃES, 2002; CHESNAIS, 1997). Os processos de descolonização, os fenômenos da *perestroika* e *glasnost*, culminando com o colapso da ex-União Soviética e a queda do muro de Berlim e das burocracias políticas do Leste Europeu, são exemplos de rupturas estruturais com amplas implicações no mundo contemporâneo, entre as quais a formação de uma sociedade global (IANNI, 2002a). Esse cenário



parecia adequado aos estrategistas estadunidenses em busca da consolidação de sua posição hegemônica.

Naturalmente, pretendiam explorar essa oportunidade [...]. Eles projetaram o que chamavam de “Grande Área”, uma economia mundial integrada que satisfaria as necessidades da economia norte-americana e lhes forneceria “o campo de ação” [...] sem a modificação da distribuição doméstica de poder, riqueza, propriedade e controle (CHOMSKY, 1996, p. 110-111).

A crise financeira de 2008, iniciada nos Estados Unidos e que se alastrou por toda a comunidade global (REBÊLO, 2010), o crescente desemprego e (des)ajustes econômicos e sociopolíticos na Europa, as crises migratórias mundiais e os atentados terroristas que marcam o cenário da década atual são alguns exemplos do recrudescimento desses problemas:

O ano de 2015 foi marcado pela crise dos refugiados, considerada a mais grave desde a Segunda Guerra Mundial. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) estima que o número de pessoas deslocadas no mundo deve ser recorde em 2015 e ultrapassar os 60 milhões.<sup>1</sup>

Não por menos, a globalização é posta na ordem do dia, inclusive como efeito midiático; para alguns, o destino irreversível do mundo, um processo irreversível que tem repercussões inquestionáveis e, portanto, uma referência para estudos

---

<sup>1</sup> CAMPOS, A. C. Crise migratória e atentados terroristas marcam cenário internacional em 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-12/crise-migratoria-e-atentados-terroristas-marcam-cenario-internacional>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

que tratem da perspectiva transnacional e dos modos de funcionamento de suas organizações. Independentemente de objetivos inerentes à natureza da globalização, no que tange às práticas humanas, aos gastos materiais e à qualidade do mundo real, ela implica uma ação econômica global contemporânea e abrange as diversas regiões do planeta (BAUMAN, 1999; HELD; MCGREW, 2001). As economias pós-industriais são definidas por Castel (1997, 1998) como resultado do processo de desestabilização em meados de 1970, período de intensas transformações tecnológicas, às quais o mundo do trabalho é submetido, com seus processos diretamente afetados e com perda de sua visibilidade (ALONSO, 1999). Sob o impacto de tais transformações econômicas, busca-se a unicidade também em virtude das novas condições técnicas (SEGREGA, 2003), que se apresentam como fundamento para uma ação humana mundializada.

As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apóia para construir a globalização perversa [...]. Mas essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos (SANTOS, 2002, p. 20).

O conhecimento e a consideração de diferenças, em face do processo de internacionalização, e a homogeneização do planeta, que conseqüentemente se impõe, podem apontar para outra globalização. Nesse contexto, as organizações modernas têm se especializado no desenvolvimento de estratégias psicossociais de gestão de pessoas, as quais se coadunam com o cenário da globalização, a fim de obter a maximização do desempenho por meio de influência sobre o trabalhador. Essas estratégias são abordadas, por exemplo, nos estudos de

Frese (2009) sobre empreendedorismo e liderança, que relacionam psicologia e empreendedorismo à luz da dinâmica econômica e globalizante.

Evidentemente, a eficácia dessas organizações depende de sua pertinência sociocultural, pois a globalização não é um processo universal que atua da mesma forma em todos os campos da atividade humana. Ainda que se possa dizer que há uma tendência histórica para a globalização nas áreas da tecnologia, comunicação e economia, isso certamente não vale para o campo da cultura. Aqui, são comparadas diferentes dimensões do mundo que não se desenvolvem de maneira similar.

Não acho que seja possível identificar a globalização apenas com a criação de uma economia global, embora este seja seu ponto focal e sua característica mais óbvia. Precisamos olhar para além da economia. Antes de tudo, a globalização depende da eliminação de obstáculos técnicos, não de obstáculos econômicos. Ela resulta da abolição da distância e do tempo [...]. Do mesmo modo, creio que os revolucionários avanços tecnológicos nos transportes e nas comunicações desde o final da Segunda Guerra Mundial foram responsáveis pelas condições para que a economia alcançasse os níveis atuais de globalização (HOBBSAWM, 2000, p. 71).

Apesar da extraterritorialidade de modelos econômicos, a condição humana demanda seus significados e seus sentidos. Não se pode esquecer os efeitos radicalmente desiguais dessa nova condição: “Alguns de nós tornam-se plena e verdadeiramente ‘globais’; alguns se fixam na sua ‘localidade’”. Não se pode estar à vontade em um mundo no qual os ‘globais’ dão o tom e fazem as regras do jogo da vida” (BAUMAN, 1999, p. 8-9).

## LIDERANÇA E EMPREENDEDORISMO NO CENÁRIO GLOBAL ATUAL

Há muitas descobertas de pesquisas empíricas e teóricas acerca da liderança e do empreendedorismo que se assemelham. O estudo da liderança e do empreendedorismo são complementares, especialmente no que tange à descrição de traços da personalidade de empreendedores e de líderes. Outros estudos veem a liderança como mais um elemento do próprio empreendedorismo, o qual pressupõe oportunidades emergentes da heterogeneidade sociocultural de líderes orientados por suas crenças e valores (SOUSA, 2014).

As tentativas de abordagem do empreendedor vêm consolidando essa visão de complementaridade entre os dois conceitos. O Quadro 1 traz características dos empreendedores segundo diferentes pesquisas que reforçam essa tese.

Quadro1 – Comparativo das visões de Shumpeter, McClelland e Hornaday e Timmons sobre o perfil do empreendedor.

SCHUMPETER	MCCLELLAND	HORNADAY E TIMMONS
Tem iniciativa.	Tem iniciativa.	Tem iniciativa, autonomia, autoconfiança, otimismo, necessidade de realização.
Tem independência de pensamento e ação.	Tem independência e autoconfiança, com seu próprio conjunto de valores e normas. Não desanima ante as dificuldades e acredita em sua capacidade de vencer os obstáculos.	É líder e traduz pensamentos em ações.
Possui autoridade, lidera mais pela vontade do que pelo intelecto, capaz de conduzir os meios de produção para novos canais.	Planeja objetivos claros, desafiadores e com significado pessoal.	Sabe buscar, utilizar e controlar recursos.

SCHUMPETER	MCCLELLAND	HORNADAY E TIMMONS
Realiza previsões e julgamentos com base em sua experiência.	Trabalha fortemente pela busca de informações sobre o ambiente interno e externo, de forma a possibilitar o trabalho com estratégias para o sucesso.	Tem alto nível de consciência de seu ambiente e a usa para detectar oportunidades de negócios.
Tem capacidade de combinar recursos ou fatores produtivos.	Possui exigência de qualidade e eficiência.	É inovador e criativo e cultiva imaginação.
Tem capacidade de criar e propulsionar um negócio.	Busca atividades que forneçam <i>feedback</i> de seu próprio desempenho.	É proativo diante do que deve saber, define o que deve aprender, cria método próprio de aprendizagem e aprende indefinidamente.
Desenvolve conhecimento acurado para as decisões e regras de conduta.	Tem persistência, responsabilizando-se pessoalmente pelo cumprimento dos objetivos.	Considera o fracasso como um resultado como outro qualquer e aprende com ele.
Utiliza a intuição num dado momento de necessidade em posição estratégica (sem a elaboração de todos os detalhes a serem feitos).	Planeja com visão do todo, procurando simplificar os trabalhos e definir prazos, de forma a também possibilitar um monitoramento sistemático.	Tem forte intuição, dando mais importância para o que faz e não para o que sabe.
Transforma sonho em possibilidade real.	Busca as oportunidades e novas áreas de atuação.	Tem um modelo, uma pessoa que o influencia.
Supera a oposição ou obstáculos do ambiente socioeconômico reigente (oposição legal, política, de costume social, obstáculos econômicos do mercado consumidor ou outros).	Trabalha para desenvolver e manter uma “rede de contatos”, com vistas a realizar seus objetivos.	Tem perseverança, tenacidade, grande energia e esforço para alcançar resultados.
Tem capacidade de iniciar a mudança econômica.	Possui capacidade de persuasão, utilizando-se de estratégias para influenciar os outros.	Tem alto comprometimento e trabalha sozinho.
Possui o desejo de conquistar e o impulso de lutar.	Corre riscos calculados, procurando ter controle sobre fatores de sucesso empresarial.	É orientado para resultados no futuro, para o longo prazo, e sabe fixar metas e alcançá-las.
Procura dificuldades, muda por mudar e delicia-se com aventura.		Diferencia-se e descobre nichos.

Fonte: Dutra (2002 apud COELHO, 2015). Adaptado pelos autores.

A tentativa de distinguir os empreendedores de outros empresários ou outras categorias profissionais é legítima e faz parte dos desafios nessa área:

Embora seja difícil definir os empreendedores como um grupo, eles têm, de fato, algumas características em comum. Os empreendedores são pessoas que almejam realizar algo; eles gostam de assumir responsabilidades pelas decisões tomadas e não gostam de trabalhos repetitivos e rotineiros. Os empreendedores criativos são dotados de muita energia e de um alto grau de perseverança e imaginação, o que, associado à sua disposição de correr riscos calculados, permite que transformem em algo concreto o que muitas vezes começa como uma ideia muito simples e mal definida. Os empreendedores também detêm a capacidade de instalar um entusiasmo altamente contagiante em uma organização. Eles transmitem um forte senso de propósito e, ao fazê-lo, convencem os outros de que eles estão onde a ação está. Por algum motivo – seja o seu poder de sedução, a sua arte no jogo ou o seu carisma – os empreendedores, de algum modo, sabem como criar uma organização e lhe imprimir uma dinâmica (KETS DE VRIES; CARLOCK; FLOTENT-TREACY, 2009, p. 33-34).

Para Frese (2009), empreendedorismo se define pela ação do empresário que inicia uma organização e, segundo Shane e Venkataraman (2000), envolve descoberta, avaliação e exploração de oportunidades. Continuando, Frese (2009) afirma que empreendedorismo não é um empreendimento cognitivo de percepção e interpretação do mundo, significa, fundamentalmente, pessoas atuando para mudar o mundo, o que se reflete não apenas no ato de identificar oportunidades, mas de criá-las, como enfatiza Schumpeter (1935 apud FRESE,

2009). O empreendedor não é exatamente um gerente ou um diretor de uma empresa ou de um negócio estabelecido. Trata-se muito mais de um líder que toma iniciativa, tem autoridade e faz previsão (GOMES, 2005).

Schumpeter (1928 apud FILION, 1999), seus antecessores e pioneiros do campo, Catillon (1755 apud FILION, 1999) e Say (1803, 1815, 1816, 1839 apud FILION, 1999) se interessaram pelo tema do empreendedorismo em perspectiva que transcende à econômica. Esses pioneiros também se interessavam pelas “[...] empresas, criação de novos empreendimentos, desenvolvimento e gerenciamento de negócios” (FILION, 1999, p. 6). No entanto, “[...] foi Schumpeter (1928) quem realmente lançou o campo do empreendedorismo, associando-o claramente à inovação [...]” (FILION, 1999, p. 7).

Tais definições ressaltam, por conseguinte, que empreendedores são atores ativos no mercado. Alguns pesquisadores reservam o conceito de empreendedor àqueles que são particularmente bem-sucedidos em seus negócios (CARLAND et al., 1984). Há, também, aqueles que os tratam como *startups*, sem levar em conta se os negócios mostram resultados (BOSMA et al., 2004). Frese (2009) prefere uma definição descritiva de empreendedor, que remete ao ato de iniciar e mudar organizações. Levando-se em conta a literatura nessa área, observa-se que a Psicologia do trabalho e das organizações está à frente do desenvolvimento da pesquisa sobre empreendedorismo (MCCLELLAND, 1961; MCCLELLAND; WINTER, 1971 apud FRESE, 2009), mas houve pouco interesse em se desenvolver uma psicologia do empreendedor em si. Percebe-se, ademais, uma mudança atual nesse quadro de distanciamento da psicologia em face do empreendedor, pois há uma crescente evidência de que personalidade pode ser rela-

cionada a empreendedorismo (CARTER et al., 2003; CHELL; HAWORTH; BREARLEY, 1991; RAUCH; FRESE, 2007).

Tendo em vista a evidência dessa relação, psicólogos começam, cada vez mais, a trabalhar no campo e têm evidenciado a importância empírica de variáveis psicológicas (BARON, 2002; BAUM; FRESE; BARON, 2007; BAUM; LOCKE, 2004; FRESE, 2007; RAUCH; FRESE, 2000). A abordagem baseada exclusivamente em traços de personalidade foi enriquecida com outras variáveis, por exemplo, estratégias psicológicas, ações empreendedoras e percepção de sucesso (BARON, 2002; BAUM; FRESE; BARON, 2007; SCHENK, 1998; SHAVER; SCOTT, 1991). Ações passaram a ser vistas também em perspectiva psicológica e como essenciais para se começar um negócio e se obter sucesso (RAUCH; FRESE, 2000).

Uma vez que se busca com a psicologia, tradicionalmente, compreender a percepção, a cognição, as emoções, a motivação e o comportamento das pessoas, faz sentido recorrer a essa ciência para o estudo de importantes categorias da pesquisa sobre empreendedorismo, como ações decisivas (comportamento), percepções e implementações de oportunidades (percepção, cognição, emoções, motivação). Observa-se que a pesquisa sobre empreendedorismo encontra-se, no momento, fortemente influenciada pelas variáveis psicológicas e está cada vez mais consciente desse fato.

Vale a pena ressaltar que, nessa perspectiva, a psicologia organizacional saiu de sua zona de conforto e voltou a se interessar por empreendedorismo (BAUM; LOCKE, 2004; BAUM; FRESE; BARON, 2007; RAUCH; FRESE, 2000; SHANE; LOCKE; COLLINS, 2003), trazendo para si o que, anteriormente, era visto como assunto periférico ou pertinente a outras áreas do conhecimento, especialmente à administração. Para abordar o empreendedorismo, passou a buscar,



também, compreender o processo de início e crescimento de uma organização, seus fundadores e o significado que podem ter na modelagem da estrutura e da cultura organizacional (KATZ; KAHN, 1974; SCHEIN, 1982, 2009), bem como a dinâmica do crescimento, da manutenção da organização numa determinada dimensão ou da morte de organizações (KATZ; KAHN, 1974). É, portanto, positivo o fato de que a área esteja atraindo novas pesquisas considerando outras perspectivas além da personalidade do empreendedor.

O estudo do empreendedorismo na psicologia organizacional ocorre, principalmente, no âmbito das denominadas pequenas e médias empresas (PMEs), nas quais a identificação do perfil do empreendedor e de seu empreendimento é mais próxima do que em grandes organizações e corporações. No entanto, na dimensão organizacional, os resultados dos pequenos empreendimentos, a exemplo dos outros tipos de organização, dependem, atualmente, do seu papel no cenário global. A globalização obriga muitas empresas a alterarem suas condições estruturais, o que modifica sensivelmente a vida dos trabalhadores e, conseqüentemente, as dimensões mencionadas, que passaram a ser abordadas também pela psicologia.

Nesse trilho da modernização, transformação e globalização organizacional, presenciaram-se novas estratégias e modelos para aperfeiçoar o trabalho. A busca de aperfeiçoamento do trabalho em equipe transcende o atual contexto físico e chega ao das relações abstratas, a exemplo dos ambientes virtuais de trabalho e comando, o que vem sendo cada vez mais requisitado, mostrando-se indispensável à sobrevivência organizacional e à competitividade funcional. No contexto das equipes de trabalho, a liderança resulta fundamental para sua eficácia. Os desafios que os líderes afrontam na atualidade

requerem uma revisão exaustiva de seu papel, o que é, por exemplo, magistralmente feito por Gil et al. (2011), Gil (2002) e Gil e Garcia (1993). Para esses autores, há novos contextos com novos desafios que as organizações enfrentam, requerendo um reexame e uma ampliação dos modelos tradicionais de liderança, que estejam baseados na autoridade e centrados no estabelecimento de contratos e transações com os subordinados em um nível local, focados numa pessoa específica, orientados a relações de natureza individual ou interpessoal com os subordinados.

Pesquisas atuais (ACEVEDO et al., 2015; PEÑARROJA et al., 2015; HAINES, 2014; SNELLMAN, 2014; GIL; MARTÍ, 2011; REGO; PINA E CUNHA; CLEGG, 2010) implicam novas linhas de trabalho para que as organizações possam adaptar seus modelos e suas práticas de liderança tradicionais. Assim, termos como *liderança transformacional*, *liderança autêntica*, *liderança complexa*, *liderança de equipe e compartilhada*, *liderança transcultural* e *liderança à distância* entram na pauta do dia da pesquisa psicológica.

A liderança autêntica previne os diretores, segundo Gil e Martí (2011), de possíveis abusos de poder e de efeitos indesejáveis de determinados estilos de liderança (o lado escuro da liderança que representa o aproveitamento calculista por parte do líder), propondo a defesa de códigos éticos e valores relacionados com o carisma socializado. A liderança transcultural prega a necessidade de conhecer as distintas culturas e empregar competências como a empatia cultural para gerenciar eficazmente equipes multiculturais em um contexto global. Por seu turno, a liderança complexa pressupõe um processo emergente, adaptativo e multifacetado de liderar, de forma que não se deve analisar única e isoladamente os fatores individuais, e sim suas interações ao longo do tempo.

À medida que aumenta a presença das equipes nas organizações, a pesquisa se concentra no impacto da liderança sobre o rendimento da equipe. Esse tipo de liderança pode ser exercido por um líder externo e por todos os membros da equipe (liderança compartilhada), revelando a importância da equipe em funções de autogestão e no fornecimento de conhecimentos e experiências por distintas formas de participação e empoderamento (*empowerment*). Finalmente, liderança à distância sugere que os líderes devam empregar estilos que permitam delegar suas funções (liderança compartilhada), desenvolver a identidade de grupo por meio de uma liderança transformacional e criar confiança, facilitando o conhecimento dos membros do grupo entre si.

Com respeito à liderança transformacional, identificam-se quatro dimensões fundamentais (BASS, 1985, 1990): o carisma ou influência idealizada (os líderes mostram sua visão e servem de modelos); a motivação inspiradora (desenvolvem visão compartilhada e espírito grupal); a estimulação intelectual (promovem a solução de problemas e a inovação); e a consideração individualizada (tratam de forma cuidadosa e pessoal dos membros) (GIL et al., 2011).

Apesar de o conceito de liderança apresentar, nas ciências sociais, características diversas, com suas fragilidades, ele pode ser relacionado a um determinado objetivo de pesquisa para melhor especificá-lo, operacionalizá-lo e diminuir suas fragilidades. Quando se aborda a liderança na pesquisa sobre empreendedorismo, por exemplo, é possível encontrar aspectos comuns entre os dois conceitos, o que facilita a compreensão e aplicação, na perspectiva da psicologia organizacional, para esses tipos de empreendimentos. O conceito pode ser específico para determinada pesquisa, tendo em vista a sua relação com os objetivos da pesquisa considerada.

Todas essas sugestões tornam-se especialmente úteis enquanto guias para o desenvolvimento de programas de formação e para a elaboração de taxonomias de competências de liderança. Isso pode ser constatado em programas e métodos de treinamento de líderes e de abordagem da liderança, que confirmaram sua eficácia em diferentes grupos de profissionais, conforme se ilustra nos seguintes casos: técnicas de *cross-training* (os membros obtêm informação sobre os papéis dos demais); metacognitivas (desenvolvem-se habilidades que regulam processos como raciocínio indutivo e dedutivo e solução de problemas); coordenação de equipe (orientada para que os membros conheçam e manipulem os processos que determinam o trabalho em equipe efetivo); autocorreção (os membros aprendem habilidades para analisar o próprio desempenho, revisar as realizações, promover retroalimentação e planejar futuras atuações); exposição a situações de estresse (os membros aprendem os principais estressores que podem prejudicar o desempenho da equipe e as estratégias de enfrentamento eficazes); e desenvolvimento de equipe ou *team-building* (orientada a melhorar o funcionamento global da equipe, concentrando-se na definição de papéis, na fixação de metas, na solução de problemas e na melhoria das relações interpessoais). Tais técnicas são direcionadas ao desenvolvimento de competências de trabalho em equipe que se relacionam com as lideranças de equipe, compartilhada e à distância, conceitos e práticas correspondentes de liderança que podem ser atualizados a partir da perspectiva da globalização.

Há, pois, múltiplas formas de ação global que, a depender de seus atores/programas, podem significar procedimentos eficazes, transcendentemente à fragmentação comum nas empresas globalizadas ou nos procedimentos administrativos mundializados. Os procedimentos organizacionais ado-

tados em escala transnacional, consideradas aí as dimensões da psicologia organizacional – efetivos no sentido de alterar o suposto dado da globalização irreversível –, pressupõem a observação de múltiplos fatores culturais, pouco presentes na compreensão do devir da globalização e de seus desdobramentos. Aqui, eles são centralmente vistos, como novos fatores dinâmicos que podem explicar e conceber práticas psicológicas organizacionais transculturais.

Nessa perspectiva, a eficácia da transnacionalidade deve levar em conta procedimentos éticos e êmicos (MALPASS, 1977; MALPASS; POORTINGA, 1986)<sup>2</sup> dos antecedentes e resultantes da teoria e da prática nesse campo, sem ignorar o fato de que “na era contemporânea, as realidades e os problemas nacionais mesclam-se com as realidades e os problemas mundiais” (IANNI, 2002a, p. 98). A tentativa de ampliar conhecimentos e informações, localizar problemas, antecipar dilemas sociais, econômicos, políticos e culturais exige estudos comparativos de natureza diversa (TUPINAMBÁ, 1999), a exemplo do que se busca expor nos textos sobre transculturalidade ou relatividade cultural (REGO; PINA E CUNHA; CLEGG, 2010; DELLER; ALBRECHT, 2011). Considerem-se, por exemplo, as explicações dessa crescente inter-relação das questões humanas presentes na teoria sistêmica mundial, na

---

<sup>2</sup> “Junto com diferentes construções, os pesquisadores êmicos e éticos tendem a ter diferentes suposições sobre cultura. Pesquisadores êmicos tendem a assumir que uma cultura é melhor compreendida como um todo interconectado ou um sistema, enquanto os pesquisadores éticos são mais propensos a isolar determinados componentes da cultura e estabelecer hipóteses sobre os seus antecedentes distintos e consequências. Embora, é claro, o contraste emic/etic é, na prática, um continuum, esta dicotomia tem desempenhado um papel central nos debates metateóricos em muitas disciplinas das ciências sociais [...]” (MORRIS; LEUNG; LICKEL, 1999, p. 782).

teoria sobre a interdependência complexa e na própria ideia de globalização (HELD; MCGREW, 2001, p. 8).

## **CULTURA, LIDERANÇA E EMPREENDEDORISMO**

Para se compreender o empreendedor e o líder, buscam-se modelos que vão além da tradicional visão de hierarquia na relação líder e subordinados/liderados, tão presente nos clássicos estudos de liderança, e pressupõem-se novos enfoques na figura e na relação, bem como no *locus* mais globalizado, no qual ocorre o fenômeno da liderança, surgem e tramitam os negócios e seus iniciadores/empreendedores. Nesse contexto, o modo como as virtudes e as forças do caráter relevam para efeito de aumento do desempenho positivo dos líderes globais é um tema explorado à exaustão por autores como Rego, Pina e Cunha e Clegg (2010) e Rego e Pina e Cunha (2004). Para eles, essa abordagem ajuda a compreender como tais virtudes e forças podem contribuir para que esses líderes participem ativamente na construção de um planeta mais aprazível para se viver, no qual a globalização não signifique apenas mundialização de mais poder sobre menos poder.

Sobre a liderança global virtuosa, Rego, Pina e Cunha e Clegg (2010) afirmam que líderes se capacitam na construção de boas empresas, na promoção da virtuosidade organizacional e no fomento ao desenvolvimento humano por meio de atitudes, decisões e ações realizadas com os empregados, fornecedores, clientes, parceiros, entidades governamentais, ONGs e comunidades locais em perspectiva global. Os autores acrescentam que esse tipo de liderança leva à criação de redes positivas de autorregulação e influencia governos para que legislem e regulem melhor o comportamento empresarial: “[...] podem, em suma, transformar as empresas globais em

poderosos instrumentos ao serviço do progresso económico e humano” (REGO; PINA E CUNHA; CLEGG, 2010, p. 27).

O desenvolvimento industrial, fenômeno da modernidade, ampliou consideravelmente a necessidade de uma política de recursos humanos cada vez mais eficiente. A Terceira Revolução Industrial – baseada na difusão de novas tecnologias, como a microeletrônica, a robótica e a informática, e de novos modelos de produção e gestão –, combinada às políticas neoliberais, fornece a compreensão para as mudanças no mundo contemporâneo. Como diria Aktouf (2004, p. 184), esse é um mundo de confinamento, uma gigantesca clausura, “um mercado único que não cresce, onde o desafio não é mais crescer mas arrebatado do vizinho o quinhão de seu lugar ao sol”, levando a um jogo de resultado nulo. Segundo o autor, deve-se, necessariamente, pensar em perspectiva universal, porque, no nível médio e local, já há pouco a fazer. Para ele, a psicologia industrial, o comportamento organizacional e as escolas de administração mais conhecidas – por exemplo, a teoria da motivação, que vem sendo formulada desde o início da psicologia industrial – trouxeram pouca informação ou nenhuma informação relevante nos seus maiores representantes. Ideias podem vir se repetindo, e pouco tem sido feito para que a teoria da liderança se atualize. Deve-se, portanto, buscar respostas para essas questões nos novos modelos de pesquisa transcultural nessa área.

Como se sabe, os espaços nacionais e as organizações ou empresas não abrigam uma unicidade nos padrões de comportamento, em função da mundialização da técnica ou sua correlata no campo econômico, a mais-valia mundial, reforçada pela intensa competição entre as empresas globais. Vale a pena salientar que tal exercício de competitividade “torna exponencial a briga entre as empresas e as conduz a alimentar

uma demanda diuturna de mais ciência, de mais tecnologia, de melhor organização, para manter-se à frente da corrida” (SANTOS, 2002, p. 30-31).

As exigências da competitividade obrigam as empresas à busca de inovações constantes que incidam no grau de produtividade. Esta, como mola mestra da organização competitiva, é tema de muitos estudos que querem compreender conceitos de líder, liderança e empreendedorismo que acompanhem a globalização e se ajustem às demandas de eficácia gerencial e estratégica, como se pode constatar nos textos de Faria e Meneghetti (2011), Rego, Pina e Cunha e Clegg (2010), Barata e Martí (2011), Barata (2012), Gil et al. (2011) e Ortega, Gil e Antino (2010). Esses textos delineiam uma tradição cada vez mais forte nos estudos organizacionais associados à globalização e à liderança, no contexto de empresas com perfil e/ou ações internacionais.

Para se dimensionarem as relações entre diferentes culturas, é necessário observar as semelhanças e assimetrias no âmbito das sociedades. Essas questões vêm sendo abordadas, com mais frequência, desde os estudos de Hofstede (1984), Triandis (1994, 1995, 2001) etc. Examinar valores culturais em diferentes nações e identificar seu impacto nas práticas organizacionais e nas competências de liderança constituem os principais focos dos estudos aqui propostos, entendendo que os resultados de pesquisas sobre organizações só podem ser transferidos a outros países caso sejam levadas em conta determinadas condições.

Estudos culturais devem, segundo Malpass (1977), entre outras coisas, mediar a influência de condições culturais. Isso é especialmente importante na elaboração e execução de projetos de pesquisa para se obter conhecimento sobre líderes e liderança em diferentes culturas e nações, como sugere o tra-



balho de Deller e Albrecht (2011), que descrevem características críticas de sucesso de projetos de pesquisa internacionais no âmbito de temas interculturais. Os autores apresentam elementos críticos de sucesso de gerenciamento internacional de projetos, a partir de sua própria experiência em projeto de pesquisa de diagnóstico econômico e psicológico internacional, no qual foram entrevistados mais de 2.300 trabalhadores expatriados ao redor do mundo. O projeto introduz informações temáticas específicas acerca da utilização de instrumentos de pesquisa internacional adequados para se obter a validação científica e aplicabilidade de seus resultados, garantindo que esses instrumentos possam ser utilizados de forma equivalente em diferentes culturas.

Questões de adequação cultural de projetos, equivalência de instrumentos e garantia de achados universais permitem um salto qualitativo nos temas pesquisados, a exemplo de liderança e empreendedorismo, como também da transculturalidade gerencial. São questões de partida em projetos atuais, como aqueles nos quais se busca comparar nações, países e culturas, tomando por referência suas relações com o empreendedorismo e com outros construtos mais estabelecidos nessa área, como no caso da liderança e do comprometimento organizacional.

Nessa perspectiva, pode-se avaliar se o conhecimento obtido em pesquisas sobre a liderança e o empreendedorismo é generalizável interculturalmente<sup>3</sup> ou se se trata de um

---

<sup>3</sup> Conceitos centrais utilizados neste capítulo, como **intercultural**, **interculturalidade**, **transcultural** e **transculturalidade**, guardam especificidades que não podem ser ignoradas. O marco da pesquisa transcultural, que busca descobrir e compreender diferentes funções de dimensões culturais (REGO; PINA E CUNHA, 2009) e fundamenta o estudo atual sobre a liderança e o empreendedorismo, exigiria uma

conhecimento específico da cultura de origem. Mesmo naqueles estudos limitados a uma cultura nacional (TUPINAMBÁ et al., 2014; PINHO; BASTOS, 2014), essa é uma preocupação de fundo e de perspectiva. O extenso projeto que visa à adaptação e adequação de pessoas com necessidades especiais no mundo do trabalho, iniciado na Alemanha e hoje estendido a outros países, como o Brasil, é uma clara demonstração dessas ações locais com preocupações de validade intercultural. Trata-se, nesse caso, do projeto IMBA,<sup>4</sup> que vem sendo introduzido na realidade nacional brasileira por meio de estudos e pesquisas realizados no âmbito da Rede Internacional de

---

uniformidade terminológica ao longo do texto, isto é, a priorização dos termos **transcultural/transculturalidade**. No entanto, conforme os autores da área da pesquisa transcultural e intercultural vão sendo introduzidos e apropriados pelos autores deste capítulo, preferiu-se manter a terminologia que mais se aproxima, mais descreve sua compreensão, a demarcação do seu objeto de estudo, da sua linha de investigação ou que tenha sido de sua escolha. Em um dos grandes projetos considerados para o atual estudo, que também se orienta no projeto Globe (DELLER; 2015; DELLER; ALBRECHT, 2011), os autores se utilizam, por exemplo, da terminologia intercultural para procedimentos de natureza mais próxima do que se conceitua transcultural, que trata de testar diferenças entre amostras a partir de nações consideradas para esse teste. Há controvérsia em torno da pesquisa intercultural e transcultural em psicologia, especialmente no que tange à abordagem e medida de construtos culturais. Deve-se estar ancorado no nível societal ou individual? O atual estudo não pretende contribuir para esse debate. A exemplo do que foi feito no estudo sobre a dimensão cultural **orientação humana** do projeto Globe, do qual o primeiro autor do atual capítulo participou (SCHLÖSSER et al., 2012), seguem-se posições semelhantes às de Chan (1988 apud SCHLÖSSER et al., 2012) e Fischer (2008 apud SCHLÖSSER et al., 2012), para quem questões teóricas distintas pressupõem abordagens específicas, o que significa não se poder descartar nenhuma das duas perspectivas.

<sup>4</sup> A sigla corresponde à denominação do original alemão traduzida por Integração de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho. Trata-se de um modelo criado na Alemanha, em 1986, a pedido do Ministério Federal do Trabalho e de Assuntos Sociais, com o objetivo de solucionar as dificuldades enfrentadas na adequação de pessoas com deficiências (PcD) dentro do ambiente de trabalho, visando à promoção de sua integração e/ou reabilitação. Disponível em: <[www.imba.info](http://www.imba.info)>. Acesso em: 8 jun. 2015.

Estudos e Pesquisas sobre Liderança e Empreendedorismo (Rinepe).<sup>5</sup> Essa abertura do projeto original e de seus derivados para preocupações culturais possibilita a transposição de suas ações interculturalmente (GLATZ; MOZDZANOWSKI; TUPINAMBÁ, 2011; MONTENEGRO, 2013; BARBOSA, 2014).

São relevantes as razões para o exame do impacto da cultura sobre o exercício da liderança. Daí a necessidade da construção de modelos teóricos organizacionais e de liderança que levem em conta as diferentes situações culturais. Além disso, um enfoque transcultural permite ao pesquisador a descoberta de novas relações e a ampliação qualitativa de variáveis, como a importância da religião, da linguagem, do *background* étnico, da história, dos sistemas políticos, geralmente desconsideradas pelas teorias de liderança vigentes (HOUSE et al., 2002; HOFSTEDE, 1984, 2003; DORFMAN, 1996) e pouco aplicadas ao estudo do empreendedorismo (BARON; BAUM; FRESE, 2007).

No âmbito dessas preocupações com o cenário da globalização, da cultura, do mercado de trabalho e das organizações, a pesquisa sobre liderança encontra lugar de destaque. Apesar do número significativo de estudos sobre o tema, poucos têm levado em conta tal cenário para avaliar os métodos e as possibilidades de universalização dos resultados. O projeto Globe (HOUSE et al., 2002, 2004)<sup>6</sup> inves-

---

<sup>5</sup> Projeto de extensão do Departamento de Psicologia da UFC, coordenado pelo primeiro autor e do qual o segundo autor é membro. Disponível em: <<http://projeto-rinepe.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

<sup>6</sup> Sobre o Globe, a pergunta fundamental que surge é: “em que medida a cultura influencia a liderança efetiva nas organizações atuais? O projeto Globe (acrônimo do inglês Global Leadership and Organizational Behavior Effectiveness) tenta contribuir com esse conhecimento através de uma macropesquisa que, desde 1971 até a atualidade, vem sendo realizada em nível mundial. Alguns dados dão a ideia da envergadura do projeto: dele participa um notável grupo de pesquisadores espalhados por todo o

tiga a liderança levando em conta essas condições. Para seu desenvolvimento, considera os resultados de outros estudos nessa área, relacionando-os, reavaliando-os, testando-os e acrescentando novos elementos e novas perspectivas de análise em seu eixo central, qual seja, a relação entre cultura e liderança. Isso ocorre porque, tendo em vista o exposto anteriormente acerca da crescente globalização de organizações industriais e da crescente interdependência entre as nações, observa-se que a necessidade de melhor entender influências culturais na liderança e nas práticas organizacionais nunca foi tão grande.

As situações que os líderes ou futuros líderes enfrentam são bastante complexas, em constante mudança e de difícil compreensão. Mais do que nunca, gerentes de empresas internacionais encaram uma implacável concorrência, que cresce rapidamente. Não por menor razão, o projeto Globe é citado, referenciado e fundamentado em diversos estudos e pesquisas sobre o tema, dos quais participam os autores deste capítulo ou os que ora são discutidos, referenciados ou citados. Para essa observação, ver Quadro 2.

---

mundo (175 cientistas, acadêmicos e profissionais especialistas do âmbito das organizações, do trabalho e dos recursos humanos), abrangendo 62 países que representam as principais regiões do mundo e dispo de dados de mais de 17 mil diretores em diferentes organizações” (GIL et al., 2011).

Quadro 2 – Relação de principais trabalhos fundadores do capítulo.

AUTOR	ANO	PAÍS	TÓPICOS	OBSERVAÇÕES/ OUTROS TÓPICOS
Deller	2015	Alemanha	Cultura Expatriação	Interculturalidade, pesquisa intercultural
Schlösser et al.	2012	Alemanha	Cultura	Dimensões culturais, projeto Globe
Barata e Martí	2011	Brasil	Liderança Cultura	Projeto Globe
Gil et al.	2011	Espanha	Liderança Equipes	Projeto Globe
Gil e Martí	2011	Espanha	Liderança Cultura	Projeto Globe
Gerybadze et al.	2010	Alemanha	Gestão Inovação	Liderança, PMEs
Rego, Pina e Cunha e Clegg	2010	Brasil	Liderança	Cultura
Frese	2009	EUA	Empreendedorismo	Psicologia, <i>action theory</i>
Rego e Pina e Cunha	2009	Portugal	Gestão Liderança Cultura	Projeto Globe
Baum, Frese e Baron	2007	Grã- Bretanha	Empreendedorismo	Liderança
Barata	2006	Espanha	Liderança Cultura	Projeto Globe
House et al.	2004	EUA	Projeto Globe	Liderança, cultura
Hofstede	1984	EUA	Cultura	Organização

Fonte: Elaborado pelos autores.

Some-se a essas tentativas de abordagem intercultural e transcultural do fenômeno da liderança e do empreendedorismo o projeto iGOES (vide nota de rodapé 5), desenvolvido na Universidade de Lüneburg, Alemanha (DELLER, 2015; DELLER; ALBRECHT, 2011), que traz a descrição de características de sucesso de projetos desenvolvidos em perspectiva internacional para a generalização de fatores de sucesso entre expatriados. A colocação de pessoal no trabalho em outros países vem aumentando e desempenhando função importante para o desenvolvimento das organizações.

Na tentativa de melhorar a *performance* dessas pessoas e aumentar sua chance de sucesso nas novas situações de trabalho, o conhecimento obtido por meio de pesquisas seguras e com instrumentos equivalentes em perspectiva internacional pode ser decisivo. O levantamento de dados em diferentes culturas sobre o tema da expatriação, a exemplo de critérios para a transferência de empregados contratados por empresas internacionais, sua adaptação aos novos ambientes culturais e o desempenho nessas situações inovadoras, tem sido feito apenas parcialmente e de forma não sistemática. Ao mesmo tempo, pessoas com atuação gerencial e trabalhista internacional acreditam, em sua maioria, que o sucesso de empregados nessa situação tem as mesmas características, independentemente de seu país de origem ou de destino.

No presente estudo, utilizaram-se instrumentos como entrevista, questionário e testes psicológicos para levantar conhecimentos sobre a adaptação e o desempenho dos pesquisados. Com a utilização de instrumentos de pesquisa adequados, a colaboração de instituições internacionais e o levantamento de uma amostra que permite a generalização de seus resultados sobre empregados expatriados, o iGOES mostrou-se o maior projeto no âmbito da pesquisa diagnóstica sobre

expatriação, uma vez que todos os *clusters* culturais do mundo são levados em conta. No ano 2009, Arménio Rego e Miguel Pina e Cunha lançavam, em Portugal, um manual de gestão transcultural de recursos humanos, cujas teses, também oriundas do projeto Globe, são complementares e reforçam as do projeto iGOES no que tange à pesquisa sobre trabalhadores expatriados (REGO; PINA E CUNHA, 2009).

Rego e Pina e Cunha (2009), em sua obra temática, trabalham com o termo da liderança transcultural e afirmam que, para se compreender seus requisitos, é necessário partir de uma caracterização do mosaico multicultural. Essa demanda leva ao aporte teórico sobre cultura e suas implicações para a gestão das organizações, sobre dimensões culturais e seus diferentes modelos e autores e, finalmente, sobre a abordagem fundamental dos estudos contidos no projeto Globe (HOUSE et al., 2004), que veio sintetizar diversos elementos, de certa forma ainda descoordenados, de temas e estudos interculturais de âmbito organizacional.

Questões sobre os aspectos interculturais da liderança e do empreendedorismo são, por sua vez, abordadas a partir de metodologia alicerçada nos modelos de Hofstede (1984) e do projeto Globe (HOUSE et al., 2004). A discussão acerca da metodologia da pesquisa transcultural inclui sugestões específicas que são de grande ajuda para a melhor concepção e elaboração de instrumentos de pesquisa. Preocupações sobre as relações da cultura com empreendedorismo e comportamento empresarial em diferentes países são amplamente debatidas nos estudos apresentados e organizados por Baum, Frese e Baron (2007).

Com a globalização corrente do mercado mundial, há uma demanda, a partir de uma base doméstica, tanto para suprir mercados externos, quanto para buscar a aquisição

de empresas estrangeiras, a associação a elas ou ainda estabelecendo conglomerados (*joint ventures*) internacionais. A confusão resultante e o deslocamento criado pelo processo de transição requerem um tipo especial de líder – que seja afeito à mudança organizacional, geralmente pressupondo a presença de empregados de diferentes culturas. Rego e Pina e Cunha (2009) abordam a gestão e transculturalidade, e demonstram a importância dessa dimensão no estudo da liderança e gerência.

O caráter atual da transculturalidade em gestão, as necessidades práticas e os tempos difíceis que formam os novos cenários do gerenciamento são outras razões para se pesquisar o impacto da cultura sobre a liderança. Os líderes e os empreendedores também estão à frente de empresas de pequeno porte que buscam estabilidade e sucesso. Muitas vezes, esses líderes/empreendedores têm de se aventurar na difícil realidade da competição internacional já nos primeiros anos de existência de seus negócios, caso pretendam experimentar o desafio desse mal necessário e do crescimento.

A integração crescente do mercado exige dessas empresas estratégias que lhes permitam atuar de modo proativo no mercado local, bem como aventurar-se em mercados externos, de forma a conseguir um desenvolvimento sustentável firme. Schwens, Steinmetz e Kabst (2010) tratam dos padrões de internacionalização e crescimento de pequenas e médias empresas (PMEs), em distintos ramos industriais, com peculiaridades que as destacam e as diferenciam de suas congêneres de grande porte e/ou corporações multinacionais. Entre essas diferenças, podem ser mencionadas as formas de gerenciamento de inovação (GERYBADZE et al., 2010), as estratégias de internacionalização e o sucesso, que, no caso das PMEs, podem ser construídos, por exemplo, a partir de cadeias de



relacionamento (*networks*) com os clientes, fornecedores e distribuidores estrangeiros, algo relacionado às estratégias de liderança e ao processo empreendedor (RABELO, 2007).

Há, segundo Triandis (1994, 1995, 2001), uma necessidade de teorias organizacionais e de liderança que transcendam as culturas, a fim de compreender o que funciona ou não em diferentes realidades nacionais culturais. Competências globais podem ser exploradas em estudos dessa natureza e podem fundamentar ações de líderes expatriados (JAVIDAN et al., 2006).

As literaturas transculturais têm, geralmente, sublinhado uma forte ligação entre cultura e estilos de liderança. Um arsenal de estudos comparativos transculturais e intra-culturais surge para examinar a relação entre cultura e estilos gerenciais, incluindo liderança (HOUSE; WRIGHT; ADITYA, 1997). A literatura sobre o tema aponta para uma maior divergência de opiniões no que diz respeito à universalidade de padrões de liderança.

Muitos pesquisadores têm argumentado a favor de um impacto direto da cultura sobre os estilos de liderança, afirmando que tradições culturais específicas, valores, ideologias e normas são vínculos que diferenciam fatores e estruturas entre sociedades (LAMMERS; HICKSON, 1979, p. 10). Eles acreditam que desenvolvimentos históricos influenciam a evolução de fenômenos diferenciadores, como grau de cooperação, moral e compromisso com organizações (CHILD; KIESER, 1979; MAURICE; SORGE, 2000; HOUSE et al., 2002; SMITH; PETERSON, 1988; TAYEB, 1988), a despeito de qualquer semelhança entre as nações (GRAEN, 2004; SHENKAR; RONEN, 1987).

No outro lado do debate, encontram-se aqueles que acreditam que pelo menos alguns aspectos de liderança

podem transcender as fronteiras culturais e são, portanto, universalmente aceitos. Em apoio a essa posição, asseguram que imperativos tecnológicos comuns, lógica industrial comum (ADLER; DOKTOR; REDDING, 1986) e instituições e práticas globais servem para harmonizar práticas gerenciais e estruturais (CHILD; TAYEB, 1983; LEVITT, 1983; YAVAS, 1995).

Apesar da popularidade recente de estudos transculturais sobre gerenciamento, a literatura existente conta com problemas conceituais e metodológicos remanescentes. A própria delimitação conceitual na área, que antecede estudos dessa natureza, precisaria estar mais fortalecida para a configuração de seu lastro histórico e teórico (BAUM; FRESE; BARON, 2007; GIL; ALCOVER, 1999; BRODBECK; FRESE; JAVIDAN, 2002).

Um ordenamento nacional-cultural sobre as dimensões de liderança pode ser uma ferramenta útil para se modelar as diferenças entre os conceitos de liderança de distintas origens culturais, o que traria implicações práticas, por exemplo, para a gestão transcultural e a adequação internacional do empreendedorismo.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

A despeito de todos os esforços recentes na pesquisa transcultural sobre liderança e empreendedorismo, esses dois conceitos, no que tange à sua universalidade, continuam imprecisos e sem operacionalização. Somente os estudos de Hofstede (1984) e aqueles oriundos de sua tradição (por exemplo, o projeto Globe) têm tido êxito no tratamento do conceito de cultura e de outros relacionados a ela nas pesquisas sobre liderança e, de certo modo, nas que tratam do empreendedo-

rismo. Isso implica resultados concretos nessa busca e em sua averiguação transcultural. Remanescem, contudo, a falta de modelo teórico claro explicando a relação entre cultura social e eficácia de liderança e empreendedorismo e problemas metodológicos na forma como as culturas são medidas, como os países são comparados e como os dois conceitos em questão são abordados.

Porter e Schneider (2014) reafirmam a falta de uma perspectiva transcultural característica a todas as pesquisas na área da psicologia industrial, organizacional e do comportamento organizacional, por eles intitulada de ênfase insuficiente sobre os aspectos internacionais/globais nesses campos de estudo.

Nem a psicologia industrial e organizacional (I/O) até agora, nem o comportamento organizacional (OB) durante os seus primeiros 40 anos ou mais poderiam ser considerados cosmopolitas, uma vez que ambos os campos geralmente foram dominados por estudiosos norte-americanos, produzindo resultados de pesquisas concernentes aos Estados Unidos. De forma encorajadora, o quadro está começando a mudar, com o projeto Globe (House et al., 2004, 2013), que vem sendo um bom exemplo dessa mudança, mas o progresso na pesquisa nessas áreas tem sido desigual. A principal tarefa intelectual para todos estudiosos da psicologia I/O e OB, seja nos Estados Unidos ou fora deles, é determinar quais fenômenos são *emic* (culturalmente específicos) ou *etic* (universais). Como o projeto Globe tem demonstrado, alguns atributos de liderança são *etic* (por exemplo, confiabilidade é universalmente vista como positiva; irritabilidade é universalmente vista como negativa), e outros são *emic* (por exemplo, ambição pode ser vista como positiva ou negativa, dependendo da cultura específica). Nossos campos de estudo necessitam de

pesquisas mais abrangentes, internacionais (cross-nacional), como as realizadas pelo Globe, a partir do momento atual (PORTER; SCHNEIDER, 2014, p. 16-17).<sup>7</sup>

É difícil, portanto, encontrar significativa quantidade e qualidade na pesquisa nessa área específica fora do *mainstream*, ou seja, fora dos centros desenvolvidos, especialmente dos Estados Unidos da América e das nações com grande representatividade em suas publicações (WASTI, 2008). A América Latina pode ser descartada desse “clube de privilegiados”.

Apesar da proliferação de estudos dessa natureza, muitos dos quais foram abordados neste capítulo, poucos se relacionam à realidade da vida quotidiana (KETS DE VRIES, 1998) ou à cultura na qual se inserem. Vale a pena, em novos estudos, levar em conta ideias variadas sobre a complexa problemática da globalização e seus conteúdos de liderança, empreendedorismo e cultura, à luz de teorias e estudos empíricos locais, regionais, nacionais e transnacionais. As pesquisas e os estudos considerados para o texto atual, se vistos separadamente, podem parecer até mesmo contraditórios, mas, tomando-os no todo, eles se formam de partes complementares, relacionadas entre si, e, o mais relevante, o produto resultante contribui para uma reflexão acerca dessa área da psicologia que se apresenta em construção e marca presença nos mais distintos momentos da vida organizacional, nas mais diversas culturas.

O presente capítulo considerou, portanto, a literatura que se preocupa em introduzir e implementar os achados das últimas décadas sobre pesquisa intercultural e transcultural.

---

<sup>7</sup> Tradução livre do original em inglês pelos autores. Abreviações: I/O = Industrial and Organizational Psychology; OB = Organizational Behavior.

tural em liderança, bem como aproximá-la de questões de empreendedorismo, menos presentes na área da psicologia. Tratou-se de procurar um estado da arte e da literatura transcultural (*cross-cultural*) que importa à liderança e ao empreendedorismo, referindo-se a estudos desenvolvidos comparativamente entre culturas ou nações, ou mesmo em uma nação específica, quando produzidos também fora do escopo dominante da pesquisa estadunidense. Não se pretendeu esgotar a rica literatura na área, mas encontrar, naquela selecionada por critérios já expostos, um ponto de sincronia para nortear novos estudos e provocar uma reflexão sobre esses temas (TUPINAMBÁ; GIL, no prelo).

Grande parte da literatura considerada neste capítulo, especialmente no que tange ao empreendedorismo em perspectiva psicológica, leva a uma constatação acerca da contínua exploração temática com abordagem *emic* e em perspectiva ética impositiva (WASTI, 2008). A exemplo do que ocorre em outras áreas da psicologia organizacional, os conhecimentos sobre liderança e empreendedorismo pretendem ser *etic*, mas se originam em condições nacionais específicas (*emic*), sendo transpostos sem preocupações relativas às culturas, o que pode significar uma internacionalização disfuncional.

## BIBLIOGRAFIA

ACEVEDO M. et al. Competencias para trabajar en red: modelo teórico y casos de aplicación a redes interorganizativas. *Dirección y Organización*, Madri, v. 55, p. 26-37, abr. 2015.

ADLER, N. J.; DOKTOR, R.; REDDING, S. G. From the Atlantic to the Pacific century: cross-cultural management reviewed. *Journal of Management*, Califórnia (EUA), v. 12, p. 295-318, 1986.

AKTOUF, O. *Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz*. São Paulo: Atlas, 2004.

ALONSO, L. E. *Trabajo y postmodernidad: el empleo débil*. Madrid: Editorial Fundamentos, 1999.

BARATA, M. A. *Liderazgo organizacional global*. 80 p. Tese (Doutorado em Psicologia Organizacional e do Trabalho) – Universidade Complutense de Madri, Madri, 2012.

BARATA, M. A.; MARTÍ, M. El liderazgo en una perspectiva internacional: un estudio comparativo entre líderes brasileños y españoles de acuerdo con el proyecto Globe. *Revista de Psicología*, v. 2, n. 1, p. 35-49, jan./jun. 2011.

BARBOSA, R. R. *O modelo IMBA como auxílio à seleção de pessoas no mercado de trabalho brasileiro*. 2014. 63 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

BARON, R. A. OB and entrepreneurship: the reciprocal benefits of closer conceptual links. *Research in Organizational Behavior*, v. 24, p. 225-269, 2002.

BARON, R. A.; BAUM, J. R.; FRESE, M. Research gains: benefits of closer links between I/O psychology and entrepreneurship. In: BAUM, J. R.; FRESE, M.; BARON, R. A. (Ed.). *The Psychology of Entrepreneurship*, Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Publishers, 2007, p. 347-374.

BASS, B. M. *Leadership and Performance Beyond Expectations*. New York: The Free Press, 1985.

\_\_\_\_\_. *Bass & Stogdill's Handbook of Leadership: Theory, Research and Managerial Applications*. Nueva York: The Free Press, 1990.

BAUM, J. R.; FRESE, M.; BARON, R. A. (Ed.). *The psychology of entrepreneurship*, Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Publishers, 2007.

BAUM, J. R.; LOCKE, E. A. The relation of entrepreneurial traits, skill, and motivation to subsequent venture growth. *Journal of Applied Psychology*, v. 89, p. 587-598, 2004.

BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1999.

BOSMA, N. et al. The value of human and social capital investments for the business performance of startups. *Small Business Economics*, v. 23, n. 3, p. 227-236, out. 2004.

BRODBECK, F. C.; FRESE, M.; JAVIDAN, M. Leadership made in Germany: low on compassion, high on performance. *Academy of Management Executive*, v. 16, n. 1, p. 16-29, 2002.

CARLAND, J. W. et al. Differentiating entrepreneurs from small business owners: a conceptualization. *Academy of Management Review*, n. 9, 354-359, 1984.

CARTER, N. M. et al. The career reasons of nascent entrepreneurs. *Journal of Business Venturing*, v. 18, p. 13-39, 2003.

CASTEL, R. *Las metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado*. Barcelona: Paidós, 1997.

CASTEL, R. Centralité du travail et cohésion sociale. In: SUPPIOT, A. (Org.). *Le monde du travail*. Paris: Édition la Découverte, 1998. p. 50-60.

CHELL, E.; HAWORTH, J. M.; BREARLEY, S. *The entrepreneurial personality*. Londres: Routledge, 1991.

CHESNAIS, F. O capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, O. (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 7-33.

CHILD, J. D.; KIESER, A. Organization and managerial roles in British and West German companies: an examination of the culture-free thesis. In: LAMMERS, C. J.; HICKSON, D. J. (Org.). *Organizations alike and unlike*. Londres: Routledge, 1979, p. 251-271.

CHILD, J. D.; TAYEB, M. Theoretical perspectives in cross-national research. *International Studies of Management and Organization*, v. 23, n. 4, p. 32-70, 1983.

CHOMSKY, N. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.

COELHO, D. P. *Aprendendo com os erros*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

DELLER, J. International generalizability of expatriate success factors. *Leuphana University of Lüneburg*. Disponível em: <<http://www.leuphana.de/en/juergen-deller/research-projects/international-hrm/igoes.html>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

DELLER, J.; ALBRECHT, A.-G. Gerenciamento de projetos na pesquisa intercultural: o projeto iGOES como exemplo. *Revista de Psicologia*, v. 2, n. 1, p. 18-34, 2011.

DORFMAN, P. W. International and cross-cultural leadership research. In: PUNNETT, B. J.; SHENKAR, O. (Org.). *Handbook for International Management Research*. Oxford: Blackwell, 1996. p. 267-349.

FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K. Liderança e organizações. *Revista de Psicologia*, v. 2, n. 2, p. 93-119, jul./dez. 2011.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, abr./jun. 1999.

FRESE, M. The psychological actions and entrepreneurial success: an action theory approach. In: BAUM, J. R.; FRESE, M.; BARON, R. A. (Ed.). *The psychology of entrepreneurship*. Mahwah, N. J.: Lawrence Erlbaum Associations, 2007. p. 151-188.

\_\_\_\_\_. Towards a psychology of entrepreneurship: an action theory perspective. *Foundations and Trends in Entrepreneurship*, v. 5, p. 435-494, 2009.



GARTNER, W. B. "Who is an entrepreneur?" is the wrong question. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 13, n. 4, p. 47-68, 1989.

GERYBADZE, A. et al. (Ed.). *Innovation and international corporate growth*. Berlim: Springer-Verlag, 2010.

GIL, F. *Introducción a la psicología de las organizaciones*. Madri: Alianza Editorial, 2002.

GIL, F.; ALCOVER, C. M. (Org.). *Introducción a la psicología de los grupos*. Madri: Pirámide, 1999, p. 105-133.

GIL, F. et al. Nuevas formas de liderazgo en equipos de trabajo. *Papeles del Psicólogo*, v. 32, n. 1, p. 38-47, 2011.

GIL, F.; GARCÍA, M. *Habilidades de dirección en las organizaciones*. Madri: Eudema, 1993.

GIL, F.; MARTÍ, M. Cultura y liderazgo: el proyecto Globe. In: MOLERO, F.; MORALES, J. F. (Ed.). *Liderazgo: hecho y ficción*. Visiones actuales. Madri: Editorial Alianza, 2011. p. 197-220.

GLATZ, A.; MOZDZANOWSKI, M.; TUPINAMBÁ, A. C. R. Imba: um instrumento para a prática do profissional na empresa. *Revista de Psicologia*, v. 2, n. 2, p. 44-56, jul./dez. 2011.

GOMES, A. F. O empreendedorismo como uma alavanca para o desenvolvimento local. *REA*, v. 4, n. 2, 2005.

GOULART, I. B.; GUIMARÃES, R. F. Cenários contemporâneos do mundo do trabalho. In: GOULART, I. B. (Org.). *Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 17-36.

GRAEN, G. B. *New frontiers of leadership*. Greenwich, CT: Age Publishing, 2004.

HAINES, R. Group development in virtual teams: an experimental reexamination. In: *Computers in Human Behavior*, v. 39, p. 213-222, 2014.

HELD, H.; MCGREW, A. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.

HOBBSAWM, E. *O novo século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOFSTEDE, G. *Culture's consequences, international differences in work related values*. Newbury Park: Sage Publications, 1984.

\_\_\_\_\_. *Cultura e organizações: compreender a nossa programação mental*. Lisboa: Sílabo, 2003.

HOUSE, R. J. et al. Understanding cultures and implicit leadership theories across the globe: an introduction to project Globe. *Journal of World Business*, v. 37, p. 3-10, 2002.

HOUSE, R. J. et al. (Ed.). *Culture, leadership, and organizations: the Globe study of 62 societies*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2004.

HOUSE, R. J.; WRIGHT, N. S.; ADITYA, R. N. Cross-cultural research on organizational leadership: a critical analysis and a proposed theory. In: EARLY, P. C.; EREZ, M. (Ed.). *New perspectives in international industrial organizational psychology*. San Francisco: New Lexington, 1997. p. 535-625.

IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

\_\_\_\_\_. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

JAVIDAN et al. In the eye of the beholder: cross-cultural lessons in leadership from project Globe. *Academy of Management Perspectives*, v. 20, n. 1, p. 67-90, fev. 2006.

KATZ, D.; KAHN, R. L. *Psicologia Social das Organizações*. São Paulo: Atlas, 1974.

KETS DE VRIES, M. F. R. A mística da liderança. *Comportamento Organizacional e Gestão*, v. 4, n. 1, p. 97-116, 1998.

KETS DE VRIES, M.; CARLOCK, R. S.; FLOTENT-TREACY, E. *Empresa familiar no divã: uma perspectiva psicológica*. Porto Alegre: Bookman, 2009.

LAMMERS, C. J.; HICKSON, D. J. (Ed.). *Organizations alike and unlike: international and inter-institutional studies in the sociology of organizations*. Londres: Routledge, 1979.

LEVITT, T. The globalization of markets. *Harvard Business Review*, v. 83, n. 3, p. 92, 1983.

MALPASS, R. S. Theory and method in cross-cultural psychology. *American Psychologist*, v. 32, n. 12, 1977.

MALPASS, R. S.; POORTINGA, Y. H. Strategies for design and analysis. In: LONNER, W. J.; BERRY, J. W. (Ed.). *Field methods in cross-cultural research*. Beverly Hills, CA: Sage, 1986. p. 47-83.

MAURICE, M.; SORGE, A. (Org.). *Embedding organizations: societal analysis of factors, organizations and socio-economic context*. Filadélfia: John Benjamins, 2000.

MCCLELLAND, D. C. *The achieving society*. New York: The Free Press, 1961.

MONTENEGRO, A. de V. *A integração de pessoas com deficiência no mundo do trabalho: estudo comparativo entre duas empresas cearenses a partir do projeto IMBA*. 2013. 67 p. Monografia (Curso de Graduação em Psicologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

MORRIS, M. W.; LEUNG, K.; LICKEL, B. Views from inside and outside: integrating emic and etic insights about culture and justice judgment. *Academic of Management Review*, v. 24, n. 4, p. 781-796, 1999.

ORTEGA, A.; GIL, F.; ANTINO, M. Facilitadores y consecuentes del aprendizaje de equipo: apuntes para futuras investigaciones. *Revista de Psicologia*, v. 1, n. 2, p. 13-22, jul./dez. 2010.

PEÑARROJA, V. et al. How feedback and team trust influence information processing and learning in virtual teams: a moderated mediation model. *Computers in Human Behavior*, v. 48, p. 9-16, 2015.

PINHO, A. P. M. Comprometimento organizacional: analisando as relações entre as dimensões do construto e os valores culturais. *Projeto de pesquisa*. Salvador: Instituto de Psicologia. Universidade Federal da Bahia, 2015.

PINHO, A. P. M.; BASTOS, A. V. B. *Vínculos do trabalhador com a organização: comprometimento, entricheiramento e consentimento*. São Paulo: Hucitec, 2014.

PORTER, L. W.; SCHNEIDER, B. What was, what is, and what may be in OP/OB. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior*, v. 1, p. 1-21, mar. 2014.

RABELO, D. K. *Possíveis relações entre os estilos de liderança e o clima organizacional em uma empresa de confecção de médio porte da cidade de Fortaleza*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

REBÊLO, F. C. J. M. Crise financeira de 2008: a intervenção do Estado no domínio econômico. *Rev. SJRJ*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 28, p. 69-79, 2010.

RAUCH, A.; FRESE, M. Psychological approaches to entrepreneurial success: a general model and an overview of findings. *International Review of Industrial and Organizational Psychology*, v. 15, p. 101-142, 2000.

RAUCH, A.; FRESE, M. Let's put the person back into entrepreneurship research: a meta-analysis on the relationship between business owners' personality traits, business creation and success. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, v. 16, p. 353-385, 2007.

REGO, A.; PINA E CUNHA, M. *A essência da liderança*. Lisboa: RH, 2004.

REGO, A.; PINA E CUNHA, M. *Manual de gestão transcultural de recursos humanos*. Lisboa: RH, 2009.

REGO, A.; PINA E CUNHA; M., CLEGG, S. Liderança global virtuosa. *Revista de Psicologia*, v. 1, n. 1, p. 9-32, jan./jun. 2010.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SCHEIN, E. H. *Psicologia organizacional*. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1982.

\_\_\_\_\_. *Cultura organizacional e Liderança*. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHENK, R. Beurteilung des Unternehmenserfolges. In: FRESSE, M. (Ed.). *Erfolgreiche Unternehmensgründer: Psychologische Analysen und praktische Anleitungen für Unternehmer in Ost- und Westdeutschland*, Goettingen: Hogrefe, 1998.

SCHLÖSSER et al. Humane orientation as a new cultural dimension of the Globe project: a validation study of the Globe scale and out-group humane orientation in 25 countries. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, v. 44 n. 4, p. 535-551, 2012.

SCHWENS, C.; STEINMETZ, H.; KABST, R. Growth and internationalization: renewable energy and new technology-based firms. In: GERYBADZE, A. et al. (Ed.). *Innovation and international corporate growth*. Berlin: Springer-Verlag, 2010.

SEGREGA, F. L. Raízes, conseqüências e propostas alternativas à hegemonia unipolar e à globalização. In: SANTOS, T. dos (Coord.); MARTINS, C. E.; SÁ, F.; BRUCKMANN, M. (Org.). *Os impasses da globalização: hegemonia e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2003. v. 1, p. 123-172.

SHANE, S.; LOCKE, E. A.; COLLINS, C. J. Entrepreneurial motivation. *Human Resource Management Review*, v. 13, p. 257-279, 2003.

SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy of Management Review*, v. 25, p. 217-226, 2000.

SHAVER, K. G.; SCOTT, L. R. Person, process, choice: the psychology of new venture creation. *Entrepreneurship: theory and practice*, p. 23-45, 1991.

SHENKAR, O.; RONEN, S. Structure and importance of work goals among managers in the People's Republic of China. *The Academy of Management Journal*, v. 30, n. 3, p. 564-576, set. 1987.

SMITH, P. B.; PETERSON, M. F. *Leadership, organizations, and culture: an event management model*. Londres: Sage, 1988.

SNELLMAN, C. L. Virtual teams: opportunities and challenges for e-leaders. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, v. 110, p. 1251-1261, 2014.

SOUSA, A. M. R. *Construção de um modelo preditivo de intenção empreendedora para estudantes universitários*. Tese (Doutorado em Administração) – Departamento de Administração da Unifor. Fortaleza, 2014.

TAYEB, M. H. *Organizations and national culture: a comparative analysis*. Londres: Sage, 1988.

TRIANDIS, H. C. Cross-cultural industrial and organizational psychology. In: TRIANDIS, H. C.; DUNNETTE, M. D.; HOUGH, L. M. (Ed.). *Handbook of Industrial and Organizational Psychology*. Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press. 1994. v. 4, p. 103-172.

\_\_\_\_\_. *Individualism & collectivism*. Boulder, CO: Westview, 1995.

\_\_\_\_\_. Individualism-collectivism and personality. *Journal of Personality*, p. 907-924, 2001.

TUPINAMBÁ, A. C. R. *Der Zusammenhang von Persönlichkeitseigenschaften, Strategien und Erfolg bei Kleinunternehmern: eine*

Vergleichsstudie zwischen Brasilien und Deutschland. Hamburg: Dr. Kovac, 1999.

TUPINAMBÁ, A. C. R. et al. Um estudo acerca das qualificações-chave do modelo IMBA para adequação pessoal ao trabalho. *Extensão em Ação*, v. 1, n. 6, p. 72-86, jan./jul. 2014.

TUPINAMBÁ, A. C. R.; GIL, F. *Liderança e empreendedorismo em perspectiva intercultural*. Fortaleza: Edições UFC, no prelo.

WASTI, S. A. Organizational commitment: complication or clarification? In: SMITH, P. B.; PETERSON, M. F.; THOMAS, D. C. (Ed.). *Handbook of cross-cultural management research*. Los Angeles: Sage, 2008. p. 95-115.

YAVAS, B. F. Quality management practices worldwide: convergence or divergence? *Quality Progress*, v. 28, n. 10, p. 57-61, 1995.

## UMA REFLEXÃO SOBRE A PRECARIIDADE LABORAL NO ÂMBITO DA PSICOLOGIA DO TRABALHO

---

Cássio Adriano Braz de Aquino  
Dímitre Sampaio Moita

Ao longo dos últimos dez anos, a experiência de orientação de dissertações e pesquisas no curso de psicologia, na área de trabalho, tem apontado para uma tendência clara de análise das transformações do mundo laboral. Nesse cenário, um tema parece atravessar boa parte das pesquisas realizadas: a precariedade.

A precariedade tem constituído, sem dúvida, uma preocupação recorrente na área das ciências sociais, ocupando espaço considerável, principalmente, nas produções da sociologia e da ciência política. No campo da psicologia, a partir das contribuições da psicologia social, observa-se uma crescente atenção sobre o tema, a qual continua, no entanto, aquém dos estudos desenvolvidos por outras disciplinas sociais e inferior à atenção dada a temas que têm constituído a base da denominada psicologia organizacional. Esta, tradicionalmente (embora não exclusivamente), tem servido de



referência para a construção da representação da psicologia relativa ao mundo do trabalho no nosso país.

Essa tendência, ainda que denotada no contexto específico já referido, mostra-se em expansão no âmbito geral – economia, política, mídia – e tem levado a um interesse crescente em situar melhor o que vem a ser esse fenômeno. Discernir o que ele traz de novidade e como ele pode ser concebido como espaço das evidências de complexificação e heterogeneização do mundo do trabalho (ANTUNES, 1995) são alguns dos aspectos que podem auxiliar na compreensão do aumento da disposição em estudar a precariedade no campo da psicologia do trabalho e do reconhecimento da relevância e importância de tal intento. Tais aspectos podem trazer contribuições que permitam produzir um novo delineamento desse campo do saber, articulando os efeitos das transformações do mundo laboral ao modelo de configuração das novas formas de organização que surgem todos os dias, ademais dos distintos padrões de inserção laboral que conformam hoje o mercado de trabalho. Não sendo isso suficiente, ao compreendermos a psicologia do trabalho como um campo engajado com a transformação política e social, uma discussão sobre a precariedade pode produzir elementos para a construção de políticas que barrem esse processo ou, pelo menos, viabilizem espaços de pensar resistências.

A experiência com as pesquisas orientadas ratifica a necessidade de ampliação da compreensão de trabalho para a psicologia, de modo a cada vez mais distanciar-se do modelo que caracterizou as organizações formais clássicas e que serviu de referente quase hegemônico para a produção científica nessa área ao longo de boa parte do século XX. O desafio é buscar uma (nova) aproximação da psicologia do trabalho à realidade laboral de um contingente considerável

de trabalhadores que se encontram “marginalizados” dos espaços organizacionais tradicionais ou inseridos a partir de referentes distintos daqueles que vigoraram na constituição do período industrial, no qual a psicologia organizacional assentou suas bases.

Esse propósito não é inovador, mas adquire relevância ao somar-se ao de outros psicólogos do trabalho – Sato (2007), Borsoi (2011) –, que já vêm alertando para essa demanda. Contribui, assim, para uma maior diversidade dos estudos desse ramo da psicologia, que, por muito tempo, deu pouca atenção ao trabalho realizado além ou aquém dos espaços das organizações formais, cujo modelo de organização fordista-taylorista foi referente destacado. Se hoje há aceitação da diversidade de formas em conceber o trabalho, é preciso que a psicologia as reconheça e se aproprie desse território, de modo a aproximar-se, cada vez mais, desse sujeito trabalhador disperso num contexto de profunda vulnerabilidade e fragilidade das formas de inserção laboral, marca da contemporaneidade do mercado de trabalho, seja no âmbito das organizações ou mesmo no âmbito da atividade autônoma. Isso, sem dúvida, viabiliza a superação da colonização metonímica do trabalho pelo emprego e traz à tona a dificuldade de estabelecer os limites entre o trabalho e o não trabalho.

Refletir sobre a precariedade laboral tentando precisá-la conceitualmente, ademais de compreendê-la como um fenômeno atual, com implicações na forma de conceber o trabalho e na forma de influir na produção subjetiva do trabalhador, pode trazer contribuições importantes para a psicologia do trabalho. Trata-se de uma reflexão principalmente teórica sobre o tema, sem, no entanto, prescindir da referência constante às experiências cotidianas que marcam a realidade laboral de parte significativa dos trabalhadores. A esse desa-

fio lançamo-nos nesse texto, sabendo que ele está longe de dar conta da totalidade das possibilidades de abordagem do tema, mas que pode ser um ponto de apoio fundamental para trazer um olhar mais social e político a essa área da psicologia.

## COMPREENDENDO A PRECARIIDADE

Em sua etimologia, segundo Cingolani (2005), a palavra precariedade tem origem no latim *precarius*, “o que se consegue com súplicas; o que se possui durante a vontade de seu dono, e como empréstimo”. Essa definição, porém, não esgota sua compreensão. Ela pode ser reconhecida a partir de diversas acepções, seja como substantivo – precariedade, seja como adjetivo – precária/o.

Hélaridot (2005) ressalta o duplo registro semântico que pode ser extraído da sua definição. Por um lado, estaria a referência ao precário como adjetivo – que designa a coisa sobre a qual não se pode garantir a duração, a solidez, a estabilidade e que a qualquer momento pode ser questionado (ROBERT, P; REY-DEBOVE, J; REY, A, 2001). Por outro lado, tal como destacado na definição etimológica apresentada por Cingolani (2005), remete a uma relação de submissão, por meio da qual o devir de um sujeito está dominado pelo desejo de outro que não ele mesmo. Assim, a precariedade estaria atravessada pelo duplo registro da incerteza e da dominação.

De acordo com Cingolani (2005), aproximando-se do que diz Hélaridot (2005), fundamental é recolher do sentido da súplica, contido na referência etimológica, sua derivação moderna, que faz do devir, da duração, da solidez, algo não assegurado, ou seja, a súplica não nos garante o atendimento da demanda. A partir dessa articulação, sua compreensão é

ampliada para o que é instável, incerto, fugaz, fugidio, delicado e frágil.

A precariedade, assim compreendida, faz referência a um grande número de fenômenos de ordem social e política, não se restringindo ao âmbito laboral. É a precariedade como fenômeno social e bastante atrelada à ideia de pobreza, que, de certa forma, irrompe num olhar sobre a estrutura social. Uma das definições mais conhecidas sobre a precariedade é aquela elaborada por Wresinski (1987):

A precariedade é a ausência de uma ou diversas garantias ou seguranças que permitem às pessoas e famílias assumir suas responsabilidades elementares e desfrutar dos seus direitos fundamentais. A insegurança pode ser mais ou menos grave e definitiva. Ela geralmente conduz à pobreza quando afeta diversos domínios da existência, quando tende a prolongar-se no tempo e tornar-se persistente, a ponto de comprometer a reconquista dos direitos e de reassumir suas responsabilidades por si mesmo num futuro previsível (WRESINSKI, 1987, p. 28, tradução nossa).

É no reconhecimento da ausência de direitos e garantias, tal como destaca Wresinski, que a precariedade começa a cobrar relevo e passa a integrar a reflexão sobre as questões sociais. Seguindo essa linha de pensamento, Concialdi (2007) afirma que a distinção atribuída à precariedade na década de 1990 é reflexo da publicação de duas importantes obras: *La nouvelle question social*, de Pierre Rosanvallon, e *Les metamorphoses de la question social*, de Robert Castel.

Ambos os autores destacam as transformações vividas na sociedade a partir da “questão social”. Esse referente, surgido no final do século XIX para designar os problemas

relativos à nascente sociedade industrial, assinalava a miséria social de então, advinda do funcionamento do sistema social onde o modelo industrial adquiria hegemonia. Rosanvallon e Castel vão retomar a noção da questão social para analisar as mudanças na sociedade, seja por meio da crise filosófica do estado de bem-estar, o primeiro, seja através da compreensão de uma desafiliação social provocada pela crise do trabalho e das proteções sociais, o segundo.

Rosanvallon (1995, p. 12) ressalta que há uma mudança na natureza da crise vivida pelo Estado de bem-estar, acumulando, além dos problemas de financiamento e gestão, uma crise de ordem filosófica, que conduziria a uma nova questão social. Ele adverte que a desintegração dos princípios de solidariedade e o fracasso da concepção dos direitos sociais conduziram a fraturas sociais profundas, e que é preciso pensar uma refundação dos direitos e da solidariedade a partir de uma “articulação entre a prática da democracia e a gestão do social”.

Castel (1998) compreende que o processo de mundialização, iniciado nas últimas décadas do século XX – tendo como destaque a ampliação da competitividade da esfera das organizações empresariais para o âmbito das nações –, levou as sociedades salariais a degradarem as garantias do emprego, promovendo a disseminação da heterogeneidade entre grupos, com a perda de hegemonia do modelo salarial. Esse processo dificulta a solidariedade e termina por gerar um segmento considerável de grupos/ pessoas sem filiação, ancorados num individualismo negativo.

Outra reflexão interessante pode ser encontrada em Barbier (2005). Para o autor, o termo precariedade tem forte conotação política e foi profundamente difundido a partir da década de 1980, devido à sua adoção no campo das investi-

gações sociais. Barbier (2005) atribui as primeiras referências, no âmbito da pesquisa, aos estudos da sociologia das famílias e da pobreza, o que mantém relação com o que foi observado na definição proposta por Wresinski (1987). A conotação estava vinculada aos processos de rupturas diversas que atravessavam as situações familiares e que as aproximavam de uma condição de pobreza. Num segundo momento, ainda no princípio da década de 1970, a atribuição ao emprego, como referente significativo da precariedade, começa a estabelecer-se, mas ao lado de outras dimensões: moradia, vida conjugal, irregularidade de renda, problemas de saúde e debilidade de vínculos sociais. Não havia, nesse momento, a percepção de desemprego massivo, talvez daí tenha ocorrido a disseminação desse fator ao lado de outras situações próximas de contextos de risco, sem que, entretanto, sobre elas predominasse.

A noção de risco é também uma das formas de compreensão do sentido da precariedade apresentado por Beck (1998), numa referência às crises vivenciadas nos âmbitos ecológico, político e social. Neste último, a constatação das perdas de conquistas sociais pelas classes subordinadas ganha destaque. Ao risco derivado das questões ambientais e tecnológicas, somam-se aqueles do mercado laboral, que apontam para consequências imprevisíveis, mas profundamente demarcadas pela fragilização e debilidade dos vínculos sociais. Na sociedade de risco, os velhos conflitos de distribuição permanecem, assim, precariedade e pobreza se mantêm (e se agravam) como consequências dessa repartição inadequada. Observa-se, nesse momento, uma profunda associação entre precariedade e pobreza.

Barbier (2005) destaca, porém, que a adoção da categoria precariedade pelo discurso político e administrativo francês – em função, principalmente, dos problemas relativos ao

emprego e ao desemprego, na França dos anos 1980 – possibilitará o eco nos trabalhos sociológicos e viabilizará a adoção do termo pela linguagem jornalística já nos primeiros anos da década de 1990, criando a noção de *precarização*, que passa a ser aplicada a toda sociedade e adquire um caráter processual.

É importante ressaltar, com relação ao que descreve Barbier (2005), que essa disseminação não é um traço comum em todos os países, mas tem seu território de expansão muito delimitado à França e aos países latinos da Europa – principalmente Espanha, Portugal e Itália. É, talvez, em virtude dessa origem latina e em função da forte influência do pensamento social francês na academia brasileira que se pode atribuir uma expansão da noção de precariedade entre os pesquisadores do nosso país.

A adoção nos países latinos, referida por Barbier (2005), é denotada no que ele chama de “dificuldade em exportar essa noção francesa” para a realidade anglo-saxônica e também para países como Alemanha e Dinamarca, por exemplo. Nesses países, a noção de flexibilidade articulada com empregos débeis (Inglaterra) e insegurança (Alemanha e Dinamarca) parece emergir de forma mais evidente que a precariedade. Compreende-se que a dificuldade está centrada na diversidade de acepções que adquire a precariedade, não apenas em termos sociais mais amplos, como também relativamente à esfera laboral. No contexto anglo-saxônico, assim como nos outros países citados, há uma restrição ao uso do termo precariedade, enquanto que no contexto francês e latino como um todo, seu uso é bastante estendido. Segundo o autor, a difusão da noção de *precarização*, de acordo com o modelo francês, torna o termo um referente político e debilita sua capacidade analítica. Dessa forma, mais correto seria falar antes em precariedades do que em precariedade, uma vez que seu leque de compreensão é bastante ampliado.

Tal entendimento é fundamental para prosseguir em nossa reflexão. O propósito do texto está direcionado a uma perspectiva do mundo laboral. Portanto, o privilégio desse âmbito de análise será observado, obviamente, sem dissociá-lo de uma relação ampliada com a sociedade. É fundamental, entretanto, para que se possa dar o devido relevo ao mundo do trabalho e aos impactos na produção subjetiva do trabalhador, reconhecer a necessidade de um recorte.

Apesar de o termo *precário* ou *precariedade* não emergirem no contexto atual, nem fazerem referência a um único fenômeno, é a partir das duas últimas décadas que adquirem destaque, apontando para uma nova significação ou pelo menos para uma ampliação dessa significação. Talvez não fosse ousado dizer que a precariedade, ao longo da vigência da sociedade salarial, tenha permanecido endêmica nos países industrializados (embora, em outros países, fosse uma realidade sempre presente), mas que, a partir da debilitação e fragilização dos direitos e garantias sociais apoiados na noção de emprego, disseminou-se, ganhando, assim, uma visibilidade nefasta.

Desse modo, poderíamos inferir que a perspectiva processual se vincula à noção de precarização, enquanto que os aspectos pontuais, associados às condições de trabalho e que sempre estiveram presentes no mundo laboral, estão mais associados à noção de precariedade.

## **PROMOVENDO UM RECORTE NA COMPREENSÃO DA PRECARIIDADE**

Quando tentamos associar a precariedade ao mundo do trabalho, somos levados a reconhecer uma longa história, que não emerge na chamada crise dos anos 1970. Pode-se



afirmar que o universo laboral está atravessado pela precariedade e disso nos sobram exemplos, como o funcionamento das indústrias na “nascente” sociedade industrial do final do século XVIII e princípio do século XIX, as formas insidiosas de alguns trabalhos agrícolas e mesmo as formas de exploração servil, que sempre estiveram presentes em distintos espaços de trabalho, num espectro que varia da exploração do trabalho infantil às novas formas de escravidão contemporânea, como descreve bem o livro de Maurice Lengelle-Tardy, *La esclavitud moderna* (2002).

Se não há novidade na precariedade, por que ela assume a relevância atual nos discursos acadêmicos das ciências sociais? A precariedade surge, como afirma Cingolani (2005), como condição e também como experiência relativa às transformações culturais e comportamentais vinculadas às relações de trabalho. Talvez o mais importante a se destacar dessa relevância atribuída a um fenômeno de alguma forma antigo seja a sua disseminação como forma de inserção laboral distinta, num âmbito posterior ao experimentado ou idealizado pelos trabalhadores, relativo ao estatuto de um emprego estável, das garantias a direitos e rendas sociais e fundamentalmente destituído do temor da incerteza, características que demarcaram o modelo salarial.

A precariedade deve, pois, estar associada a um movimento, uma dinâmica sustentada pela subjetividade dos atores: se ela é, de maneira objetiva, desestabilização com relação a um estado anterior, ela é também, na sua apreensão subjetiva, efeito de uma trajetória social, profissional, de experiências diversas que marcam uma relação singular com as condições geradas por essa precariedade, uma certa forma de conceber o trabalho e a construção de

universos de sentidos múltiplos (SAINT-MARTIN, 2008, p. 2-3, tradução nossa).

Está claro que a compreensão que deve ser dada à precariedade no contexto atual deriva, necessariamente, de um resgate histórico e do entendimento de uma ruptura com o momento anterior. É preciso destacar, no entanto, que a ruptura ou deterioração das condições precedentes faz alusão direta ao experimentado nos países industrializados. Isso é relevante porque, em alguns países, a convivência com o trabalho regulamentado nunca foi hegemônica, mas, iniciado o processo de precarização nos denominados países centrais, o que se observou foi um dismantelamento das possibilidades de melhoria das condições laborais nos países que sequer haviam experimentado algo parecido ao modelo sócio-laboral europeu, por exemplo.

Alonso (2009) destaca que o estatuto político-jurídico que foi se constituindo em torno do trabalho nas sociedades industrializadas, a partir da Segunda Guerra Mundial, foi fruto de um lento e progressivo ciclo histórico que levou a situá-lo no centro da questão social. Esse processo pode ser compreendido como a integração ao corpo jurídico do Estado, inicialmente, de algumas medidas protecionistas que logo se tornaram um amálgama de “direitos distributivos, de representação e de bem-estar baseados essencialmente na natureza central do trabalho para a gênese da riqueza das nações” (ALONSO, 2009, p. 128, tradução nossa).

Superando o desprezo da aristocracia tradicional e a subordinação à propriedade do primeiro projeto moderno (ALONSO, 2009), o trabalho adquire, nesse contexto histórico, outra representação e valor, que serão decisivos para o entendimento de sua centralidade na estrutura social.

Esse modelo de organização social, ainda que não tenha sido hegemônico e sim um privilégio experimentado nos países industrializados ou em setores específicos dos países em desenvolvimento, passou a constituir o referente de organização da sociedade. Aspectos como o *pacto keynesiano* e a cidadania laboral estavam postos, se não como uma vivência concreta das relações em sociedade, pelo menos como imaginário social. A condição salarial vinha, assim, substituir a noção de propriedade como forma de representação e participação na estrutura social.

Foi a construção do modelo salarial que atribuiu um reconhecimento do trabalho, na forma de emprego, como atividade central de inserção e representação social. Entretanto, historicamente, como já afirmamos, a precariedade esteve sempre presente no mundo do trabalho. Durante os primeiros anos de estabelecimento do modelo industrial, o assalariado constituía uma atividade complementar ante o trabalho agrícola, artesanal e as pequenas atividades desenvolvidas no espaço doméstico.

Como afirma Cingolani (2005), no século XIX, quando o trabalho assalariado ainda não estava generalizado, traços como intermitência, instabilidade e inscrição em sistemas de recursos e trocas múltiplas marcavam a dimensão laboral. Aspectos que hoje são vistos como ruptura do modelo salarial constituíam (e ainda constituem em alguns países) práticas correntes, como a polivalência e formas contratuais profundamente débeis – trabalhos por jornadas diárias, trabalhos de encargo, por tarefa ou peças –, que denotavam a instantaneidade das trocas.

Mesmo no século XX, já identificando a associação entre trabalho e proteção social, ainda era comum encontrar trabalhos atravessados pela precariedade, como as atividades

sazonais dos agricultores – à mercê das condições climáticas –, os múltiplos trabalhos desenvolvidos no espaço doméstico e as atividades clandestinas, que, por sua periculosidade ou ilegalidade, deveriam estar ocultas ou devidamente resguardadas, mas que constituíam o acesso ao trabalho de coletivos tradicionalmente vitimizados pela precariedade no seu sentido ampliado, como mulheres, jovens e imigrantes. Com relação a esses últimos, ademais da ausência de garantias e proteções profissionais, somavam-se as referências aos direitos e garantias pessoais, fazendo emergir uma dupla debilidade, a de ordem laboral e a do reconhecimento da existência cidadã com instâncias claramente diferenciadas.

Não era apenas nas atividades extremas que essas pessoas estavam marginalizadas da concepção “universal” de acesso à propriedade social, mas em todas aquelas em que não atendessem à premissa disseminada como referente da condição salarial, a saber: homem, contribuinte, detentor de trabalho formal e provedor da segurança econômica e social dos que estavam subordinados a ele.

O consenso do bem-estar, organicamente instituído sobre a divisão funcional do trabalho, a representação liberal nacional e a cidadania social, deixava em lugar invisível, secundário ou submisso todos aqueles grupos que ainda que trabalhando, sua atividade não era reconhecida nem cultural, nem social, nem legalmente como formadora de propriedade social e conformadora de identidade, mas como ocupação complementar, conjuntural, transitória, oportunista e até, no pior dos casos, parasitária ou desleal (ALONSO, 2009, p. 134, tradução nossa).

Observando esse breve repasso histórico, parece que a contemporaneidade apenas atualizou características que já

faziam parte do cenário laboral, e isso não deixa de ser correto. No entanto, o contexto que se apresenta hoje traz consigo os efeitos da vivência de condições e experiências que distinguem a consequência desses fatos entre o que se evidenciou anteriormente e o que se revela atualmente.

## MODELO SALARIAL: REFERÊNCIA DE ESTABILIDADE

Como afirmamos anteriormente, a precariedade, tal como vista na atualidade, demanda uma análise do estabelecimento da sociedade salarial e também do seu desgaste. Como destaca Concialdi (2007), foi a partir dos primeiros elementos de proteção salarial que o modelo de emprego adquiriu seu estatuto. A constituição do salariado fez do contrato de duração indefinida e tempo completo seu mais destacado referente, apoiado, como destaca o autor, em três elementos normativos. O primeiro é a *ideia do emprego estável*, obtido por meio de medidas que resguardavam o vínculo do trabalhador com o seu posto de trabalho, tais como: o aviso prévio, a indenização em caso de demissão e o estabelecimento das normas jurídicas referentes à dispensa, com destaque ao fato de que, para ser legítima, a demissão deveria estar baseada numa causa real e seriamente justificada.

A *regularidade da renda* é outro ponto destacado por Concialdi (2007). Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, havia uma forte volatilidade dos salários. Contudo, superada a Segunda Guerra Mundial, estende-se a noção de liberdade dos salários, mediada por uma base mínima, com a fixação de um “salário mínimo garantido”. Estabelecia-se, assim, uma regulação que viabilizava proteção ao poder de compra daqueles que estavam sob o regime salarial.

Por fim, estabelece-se toda *uma rede de proteção social vinculada à condição salarial*, garantida por dispositivos jurídicos, que vai além das negociações entre patrão e empregado, inscrevendo-se como caráter obrigatório e coletivo. Seguem-se assim, as premissas desenvolvidas por Keynes e que fazem da ideia do “pleno emprego” a insígnia da condição salarial e o objetivo a ser perseguido pelas políticas públicas no marco de uma responsabilidade coletiva. Estava, desse modo, delineada a sociedade salarial: a) regulação da atividade econômica por políticas públicas macroeconômicas; b) medidas visando ao pleno emprego; c) proteção da relação salarial por meio do direito do trabalhador e a consequente seguridade social (CONCIALDI, 2007, p. 25).

Tudo isso se encaminhava para consolidar a ideia de um modelo de Estado de bem-estar social, em que a cidadania adquiria papel central a partir de três fases históricas contingentes, a saber: a afirmação dos direitos civis, ao final do século XVIII; a afirmação dos direitos de participação política, obtidos ao final do século XIX; e, já no século XX, o reconhecimento dos direitos sociais de cidadania pela participação do Estado na redistribuição na esfera do consumo e dos serviços – das diferenças introduzidas pelas relações de propriedade e de produção – visando, assim, a reduzir a tendência à exclusão social. Nesse último, o modelo salarial adquiria relevo e passou a ser visto como um eixo decisivo para integração, participação e redistribuição social (MARSHALL, 1964).

O período de forte expansão econômica compreendido entre o final da Segunda Guerra e o princípio da década de 1970, que, por meio do modelo taylorista-fordista, demonstrou a possibilidade da manutenção do pleno emprego, contribuiu para essa aliança entre a inserção laboral e a atribuição cidadã.

Já nos denominados “Trinta anos gloriosos” (denominação profundamente vinculada às sociedades industriais e ao período pós-guerra), no entanto, a partir de um detonador mais explícito – a crise do petróleo de 1973 –, começaram a revelar-se debilidades, e, apesar de terem sido um período economicamente brilhante e decisivo na construção de um lugar de centralidade ímpar para o emprego, não se conseguiu contornar a crise, pondo-se em xeque toda a estrutura construída a partir do referente de bem-estar social do modelo taylorista-fordista de produção.

Como afirma Alonso (2009, p. 144), as primeiras manifestações da crise do modelo taylorista-fordista e da cidadania laboral ocorreram na forma de defesas reativas à perda “das margens de utilidades dos agentes econômicos”, com ações que se dirigiram aos mercados de trabalho, tendo por consequência imediata o aumento considerável do nível de desemprego e a destruição das regulações do contexto socioeconômico keynesiano.

Surge, como estratégia destacada, a flexibilidade, que em seu momento inicial, assumia o caráter defensivo – “uma forma de desregulação normativa e alteração das condições de contratação de trabalho” (ALONSO, 2009, p. 145) –, de forma a reequilibrar o mercado e possibilitar o retorno às taxas de lucro anteriormente praticadas.

A rigidez do modelo taylorista-fordista – e, por consequência, a estabilidade – passou a ser vista como uma característica nefasta e responsável pelo aumento do nível de desemprego e, para tanto, deveria ser combatida, sendo preciso enfrentar o poder regulador do Estado e liberar os mercados para que reagissem mais veloz e habilmente ante as crises, que, em princípio, não eram difundidas como estruturais.

É importante considerar que essa ruptura, iniciada na década de 1970, teve consequências em todos os âmbitos sociais e tem sido decisiva para analisar a crise contemporânea na relação indivíduo/sociedade. O papel ocupado pelo trabalho na configuração social, num período histórico mais recente (últimos dois séculos), é decisivo para compreender o lugar antropológico em que se funda o reconhecimento e a consolidação dos vínculos sociais (CHICCHI, 2001).

O esgotamento do modelo salarial, advindo da crise estrutural do emprego e da disseminação da necessidade de recuperar os níveis anteriores de crescimento, levou a uma mudança radical no estatuto do emprego, figura essencial do modelo salarial. O surgimento de novas formas de vínculo laboral, unido à pressão crescente do desemprego estrutural, levou à desconstrução paulatina dos dispositivos de segurança, por meio de um processo de desregulação dos direitos associados ao emprego.

A multiplicação de formas de emprego contribuiu para que houvesse uma complexificação e heterogeneidade do mercado de trabalho, tal como afirma Antunes (1995). Talvez com base nisso se possa compreender a crítica que Barbier (2005) faz acerca da imprecisão do termo precariedade. No quadro sinóptico abaixo, é possível ter uma pequena ideia da extensão adquirida pela categoria ante a disseminação das novas formas de vínculo laboral.



Quadro sinóptico

Dominique Schnaper	Serge Paugam	Robert Castel
<p>1 – Emprego “com estatuto”.</p> <p>2 – Emprego sem estatuto (empregos precários).</p> <p>3 – Estatuto “derivado do emprego” (aposentados, pré-aposentados, desempregado).</p> <p>4 – Estatutos nascidos da solidariedade.</p> <p>5 – “Sem estatuto”.</p>	<p>Precariedade do emprego:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assalariados com estatuto precário.</li> <li>- Assalariados em subempregos.</li> <li>- Empregos estáveis desestabilizados.</li> </ul> <p>A situação é incerta e o assalariado não pode prever seu futuro profissional.</p> <p>Precariedade do trabalho:</p> <p>Quando o trabalho parece não ter interesse; mal retribuído e debilmente reconhecido pela empresa.</p>	<p>Desestabilização geral da sociedade provocada pela desestruturação da condição salarial, promovendo a vulnerabilidade social e tendo como efeitos diretos o desemprego e a desafiliação social.</p> <p>Obs: no caso de Castel, a referência é ao “processo de precarização”.</p>

A constituição do Estado de bem-estar social, em que vigorou o modelo salarial e a noção de emprego como grande referente de inserção e participação social, viabilizou a diferenciação entre os inativos – vagabundos, mendigos e loucos – e os desempregados (CASTEL, 1998). O emprego passou a ser um referente para o que Alonso (2009) vai denominar *socialização da solidariedade*, numa alusão a uma proteção assegurada de direitos mínimos de cidadania, em situações excepcionais de afastamento temporal da condição de emprego (desemprego). Era uma tentativa de criar espaços específicos nos quais não vigorassem as leis de mercados e sobressaísse a posição de um Estado gestor dos riscos da insegurança social.

A apropriação, por parte do mercado, das esferas de atividades que anteriormente o Estado havia assumido, em substituição às formas pré-econômicas de solidariedade, somada à promoção das descontinuidades promovidas pelas novas práticas de gerenciamento, acaba por caracterizar a precariedade atual.

O fenômeno da precariedade, hoje, tomando como referência a esfera laboral, está atravessado por duas características fundamentais: a descontinuidade e a externalização, como consideram Cingolani (2005), Concialdi (2007) e Hélar-dot (2005). Às duas características talvez se pudesse acrescentar a naturalização ou normatização dessas práticas. Insistimos nesse ponto porque é a introjeção e a aceitação acrítica que permitem a disseminação da precariedade como elemento constante das novas formas de inserção laboral.

Se relacionarmos a descontinuidade a uma questão temporal e a externalização a uma questão espacial, podemos, então, analisar a precarização como um fenômeno de alteração profunda nas condições de tempo e espaço que caracterizam o modelo salarial. Podemos, ademais, entender que, em virtude dessa transformação, a precariedade tem adquirido o relevo e a atenção que parecem rondar as investigações em psicologia do trabalho.

A seguir, vamos nos deter na análise de algumas das características que fazem alusão à precariedade e, por consequência, abordar como essa categoria adquiriu o relevo que a coloca hoje no centro das discussões sobre o mercado de trabalho.

## **A DESCONTINUIDADE E A EXTERNALIDADE COMO ASPECTOS MAIS VISÍVEIS PROPICIADORES DA PRECARIIDADE**

Um dos marcos, já referenciados, que evidencia a precariedade é o da descontinuidade, principalmente no que con-

cerne à dimensão temporal. Se, ao longo da sociedade salarial, a partir do estatuto do emprego, a estabilidade se constituía como uma garantia, o modelo pós-industrial,<sup>1</sup> tendo a precariedade como signo, privilegia as interrupções e reativações sucessivas como forma de inserção no mercado laboral.

As novas formas de contrato estão demarcadas por referências diretas aos novos modelos de tempo que as caracterizam – contratos por tempo determinado, contratos de jornada parcial, estágios, contratos interinos (AQUINO, 2007). Como ressalta Cingolani (2005), as novas formas de inserção estão pautadas pela intermitência, que revela a descontinuidade do vínculo. Aqui se observa claramente a emergência da incerteza e da instabilidade em substituição à estabilidade vivida no momento de hegemonia do modelo salarial.

É preciso ressaltar a distinção entre os efeitos dessas novas formas de organização do trabalho em países que efetivamente vivenciaram a sociedade salarial e naqueles que tinham o modelo no seu horizonte, como um objetivo a ser alcançado. Essa diferença é decisiva para que se compreenda o relevo que a precariedade adquire nos diversos contextos sócio-históricos. Assim, quanto maior tenha sido a imersão na lógica salarial, mais nítidas as evidências da precariedade que se observa contemporaneamente. Tal referência pode ser compreendida também em termos de setores econômicos. Não é à toa que o enfretamento aos processos de desregulação laboral

---

<sup>1</sup> A adoção do termo “pós-industrial” está baseada numa perspectiva de diferenciação na vigência dos parâmetros que referenciaram a sociedade industrial ou salarial. Não tem, assim, uma conotação evolutiva, tampouco valorativa sobre essas transformações, mas assume um caráter de distinção do modelo salarial. Como se trata da forma comumente empregada, optou-se pela manutenção do seu uso.

seja muito mais combativo em países e setores que foram privilegiados pelo modelo salarial.

No Brasil, os contratos temporários foram regulamentados por decreto em 1974 e tinham por premissa lidar com uma situação transitória. Os contratos de tempo parcial foram introduzidos na Consolidação das Leis Trabalhistas no ano de 2001 e faziam referência a uma jornada que não excedesse 25 horas semanais, garantindo uma retribuição proporcional. Os contratos de aprendizagem ou estágios, regulamentados em 2005, preveem uma duração determinada, que não pode superar dois anos, e estão destinados a jovens entre 14 e 24 anos, podendo variar bastante quanto às remunerações financeiras (SOUSA, 2012).

Como se pode observar, a legislação que regulamenta tais formas de vínculos laborais – em que o tempo é o corolário da descontinuidade – é recente, o que não significa que a existência desse tipo de vínculo o seja. Na realidade, trata-se da efetivação de práticas que eram bastante difundidas e que derivaram da volatilidade do emprego no nosso país. É importante ressaltar, ainda, que são situações formalizadas de emprego e não representam, em termos gerais, um modelo hegemônico de trabalho no Brasil.

Na verdade, o que se observa é a substituição progressiva de um estatuto regulado e estável de emprego por uma proposta de flexibilização (com fortes características de legitimação da precarização) do mercado laboral ou, ainda, a efetivação legislativa dessa última. Estabelece-se, assim, uma dicotomia clara que inverte o modelo anterior, que tendia à rigidez, por um processo de flexibilização, decorrência do crescimento do desemprego, da ruptura da negociação coletiva e do estabelecimento de novas formas de contrato de trabalho. Há que se observar, no entanto, o que representa a vinculação dessa

flexibilidade com a ideia de descontinuidade para as diferentes partes envolvidas nessa nova configuração. O efeito sobre o capital e sobre o trabalho revela a importância desses componentes na reorganização produtiva.

Agora a flexibilização se traduz em insegurança para o trabalhador. Este já não tem controle sobre seu posto de trabalho, e as expectativas de futuro se mostram incertas. Mas, paralelamente, para a gerência, isso permite uma maior segurança e certeza no cálculo dos custos frente às flutuações do mercado [...] a flexibilização comporta dois aspectos: um é a introdução de formas de contratação temporária para cobrir postos de trabalho fixo; outro alude à ruptura de qualquer capacidade, por parte da força de trabalho, de fugir das determinações da lógica do mercado (BILBAO, 1999, p. 48, tradução nossa).

Tempo e espaço se rearticulam para definir os novos modelos de inserção do trabalho na lógica produtiva. O deslocamento, compreendido como externalidade da produção, adquire relevo.

O estabelecimento de novas formas de contratos rentabiliza o tempo de trabalho, minimizando o efeito dos “tempos mortos” na produção. Soma-se a isso o deslocamento, inicialmente, das atividades que guardam pouca relação com o fim último da empresa, evitando, assim, a presença de supranumerários (CINGOLANI, 2005).

A externalidade, associada aqui com uma territorialidade/espacialidade, remete ao mecanismo de transferência de parte do seu processo de produção para uma empresa ou grupo de trabalhadores subcontratados. Esse procedimento pode ser desdobrado, criando o que se chama de “externa-

lização em cascata” (APPAY, 2008; HÉLARDOT, 2005). Ou seja, parte do segmento transferido inicialmente para uma empresa subcontratada pode ser repassado a outra empresa e assim sucessivamente, promovendo uma fragmentação crescente do processo produtivo e gerando uma forte sujeição do trabalhador.

Segundo Appay (2008), esse tipo de procedimento gera um modo de produção que supera contradições próprias do modelo taylorista-fordista, permitindo, ao mesmo tempo, uma produção em massa e a produção de pequenas séries, a estandarização e, também, a personalização dos produtos. Isso permite atender ao novo sistema de coação que privilegia a figura do cliente, a desresponsabilização, a partir da criação de novas normas internacionais, e a intensificação da concorrência global. Se, a princípio, a externalização foi uma prática bastante utilizada na indústria automobilística, hoje ela está disseminada em diferentes setores da economia.

A consequência mais imediata do processo de externalização é a alteração das formas de relação salarial, gerando situações híbridas, que dificilmente se enquadram no modelo salarial, mas que também não são facilmente enquadradas no modelo de trabalho autônomo ou independente, o que coloca o trabalhador que está sob essa configuração sem representação na legislação laboral. Além disso, a externalização, utilizada como mecanismo de expulsão do modelo salarial dos trabalhadores que ocupam o espaço secundário da produção, acaba atuando como mecanismo de pressão sobre os demais trabalhadores, que se veem constantemente sob o risco de serem excluídos de sua condição estável. Isto é, a estabilidade dos “estáveis” também se encontra em risco.

Descontinuidade e externalização promovem a ruptura da unidade que estava presente na condição salarial,

gerando um processo de individualização e isolamento dos trabalhadores e reforçando a pressão e o controle sobre eles, debilitando-os coletiva e sindicalmente e promovendo, ademais, a emergência de novas formas de subjetivação.

Se, sob a lógica da sociedade salarial, havia um padrão mais ou menos estável da norma de emprego, nos últimos anos, o que, em princípio, deveria ser uma reação defensiva, passa a estabelecer-se como uma regra de desregulamentação e como uma multiplicação de normas de emprego. É justamente a debilitação dessa norma de emprego que faz emergir a ideia de precariedade não mais como fenômeno endêmico, mas, agora, como processo deliberado e intencional a ser disseminado, consequência “natural” dos novos modos de produção e, portanto, a ser vivenciado como uma realidade que não se pode evitar.

A proliferação de diferentes estatutos de emprego rompe a hegemonia que havia entre o conjunto dos assalariados e conduz, como afirma Bilbao (1999), a uma multiplicação de condições distintas, em que alguns poucos setores, com melhor capacidade de negociação e pressão, conseguem manter algumas normas do emprego estável, enquanto outros setores têm que submeter-se à “norma” da precariedade.

Com isso, pode-se afirmar que há setores mais débeis, nos quais a precariedade se mostra mais evidente, e há outros que reagem e conseguem manter direitos e garantias conquistadas por força de sua coesão social ou, como creem os mais pessimistas, pela relevância que detêm dentro do desenvolvimento do capital. Em função dessa situação, muitas vezes, é mais fácil estabelecer uma distinção entre a precariedade e a norma de emprego do que entre o ocupado precário e o desempregado.

A reestruturação produtiva cria as condições específicas para essa normatização/normalização da precariedade, o que, de alguma forma, permite compreender o surgimento de um novo paradigma, denominado por Appay (2008) de “precariedade como sistema”. Segundo a autora, uma nova organização do trabalho se impõe, conjugando um fenômeno paradoxal, que é a responsabilização dos indivíduos visando a atender objetivos definidos por outros. A precariedade como sistema não se confunde com a precariedade como experiência (subjéctiva), ainda que estabeleça o cenário para o desenvolvimento dessa última.

Reconhecendo essa necessidade de inserir a precariedade – tal como concebemos hoje – dentro da perspectiva de ruptura com um modelo anteriormente estabelecido, é prudente alertar aqui para uma diferença semântica que pode ser elucidativa de toda a experiência que se observa contemporaneamente. Podemos falar de *precarização laboral* em termos sistêmicos quando fazemos referência a um processo de rompimento paulatino com as experiências anteriores de vínculo e garantias atreladas ao trabalho. Por outro lado, a alusão à *precariedade* implica a constatação dessa deterioração associada a determinados coletivos ocupacionais, seja pelo processo de precarização sofrido, seja por sua constituição/criação num contexto de ampliadas normas de emprego, que se evidenciam a partir da reestruturação produtiva e que permitem a naturalização dos procedimentos de descontinuidade e externalidade como mecanismos de inserção no mercado laboral.

A debilidade e a perda qualitativa do estatuto de emprego podem ser observadas em algumas ocupações, mas há também aquelas que já se estabeleceram no cenário laboral, ante os novos paradigmas de vulnerabilidade e fragilidade que marcam a precariedade. Sobre essas últimas, não há como



remeter a um processo de precarização que não seja no âmbito sistêmico referido anteriormente. Dito de outro modo, a reestruturação produtiva permitiu a emergência e a configuração de ocupações que não experimenta(ram) quaisquer garantias ou proteções sociais, ou seja, já nasceram precárias (*motoboys*, terceirizados de limpeza etc.). Tal diferença tem impacto na produção subjetiva do trabalhador e é um tema que deveria ser mais discutido pela psicologia do trabalho.

A precarização como processo e a precariedade tomada como uma situação instituída estão atravessadas por ações econômicas com um forte caráter de decisão política. Ainda que se possa reconhecer que os efeitos da precarização parecem mais temíveis nas sociedades que experimentaram o modelo salarial e estiveram resguardadas pela intermediação do estado de bem-estar social, essa conotação política subsidia a compreensão da importância do trabalho no delineamento da estrutura social, servindo de referência para toda e qualquer sociedade, tendo em vista a relevância que a atividade laboral ocupa.

Paradoxalmente, o contexto atual do trabalho conjuga as características próprias da precariedade – incerteza, instabilidade, fragilidade, vulnerabilidade – com formas de gerenciamento que lançam mão de uma “autonomia controlada”.<sup>2</sup> Os efeitos mais claros dessa conjugação é um aumento da demanda de êxito, da ameaça de fracasso, do sofrimento social e da impotência pessoal e coletiva (APPAY, 2008).

---

<sup>2</sup> A “autonomia controlada”, tal como descreve Appay (2008), é um princípio organizacional que provoca o sofrimento ao mesmo tempo que constitui sua negação, uma vez que dota os sujeitos trabalhadores da responsabilidade pelos seus atos, êxitos ou fracassos, ainda que os centros de decisão estratégicos estejam sob outros comandos.

O trabalhador está diante de uma realidade em que a instabilidade, debilidade e vulnerabilidade marcam sua condição laboral. Com a precariedade, situar-se no espaço social ou construir uma identidade profissional é um desafio profundamente arriscado, uma vez que a integração e o sentido de participação na sociedade são bastante débeis. Como ressalta Hélar-dot (2005), com a dispersão do modelo salarial em diversos estatutos de emprego (ou mesmo pela ausência de estatutos) – marcados pelo caráter provisório, reversível, impreciso –, situar-se ante o mundo do trabalho se torna extremamente difícil. O sofrimento mostra-se a principal imagem para boa parte dos trabalhadores, trazendo à tona a discussão de Paugam (2007), quando faz referência não mais à precariedade do emprego, mas àquela do trabalho (tal como explicitado no quadro sinóptico anteriormente exposto), a qual, certamente, poderia fazer emergir a ideia de uma precarização social e subjetiva dos trabalhadores.

## **A PRECARIIDADE, O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO E A PSICOLOGIA DO TRABALHO**

Partindo do anteriormente exposto, podemos compreender como se delineia o aumento progressivo do discurso da precariedade nos estudos da psicologia do trabalho. A necessidade de promover uma aproximação ao contexto sócio-político em que o trabalho está sendo demandado implica a abertura de novos espaços de reflexão na psicologia, que, tradicionalmente, foi pensada no âmbito das organizações nascidas no seio da industrialização do século XX.

Numa realidade como a brasileira, na qual, historicamente o trabalho com características informais sempre ocu-

pou um espaço destacado, rivalizando com o trabalho formal, mesmo assim, parece não haver ainda uma produção acadêmica proporcional que reconheça essa realidade em transformação. Mesmo que muitos dos grandes nomes da psicologia organizacional considerem os efeitos dessas mudanças, ainda há um número significativo de trabalhos produzidos que parecem desconsiderar a profunda alteração do cenário que serviu de base à constituição da psicologia organizacional no século XX.

Parece haver uma atribuição da responsabilidade da investigação desses temas a outras disciplinas que não a psicologia. Não há por que abandonar os importantes estudos que se desenvolvem no âmbito da psicologia organizacional, mas é preciso buscar uma maior aproximação com esse eixo de investigação que demanda um olhar mais contextualizado da psicologia. O trabalho e o trabalhador já não são os mesmos, os vínculos estão em processo de profunda transformação, e é preciso ousar um pouco mais e pensar na própria contribuição do pensamento político para a psicologia do trabalho.

O processo de precarização, que tem sido vivenciado pela sociedade pós-industrial, tem efeitos distintos, seja em função do país ao qual se faça referência, ou em relação ao setor econômico ou nível hierárquico que esteja sendo analisado. Disso, muitas vezes, aproveitam-se as políticas públicas de emprego que têm sido utilizadas mais recentemente. Como afirma Supiot (2007), os países que mais proteção deram à estabilidade jurídica do emprego, na vigência do pacto keynesiano, apresentam-se hoje como os mais vorazes na criação de contratos efêmeros e instáveis. Talvez, nesse contexto, a precarização, como processo, seja claramente perceptível. Em países onde o estatuto do emprego não foi suficientemente

protegido, essa percepção é mais difícil, mas nem por isso menos detectada.

Nos altos escalões, o panorama pós-fordista, como destaca Alonso (2009), transformou o profissional liberal, primeiro, em profissional funcional (a serviço da grande organização) e, mais recentemente, em profissional mercenário, vendendo projetos e estratégias de curto prazo a quem lhe oferecer mais. No entanto, nos níveis mais baixos, ou nos mercados externalizados, observam-se ciclos biográficos cada vez mais fragmentados, com acentuadas características de instabilidade, em que entradas, saídas e “estancamento” no mercado laboral são cada vez mais comuns. A precariedade tem transformado a sobrevivência em único incentivo (ou, pelo menos, o mais destacado) do mundo do trabalho.

Isso implica a importância de analisar a precariedade como condição e como experiência. No caso específico dos que associam trabalho exclusivamente com sobrevivência, discutir condições de trabalho se torna secundário ante a possibilidade de conseguir trabalhar. Tal situação, associada à pressão do desemprego e do risco permanente de desfiliação social, influi decisivamente num processo de despolitização das questões relativas ao trabalho. Esse é um risco constante que se assoma ao campo da psicologia organizacional e do trabalho.

É preciso pensar o lugar social do trabalho e, nesse sentido, refletir sobre as organizações, espaço privilegiado de atuação dos psicólogos, não de uma maneira formal ou como metáfora, mas como realidades sócio-históricas nas quais emergem sujeitos sociais vinculados por laços de dominação e solidariedade, atravessados por decisões políticas (ALONSO, 2009).

Como afirma Appay (2008), a questão da precarização assume um papel fundamental de questionamento do

direito social e permite refletir sobre as implicações de uma dinâmica social, econômica e política que impacta no conjunto da sociedade.

Além de observar os processos concretos, que marcam o processo de precarização e a vivência da precariedade, é preciso pensar e discutir o processo de normatização/naturalização desses vínculos profundamente débeis e instáveis, com implicações sobre a produção subjetiva e a saúde dos trabalhadores. A precariedade é uma atividade subjetiva reveladora das transformações no valor do trabalho e, portanto, elemento privilegiado de estudo para a psicologia do trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

ALONSO, L. E. *Prácticas económicas y economía de las prácticas*. Madrid: Catarata, 2009.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, SP: Cortez/Editora da UNICAMP, 1995.

APPAY, B. *Precarité, precarisation. Vers un nouveau paradigme?* In: TERSSAC, G.; SAINT-MARTIN, C.; THÉBAULT, C. (Org.). *La précarité: une relation entre travail, organisation et santé*. Toulouse: Octares, 2008.

AQUINO, C. A. B. Transformações no modelo industrial, “novos” trabalhos e nova temporalidade. *Psicologia & Sociedade*, Minas Gerais, v. 19, Edição Especial 1, p. 21-28, 2007.

BARBIER, J-C. *La précarité, une catégorie française à l'épreuve de la comparaison internationale*. In: *Revue française de sociologie*, v. 46, p. 351-371, 2005.

BECK, U. *Un nuevo mundo feliz*. La precariedad del trabajo en la era de la globalización. Barcelona: Paidós, 1998.

- BILBAO, A. *El empleo precario: seguridad de la economía e inseguridad del trabajo*. Madrid: Los libros de Catarata, 1999.
- BORSOI, I. C. F. Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado. In: *Convergencia* (Toluca), v. 55, p. 113-133, 2011.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHICCHI, F. *Derive sociali: precarizzazione del lavoro, crisi del legame sociale ed egemonia culturale del rischio*. Milano: Franco Angeli, 2001.
- CINGOLANI, P. *La précarité*. Paris: Presses Universitaires de France, 2005.
- CONCIALDI, P. *Non à la précarité*. Paris: Mango, 2007.
- HÉLARDOT, V. Précarisation du travail et de l'emploi: quelles résonances dans la construction des expériences sociales? In: *EMPAN*, v. 2, n. 60, p. 30-37, 2005.
- LENGELLE-TARDY, M. *La esclavitud moderna*. Madrid: Bella-terra, 2002.
- MARSHALL, T. H. Citizenship and social class. In: *Class, citizenship and social development*. Londres: Heinemann, p. 65-122, 1964.
- PAUGAM, S. *Le salarié de la précarité*. Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle. Paris: Presses universitaires de France, 2007.
- ROBERT, P.; REY-DEBOVE, J; REY, A. *Le Nouveau Petit Robert: dictionnaire analogique et alphabétique de la langue française*. Paris: Dictionnaires Le Robert/VUEF, 2001.
- ROSANVALLON, P. *La nueva cuestión social: repensar o estado providencia*. Buenos Aires: Manantial, 1995.
- SAINT-MARTIN, C. La normalisation de la precarité dans les organisations professionnelles de quoi parle-t-on? In: TERS-

SAC, G.; SAINT-MARTIN, C.; THÉBAULT, C. (Org.). *La précarité: une relation entre travail, organisation et santé*. Toulouse: Octares, 2008.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. *Psicologia e Sociedade (Impresso)*, v. 19, p. 95-102, 2007.

SOUSA, C. C. B. B. de. Perspectivas de redução da jornada de trabalho no Brasil. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 101, 2012.

SUPIOT, A. *Critique du droit du travail*. Paris: PUF, 2007.

WRESINSKI, J. Grande pauvreté et précarité économique et sociale. Rapport présenté au Conseil économique et social française. *Journal Officiel de la République Française*, n. 6, 1987.

# BIOPOLÍTICA, VIOLÊNCIA CONTRA JUVENTUDES E OS FASCISMOS À BRASILEIRA

---

João Paulo Pereira Barros

## **“QUANDO EU FALAVA DESSAS CORES MÓRBIDAS”:<sup>1</sup> ALGUMAS CENAS-ANALISADORAS**

São Luiz (MA). Julho de 2015. Replica-se pelas redes sociais a imagem de um homem negro, desnudo e desacordado, preso a um poste por cordas que enlaçavam seu pescoço e sua cintura. Um grupo de pessoas lhe atiram pedras, garrafas e o lincham até a morte, por suspeita de assalto. Um jornal de grande circulação aponta a semelhança entre a figura do jovem linchado e a de um escravo vítima de açoite.

João Pessoa (PB). Junho de 2015. São apreendidos dois cassetetes em unidade socioeducativa da cidade, utilizados, segundo o Ministério Público Federal, como instrumento de

---

<sup>1</sup> Trecho da canção “Paisagem da Janela”, de Lô Borges e Fernando Brant.



tortura de jovens internos. Em um dos cassetetes, havia a inscrição “Porrete Direitos Humanos”, enquanto no outro havia “Porrete ECA”.

Brasília (DF). Julho de 2015. O plenário do Senado aprova o Projeto de Lei nº 333/2015, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e aumenta de três para dez anos o tempo máximo de internação de sujeitos entre 12 e 18 anos incompletos que cometerem crimes hediondos e homicídio doloso. Qual se vê, aposta-se na ampliação do encarceramento como estratégia frente à violência, em vez da efetivação e do aprimoramento das medidas socioeducativas em meio aberto previstas naquele Estatuto.

Brasília (DF). Agosto de 2015. Após manobra regimental, foi aprovada em segundo turno a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 171/1993) que prevê a redução da maioria penal de 18 para 16 anos, para crimes hediondos, homicídio doloso e lesão com morte. A proposta foi reavivada por uma ofensiva conservadora liderada por integrantes da chamada “Bancada da Bala”,<sup>2</sup> em aliança com deputados da bancada evangélica e parlamentares ruralistas. Os parlamentares a favor de tais medidas justificam sua posição pelo clamor da população por aprofundar a punição de adolescentes envolvidos em atos infracionais, mediante seu encarceramento. Paralelamente, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário, na Câmara dos Deputados, defende

---

<sup>2</sup> Grupo composto por parlamentares ligados à segurança pública, como militares, delegados, apresentadores dos chamados “programas policiaiscos”, cujas propostas costumam se alinhar ao recrudescimento de práticas repressivo-punitivas e à exacerbação de um estado penal. Além da redução da idade penal, uma das bandeiras emblemáticas desse grupo é a mudança no Estatuto do Desarmamento em vigor no País.

a privatização dos presídios e a construção de mais unidades prisionais.

Rio de Janeiro (RJ). Agosto de 2015. A Anistia Internacional lança o relatório *Você matou meu filho: Homicídios cometidos pela polícia militar no Rio de Janeiro*. O documento traz dados sobre homicídios oriundos de intervenção policial e aponta que a figura do “auto de resistência”, registro administrativo que classifica as mortes causadas pela polícia como legítima defesa em situação de confronto, tem sido utilizado para mascarar execuções extrajudiciais em que as vítimas já estavam feridas ou rendidas.

Osasco e Barueri (SP). Agosto de 2015. Dezenove mortos em mais uma chacina em periferias urbanas, sob o silêncio retumbante da maior parte dos grandes veículos de comunicação. Por sua vez, meses antes, um caso em que um médico foi assassinado enquanto andava de bicicleta em um dos cartões postais do Rio de Janeiro ganhou maciça cobertura midiática. Após depoimento de um dos sobreviventes, um soldado da Polícia Militar é preso, considerado suspeito de participar da chacina.

Fortaleza (CE). Agosto de 2015. Mais um adolescente é assassinado a tiros na cidade – desta vez, o filho do presidente da Central Única das Favelas (CUFA). De acordo com dados de 2012, produzidos pelo *Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens* (PRVL), Fortaleza é a capital brasileira com maior índice de homicídios na faixa etária reconhecida no Brasil como adolescência, índice três vezes maior que a já preocupante média nacional. O estudo reitera a existência de uma regularidade atroz no perfil de pessoas entre 12 e 18 anos vítimas de homicídio no Brasil: a maioria é composta de negros, do sexo masculino e moradores de periferias de centros urbanos.

Fortaleza (CE). Novembro de 2015. Onze pessoas assassinadas na periferia da cidade, em sua maioria jovens, e outras sete feridas, no episódio que ficou conhecido como “Chacina da Grande Messejana”, para muitos, a maior chacina da história da capital cearense. A investigação apontou a participação de dezenas de policiais nos referidos assassinatos, como retaliação à morte de um colega.

Essas cenas possuem um potencial analisador das tecnologias de poder e dos processos de subjetivação em curso no Brasil. Segundo Guattari (2004), “analisadores” são acontecimentos, práticas ou dispositivos que funcionam como catalisadores de sentido, desnaturalizando as condições de produção da realidade e aspectos impensados das relações sociais. Afinal, que provocações, reverberações e estranhamentos essas cenas-analisadoras são capazes de produzir? O que há em comum entre elas?

Em primeiro lugar, elas desarranjam o mito do “brasileiro cordial”, alimentado por gerações, ainda que não seja condizente com a história de um país fundado na eliminação do outro, a começar por indígenas, seguidos de negros. Aquelas cenas escancaram que a lógica de eliminação do outro persiste e, em particular, endossam que a violência contra jovens se radica como um dos principais desafios ético-políticos do Brasil: entre desigualdades abissais, esse é o país que segue a linchar, massacrar e direcionar discursos de ódio a diversos grupos (sua juventude negra, seus povos indígenas, populações LGBTQTTs, praticantes de religiões de matriz africana etc.).

Em segundo lugar, em meio ao esfacelamento das imagens simbólicas que identificavam a brasilidade ao clichê da cordialidade, as discursividades e as respostas autoritárias ganham aderência e retroalimentam o *ethos* da violência no cotidiano. Nesse contexto, a ordem do discurso da segurança e do cultivo do medo, ao mesmo tempo em que insufla a mercantilização da violência, tem como

corolário a fabricação de “cidadãos de bem”, em um polo, e, noutro, a atualização das figuras dos “inimigos” para a população odiar.

Face ao contexto ora exposto, a partir de interlocuções com estudos genealógicos de Michel Foucault e com autores que seguem caminho semelhante, seja no campo da Psicologia Social, seja em outros domínios das Ciências Humanas e Sociais, este artigo busca discutir relações entre a problemática da violência contra juventudes pobres e as tecnologias biopolíticas articuladas sob ideais coletivistas de “segurança” e “justiça”, que resguardam uma organização fascista do poder. Nosso ponto de partida é o de que as formas fascistas de viver podem ser produzidas no interior das atuais formações democráticas, sem que seja necessário, portanto, o Estado ditatorial implantado décadas atrás.

Ainda que não seja um estudioso do fascismo propriamente, Foucault apresenta reflexões dispersas sobre o assunto, as quais podem ser situadas no âmbito de suas discussões sobre biopolítica empreendidas desde 1974. Data de 1977, por exemplo, o seu texto *Anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista*, prefácio da obra *O Anti-Édipo*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Os momentos em que Foucault discute as manifestações do fascismo são contemporâneos de cursos no *Collège de France*, a partir dos quais adquire consistência a tematização dessa tecnologia de poder que focaliza a regulação dos modos de vida da população. São eles: *Em defesa da sociedade*, de 1976, *Segurança, Território, População*, de 1978, e *O Nascimento da Biopolítica*, de 1979. Nesses dois últimos, a discussão foucaultiana acerca das relações de poder ganha contornos mais complexos, por meio do conceito de *governamentalidade*.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> A partir de Foucault (2008, p. 49), governamentalidade pode ser entendida como uma sequência de operações estabelecidas no “contato entre as tecnologias de dominação dos outros e as voltadas para o *eu*”, atuando, simultaneamente, na regulação das condições de vida da população e da existência dos indivíduos.

As cores mórbidas e o temporal de que falam aquelas cenas que abriram este texto deixam clarividentes a atualidade e a vitalidade das provocações de Foucault sobre as diversas modalidades de fascismo, das mais vultosas às “formas pequenas que fazem a amena tirania de nossas vidas cotidianas” (FOUCAULT, 1991, p. 136). Tendo seus estudos como “caixa de ferramenta”, quero frisar que os exercícios desse fascismo que teima em nos habitar implicam que formas espúrias de dominação espaiem-se em uma parte da população, como o poder de delatar, de violar, de violentar e, até mesmo, de matar (DUARTE, 2009). Implicam, especificamente, a deslegitimação de uma série de existências, mantidas numa margem de exclusão ou mesmo aniquiladas em nome da ordem e da vontade naturalizada de uma “maioria”.

Sim, vivemos num espaço-tempo em que diversos atores sociais buscam manter o poder de vilipendiar diferenças, amparados pelas retóricas do “respeito à liberdade de expressão”. Nossos dias abrigam manifestações regressivas e autoritárias de poder que corroboram com o esgarçamento das relações, a expressão despudorada de ódios, o cultivo à força e a destinação à morte do que se considera “fraqueza”, aspectos típicos do recrudescimento de novas configurações de fascismo no corpo social.

Entre os princípios para uma vida não fascista trazidos por Foucault (1991), realço dois como mote deste texto: 1) a preferência pela diferença, pelo múltiplo e pelos agenciamentos móveis, no lugar da uniformidade, da unidade e dos sistemas; 2) utilização da prática política como impulsionadora do pensamento, assim como a utilização da análise como multiplicadora da intervenção política. Essa luta por uma vida não fascista, instada pelo texto foucaultiano, impulsionou-me às problematizações e aos deslocamentos que seguem, referentes às conexões entre violências urbanas e juventudes.

A produção deste capítulo se coaduna com minha inserção como professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Relaciona-se, mais especificamente, com a pesquisa que venho coordenando, devidamente cadastrada na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação dessa Universidade, intitulada “Juventude e Violência Urbana: cartografia de processos de subjetivação na cidade de Fortaleza – CE”, a qual integra o conjunto de atividades do “Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (Vieses/ UFC)”, sob minha coordenação, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Essas e outras atividades articulam-se por um eixo de estudos ao qual venho me dedicando nos últimos anos, que enfoca os processos de subjetivação contemporâneos em suas conexões com expressões de violência e formas de exclusão/inclusão social, bem como com práticas sociais e institucionais ligadas à problemática dos Direitos Humanos de grupos em situação de desigualdade social. Tenho traçado tais caminhos a partir de diálogos com Foucault, Deleuze, Guattari e autores que traçam caminhos de pesquisa semelhantes e que ajudam a problematizar fenômenos como a violência urbana envolvendo jovens e as práticas socioinstitucionais dirigidas ao enfrentamento desse fenômeno.

## **“TODOS IGUAIS E TÃO DESIGUAIS”:<sup>4</sup> DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA, RECRUDESCIMENTO DO ENCARCERAMENTO E CONEXÕES DO “RISCO” ÀS JUVENTUDES POBRES**

Nos últimos 20 anos, pululam pressões sociais e iniciativas no âmbito legislativo direcionadas à revisão da maioria penal de 18 anos, em meio ao uso populista da questão da violência por parte de parlamentares e à espetacularização, por parcela majoritária dos meios de comunicação, de atos infracionais perpetrados por adolescentes. Neste cenário, as propostas de recrudescimento do confinamento como dispositivo de punição operam, mormente, o acoplamento entre demanda por justiça e desejo de vingança, posicionando adolescentes e jovens negros, pobres e moradores das periferias como principais alvos do fenômeno da violência urbana.

Ao tratar dos regimes de verdade sobre “adolescentes em conflito com a lei” e seus efeitos de subjetivação que se articulam às várias propostas de rebaixamento da idade penal, Vavassori e Toneli atentam para as relações dessas proposições com a intensificação de processos de judicialização da vida. Ressaltam, ainda, que tais processos são efeito, e não solução, dos conflitos sociais, formatando-os numa perspectiva penal:

Entende-se que a judicialização responde a demandas sociais, formalizando conflitos a partir da perspectiva penal, produzindo, assim, dois modos possíveis de configuração de sujeito: o de agressor ou de vítima, tendo como um de seus efeitos a polarização da opinião pública e, também, dos modos de estes adolescentes serem e estarem no mundo (2015, p. 1189).

---

<sup>4</sup> Trecho da canção “Ninguém=Ninguém”, do grupo Engenheiros do Hawaii.

O que essas diversas propostas de redução da idade penal nos apontam é que temos respondido de maneira fascista à problemática da violência envolvendo juventudes em territórios urbanos, inclusive pela individualização do fenômeno da violência. Em concordância com Lemos (2013), produzir uma vida não fascista implica desmontar a própria lógica penal e o dispositivo do encarceramento, efetuando uma crítica à volúpia punitiva frente a juventudes pobres, que funcionam como cortina de fumaça em relação a uma série de violações e exclusões a que são submetidos historicamente esses mesmos segmentos.

O mito de que somos o país da impunidade e de que adolescentes não são responsabilizados por seus atos infracionais constituem linhas desse multilinear dispositivo do encarceramento no Brasil, a despeito das medidas socioeducativas previstas no ECA, que vão desde a advertência até a privação de liberdade. Há, no território nacional, uma ampliação do investimento em segurança, privada e pública, sob os brados e aplausos de setores reacionários da sociedade, que, apreensivos com os episódios de violência urbana que irrompem muros e grades dos bairros nobres, pedem “menos escolas e mais prisões”. É forçoso mencionar, não obstante, que é justamente isso que tem ocorrido em terras tupiniquins: mais prisões (de alguns!) como uma das estratégias de controle da insegurança social no capitalismo neoliberal, como bem aponta Wacquant (2012).

A mais recente versão do *Mapa do Encarceramento: os jovens no Brasil* (BRASIL, 2015) sublinha que o encarceramento no país cresceu 74% entre 2005 e 2012, crescimento evidentemente maior que o da população brasileira no período. Há cerca de 712 mil adultos presos e mais de 20 mil adolescentes em privação de liberdade, tornando o Brasil o 4º país com



maior população carcerária do planeta, a maior parte dela composta por indivíduos negros, jovens e de baixa escolaridade. Contudo, a resposta autoritária do encarceramento em massa tem sido inócua no tocante à diminuição dos índices de violência e da sensação de insegurança. O Direito Penal, a ideia de crime-castigo e a prisão – que evidenciam como forças capitalísticas gerenciam conflitualidades sociais e naturalizam esses modos histórico-sociais de interdição – prometem à sociedade entregar-lhe três aspectos: exemplaridade da pena, ressocialização do apenado e retributividade. Contudo, o que a maquinaria penal efetivamente entrega são estigmatização, seletividade e mais violência.

Um olhar atento à realidade dos centros educacionais para o cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade por adolescentes, nas diversas cidades brasileiras, mostra que seu funcionamento institucional é bastante semelhante ao das prisões. Então, em certo sentido, não é ilógico considerar que a idade penal já vem sendo, na prática, reduzida no país e que a figura do “adolescente em conflito com a lei” é uma das maiores personificações, desde o século XX, da noção de “classes perigosas”!

Assim, em vez de país da impunidade e da desresponsabilização, ideias que costumam permear as produções discursivas em torno da redução da maioridade penal, temos nos consolidado como a nação da penalização e da punição aos mais pobres como estratégia de gestão da pobreza e da insegurança social (WACQUANT, 2001). Tal qual é possível entrever a partir dos estudos foucaultianos acerca da biopolítica, um dos problemas das crises, como a da violência urbana, é que elas se transformam em pretexto para que sejam mais vigorosamente encampadas práticas de governamentalização da

população, reativando-se a importância de sua moralização e reeducação, além dos velhos disciplinamentos diários.

Tendo em vista essas relações tecidas entre violência e biopolítica, quero aqui por em análise a relação entre determinados exercícios de saber-poder que atravessam as propostas de redução da idade penal e ampliação do encarceramento de adolescentes/jovens com a emergência, na contemporaneidade, das tecnologias de poder, características do que Foucault (2008) cunhou de “dispositivos de segurança”. Tais discussões são encontradas nas aulas contidas no livro *Segurança, Território e População*.

Segundo Foucault (2008), os dispositivos de segurança, cada vez mais em vigor atualmente, caracterizam-se por mecanismos de poder diferentes do código legal, que configura o funcionamento penal arcaico, e dos mecanismos disciplinares, próprios da Modernidade. No entanto, o próprio texto foucaultiano adverte que a emergência dos dispositivos de segurança não anula os dispositivos jurídico-legais e disciplinares.

No interior das tecnologias de segurança, há uma inflação dos códigos jurídico-legais para que esse sistema de segurança funcione. Não é à toa, portanto, que, há décadas, inúmeras propostas de redução da idade penal tenham sido criadas. Paralelamente, o estabelecimento desses mecanismos de segurança também precisa ativar e refinar mecanismos disciplinares, o que explica a exacerbação do confinamento em prisões, no caso de adultos, ou em centros educacionais, para o cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, no caso de adolescentes.

Afinal de contas, para de fato garantir essa segurança é preciso apelar, por exemplo, e é apenas um exemplo, para toda uma série de técnicas de vigilância, de vigi-

lância dos indivíduos, de diagnóstico do que eles são, de classificação de sua estrutura mental, de sua patologia própria etc [...]. Todo um conjunto disciplinar que viceja sob os mecanismos de segurança para fazê-los funcionar (FOUCAULT, 2008, p. 11).

Logo, no lugar da substituição de uma tecnologia de poder por outra, temos, segundo a analítica foucaultiana, técnicas de exercício de poder que vão se correlacionando de modo específico e se aperfeiçoando, no bojo das táticas próprias dos dispositivos de segurança. Por meio desses dispositivos, insere-se, em primeiro lugar, o ilegal numa série de acontecimentos prováveis. Ademais, as relações de poder frente a isso se inscrevem no que Foucault chama de cálculo de custo, sendo que, “ao invés de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, vai-se fixar de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir” (FOUCAULT, 2008, p. 9).

Foucault (2008) ressalta que algumas características diferenciais desses dispositivos de segurança podem ser encontradas quanto ao tratamento do espaço e do aleatório, quanto às suas formas de normalização e quanto à correlação entre segurança e população. Na aula de 11 de janeiro de 1978, Foucault (2008) nos fala que a disciplina implica uma determinada maneira de administrar, organizar e individualizar a multiplicidade, estabelecendo pontos de implantação e coordenações. Disciplina e segurança lançariam mão de uma repartição espacial, mas com modos distintos:

[...] enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou série de

acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável. O espaço próprio da segurança remete portanto ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado (FOUCAULT, 2008, p. 27).

Nos dispositivos de segurança, as tecnologias e sistemas de governo centram-se, cada vez mais, num acontecimento eventual, “um acontecimento que poderia se produzir e que se procura impedir que se produza antes que ele se inscreva na realidade” (FOUCAULT, 2008, p. 44). Algo semelhante a isso acontece no caso de outras modulações da violência envolvendo segmentos infantojuvenis hoje. Para pôr em funcionamento as tecnologias de segurança frente a uma suposta “epidemia” de violência cometida por crianças, adolescentes e jovens, não basta encarcerá-los e impor-lhes uma disciplina, como outrora se fazia com os casos endêmicos e epidêmicos de lepra e peste. Torna-se mister saber e mapear quem e quantas pessoas apresentam determinada “patologia” ou comportamentos “indóceis”, com que idade, com quais efeitos, a que riscos estão sujeitas, qual a probabilidade de emergirem comportamentos violentos na população infantojuvenil em geral.

Outro elemento característico dos dispositivos de segurança é a correlação entre técnica de segurança e população. Na aula do dia 18 de janeiro de 1978, Foucault (2008, p. 56) nos fala dessa relação: nas sociedades da segurança, a população passa a ser o objetivo final, ao passo que a multiplicidade dos indivíduos se torna pertinente simplesmente “como instrumento, intermédio ou condição para obter algo no nível da população”.

Foucault (2008) realça três distinções entre disciplina e segurança. A primeira diferença entre ambas é que a disciplina é centrípeta, porque concentra, isola um espaço e determina seus segmentos, ao passo que a segurança é centrífuga, visto que organiza circuitos mais amplos a serem desenvolvidos. A segunda distinção é quanto ao tratamento do detalhe: enquanto nada deve escapar da disciplina, pois esta visa a regulamentar e impedir tudo, inclusive o detalhe, os dispositivos de segurança “deixam fazer”, apoiam-se nos detalhes, sem valorizá-los como “bons” ou “ruins” em si mesmos. A terceira diferença entre “disciplina” e “segurança” está no fato de que as disciplinas dividem as coisas em “obrigatório” e “proibido”. Como aponta Foucault (2008), uma disciplina eficiente é a que diz, insistentemente, o que se deve fazer, diferentemente do código legal propriamente, o qual versa mais sobre o proibido, à luz de um pensamento negativo. Portanto, diferentemente da lei que proíbe, a disciplina – ao versar sobre o obrigatório – prescreve!

Já os mecanismos de segurança não adotam nem o ponto de vista do que é impedido, nem o ponto de vista do que é obrigatório. Ao contrário, buscam apreender o ponto em que as coisas vão se produzir, sejam elas desejáveis ou não (FOUCAULT, 2008). Isso é fundamental para pensarmos na problemática da violência envolvendo jovens no contemporâneo, emergindo nos dispositivos de segurança.

Em outras palavras, a lei proíbe, a disciplina prescreve e a segurança, sem proibir nem preservar, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição, a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anula, ou limite,

ou freie, ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos de segurança. Poderíamos dizer também que a lei trabalha no imaginário, já que a lei imagina e só pode ser formulada imaginando todas as coisas que poderiam ser feitas e não devem ser feitas. Ela imagina o negativo. A disciplina trabalha, de certa forma, no complementar da realidade. O homem é malvado, o homem é ruim, ele tem maus pensamentos, tendências más, etc. Vai-se constituir, no interior do espaço disciplinar, o complemento dessa realidade, prescrições, obrigações, tanto mais artificiais e tanto mais coercitivas por ser a realidade o que é e por ser ela insistente e difícil de se dobrar. Enfim, a segurança, ao contrário da lei que trabalha no imaginário, e da disciplina, que trabalha no complementar da realidade, vai procurar trabalhar na realidade, fazendo os elementos da realidade atuarem uns em relação aos outros, graças e através de toda uma série de análises e disposições específicas (FOUCAULT, 2008, p. 60).

Outro ponto discutido por Foucault sobre as características da sociedade da segurança, na aula do dia 25 de janeiro de 1978, concerne à forma de normalização específica da segurança, comparada com as tecnologias disciplinares. Foucault (2008) pontua que as técnicas disciplinares tratam muito mais de uma “normação” que de uma “normalização”, como se percebe nas tecnologias de segurança.

A reflexão foucaultiana caracteriza essa “normação” disciplinar mediante quatro aspectos: 1) a disciplina opera por um quadriculamento que decompõe, compõe e analisa os gestos, as ações, os espaços e tempos do indivíduo, não só para percebê-lo, como para transformá-lo; 2) ao identificar os elementos, a disciplina trata de classificá-los a partir de deter-

minados objetivos; 3) a normação disciplinar visa a instituir seqüências e coordenações ótimas entre os gestos; 4) seria próprio da disciplina também criar procedimentos que Foucault (2008) chama de adestramento progressivo e controle permanente, para sedimentar a demarcação entre aptos, inaptos, capazes, incapazes etc.

O poder disciplinar, inicialmente, constrói e impõe um modelo ótimo em função de certo resultado esperado, sendo tarefa da disciplina conformar os indivíduos a esse modelo, escreve Foucault (2008). Ou seja, na disciplina temos uma “normação”, pois o que é fundamental e primeiro nessa tecnologia de poder é a “norma”, em função da qual se torna possível determinar e identificar quem são os normais – aqueles que são capazes de se conformar à norma – e quem são os anormais.

Por seu turno, a “normalização” que caracteriza os dispositivos de segurança se dá diferentemente. Foucault usa o exemplo de questões de escassez de alimentos e de epidemias como da varíola, esclarecendo-nos que, a respeito da normalização das sociedades da segurança,

[...] enquanto os regulamentos jurídico-disciplinares que haviam reinado até meados do século XVIII procuravam impedir o fenômeno da escassez alimentar, o que se procurou, a partir de meados do século XVIII [...] foi apoiar-se no próprio processo de escassez alimentar, na espécie de oscilação quantitativa que produzia ora a abundância, ora a escassez, apoiar-se na realidade desse fenômeno, não procurar impedi-lo, mas ao contrário fazer funcionar em relação a ele outros elementos do real, de modo que o fenômeno de certo modo se anulasse (2008, p. 77-78).

Assistimos, em suma, às seguintes mudanças na produção de subjetividade e no controle sobre os corpos: enquanto a sociedade disciplinar era uma sociedade baseada na normatização dos sujeitos, temos hoje, além disso, um paradigma de gestão do risco junto à população, como forma de normalização, conforme aponta Castel (1987), em seu livro *Gestão dos Riscos*, à luz das discussões foucaultianas sobre biopoder e biopolítica.

De acordo com Rabinow e Rose (2006), a biopolítica contemporânea diz respeito aos modos de subjetivação contemporâneos que levam os indivíduos a agir sobre si mesmos em razão de algum valor abstrato, como a saúde e a segurança de si, da sua família ou até em nome da população em geral. É nesse ponto que as estratégias de governo se focalizam, a fim de realizar alterações em “hábitos indesejáveis” de crianças e adolescentes nas periferias, por exemplo, que, eventualmente, incorram em “situações de risco”.

Opera-se, no interior das tecnologias de segurança, cada vez mais com a racionalização do acaso e da probabilidade. Busca-se coletivizar e quantificar os fenômenos individuais, para fins de melhor identificação da distribuição dos casos. No tocante à violência envolvendo juventudes, a normalização encerrada nos dispositivos de segurança se empenha em identificar, no indivíduo e nos grupos, os riscos de desenvolver comportamentos indesejáveis, dependendo de sua idade, seu lugar de moradia, seu contexto de interação etc. Uma vez que o cálculo probabilístico presume que os riscos não são os mesmos para todos, independentemente de sua idade e de suas condições, a normalização dos dispositivos de segurança possibilita identificar zonas, indivíduos e grupos em maior e menor situação de risco para si e para os demais, dentro de uma população.



A difusão e a indistinção crescentes do medo da violência ilustram como o risco se converte, cada vez mais, num dispositivo de poder atualmente (VAZ, 1999). Como expressão ou efeito disso, o acontecimento “risco” entrou na cena quando se fala da criança e do adolescente nos contextos da periferia dos grandes centros urbanos, como estratégia de prevenção e defesa social.

Meu posicionamento é que a produção dos segmentos infantojuvenis “de risco” e “em risco” reverte-se num acontecimento a ser analisado com cautela. A partir dessa produção, os dispositivos de segurança incidem no controle das virtualidades de figuras “infames”, mediante uma espécie de preventivismo vigilante, além de potencializarem os aparatos jurídico-disciplinares que judicializam e carcerizam tais sujeitos “em defesa da sociedade”.

[...] quer dizer, se colocar em posição de antecipar a emergência de acontecimentos indesejáveis (doenças, anomalias, comportamentos de desvio, atos de delinquência, etc.) no seio de populações estatísticas, assinaladas como portadoras de riscos. Mas o modo de vigilância promovido por essas políticas preventivas é totalmente novo em relação ao das técnicas disciplinares tradicionais (CASTEL, 1987, p. 125-126).

Giddens (2002) aponta que, por meio disso, temos uma operação que coloniza o futuro. Já Moraes e Nascimento, a esse respeito, apontam que:

Enquanto pela norma a projeção para o futuro justificava a intervenção sobre o presente, o que o risco permite é modificar o presente por uma antecipação do futuro, que é

previsto, a partir de operações estatísticas, pelas ações do presente. Aqui a função dos *experts* e da ciência é fundamental. Esse mecanismo de poder, atrelado a uma cientificação dos hábitos de vida, aumenta ainda mais os efeitos de autovigilância e de autocontrole. A autovigilância e o autocontrole são disparados de modo tão intenso quanto eram disparados pelas instituições panópticas, mas de modo muito menos especializado (2002, p. 99).

Recentemente, gerou polêmica a notícia de que diversos jovens do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro foram retirados de um ônibus que ia em direção às praias da Zona Sul da cidade, em ação da política militar. A prática instituída segue a lógica de barrar indivíduos potencialmente perigosos a fim de impedir “arrastões”. Episódios como esse destacam o modo como os dispositivos de segurança agenciam mecanismos de prevenção e antecipação ao fenômeno da violência a fim de controlá-lo e de minimizar os possíveis prejuízos da circulação de determinados segmentos infantojuvenis associados à vulnerabilidade e ao risco social, como se fossem portadores do embrião da criminalidade.

Ainda no tocante à articulação entre os dispositivos de segurança (no âmbito dos quais se associam juventudes pobres e noção de risco) e ao contexto das propostas de redução da idade penal, de encarceramento de adolescentes (seja conduzindo-os aos presídios, seja ampliando sua permanência em equipamentos congêneres travestidos de centro educacionais para cumprimento de medidas socioeducativas), vemos tratar-se de potentes reforçadores do que podemos chamar de uma fetichização da própria pena, como se esta atenuasse ou eliminasse a violência e seus danos. Como efeito da sociedade de segurança, temos uma sociedade que amplifica processos de governamentalização pelo crime.

Particularmente no Brasil, já desde as primeiras décadas do século XX, assistimos, entre outros aspectos, à criação da “menoridade”, até hoje muito viva em nosso cotidiano. Por meio do dispositivo da menoridade, a condição infantojuvenil é posta como problema social e policial. Inclusive, o acoplamento menoridade-pobreza-periculosidade concorre para a produção da própria categoria “delinquência”, aplicada a certa infância e adolescência/juventude, que se materializa no Código de Menores do Brasil, de 1927, um entre outros aparelhos específicos para a gestão calculista da população, com respaldo de contribuições da Medicina, da Psicologia e do Serviço Social, por exemplo.

Um olhar genealógico para as políticas de assistência à infância e adolescência no Brasil aponta que a figura do “menor”, pecha marcadamente pejorativa e distintiva conferida a segmentos infantojuvenis pobres e afroamerindiodescendentes, foi sendo erigida como um problema de segurança nacional. Um emblema da amplificação desse processo de governamentalização foi a criação do Novo Código de Menores, em 1979. Como bem salienta Marafon,

Foram os saberes “parajudiciais” ou “extralegais” a alimentar o circuito de normalização das condutas, contribuindo ativamente para fabricar a categoria menor. A série do que poderia ser chamado, segundo Foucault, de faltas sem infração ou também de defeitos sem ilegalidade está presente no termo “menor”, o que permite reconstituir a ambiguidade do infrapatológico e do paralegal, ou do parapatológico e do infralegal, pois estariam em questão defeitos morais, que não são nem patologicamente doenças, nem legalmente infrações (2014, p. 81).

A partir dos dispositivos de criminalização, mais especificamente pela criminalização que intersecciona pobreza, gênero, raça, idade e local de moradia, trata-se de aprimorar, segundo Candiotto (2012), a normalização nas sociedades da segurança, pelo signo da delinquência, a fim de governar melhor. Cada vez mais, temos uma maneira de governar que permite e tolera a delinquência em sua realidade, a fim de, posteriormente, regulá-la por meio de dispositivos de segurança que configuram uma nova economia de poder que amplifica o controle sobre os corpos.

As “novas” propostas de enfrentamento da violência urbana, como a redução da maioria penal, assim como outros projetos conservadores que povoaram a paisagem dos noticiários e debates parlamentares ao longo de 2015 e 2016, por exemplo, constituem respostas autoritárias para o esgarçamento das relações sociais, agenciando e sendo agenciadas por “antigas” capturas. Ilustração disso é a reiteração de uma lógica penal-punitiva amparada pela ordem do discurso que “menoriza” determinados adolescentes para encarcerá-los. No próximo tópico, debate-se como a “menorização” de determinados adolescentes também produz identidades para o extermínio.

## **“QUEM TOMA BANHO DE ÓDIO EXALA O AROMA DA MORTE”:<sup>5</sup> BIOPOLÍTICA E A PRODUÇÃO DE “SUJEITOS MATÁVEIS”**

Uma das maiores expressões da naturalização de modos fascistas de viver na atualidade é o genocídio de juventudes

---

<sup>5</sup> Trecho da canção “Esquiva de esgrima”, do cantor Criolo.

pobres e negras no cotidiano dos territórios identificados sob o signo da “vulnerabilidade-risco social”, como indica a atual edição do *Mapa da violência: os jovens no Brasil* (WASELFSZ, 2014). 36,5% das mortes de adolescentes por causas não naturais se devem a homicídios. Entre 2006 e 2012, aproximadamente 33 mil adolescentes foram assassinados no Brasil, país com o segundo maior número absoluto de homicídios de pessoas entre 12 e 18 anos atualmente, atrás apenas da Nigéria.

Waiselfisz (2014) aponta que o número de homicídios diminuiu entre 2002 e 2007 e retornou aos patamares iniciais em 2012. Entretanto, nesse período, o índice aumentou na faixa etária de 15 a 29 anos, tornando-se a maior causa de morte de jovens. De maneira semelhante ao que se observa na população carcerária e na que se encontra em medida de privação de liberdade no sistema socioeducativo, chama atenção a seletividade sistêmica em se tratando do perfil das vítimas de homicídios: 52,6% deles eram jovens, sendo 77% negros e 93,3% do sexo masculino. Há que se notar, porém, que tal mapa não considera as populações indígenas e que a inclusão desses grupos certamente elevaria ainda mais esses números já alarmantes.

Ao radicalizar o projeto foucaultiano acerca da biopolítica, Giorgio Agamben (2009) reporta-se à figura do campo de concentração para caracterizar o paradigma político da modernidade, ainda em funcionamento em nossos dias. No Brasil, os campos de concentração contemporâneos travessem-se de favelas, prisões e outros formatos de estabelecimentos de privação de liberdade: continuam habitados por sujeitos descartáveis, que, aos olhos de alguns, não merecem viver, semelhantemente à figura do *homo sacer*, exumada pelas reflexões agambenianas da mais antiga tradição jurídica romana, que significava o sujeito cuja morte poderia ser sumária, dispensando processo legal.

Passo, doravante, a mencionar duas situações que me parecem emblemáticas dessa relação entre a violência contra jovens nas periferias e a biopolítica do extermínio do *homo sacer*: os casos de linchamento e a “guerra às drogas”.

Em *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*, Martins (2015) assinala que o Brasil é o país onde mais se praticam “justiçamentos”, e que esses casos aumentaram desde 2013. Os linchamentos consistem em um tipo de manifestação de sanha coletiva, mas que não são, a rigor, fenômenos espontâneos, tampouco são aleatórios os seus alvos. Estes são os mesmos que mais morrem por homicídio e a quem se direcionam a violência policial e as medidas de encarceramento em massa.

As práticas de linchamento, às quais temos assistido mais recentemente, balizam-se por determinados repertórios de crenças e formações discursivas bem características, tais como: “esperar pela justiça é inútil”, “o povo sabe o que faz e não pode ficar parado”, “a situação está insustentável”, “o Estado é omissor”, “a justiça é falha”, “o que resta ao cidadão de bem que foi desarmado?”, “bandido bom é bandido morto”, “quem tem pena de vagabundo deve levá-los para casa”, “direitos humanos para humanos direitos”.

Tendo isso em vista, além da presença do Estado na perpetuação de um *ethos* da eliminação de “vidas infames”, convém pôr em análise, também, o papel da mídia na produção de condições para os linchamentos. Uma variedade cada vez maior de programas policiais nas TVs brasileiras nutre o imaginário que vincula juventude, pobreza, delinquência e impunidade, simultaneamente à desqualificação da temática dos direitos humanos e à legitimação da morte de sujeitos em caso de suposto envolvimento em atos ilícitos.

A sensação de que é preciso solapar as leis para se estabelecer justiça reaparece em períodos de crise, temor e espeta-

cularização/mercantilização da violência. Nessa trama, vale tudo para punir a figura do “bandido”, batendo em quem bateu, matando quem matou, isto é, respondendo a crimes com outro ainda maior, como se a contundência, o excesso e a hipervisibilidade da resposta vingativa ratificassem um suposto “poder popular”.

Na mesma velocidade com que histórias de violência, “país afora”, viram entretenimento midiático, encorpa-se a desconfiança em relação ao Estado. Alguns personagens jornalísticos viraram referência de moralidade ao defender como “compreensíveis” e como “legítima defesa coletiva” os atos de justiça popular antijudiciários, para usar expressões de Foucault, como um linchamento de ampla repercussão ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em 2014. Na época, uma famosa jornalista, em tom de deboche, recomendou aos defensores dos Direitos Humanos que “adotassem um bandido”.

Os brados retumbantes incitados por setores conservadores e confundidos com “a voz do povo” operam o fortalecimento de preconceitos e estereótipos que banalizam mortes de jovens nas periferias, ao mesmo tempo em que legitimam a participação ativa do Estado na (re)produção da violência urbana. Retratando a forma como o Estado mata em nome da segurança, a biopolítica de “guerra às drogas” cumpre uma função estratégica de efetivar determinados modos de fazer viver e fazer morrer: é uma das principais responsáveis pela política de extermínio crônica, sub-reptícia e institucionalizada de “sujeitos matáveis”, tendo como alvo precípua os jovens negros e pobres das periferias urbanas.

Em uma genealogia do “dispositivo-droga”, Souza (2014) afirma que, apesar de iniciativas proibicionistas já existirem antes, foi no decurso do século XX que as drogas adquiriram *status* central de ameaça, perigo e risco de dege-

nerescência para o indivíduo e a população, transformando-se num problema de interesse diplomático e militar. A biopolítica da guerra às drogas requer que o uso de substâncias psicoativas seja cotidiana e estrategicamente atrelado a hábitos espúrios de determinados grupos populacionais. Exemplo mais recente disso é a potência com que circula o discurso de uma suposta epidemia de crack como um fenômeno oriundo das favelas, a invadir e ameaçar as elites e as classes médias.

O proibicionismo e o modelo de guerra às drogas aumentam o raio de intervenções voltadas a esquadrinhamentos, subdivisões, hierarquizações e normalizações sobre a vida do conjunto da população, sendo o forte apelo social da criminalização do uso de determinadas drogas produzido nessa teia em que se associa o signo da droga à pobreza. Nesse sentido, Souza (2014, p. 990) apresenta que “a partir das drogas, e suas subdivisões, é possível categorizar os indivíduos e repartir o conjunto da população entre saudáveis e doentes e entre criminosos e não criminosos”.

Com efeito, o genocídio de jovens pobres e afroamerindiodescendentes no cotidiano das periferias urbanas atesta que a “guerra às drogas” efetiva-se como guerra a determinados usuários de drogas, sendo operacionalizada por uma polícia profundamente militarizada que, ainda respirando ares da ditadura, centra-se menos no combate ao “crime” e mais na perseguição à figura do “criminoso-inimigo”. Para ilustrar isso, a existência de antecedentes criminais ou o possível envolvimento com o tráfico funcionam, no dia a dia de territórios da periferia dos centros urbanos e nas (entre)linhas dos noticiários policiais, como justificativa para as mortes promovidas por ação de representantes do Estado. Por isso, é plausível concluir que a violência urbana e a morte de jovens



derivam mais da criminalização do uso de drogas que do consumo de substâncias proibidas.

O panorama ora exposto implica pensar que o extermínio do *homo sacer* contemporâneo e o paradigma da “guerra às drogas” remetem às relações discutidas por Foucault (2005) entre a biopolítica e o racismo, nas aulas de 1976, contidas no livro *Em defesa da sociedade*. Esse autor trata do racismo como o meio de inserir, no biopoder, esse poder que visa à maximização da vida, um corte que hierarquiza a população, estabelecendo os que devem viver e os que devem morrer.

No fascismo contemporâneo de cada dia, o racismo é “a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade da normalização” (FOUCAULT, 2005, p. 214). Além de fragmentar a população em grupos, o racismo possibilita que os autointitulados “cidadãos de bem” levem a cabo o princípio de que, para que tenham uma vida saudável e segura, precisam reclamar a morte, expor à morte e suprimir os indivíduos que consideram perigosos em relação à população e para a população, tais como as atuais figuras do “menor”, do “bandido”, do “vagabundo” e do “drogado”.

Vocês compreendem, em consequência, a importância – eu ia dizer a importância vital – do racismo no exercício de um poder assim: é a condição para que se possa exercer o direito de matar. Se o poder de normalização quer exercer o velho direito soberano de matar, ele tem que passar pelo racismo. E se, inversamente, um poder de soberania, ou seja, um poder que tem direito de vida e de morte, quer funcionar com os instrumentos, com os mecanismos, com as tecnologias de normalização, ele tem que passar pelo racismo. É claro, por tirar a vida, não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar

para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição etc. (FOUCAULT, 2005, p. 215).

Ora, que fios entrelaçam a ampla parcela de jovens que morrem vítimas de homicídios, de linchamentos e de chacinas nas grandes cidades brasileiras e aqueles que são os principais alvos da “guerra às drogas” e a maioria nos estabelecimentos de encarceramento? Retornando àquelas cenas apresentadas no início do texto, o que elas têm em comum é que todas escancaram o modo de funcionamento de uma sociedade pautada por uma biopolítica de extermínio dos “sujeitos matáveis”, sendo todo jovem pobre e ameríndio descendente no Brasil um virtual *homo sacer*.

## “APESAR DE VOCÊ”:<sup>6</sup> PRODUZIR UMA VIDA NÃO FASCISTA

As cenas expostas na abertura deste texto e tantas outras que remetem à escalada de violência contra jovens a se incrustar na paisagem urbana brasileira expõem versões do fascismo que nos assombram. Elas nos mostram como discursos e práticas em nome da “segurança” legitimam a guerra, o autoritarismo, a hierarquização de vidas, a exclusão e o extermínio no próprio cerne da biopolítica.

Nesse contexto, as continuidades e discontinuidades envolvidas na proeminência de propostas de redução da idade penal, no aprofundamento do dispositivo do encarceramento juvenil nos últimos anos, nos atos de linchamento e na

---

<sup>6</sup> Inspirado na canção “Apesar de você”, de Chico Buarque de Holanda.

“guerra às drogas” são, ao mesmo tempo, efeito e instrumento desse rearranjo de artes de governar pela criminalização de determinados grupos populacionais associados ao “risco”. Em suma, as pressões pela revisão da inimputabilidade penal antes dos 18 anos, proveniente de grupos marcadamente reacionários, pode ser vista como uma das estratégias para recrudescer esse “governo pelo crime”, típico dos dispositivos de segurança, na intersecção entre pobreza, gênero, raça e local de moradia em se tratando dos segmentos infantojuvenis.

Tal como alguns alemães, que afirmavam não desconfiar do vigor do nazismo, mesmo com alguns campos de concentração nas imediações de suas casas, os linchamentos, as chacinas e a guerra às drogas, ambos dirigidos fundamentalmente a moradores de territórios estigmatizados, são pistas de que, hoje, encontra-se em operação no Brasil uma binarização trivializada entre a figura do “cidadão de bem” e os indivíduos incorrigíveis que merecem morrer.

Não obstante, as articulações entre biopolítica e racismo realizadas por Foucault (2005) servem de ferramentas para iluminar o cenário contemporâneo de gestão da pobreza. Nesse cenário, as mortes dos “sujeitos matáveis” não se dão tão somente por seu extermínio. Elas também se efetivam pelos estados de morte em vida, pelas situações de exclusão, de reclusão e de exposição à morte em seus locais de moradia – a exemplo dos linchamentos, das chacinas e da rotinização dos confrontos entre sujeitos pobres supostamente envolvidos no tráfico de drogas ilícitas e policiais nas favelas –, em decorrência dos quais balas e vidas são perdidas seguidamente.

Todavia, outras formas de fascismo, talvez mais discretas, e não exclusivamente articuladas à problemática do racismo, entranham-se nos processos de governamentalização que perfazem a vida contemporânea, como nos adverte

Duarte (2009). Há, decerto, uma relação entre biopolítica, novas formas de fascismo e a noção de indivíduo-empendedor-de-si-mesmo, peculiar aos modos de subjetivação no contexto do neoliberalismo.

São, pois, também fascistas, na acepção foucaultiana, discursos e práticas que investem numa homogeneização insidiosa de modos de pensar, sentir e agir na vida social, com vistas ao abafamento, à desqualificação e à aniquilação da produção de diferenças. No contexto biopolítico da governamentalidade neoliberal, cada vez mais concorrencial, individualizante e naturalizador de desigualdades, a destruição da vida de muitos “outros”, considerada supérflua, continua condição para manutenção do bem-estar da vida de alguns. Assim é que as figuras contemporâneas da criminalidade vão sendo atreladas a indivíduos e grupos destoantes do ideal de “auto-empendedorismo”, a exemplo dos famigerados “menores”.

Produzir uma vida não fascista implica, portanto, reagrupar forças democráticas a fim de resistir a todas essas composições tirânicas de nossos tempos, afrontando-as pela reflexão e pela ação (micro)política. Nesses termos, como sugerem os princípios aludidos por Foucault (1991), pensamento e intervenção política constituem domínios contíguos, relações, revezamentos, e não substâncias que se sucedem e se complementam.

## BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BRASIL. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. Brasília: Presidência da República, 2015.

CANDIOTTO, C. Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 24, 2012.

CASTEL, R. *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1987.

DUARTE, A. Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (Org.). *Por uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FOUCAULT, M. Anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista. In: ESCOBAR, C. H. *Dossier Deleuze*. Rio de Janeiro: Hólon Editorial, 1991.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2002.

GUATTARI, F. *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2004.

LEMONS, F. C. Uma crítica à volúpia punitiva da sociedade frente aos adolescentes. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Redução da idade penal: socioeducação não se faz com prisão*. Brasília: CPF, 2013.

MARAFON, G. Judicialização da infância: da menoridade à prevenção do *bullying*. *Revista entreideias: educação, cultura e sociedade*, v. 3, p. 79-93, 2014.

MARTINS, J. S. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MORAES, T. D; NASCIMENTO, M. L. Da norma ao risco: transformações na produção de subjetividades contemporâneas. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n. 1, p. 91-102, jan./jun. 2002.

RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. *Política e Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, João Pessoa, n. 24, abril, 2006.

SOUZA, T. P. O nascimento da biopolítica das drogas e a arte neoliberal de governar. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 26, n. 3, p. 979-998, set./dez. 2014.

VAVASSORI, M. B; TONELL, M. J. F. Propostas de redução da maioria penal: a juventude brasileira no fio da navalha? *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 35, n. 4, p. 1188-1205, 2015.

VAZ, P. *Corpo e risco*. Forum Media, Viseu, v. 1, n. 1, p. 101-111, 1999.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: BATISTA, V. M. (Org.). *Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 11-43.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência: os jovens no Brasil*. Brasília: Juventude Viva, 2014.



## PSICOPATIA “CORPORATIVA”: UM REFLEXO DA CONTEMPORANEIDADE?

---

Hilda Pinheiro da Costa  
Natália Diógenes de Brito  
Walberto Silva dos Santos  
Raquel Nascimento Coelho

A psicopatia pode ser compreendida como um fenômeno complexo, eminentemente heterogêneo, de múltiplas causas e correlatos. Portanto, não há uma conceituação precisa daquilo que a constitui ou do porquê do seu surgimento; constatações acerca de seu tratamento também permanecem uma incógnita. Sabemos, entretanto, que se trata de um conjunto de características cognitivas, comportamentais e afetivas que podem ocasionar problemas para quem possui e para a sociedade em geral. Caracteriza-se por uma assombrosa incapacidade de se preocupar com a dor e sofrimento do outro; um indivíduo, como diria a expressão derivada do senso comum, “sem consciência”, cujo comportamento, apesar de resultante de uma escolha livre, pode causar sérios danos pessoais, sociais e até econômicos (HARE, 2013).

Nesse campo, a maioria dos autores parece concordar com a proposta de que o traço de psicopatia contempla três aspectos integrados: estilo de vida interpessoal arrogante e



dissimulado; deficiência na afetividade; e comportamento impulsivo e irresponsável (HARE, 1980; COOKE; MICHIE, 2001). Como se percebe, a psicopatia é uma característica da vida do sujeito, não podendo a ela resumir-se a totalidade da pessoa. Esse aspecto remete a uma perspectiva dimensional e não taxonômica do construto.

Embora o termo ainda seja habitualmente relacionado a pesquisas clínicas e/ou forenses, a psicopatia não se restringe à população criminoso. Alguns indivíduos com esse “desvio” podem estar perfeitamente adaptados e integrados ao meio social. No livro *Snakes in suit - when psychopaths go to work* (em português: “Cobras de terno - quando psicopatas vão ao trabalho”, inédito no Brasil), Babiak e Hare (2007) afirmam que é quatro vezes mais comum encontrar sujeitos com características psicopáticas em ambientes corporativos do que na população em geral. É especificamente sobre esse grupo, denominado “psicopatas corporativos” (*corporate psychopats*, termo encontrado na literatura sobre o tema), que versa o presente capítulo.

Quais seriam, então, as razões para esses índices tão elevados em tal contexto? Seria um fenômeno natural? Um aumento ocasional de uma desordem neurobiológica e seu acesso ao mundo do trabalho? Ou um fenômeno novo, produto das novas configurações econômicas e sociais características da modernidade neoliberal? Obviamente, por tratar-se de um assunto complexo que exige cautela ao ser estudado e devido à ausência de consenso, a psicopatia tem despertado intensas divergências entre diversos autores ao longo do tempo.

O que ousamos neste capítulo é, precisamente, oferecer elementos para uma reflexão acerca do fenômeno nas organizações, pensando na importância psicológica e social do tra-

balho para o desenvolvimento do sujeito. Tal reflexão parte, fundamentalmente, de inquietações frente a proposições naturalizantes, biologizantes e até psicologizantes dos fenômenos sociais. Desse modo, nossa conjectura envolve uma compreensão mais ampla e contextualizada dessas possíveis inter-relações.

Para tanto, serão explorados três segmentos que consideramos essenciais para a compreensão da “psicopatia corporativa”. Inicialmente, abordaremos as obras anteriores que fazem referência a essa manifestação, demarcando as principais características psicopáticas que se apresentam nas organizações. Em seguida, realizaremos um percurso histórico pelas transformações econômicas e sociais das últimas décadas, ressaltando a forma como o modelo neoliberal e seus ideais de competitividade, individualismo e empreendedorismo se difundiram tão fortemente na sociedade capitalista, as mudanças no mundo do trabalho e o modo como, efetivamente, os acontecimentos políticos e econômicos afetaram a classe trabalhadora e sua perspectiva sobre a realidade laboral experimentada atualmente. Finalmente, discutiremos as relações entre o novo mundo do trabalho e a psicopatia corporativa.

## **A PSICOPATIA NAS ORGANIZAÇÕES**

O trabalho exerce um importante papel como possível (des)integrador em nossa sociedade. Seu caráter produtivo, criativo e transformador mediatiza o processo de construção do sujeito e o possibilita obter algum tipo de compensação material, psicológica, social e/ou afetiva (AQUINO, 2005).

O chamado “psicopata de colarinho branco”, de terno e gravata (ou saias), é aquele que sabe compreender as relações de poder dentro de uma empresa, possui visão estratégica e sabe ter foco, assim como os líderes fortes e seguros. Dessa forma, as táticas utilizadas por eles para entrar no meio corporativo, com ações cínicas, inescrupulosas e antiéticas na disputa de cargos, salários e poder, demonstram que eles usam essas habilidades para manipular e atingir seus objetivos (BABIÁK; HARE, 2007). Utilizam-se de charme, truques e manipulação para conquistar a confiança das vítimas, causando danos psicológicos e muito sofrimento.

O interesse em identificar a psicopatia nas organizações pode ser evidenciado por meio de pesquisas empíricas que demonstram que o psicopata corporativo cria um ambiente organizacional tóxico, caracterizado por conflitos, *bullying*, cargas de trabalho extensivas e baixos níveis de satisfação no trabalho (BODDY, 2010).

O psicólogo canadense Robert Hare tem se debruçado sobre o tema da psicopatia corporativa há anos e é, hoje, uma das principais referências na literatura. Ele aborda quatro razões para explicar o aumento do fenômeno da psicopatia nas organizações.

Primeiro, alguns traços da personalidade psicopática, o que ele denomina “dom, talento”, parecem ser atrativos em processos de recrutamento e seleção de pessoal atualmente e contribuem para o ingresso na organização. São eles: o charme, o carisma e uma certa habilidade com manipulação social. Dessa forma, geralmente, eles causam um impacto positivo em entrevistas em geral.

Segundo, algumas organizações selecionam, quase que *ingenuamente* (grifo nosso), indivíduos com tendências psicopáticas porque atribuem rótulo de “liderança” ao que, na ver-

dade, se trata de conduta psicopata. Por exemplo, apresentar senso de responsabilidade, tomar decisões e influenciar pessoas são atributos clássicos de liderança, mas que podem vir disfarçados como coerção, dominação e manipulação.

Terceiro, a própria natureza dos negócios tem contribuído para o aumento da inserção do psicopata no mundo laboral. No final dos anos 1970, a forma de organização burocrática e estável começou a entrar em decadência, tendo como principal sinal a grande recessão do pós-guerra, em 1973. Os excessivos níveis hierárquicos e o elevado contingente de trabalhadores atrasavam os resultados da organização, afetando diretamente a eficácia do negócio. A partir dessa crise estrutural do sistema do capital, as estruturas e processos organizacionais mudaram consideravelmente. Sendo marcado por aquisições, fusões e alianças empresarias a uma velocidade nunca antes vista, possibilitada pela constituição das redes informacionais, o mundo dos negócios “chacoalhou”. A regra de sobrevivência era inovação. Adaptar-se aos novos tempos de rápida geração e circulação de informações. Dessa forma, os novos trabalhadores também precisavam ser proativos em realizar feitos rapidamente. Essa mudança súbita e inadvertida no perfil do “novo” trabalhador viabilizou a contratação de um maior número de psicopatas. Confiança, força e calma (traços psicopáticos) pareciam respostas imprescindíveis para combater os problemas. De repente, egocentrismo, frieza e insensibilidade tornaram-se características indispensáveis para sobreviver em um mundo de negócios acelerado e desapaixonado.

Quarto, os indivíduos com traços de psicopatia, conhecidos por ignorar regras e hábeis em enganar e manipular, acharam essa nova estrutura organizacional flexível muito mais *atrativa*.

Uma das características centrais do comportamento do psicopata é obter satisfação, prazer ou alívio imediato, o que pode ser perfeitamente obtido nas relações e ambientes de trabalho. O psicopata “corporativo” usa a própria posição profissional para satisfazer suas necessidades do modo que mais lhe aprouver. Geralmente, escolhem profissões em que é fácil forjar as habilidades necessárias e aprender o jargão da área, principalmente, quando a ocupação exige persuasão e manipulação de pessoas. Contudo, por mais que tais características pareçam mais “úteis” nas organizações privadas, segundo Boddy (2010), o setor público também pode ser alvo de sua atuação; uma vez que são mais políticas, o psicopata corporativo pode mais facilmente esconder sua falta de esforço, visto que avaliações de desempenho não são tão rígidas e focadas no lucro como, muitas vezes, são as do setor privado.

Suas vidas permitem que construam uma fachada de normalidade e que consigam o que querem com relativa impunidade (HARE, 2013). Alguns os chamam de “psicopatas de sucesso”, mas Hare prefere chamá-los de subcriminosos, pois violam padrões éticos e morais socialmente estabelecidos. As habilidades de enganar, por exemplo, como citado anteriormente, podem favorecer a adaptação a alguns segmentos de nossa sociedade competitiva. Em outras palavras, em vez de “despencar na lama”, o psicopata pode se dar bem na escada do sucesso, justamente, por causa de seus distintos traços de personalidade (HARE, 2013).

Quanto à sua *performance*, os psicopatas corporativos costumam fazer uso indevido dos recursos, violar políticas, ter faltas frequentes e um comportamento que não desperta confiança (HARE, 2013). Contrariando o senso comum, nem todo psicopata termina na cadeia. Muitos atos, especialmente os cometidos nas organizações de trabalho, não são detecta-

dos nem julgados, ou ficam “à sombra da lei”, pois muitos são práticas antiéticas, imorais ou simplesmente prejudiciais (CLARKE, 2011).

O psicopata pode estar presente nos mais variados locais de trabalho, de pequenos escritórios a companhias multinacionais, visto que considera as posições executivas atraentes, pois lhe permitem exercer um elevado nível de controle sobre outras pessoas. No entanto, alguns contextos organizacionais parecem ser mais propícios à atuação do que outros. Características como o estresse, a má comunicação, a padronização, a falta de reconhecimento, a fuga à responsabilidade e a competitividade extrema (HELOANI, 2004), tão típicas nas organizações da contemporaneidade, acabam por tornar o ambiente mais suscetível, e o psicopata corporativo aproveita para se desenvolver sem que haja uma restrição, uma vez que o terreno se mostra fértil e permissivo a seus comportamentos (FREITAS, 2007).

Como fica evidente, não obstante a psicopatia ser marcada em grande parte por características de má adaptação, alguns autores especulam que existem qualidades dessa condição (por exemplo, o destemor e a dominância interpessoal) que são adaptáveis em certas profissões, especialmente as posições de liderança (LILIENFELD; FOWLER, 2006). Assim, a personalidade dita psicopática passa a incluir um certo número de características altamente desejáveis, especialmente num mundo corporativo marcado pela competitividade, pelo individualismo e por uma falsa ideia de ascensão profissional (RAY E RAY, 1982).

Os psicopatas corporativos possuem as ferramentas necessárias para fraudar e enganar: são convincentes, encantadores, seguros, hábeis socialmente, frios quando pressionados e não se intimidam com o risco. Um dos sujeitos entre-

vistados por Hare, condenado por vender ações corporativas falsas, declara: “Eu não estaria na prisão se não houvesse tantos potes de biscoito implorando para que eu enfiasse a mão dentro deles” (HARE, 2013, p. 131).

É inegável a contribuição de Hare e seus colaboradores no avanço científico da psicopatia. Não apenas no campo conceitual, mas, principalmente, na área de avaliação e diagnóstico do transtorno. No entanto, o tema ainda permanece obscuro e escasso na literatura do Brasil, em especial sob um olhar crítico da psicologia organizacional e do trabalho.

É evidente que as relações e os modos de trabalho têm assumido novas formas e significações, pautadas de acordo com as novas adequações do modelo econômico e da lógica de produção. As profundas transformações ocorridas no mundo laboral, como a flexibilização (economia informal, trabalhos parciais, temporários, subcontratações, terceirizações), o desemprego, a fragmentação e heterogeneização da classe trabalhadora (ANTUNES, 1998), fazem-nos refletir: estariam essas novas configurações, fruto do desenvolvimento neoliberal, interferindo no afloramento ou mesmo na atração desse transtorno, especialmente no contexto das organizações? Ou estaria o próprio sistema assumindo um perfil psicopata? (MARTINS, 2008).

## **BASES DE CONSTITUIÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL**

Na tentativa de nos apropriarmos adequadamente da conjuntura que caracteriza o meio laboral na atualidade, assim como de compreendermos as mudanças globais que afetaram o mundo do trabalho no sentido de propiciar o aparecimento e exaltação de características comportamentais relacionadas à psicopatia no meio laboral, faz-se necessário que realizemos

um breve retrocesso temporal pelas transformações econômicas e sociais das últimas décadas.

Ressaltaremos os acontecimentos históricos que reconhecemos como pontos-chave para a instituição e o fortalecimento da doutrina neoliberal, bem como para a manutenção do modo de produção capitalista. Esse recorte se dá pela verificação de que tal modelo perpassa e fortalece ideais de competitividade, individualismo e mérito, aspectos que, segundo Hare (2013), enaltecem e maximizam o fenômeno da psicopatia nas organizações.

Iniciaremos nosso percurso histórico em meados do século XX, quando o modelo fordista – caracterizado pela forma de organização do trabalho em linha de produção e marcado pela elevada especialização dos trabalhadores e mecanização do processo produtivo – alcançou sua fase áurea (BONANNO, 1999). A forma de organização do trabalho aplicada por Henry Ford, no início da década de 1910, teve grande influência do modelo de administração taylorista, proposto por Frederick Taylor como um método de racionalização da produção em massa. Tal modo de produção tinha por finalidade o aumento da produtividade, alcançado por meio da fragmentação do processo operacional, bem como de estudos sobre a maneira ótima de produção (POLIZELLI; JUNIOR, 2011).

Nesse momento histórico, marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial, fez-se notória a ascensão de indústrias que se desenvolveram como resposta às necessidades bélicas e de reconstrução suscitadas pela guerra, tais como a indústria petroquímica, automobilística, de equipamentos de transporte e construção, entre outras. Esse desenvolvimento terminou por transformar as regiões industrializadas nos centros da economia mundial e por situar o binômio Fordismo-Taylor-



rismo como a forma de organização predominante da chamada “Era de Ouro” do capitalismo (SANTOS, 2009).

Segundo Harvey (1990), entre as décadas de 1950 e 1960, o capitalismo fordista atingiu sua maturidade. Nesse período, os países que adotaram o conhecido “Alto Fordismo”, termo utilizado para indicar o referido modelo no período pós-guerra, alcançaram um forte e relativamente estável crescimento econômico. O Fordismo se conectou aos preceitos da teoria econômica keynesiana, que determinava uma intervenção estatal mais pronunciada na economia. Com isso, iniciou-se uma expansão internacional que atraiu diversos países para a rede capitalista.

Entretanto, mesmo quando o capitalismo fordista alcançou seu apogeu, houve sinais de descontentamento por parte daqueles que não eram beneficiados por esse sistema. Aos trabalhadores a que eram negadas as possibilidades de crescimento no sistema de produção em massa, seja por gênero ou etnia, uniram-se os países de “terceiro mundo”, que buscavam as promessas de emancipação e modernização, mas alcançaram apenas “a destruição das culturas locais, muita opressão e várias formas de dominação capitalista em retorno” (HARVEY, 1990, p. 139).

Os primeiros sinais de esgotamento do modelo de acumulação fordista começaram a surgir na década de 1970, quando a crise econômica desestabilizou o “Alto Fordismo”. A economia mundial passou por um período de recessão, e, no ano de 1973, iniciou-se a grande crise do modelo econômico do pós-guerra, que ficou conhecida como “Crise do Petróleo”. Segundo Anderson (1995), essa crise combinou baixas taxas de crescimento econômico com altas taxas de inflação. A desaceleração do capitalismo pós-guerra foi resultado de um conjunto de outros processos que se desenvolveram concomitantemente, tais como:

O aumento da competitividade nos mercados internacionais (resultante da recuperação total da Europa e da Ásia devido aos estragos provocados pela Segunda Guerra Mundial); insuficiência de investimento de capital em novas tecnologias e estagnação organizacional, o fracasso do desenvolvimento da política industrial, o aumento dos custos do bem-estar social e outros fatores [...] (BONANNO, 1999, p. 29).

No âmbito social, esse período foi caracterizado por baixos salários e pelo aumento do trabalho em tempo parcial (*part-time job*). As organizações voltaram seus esforços para sua própria manutenção e sobrevivência em período de crise, enquanto o Estado, por sua vez, buscava novas estratégias para a contenção da inflação. A característica keynesiana fundamental do capitalismo fordista, que pressupunha o intervencionismo estatal na economia, passou a ser severamente criticada (ANDERSON, 1995; BONANNO, 1999) e percebida como fonte de rigidez e causa da retração econômica.

Com a mundialização do capital e o aumento da concorrência no mercado internacional, inicia-se um novo processo de reestruturação produtiva, com o intuito de estabelecer um novo padrão de acumulação capitalista. A acumulação flexível, caracterizada por Alves (2011) como um novo ímpeto de expansão da produção de mercadorias e de vantagem comparativa na concorrência internacional, surge nesse contexto como forma de enfrentamento às condições críticas do capitalismo, propondo um confronto direto à rigidez do modelo fordista-taylorista e apoiando a flexibilização dos processos e mercados de trabalho.

Foi nesse momento de desestruturação e instabilidade que as ideias neoliberais começaram a ganhar força frente ao modelo econômico anterior. Nos últimos anos da década de

1970, a primeira-ministra britânica Margareth Thatcher e o então presidente norte-americano Ronald Reagan foram promotores da doutrina neoliberal, que, para solucionar a questão da inflação elevada, adota uma série de profundas transformações político-econômicas, como a redução do poder das organizações trabalhistas e a aceitação de níveis mais elevados de desemprego, além de cortes nos gastos sociais e, posteriormente, privatizações de empresas estatais (MARCONSIN; MARCONSIN; FORTI, 2012). Tais medidas foram tomadas, pois, de acordo com a doutrina neoliberal, e os movimentos sindicais e operários eram identificados como principal fator desencadeador da crise:

As raízes da crise, segundo o pensamento neoliberal, estariam no poder excessivo e “nefasto” dos sindicatos e do movimento operário que, através da pressão pelo aumento dos salários e asseguramento de garantias e proteções trabalhistas, ocasionava a inviabilidade da retomada e crescimento dos lucros, corroendo as bases de acumulação das empresas e fomentando um processo de explosão inflacionária (MONTENEGRO, 2007, p. 4).

O Estado deveria ser forte para conter as manifestações populares e empreender essas transformações com sucesso, sem, no entanto, empreender qualquer intervenção na economia. Nesse ponto, é necessário afirmar que tais transformações não ocorreram de maneira pacífica e fluida. No decorrer das primeiras décadas do século XX, o modelo de organização do trabalho fordista, apesar de promover a alienação do processo produtivo, também foi associado à consolidação de direitos trabalhistas e organização de sindicatos (MOITA, 2012). A diminuição do poder conquistado pelos trabalhado-

res consistiu em um desafio para os novos adeptos do pensamento neoliberal.

No decorrer da década de 1980, o modelo neoliberal se expandiu gradativamente pelos países da Europa Ocidental, que, apesar de não praticarem os grandes cortes em gastos sociais ou o enfrentamento aos sindicatos, realizados por Inglaterra e Estados Unidos, enfatizaram a disciplina orçamentária e as reformas fiscais. Dessa forma, o modelo neoliberal teria terreno fértil para sua expansão, o que levaria a grandes e radicais mudanças para o mundo do trabalho.

Portanto, o capitalismo informacional não pode ser considerado apenas enquanto modo de produção, mas sim como um processo civilizatório que se desenvolveu, especialmente na década de 1980, vinculado ao consumismo, ao individualismo, à cultura de massas e aos estilos de vida. Aspectos negativos desse processo, como o agravamento de desigualdades sociais e dos processos de exclusão social, vêm tornando-se, cada vez mais, presentes nos chamados países do Primeiro Mundo. Também Sawaia (1999) aponta repercussões psicossociais dos processos econômico-técnico-científicos do desenvolvimento capitalista, que, ao mesmo tempo em que derrubam as fronteiras mundiais, proporcionam novas formas de separação ou a remodelação de antigas exclusões.

## **AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO**

Em seu livro *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional* (1967), Marcuse analisa as mudanças desencadeadas durante a década de 1960 relativas à reestruturação produtiva e à adoção de novas tecnologias, que vieram a se tornar ainda mais proeminentes a partir da década de 1970.

Nessa obra, o autor traça um panorama social das transformações promovidas e aceleradas pelo aparato técnico de produção na instituição de novas formas de controle e coesão social.

Ao se referir às transformações vivenciadas pelas classes trabalhadoras da civilização industrial, Marcuse (1967) apresenta os principais aspectos de tal metamorfose, que viriam a se tornar características marcantes para o desenvolvimento de novos modos de produção e organização do trabalho nos anos vindouros. Na tentativa de averiguar a atração exercida pelo ambiente empresarial em sujeitos psicopatas na atualidade, assim como a determinação da lógica de produção no desenvolvimento desse tipo de desvio de personalidade, ressaltaremos esses fatores, caracterizados por Marcuse como “frutos predominantes da automatização”.

Ao deliberar acerca da integração social e cultural do trabalhador na sociedade capitalista, tomada como uma característica “positiva” das transformações observadas no mundo do trabalho, Marcuse (1967) afirma que “na situação atual, as características negativas da automatização predominam: aceleração do trabalho, desemprego tecnológico, revigoração da posição da gerência, impotência e resignação crescentes por parte dos trabalhadores” (MARCUSE, 1967, p. 47).

As facetas da automatização implicaram o desenvolvimento de diversas formas de agir e pensar comumente relacionadas à lógica produtivista, em que a proatividade, competitividade e individualismo se apresentam como principais valores a serem seguidos no universo laboral. Nessa “sociedade da performance” (EHRENGBERG, 2010), o saber-fazer é substituído pela *performance* e a formação pelo *training*. Essas ideias articulam-se ainda com a “tirania do momento” (BAUMAN, 2011), em que tudo “é pra ontem”, e a realidade

acaba se transformando em momentos presentes, intensos e fugazes.

Segundo o histórico do modelo neoliberal anteriormente apresentado, podemos perceber que uma das mais marcantes alterações efetivadas junto aos trabalhadores foi a dissolução e enfraquecimento das redes sindicais como estratégia para promover a flexibilização das leis de trabalho. Essas medidas, aliadas ao crescente desemprego estrutural, promovido pela reestruturação produtiva, incorreram no estabelecimento de uma competitividade constante no ambiente organizacional.

A acumulação flexível, ao questionar a rigidez do modelo fordista-taylorista em seu momento de derrocada, insurge a partir do ideário de flexibilização das esferas que compõem o trabalho, passando por seus processos, mercados e produtos, chegando aos próprios padrões de consumo (HARVEY, 1990). Em um meio flexível, aqueles que buscam por estabilidade e segurança em suas carreiras são tidos como estagnados; aqueles que não conseguem acompanhar o ritmo acelerado e as mudanças inconstantes do mundo organizacional são sumariamente deixados para trás.

A instabilidade dos trabalhadores passa, então, a configurar o meio empresarial como um ambiente de luta por reconhecimento social (SEVERIANO, 2013) e sobrevivência do mais adaptado às demandas do mercado. A *performance* do trabalhador passa a ser medida não mais segundo o desempenho de seus pares, mas pelas necessidades impostas pelo mercado e a bolsa de valores, no sentido de atingir níveis de valorização econômica cada vez maiores (GAULEJAC, 2007).

A aceleração do trabalho, também determinada pela inserção das novas tecnologias no meio empresarial e caracterizada por Harvey (1990) como um movimento de compressão do espaço-tempo, demanda uma implicação cada vez maior

dos trabalhadores, um novo ímpeto de expansão da produção de mercadorias e de vantagem comparativa na concorrência internacional na busca obsessiva por rentabilidade financeira e obrigação de resultados.

Os horizontes temporais da tomada de decisões privadas e públicas se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a redução dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e diversificado (HARVEY, 1990, p. 147, tradução nossa).<sup>1</sup>

Essa elevada competitividade, influenciada pelas transformações na percepção do espaço-tempo, faz com que se instalem no núcleo da organização valores que, por vezes, não condizem com a realidade experimentada por seus colaboradores. Pregam o trabalho em equipe enquanto promovem o individualismo por meio de ações competitivas; “incentivam” o chamado empreendedorismo ao mesmo tempo em que a própria organização se encarrega de tolher medidas criativas e autônomas.

A ênfase na flexibilidade das relações de trabalho, caracterizada pelas demandas constantes de desenvoltura para mudanças a curto prazo e pelo incentivo a assumir riscos calculados, promovem alterações profundas na própria significação do trabalho. De acordo com Sennett (2009), isso traz como consequência um impacto sobre o caráter pessoal, enquanto valor

---

<sup>1</sup> “[...] the time horizons of both private and public decision-making have shrunk, while satellite communication and declining transport costs have made it increasingly possible to spread those decisions immediately over an ever wider and variegated space” (HARVEY, 1990, p. 147).

ético pautado no compromisso mútuo, na busca de metas a longo prazo ou na prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. Sá e colaboradores (2010), por exemplo, retratam o que eles denominam o “super-homem” de negócios:

[...] um indivíduo que tem ambição e ostenta símbolos de “sucesso” socialmente reconhecidos numa sociedade de mercado, que acredita e/ou incorpora a ideologia de mercado (neo)liberal e, principalmente, apresenta traços de personalidade específicos socialmente constituídos, tais como: agressividade; auto-estima elevada; poder de persuasão, capacidade retórica; discurso “politicamente correto”; carisma, postura de líder e inspirar segurança (SÁ et al., 2010, p. 1).

No contexto da ética do trabalho tradicional, que apresentava o trabalho como fim em si mesmo e encontrava como motivo impulsionador da atividade laboral a preocupação com as gerações futuras (BENDASSOLLI, 2007), o desenvolvimento do caráter pessoal encontrava-se em consonância com a lógica de produção vigente. Entretanto, o novo e flexível capitalismo, marcado tanto pela economia voltada para o curto prazo como pela instabilidade dos vínculos empregatícios e das próprias organizações, promove a corrosão do próprio caráter (SENNETT, 2009).

Frente ao vazio deixado pela crise da ética do trabalho, o consumo passa a figurar enquanto principal função da atividade laboral. Passa-se, então, a significar o trabalho enquanto meio de aquisição de mercadorias. “Trabalha-se para consumir, nem que seja a própria identidade” (BENDASSOLLI, 2007, p. 16). Baudrillard (2008, apud SEVERIANO, 2013) demarca o surgimento da chamada sociedade de consumo, que passa a ditar os valores que se busca alcançar por meio



do trabalho. Os sujeitos passam a ser chamados a assumir seu lugar mesmo enquanto consumidores eficientes, fazendo girar as engrenagens do mercado. Inicia-se, então, o processo da dominação e manipulação da subjetividade humana pela via da mercadoria (SEVERIANO, 2013).

Nesse contexto de aceleração desenfreada, corrosão de caráter e perda de objetivos autodefinidos, mas de objetos heterodeterminados (ROSCI, 2012 apud SEVERIANO, 2013), é possível perceber a passagem implacável dos valores característicos da empresa para a esfera privada. À medida que as barreiras espaciais e temporais entre condições de trabalho e não trabalho tornam-se turvas, as dimensões da competitividade, individualismo, eficiência, proatividade, empreendedorismo e risco calculado passam a constituir elementos determinantes não apenas para a vida laboral dos sujeitos, mas para suas próprias experiências subjetivas.

## O NOVO MUNDO DO TRABALHO E A PSICOPATIA CORPORATIVA

Quando pensamos nas novas configurações de trabalho da atualidade (estratégias de produção e gestão que estimulam a competitividade exacerbada, incrementada pelo individualismo; o discurso da excelência, impregnado pelas ideias de perfeição e de superioridade etc.), evidenciamos *per se* uma situação perversa e propícia às práticas de violência, na qual trabalhadores tornam-se vulneráveis (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010), ainda mais na presença de psicopatas.

Segundo Dejours (1999), para o sistema funcionar é necessário que haja gente que maltrate, subestime e intimide pelo medo, fazendo os trabalhadores considerarem “normal” toda essa exploração. A vivência de ameaça e perseguição

imposta pelo psicopata no cotidiano de trabalho configura-se sob diversas formas (violência psicológica, verbal, sexual, moral, entre outras), em que trabalhadores se veem obrigados, pelas novas formas de configuração do trabalho e diante da adoção de um modelo de organização construído de maneira a esvaziar o discurso dos sindicatos e das resistências coletivas, a aceitar condições críticas que comprometem o bem-estar e colocam em risco sua saúde.

É, no entanto, nesse cenário marcado por uma dominação sutil e escamoteada, que a psicopatia tem aflorado. É justamente nesse contexto de uma violência (in)visível e institucionalizada no trabalho (negligência, omissões, imposições, pressões diversas), articulada à precariedade das condições e exigências (MENDES et al., 2010), que se instaura um terreno fértil e propício à atuação desses sujeitos que, embora desviantes, encontram-se perfeitamente integrados à sociedade.

Diante de todo o exposto, compartilhamos com autores que, como Martins (2008), refletem que o capitalismo neoliberal, ou talvez a contemporaneidade como um todo, enquanto temporalidade histórica e social, tem características da psicopatia. O referido autor faz uma interessante analogia entre literatura (pela análise da obra *O psicopata americano*) e a realidade contemporânea neoliberal. Cita, por exemplo, os *yuppies* (*young urban professional*), jovens profissionais urbanos que foram símbolos de uma geração ambiciosa que circulava na *Wall Street* de Nova York, com atributos invejáveis: ser o melhor, desprezar o diferente, humilhar sempre que possível, invejar – aspectos de uma sociedade fútil à mercê da impermanência das modas. “Uma mistura de códigos que faz valer um imperialismo do gosto, uma hierarquia de valores e significações convencionalizadas que se tornam o sangue vital da cidade urbana” (HARVEY, 1992 apud MARTINS, 2008, p. 38).

Assim sendo, não se pode deixar de comprometer o “novo” capitalismo e sua influência sobre os sujeitos trabalhadores ao ditar suas regras – ironicamente, os movimentos que afastaram o homem da opressão da Igreja o aprisionaram a outras maquinarias. A lógica produtivista impõe sua marca no âmago das organizações, inclusive via gestão de pessoas, levando trabalhadores com esse falso “poder” atribuído pelo consumo a correrem na esteira para permanecerem em seus mesmos lugares (SEVERIANO, 2013).

A psicopatia, portanto, poderia ser vista como mais um produto concebido pela sociedade de consumo e apresenta-se tão vazia quanto ela (ABBADÉ, 2005 apud MARTINS, 2008). A autoimagem do homem é mais definida pelos bens adquiridos e por outros sinais de sucesso e poder do que pelo amor, discernimento e compaixão (HARE, 2013). Hare (2013) também questiona: “será que, involuntariamente, estamos permitindo o desenvolvimento de uma sociedade que é o solo perfeito, ou um ‘campo fértil’, para o cultivo de psicopatas?” (p. 94).

Acreditamos que as características aqui reunidas não são traços psicológicos invejáveis, que singularizam e diferenciam o psicopata corporativo dos demais trabalhadores “normais”, mas são sim traços socialmente constituídos, talvez como estratégia de resistência a essa ditadura de comportamentos desejáveis, fruto da homogeneização de uma classe trabalhadora alienada e egoísta e um modelo particular de estruturação do mercado de trabalho.

No entanto, a individualidade transforma a psicopatia em culpa individual e não social; assim, em nome de uma identidade, as exclusões são legitimadas ao não se reconhecer o outro em suas diferenças (MARTINS, 2008). Sabemos que nossa sociedade é fruto de um conjunto de determinantes. Não há “culpados”. A questão principal parece não ser

apenas apontar um culpado, mas se perceber nos dois lados dessa moeda – produtor e produto de uma sociedade paradoxal, fragmentada, globalizada, excludente, consumista.

Assumimos um olhar crítico da realidade, que parece ingênua, mas que talvez prefira não olhar para o “tom de cinza” que criou. O psicopata, assim, pode ser mais uma figura que a sociedade gerou com sua ordem social e normatizações excludentes.

Numa sociedade em que a pobreza emocional, a autoglorificação e autogratificação são a norma, o caminho trilhado atualmente tende a permitir, reforçar e, em alguns casos, até valorizar alguns traços da psicopatia (por exemplo, impulsividade, irresponsabilidade, ausência de remorso etc.). Dessa forma, poderiam nossas instituições sociais estar se transformando em microcosmos da “sociedade da camuflagem”, onde os psicopatas podem se esconder? (HARE, 2013).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo constitui-se no primeiro passo da construção de um estudo mais aprofundado sobre o fenômeno da psicopatia corporativa no contexto brasileiro. Esperamos, por este breve ensaio, instigar os leitores a refletirem sobre a manifestação de comportamentos psicopáticos nas organizações, corroborados pela flexibilização não apenas das relações e modos de produção, mas da própria ética do trabalho.

Nosso objetivo com o presente estudo não é catalogar sujeitos que desviam do perfil esperado pela sociedade ou ciência, assumindo esse fenômeno como distúrbio individual. Tampouco pretendemos permanecer utilizando rótulos disfarçados para apontar alguns poucos “anormais” (MAR-

TINS, 2008), visto que essa dicotomia (des)legitima inclusões e exclusões dentro das relações de poder.

O que nos surpreende é que, apesar dos atos condenáveis do psicopata corporativo, aceitos como parte de um sistema que é “naturalmente cruel”, a atenção da sociedade continua dirigida, negligentemente, para o sucesso. Assim, tal como as gangues atraem psicopatas jovens, uma organização, com seu esquema de relações manipuladoras, dominadora e excludente, pode atrair psicopatas mais experientes. Mais assustadora ainda é a possibilidade de que esses traços se transformem em modelos distorcidos, em que pouco valor é dado à honestidade, ao jogo limpo e à preocupação com o bem-estar dos outros. Como nos lembra Lindner (1944 apud HARE, 2013), já houve época em que as fronteiras e os limites deram ao psicopata “o brilho e resplendor da liberdade pessoal”.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1998.

AQUINO, C. B. *Reflexões sobre a precarização laboral: uma perspectiva da psicologia social*. Texto apresentado na II Jornada Internacional de Políticas Públicas em São Luís, MA, 2005.

BABIAK, P.; HARE, R. *Snakes in suits: when psychopaths go to work*. Nova York: Harper-Collins Publishers, 2007.

BAUMAN, Z. *A ética é possível num mundo de consumidores?* Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2011.

BENDASSOLLI, P. F. O mal-estar na sociedade de gestão – E a tentativa de gestão do mal-estar. In: GAULEJAC, V. (Org.). *Gestão como doença social*. São Paulo: Idéias & Letras, 2007.

BODDY, C. R. Corporate psychopaths and organisational Type. *Journal of Public Affairs*, v. 10, n. 4, p. 300-312, 2010.

BONANNO, A. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALLANTI, J. S. B. (Org.). *Globalização, trabalho, meio ambiente; mudanças socioeconômicas nas regiões frutícolas para exportação*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999, p. 47-94.

CLARKE, J. *Trabalhando com monstros: como identificar psicopatas no seu trabalho e como se proteger deles*. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2011.

COOKE, D. J.; MICHIE, C. Refining the construct of psychopath: towards a hierarchical model. *Psychol. Assess.*, v. 13, n. 2, p. 171-188, jun. 2001.

DEJOURS, C. Centralité ou déclin du travail? In: KERGOAT, J. et al. (Org.). *Le monde du travail*. Paris: Édition La Découverte, 1999.

EHRENBERG, A. *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Tradução de Pedro F. Bendassolli. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Rev. bras. Saúde Ocup.*, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

FREITAS, M. E. Quem paga a conta do assédio moral no trabalho? *RAE – Eletrônica*, São Paulo, v. 6, n. 1, art. 5, jan./jun. 2007.

GAULEJAC, V. *Gestão como doença social*. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

HARE, R. D. A research scale for the assessment of psychopathy in criminal populations. *Pers. and Ind. Diff.*, v. 1, n. 2, p. 111-119, 1980.

\_\_\_\_\_. *Sem consciência: o mundo perturbador dos psicopatas que vivem entre nós*. Porto Alegre: Artmed, 2013.

HARVEY, D. *The condition of postmodernity*. Cambridge MA: Blackwell, 1990.

HELOANI, R. Assédio moral – um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. *RAE – Eletrônica*, São Paulo, v. 3, n. 1, art. 10, jan./jun. 2004.

LILIENFELD, S. O.; FOWLER, K. A. The self-report assessment of psychopathy: problems, pitfalls, and promises. In: C. J. Patrick (Ed.). *The handbook of psychopathy*. New York: Guilford, p. 107-132, 2006.

MARCOSIN, C.; FORTI, V.; MARCONSIN, A. Neoliberalismo e reestruturação produtiva: debatendo a flexibilização dos direitos trabalhistas no Brasil. *Serviço Social em Revista* (Online), Londrina, PR, v. 2, p. 23, 2012.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1967.

MARTINS, S. Contemporaneidade: uma psicopatia americana? *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 1, p. 35 – 42, jan./mar. 2008.

MENDES, A. M. *Violência no trabalho: perspectivas da psicodinâmica, da ergonomia e da sociologia clínica*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010.

MOITA, D. S. *Trabalho imaterial: libertação do trabalhador ou degradação do trabalho?* 2012. 42 f. Monografia (Graduação em Psicologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

MONTENEGRO, D. M. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e crise: precarização do trabalho e informalidade no Brasil. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2007, Fortaleza. Jornada Internacional de Políticas Públicas, 3, *Anais...* São Luís: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2007.

POLIZELLI, D. L.; RUIZ JUNIOR, J. Gestão do conhecimento e taylorismo: contribuições para a evolução da administração. *Interação*, São Paulo, v. 8, p. 1-14, 2011.

RAY, J. J.; RAY, J. A. B. Some apparent advantages of sub-clinical psychopathy. *Journal of Social Psychology*, v. 177, 135-142, 1982.

SÁ, M. G. et al. O “super-homem” de negócios. *Encontro da ANPAD*, 34, *Anais...* Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, V. C. Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. In: *Colóquio Internacional Marx e Engels*, 6, *Anais...* Campinas, 2009.

SAWAIA, B. B. Comunidade como ética e estética da existência: uma reflexão mediada pelo conceito de identidade. *Psyche*, v. 8, n. 1, p. 19-25, 1999.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução de Marcos Santarrita. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.



SEVERIANO, M. F. V. A juventude em tempos acelerados: reflexões sobre consumo, indústria cultural e tecnologias informacionais. *Política & Trabalho* (Online), v. 1, p. 271-286, 2013.

# O RACISMO E SUAS FORMAS DE MASCARAMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR

---

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço

Isadora Dias Gomes

Janaína Farias de Melo

## **O RACISMO TAMBÉM HABITA A ESCOLA: PARA INTRODUZIR O TEMA**

Neste capítulo, discutimos os resultados de uma pesquisa-intervenção que faz parte de nossos estudos atuais, articulando juventude, violência e relações étnico-raciais. O projeto foi realizado em uma escola pública de Ensino Fundamental de Fortaleza e teve por objetivo compreender como operam os processos de discriminação e preconceito racial no contexto escolar. Para contextualizar a problemática do racismo, começamos por apresentar as condições de desigualdade e exclusão social do negro no nosso país, apesar das lutas e avanços já conquistados pelos movimentos organizados, desde os bravos resistentes que formaram os quilombos na época da escravidão, até os incansáveis militantes do movimento negro dos dias atuais.

O racismo, no Brasil, assume contradições que contribuem para deixá-lo na invisibilidade e para escamotear os problemas sociais e individuais que acarreta. Por um lado, advoga-se a democracia racial em um país cuja formação étnica é atribuída à mistura de raças; por outro, os dados dos censos de 2000 e de 2010 (IBGE, 2000, 2010) e as estatísticas econômicas apresentadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD de 2009 e de 2014 (IBGE, 2009, 2014) atestam seguidamente a desigualdade e exclusão dos negros em relação aos brancos. O Mapa da violência, divulgado no ano de 2015, é o retrato fiel do racismo brasileiro, que, apesar de ser negado insistentemente, aparece da forma mais cruel pelos índices de homicídios por arma de fogo (AF), conforme está apresentado no capítulo “A cor das vítimas” (WAISENFILSZ, 2015):

[...] em todas as categorias de raça/cor, os homicídios são a forma quase exclusiva de utilização das AF, mas para os negros esse fato adquire sua máxima expressão: 95,6% de suas vítimas de bala foram assassinados, fato que se repete em maior número entre os jovens negros [...]. [...] no ano de 2012 as AF vitimaram 10.632 brancos e 28.946 negros, o que representa 11,8 óbitos para cada 100 mil brancos e 28,5 para cada 100 mil negros. Dessa forma, a vitimização negra foi de 142%, nesse ano; morreram proporcionalmente e por AF 142% mais negros que brancos: duas vezes e meia mais (WAISENFILSZ, 2015, p. 80).

Trata-se de uma realidade estarrecedora, que vem sendo divulgada de forma mais contundente na atualidade em decorrência das lutas e protestos da sociedade

civil organizada, particularmente, nesse caso, pelo movimento negro.

Entretanto, nossa intenção, neste texto, não se restringe a dar visibilidade a esses dados, que já falam por si só acerca da desigualdade racial que precisa ser combatida e erradicada. Queremos também chamar a atenção para outra dimensão das consequências do racismo. Ele atinge não apenas a condição de existência objetiva, mas traz repercussões marcantes para a construção subjetiva das pessoas, tanto daqueles que sofrem o preconceito e a discriminação, os quais, concreta e simbolicamente, estão submetidos a uma ideologia de desqualificação e subordinação, quanto dos que se colocam na posição do branco, que se apropriam da ideia de referência sobre os demais grupos étnicos para legitimar sua superioridade política e social, fortalecida pelo poder econômico, que produz e perpetua essas desigualdades. É um processo perverso que dificulta seu enfrentamento e reforça o silêncio acerca da discriminação racial brasileira. Como afirma Costa (2007, p. 46), “O discurso do colonizador trabalhou no sentido de convocar as etnias nativas e africanas para a integração na condição de subalternidade. Flagrantemente oculto é o nosso paradoxal racismo”.

É importante considerar que, pelo censo de 2000 (IBGE, 2000), o Brasil representa o maior país de população afrodescendente do mundo, fora do continente africano, sendo o segundo país do mundo com maior contingente populacional negro (o primeiro é a Nigéria). Essa população concentra os indicadores mais baixos em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ao processo de alfabetização e escolarização, ao emprego e salário, entre outros fatores sociodemográficos.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2014, que estão publicados no texto *Síntese dos indicadores sociais: análise das condições de vida da população brasileira* (IBGE, 2014), mostram as disparidades, especialmente no que tange aos aspectos de escolarização e de rendimentos. Pelos índices da pesquisa, a população brasileira é composta por 52,9% de negros (pretos e pardos, segundo classificação proposta pelo IBGE), sendo os indicadores mais preocupantes situados nesses segmentos populacionais. As taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais mostram que 11,5% são de negros, enquanto a taxa em relação aos brancos é de 5,2%.

Atentar para práticas discriminatórias no ambiente escolar entre alunos, na relação com professores e com gestores, assim como para as desiguais condições de acesso à educação e outros bens culturais é indispensável para compreender melhor os índices do baixo desempenho e reprovação encontrados na população negra. Estudos apontam para práticas discriminatórias que se apresentam, inclusive, nos recursos pedagógicos, como textos e materiais didáticos, com imagens e referências que desqualificam o negro (FIGUEIRA, 1990; ROSENBERG, 1998; MENEZES, 2002; MUNANGA, 2009; MAZZON, 2009). Isso amplia também o entendimento sobre o papel das propostas de políticas de ações afirmativas no campo da educação, voltadas a essa população.

Uma das medidas de enfrentamento dessa realidade foi a promulgação da Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar e indica outras orientações para propiciar o reconhecimento e a valorização da cultura e luta dos negros no Brasil. Embora ainda

em processo de implementação, inclusive sofrendo muita resistência, sua efetivação, gradativamente, vem trazendo mudanças e possibilitando a introdução de políticas inclusivas na escola. Além dessa lei, também foram sancionadas as leis de números 11.645/08 (BRASIL, 2008) e 12.711/12 (BRASIL, 2012b), que estabelecem os parâmetros e a obrigatoriedade do sistema de cotas para o ingresso de estudantes de escolas públicas no Ensino Superior, bem como a Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2012 (BRASIL, 2012c), e o Decreto nº 7.824 (BRASIL, 2012a), que regulamentam e orientam a implantação desse sistema de cotas.

Nosso foco na pesquisa foi sobre o modo como o racismo opera e o que provoca nas relações entre os membros da escola. Compreendemos o racismo como violência, porque atinge a própria dignidade humana. Como afirma Marilena Chauí,

A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. [...]. É sob este aspecto (entre outros, evidentemente), que o racismo é definido como violência. Não é demais lembrar quando essa idéia aparece (2007, p. 2).

Mesmo entendendo dessa forma, é preciso considerar também que a percepção de preconceito racial é vivida, enfrentada e elaborada diferentemente por cada pessoa, dado que é um processo subjetivo, marcado pelo entrelaçamento de fatores histórico-culturais e experiências singulares e cotidianas. Isso significa que sua análise precisa ser contextualizada e circunstanciada face à sua produção. Coerente com esse entendimento, fundamentamo-nos na

Psicologia histórico-cultural, articulada com autores contemporâneos (CIAMPA, 1987; BAUMAM, 2004; HALL, 2006; CHAUI, 2007; FANON, 2008) que discutem categorias conceituais como: identidade, violência, preconceito, discriminação e racismo. Foi com foco nessas categorias que organizamos a investigação e o processo interventivo de que tratamos neste texto.

Na perspectiva histórico-cultural, identidade é uma construção social que se forma pela interação entre o homem e suas relações com o outro e com a cultura e está em constante transformação e “metamorfose” (CIAMPA, 1987).

Hall (2006), ao discorrer sobre as identidades culturais, refere que o sujeito concebido na idade moderna como autocentrado e com uma essência unificada foi se transformando para múltiplas identidades a serem atualizadas e manifestas conforme as circunstâncias interacionais vividas. O autor argumenta que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2006, p. 7). Assim, entendemos que as identidades não são essências, mas se constroem na relação do sujeito com a cultura ao longo de seu desenvolvimento. As identidades, então, são fluidas, “metamórficas”, sendo algumas impostas ao sujeito e outras escolhidas por ele (BAUMAN, 2004).

É com essa compreensão que abordamos a identidade étnico-racial, como um processo de construção subjetiva, que se forma a partir da identificação de pertencimento cultural. No caso do negro, essa identificação também assume a marca da cor da pele e de características fenotípicas em sua base, o que, por um processo histórico de

desqualificação entre grupos étnicos, torna-se alvo de preconceito e discriminação.

Portanto, o preconceito racial está presente nas relações entre as pessoas, aberta ou disfarçadamente, no convívio nos espaços comunitários e institucionais, e assume uma dimensão discriminatória quando impede ou limita oportunidades de acesso a diferentes condições de vida e de trabalho, gerando exclusão social. Assim, quando discutimos processos de exclusão social, estamos falando de processos discriminatórios que, por sua vez, originam-se de preconceitos desenvolvidos em relação ao objeto da exclusão (IRACI; SOVIK, 2004). Ou seja, as relações étnico-raciais estão fortemente ligadas às situações de discriminação, preconceito e violência, pois o racismo é fruto de um longo processo histórico de colonização, que, no nosso país, perpetua-se envolto em um discurso velado de tolerância e de suposta igualdade.

É preciso que se entenda que, ao falarmos de racismo, não estamos tratando de um conceito de natureza biológica, e sim estamos marcando um posicionamento político. Posição que advoga a necessidade de delimitar a discriminação do negro com características específicas, historicamente produzidas no sentido da desqualificação e negação da própria condição humana. No dizer de Etienne Balibar,

*Ao contrário do que postula um dos enunciados mais constantes da própria ideologia racista, não é a “raça” o que constitui uma memória biológica ou psicológica dos homens, é o racismo o que representa uma das formas mais insistentes da memória histórica das sociedades modernas. O racismo é o que continua operando a “fusão” imaginária do passado e da atualidade no que se esclarece a percepção coletiva da história humana (1991, p. 7, grifo da autora, tradução nossa).*



No Brasil, além das leis direcionadas ao campo da educação, já citadas, algumas formas de enfrentamento a esse processo vêm sendo desenvolvidas, tendo como suporte a própria Constituição de 1988, quando estabelece em seu Art. 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988). Em 1989, a Lei nº 7.716 (BRASIL, 1989) define como crime inafiançável a prática de racismo, estabelecendo, pela primeira vez, intervenções explícitas aos atos discriminatórios. A criação, em 2003, por meio da Lei nº 10.678 (BRASIL, 2003), da Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR, vinculada à Presidência da República, veio fortalecer o surgimento de uma série de outros instrumentos legais direcionados a ações antirracistas, como a Lei nº 10.288, sancionada em 2010 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre o Estatuto da Igualdade Racial. Esse estatuto tem por propósitos: fazer com que aos negros sejam garantidas as mesmas oportunidades que aos demais, assegurar a defesa de seus direitos em todas as instâncias e combater toda forma de discriminação e intolerância étnicas.

É necessário esclarecer, entretanto, que, em 2015, a SEPPPIR deixou de ser um ministério e foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Com as mudanças no quadro político brasileiro, em maio de 2016, o então presidente Michel Temer, após assumir interinamente a Presidência da República por conta do afastamento da presidente Dilma Rousseff, declarou extinto o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, por meio da Medida Provisória nº 726 (BRASIL, 2016).

Enfim, a efetivação das políticas de ações afirmativas, que, no seu conjunto, objetivam uma ação preventiva contra

o racismo e a exclusão social dele decorrente, tem se constituído suporte para promoção da igualdade prevista constitucionalmente. São conquistas derivadas das lutas incessantes dos negros como coletivo organizado e funcionam como estratégias para romper com a prática de violência e exclusão social.

Antes de entrar no debate sobre o que foi possível compreender a partir dos discursos de estudantes e professores, descrevemos como se deu o processo investigativo, desde a inserção nas atividades da escola até o contato direto com esses discursos, nas oficinas realizadas com os participantes diretos do estudo, estudantes e professores.

## **CAMINHOS DA PESQUISA: A TORTUOSA TAREFA DE INSERÇÃO NO CAMPO**

O desenho metodológico da pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa e se configurou como pesquisa-intervenção. O trabalho empírico foi realizado em duas etapas: processo de inserção na escola e realização de oficinas temáticas: com estudantes (dois grupos de oito participantes) e com professores (um grupo com 12 participantes). Os resultados do estudo serão apresentados considerando as análises dessas duas etapas.

O processo inicial de inserção na escola aconteceu no segundo semestre de 2011 e teve como principal característica a receptividade por parte da direção e da coordenação pedagógica, seguida de demandas para que houvesse uma ação voltada à resolução de conflitos e de engajamento em projetos já existentes. Foram realizadas algumas reuniões com as pessoas responsáveis pela gestão e com os professores interessados, com o intuito de esclarecer a respeito do projeto de pesquisa, seus objetivos e procedimentos, bem

como de adequá-lo ao cotidiano da escola. Em decorrência da necessidade de adequação, as ações no campo foram possíveis, inicialmente, tendo como estratégia a vinculação a um projeto de combate ao *bullying*, em andamento. Esse engajamento se deu com a nossa participação em reuniões de planejamento dos professores, quando compreendemos melhor a dinâmica do projeto pedagógico em questão e buscamos atuar na direção de uma contribuição efetiva. Daí a proposta da pesquisa-intervenção.

Já durante a primeira etapa, pudemos nos confrontar com alguns entraves. Por um lado, a manifestação explícita de professores contrária a um trabalho com foco na questão étnico-racial no meio escolar, com argumentos variados, especialmente o da inexistência de raças em se tratando dos humanos. Nesse sentido, para os que assim se posicionaram, trabalhar diferenças raciais implicaria o acirramento da discriminação. Outros argumentos advogavam que o problema da desigualdade no Brasil não é uma questão de grupos étnicos, mas de classes socioeconômicas, ou seja, que não existe preconceito e discriminação contra o negro e sim contra os pobres. Buscamos problematizar argumentos desse tipo com dados da nossa pesquisa anterior (COLAÇO et al., 2011) e também com indicadores sociais do IBGE (2010, 2013), que mostram as desigualdades na inserção de negros e brancos no mercado de trabalho, no tempo de escolarização e em outros processos de inclusão social, mesmo entre os segmentos populacionais economicamente menos favorecidos. Por outro lado, é preciso esclarecer que uma boa representação de professores se mostrou favorável ao nosso projeto, achando relevante considerar tais questões no meio escolar. Um aspecto que mereceu nossa atenção foi o fato de que as manifestações

de resistência foram públicas e imediatas à apresentação do projeto. Já os professores interessados nos procuraram posteriormente para conversar ou solicitar apoio.

Assim, percebemos algumas resistências e aceitações acerca da ideia de discutir a questão étnico-racial na escola, verificando que a dimensão interventiva da pesquisa já cumpria o seu objetivo – o de gerar debates e reflexões a respeito da temática em questão – desde antes da realização das oficinas.

Como aproximação inicial junto aos estudantes, tivemos dois momentos: contribuições nossas para a celebração do Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, e nossa participação em uma atividade pedagógica, a Feira Cultural. Dessa forma, os alunos puderam conhecer a equipe de pesquisa e saber seus objetivos na escola, estabelecendo alguns vínculos. Esses momentos se mostraram oportunos, também, para perceber o perfil dos estudantes daquela escola e reconhecer participantes em potencial para as oficinas temáticas.

Essa primeira fase foi concluída com uma reunião com os estudantes convidados pela coordenadora pedagógica, considerando alguns critérios que lhe fornecemos para a escolha. Estavam presentes em torno de 25 alunos, de ambos os sexos e idades entre 14 e 18 anos. Solicitamos à coordenadora que observasse os seguintes aspectos, considerados básicos para o nosso trabalho, a saber: convidasse alunos extrovertidos e introvertidos, negros e brancos, que tivessem alguma atuação de liderança e participassem de ações coletivas. Também pedimos a participação de alunos que tivessem vivenciado situações de *bullying*, seja como vítima ou praticando.

Nesse encontro com os alunos, fornecemos explicações acerca das oficinas (quantidade, duração, metodologias e forma de ingresso) e os convidamos a participar. Além das explicações, apresentamos e discutimos um vídeo produzido pela equipe de pesquisa, com personagens negros, objetos e atividades relativas à cultura afro-brasileira, inclusive marcas culturais da nossa alimentação, música, dança, vestimentas etc. Finalizamos esse primeiro momento com a entrega dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE aos que manifestaram interesse em participar. Explicamos a necessidade da assinatura dos pais ou responsáveis, para aqueles de até 18 anos incompletos, e esclarecemos as questões éticas que envolvem a pesquisa, seguindo a Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde.

A segunda etapa da pesquisa, relativa às oficinas com estudantes, aconteceu entre os meses de fevereiro e abril de 2012. Após alguns problemas enfrentados pela equipe de pesquisa na definição de dias e horários para a realização das oficinas, ficou decidido que formaríamos dois grupos de estudantes, com uma oficina no turno da manhã e outra à tarde, de modo a dar oportunidade de participação a estudantes de ambos os turnos. Assim, foram conduzidas 2 oficinas, com 5 encontros e uma média de frequência de 8 estudantes em cada uma, havendo alternância de participantes, isto é, ao longo dos cinco encontros alguns adolescentes desistiram e outros entraram.

Nas oficinas, foram utilizados recursos diversos, como vídeos, documentários, músicas e situações criadas pela equipe para facilitar o debate. Os temas seguiram uma ordem crescente de aproximação com a questão do racismo. Iniciamos com uma discussão sobre identidade,

no primeiro encontro. No seguinte, as discussões giraram em torno da diferenciação entre preconceito e discriminação e também de formas diferentes de manifestação de preconceito. O tema do terceiro encontro foi a violência na escola, tipos e características distintas, inclusive a compreensão acerca de *bullying*, termo usado frequentemente por estudantes e professores. No quarto e no quinto encontro, entramos no tema central da pesquisa, o racismo, procurando trabalhar situações vividas por eles com o auxílio de dramatizações, e, no último encontro, abrimos uma discussão sobre formas de enfrentamento do preconceito e da discriminação racial na escola.

A segunda etapa foi concluída com a oficina com os professores e tinha também como proposta cinco encontros, mas só foram realizados três. Começamos com 12 participantes, sendo que o último momento estava bastante esvaziado, com apenas três professores. No caso dessa oficina, convidamos a todos por ocasião de uma reunião de professores que ocorreu próximo ao final do semestre (maio de 2012), indicando apenas o interesse em discutir o tema como critério para participar. Também usamos vídeos e músicas para facilitar a discussão. Desde o primeiro encontro, a expectativa era de que iríamos falar sobre as oficinas com os estudantes, e ficou evidente a frustração ao saberem que esse espaço da oficina era destinado a discutir a percepção deles e o modo de lidar com o racismo na escola. Nossa interpretação sobre a resistência de participação dos professores, a falta de condições para a realização dos cinco encontros e o esvaziamento no último é que, ao não terem suas expectativas contempladas, os encontros perderam o sentido para eles.

Encerradas as oficinas, retornamos o contato com a direção da escola para realizar uma discussão aberta sobre o tema, ocasião em que daríamos uma devolução das nossas análises de todo o processo. Entretanto, nossas tentativas de finalizar o processo foram em vão, face às resistências encontradas. Todas as datas propostas por nós foram contestadas com argumentos de atividades extras ou falta de horário comum à maioria dos professores participantes, ao tempo em que não nos indicavam outras possibilidades. Este é mais um dado significativo da mobilização que o tema provoca na direção de seu ocultamento. Vale salientar que, no último encontro com os estudantes, fizemos uma síntese do processo e uma avaliação sobre como foi essa experiência para eles.

Para o trabalho analítico, as categorias empíricas foram articuladas com as teóricas, previamente definidas no projeto, a saber: identidade, violência, preconceito e discriminação e racismo. Apresentamos, a seguir, uma síntese do que pudemos compreender nos discursos e ações de estudantes e professores, tentando responder nossa questão de pesquisa.

## **COMO O RACISMO APARECE NA ESCOLA?**

O trabalho analítico envolveu desde o que foi possível perceber no processo inicial de inserção até os ditos e não ditos de estudantes e professores, reveladores do modo como o racismo atua na escola. O primeiro ponto de destaque diz respeito à forma resistente e constrangedora como a temática foi recebida como proposta de pesquisa, sendo logo conduzida a uma vinculação com um projeto

de combate ao *bullying*. Eram feitas críticas generalizadas a diversos tipos de preconceito e discriminação, tais como a homofobia e o preconceito com pessoas que se identificam com determinado estilo musical. No entanto, mesmo ficando claro o objetivo da pesquisa, as falas e posicionamentos sobre o racismo propriamente dito o deixavam em segundo plano, como algo a ser tangenciado, mas não encarado diretamente. Esses são elementos que reafirmam a tentativa de manter na invisibilidade esse tipo de violência, os quais, aliados à manifestação de silêncio por alguns estudantes convidados a participar da pesquisa, também demonstram o quanto a explicitação do racismo como um problema existente na escola – e que, portanto, precisa ser enfrentado – assusta e inibe as pessoas.

Para dar uma sistematização ao processo analítico relativo ao que foi produzido nas oficinas, seguiremos as categorias teórico-analíticas abordadas na sequência dos encontros.

## Identidade

Essa categoria, trabalhada no primeiro encontro das três oficinas (duas com estudantes e uma com professores), foi compreendida pelos estudantes como a percepção de si e apresentação pessoal. Já os professores centraram a discussão na relação com a identidade nacional, fazendo um contraponto entre o brasileiro *versus* o estrangeiro. Das discussões, foram identificados alguns significados mais específicos que foram subcategorizados. Uma das subcategorias, presente apenas nas oficinas com os estudantes, foi nomeada *construção da identidade*. Surgiram questionamen-



tos acerca dos determinantes envolvidos nessa construção – fatores biológicos e culturais – e da liberdade de escolha e autonomia diante das restrições decorrentes deles. Nesse aspecto, eles revelaram a percepção de que contextos culturais (o bairro onde moram e suas preferências musicais) produzem estigmas e preconceitos sobre a pessoa, da mesma forma que características biológicas (cor da pele, tipo de cabelo, aparência facial e origem familiar) reforçam preconceitos e discriminações. Nesse sentido, há uma compreensão ambivalente relativa ao desenvolvimento humano como sendo decorrente de fatores ambientais, por um lado, e condicionado por fatores biológicos, de outro.

A segunda subcategoria apareceu nas análises tanto das oficinas com os estudantes quanto na realizada com professores e se refere ao que nomeamos de *identidade assumida versus identidade negada*. Alguns estudantes enfatizaram a importância de se reconhecer e valorizar seu modo de ser, explicitando socialmente suas identificações: homossexual, negro, roqueiro etc. Consideram que a autoafirmação é uma posição que impõe o respeito e a aceitação dos outros. Nesse ponto, a identificação com uma determinada cultura e o senso de pertencimento a ela favorecem a condição de proteção psicossocial. Contraditoriamente, surgem situações indicadas pelos estudantes que os levariam à não expressão ou mesmo à *negação da própria identidade*, quando se evidenciam características que geram discriminação, por exemplo, declarar-se negro ou homossexual em processos seletivos. Nesse caso, aparece o temor da exposição ao risco de exclusão social.

Na oficina com os professores, o tema da identidade foi tratado com distanciamento e circulou em torno de um posicionamento sobre a baixa valorização da identidade

nacional do brasileiro em contraposição ao reconhecimento dirigido aos estrangeiros de países do chamado primeiro mundo. Desse modo, alguns exemplos foram apresentados, como a manutenção do sotaque e de hábitos que identificam a cultura de origem. Consideram que os brasileiros tendem a negar a sua identidade e tentam copiar o que vem de fora, alimentando a ideia de superioridade do produto (material ou intelectual) estrangeiro. Nesse processo de negação da identidade, foi citada também a “ditadura da moda”, que diz como todos devem se vestir, que devem ter o cabelo liso, entre outras imposições.

Ainda no vasto território da *identidade negada*, ao explorarmos as atitudes dos estudantes diante das situações de discriminação racista, eles afirmam ser comum a aceitação da situação de exclusão por quem sofre a discriminação, bem como a aceitação passiva por parte dos que a presenciam. Em oposição ao que afirmaram com relação à importância da assunção identitária, suas falas são favoráveis a mudanças na aparência para corresponder ao esperado em situações decisivas, como a conquista de emprego. Curiosamente, uma situação ocorrida em um dos encontros com os estudantes ilustrou a expressão dessa subcategoria: na ocasião, um aluno, ao falar de si, identifica-se como branco, tendo a pele escura, e é motivo de riso entre os colegas. Compreendemos, assim como Santos (2003), que a exclusão, como um complexo fenômeno ligado às práticas culturais, remete a um processo de negação social – ou afirmação perversa –, cujas características subjetivas podem marcar de tal maneira a construção da identidade que a pessoa não visualiza outro lugar que não o de fora, o de estrangeiro em seu próprio território (FANON, 2008).

## Violência

Essa categoria foi tratada pelos estudantes com uma tendência a homogeneizar formas diferentes de violência, dividindo-as tão somente como “físicas” ou “psicológicas”. Nesse sentido, *bullying*, racismo e homofobia foram compreendidos como manifestações de violência, mas estavam inclusos na definição única de “preconceito”, minimizando suas especificidades. Os estudantes, algumas vezes, identificaram a violência como uma reação ao medo frente à diferença, demonstrando perceber a relação de poder entre o que é instituído como norma e o diferente ou minoritário. Os professores especificaram formas de violência diferentes da violência física, levantando a questão de que violência não se faz só com armas e sim com palavras, que têm um efeito marcante sobre o outro.

Uma subcategoria identificada com destaque nesse tema foram as manifestações de violência ligadas ao *gênero* e a *diferenças etárias*. Os estudantes atribuíram significados especiais às atitudes violentas dirigidas à mulher, ao idoso e à criança, visto que, para eles (estudantes), trata-se de uma situação desigual, na medida em que essas pessoas não poderiam se defender ou revidar o ato violento na mesma medida. Afirmaram considerar legítimo o ato violento direcionado apenas àqueles que têm condições de responder de maneira igualmente violenta. Para os meninos, os homens são requisitados a reagir com violência física para demonstrar sua masculinidade, já das mulheres espera-se uma atitude passiva ou de não violência. As meninas, por sua vez, manifestaram-se afirmando que não é correto revidar um ato violento, independentemente de ser homem ou mulher. Tais posições distintas foram justificadas pelos meninos com a reafirmação da diferença de

força física entre os sexos, enquanto as meninas afirmaram perceber uma competição machista entre os meninos para assegurar sua masculinidade. Entre os professores também se evidenciou a diferença de gênero. A percepção de que a conduta feminina deve ser diferente da masculina foi bem marcada nas falas, com destaque para a preservação da imagem feminina por meio de um comportamento pacífico, que prioriza a sabedoria, em contraposição ao masculino, destacando a força física. Alguns participantes, entretanto, ressaltaram que o revide com atos violentos não seria a atitude certa em nenhuma circunstância.

O contato cotidiano dos estudantes com situações de violência de diferentes tipos tende a uma *percepção naturalizada da violência*. Nos vários encontros das oficinas com os estudantes, percebemos que eles não apresentaram dificuldade para citar situações cotidianas de violência física. Também referem que a violência pode ser justificada em caso de impedir outra violência física. Os professores consideram que a desestruturação familiar seria causa da exacerbação da violência entre os jovens, na medida em que esse tipo de família não seria capaz de transmitir valores morais aos filhos. Ficam evidenciados, nessas interpretações da violência, os distintos olhares para esse fenômeno, que dizem das diferentes experiências e condições objetivas de vida dos segmentos sociais de origem de estudantes e professores.

## **Discriminação e preconceito**

Também foi bastante discutida pelos estudantes a relação entre discriminação e preconceito, sendo observadas duas vertentes de compreensão. A primeira, ligada à vinculação entre *preconceito* e *informação*, em que expres-

sam o entendimento de que a base do preconceito é a falta de informação sobre determinado assunto, situação, lugar ou pessoa, incluindo a possibilidade de haver uma recusa em conhecer o objeto de preconceito. As formas de preconceitos mais mencionadas pelos estudantes dirigiam-se ao bairro, ao tipo de música e bandas, especialmente, *reggae* e *funk*, além do preconceito racial e da homofobia, sendo estas duas últimas menos enfatizadas por eles. É importante pontuar que o preconceito contra religiões de matrizes africanas foi mencionado, contudo não percebido como vinculado ao racismo.

A outra via de compreensão percebida foi a que agrega *discriminação, estigma e violência*. Em geral, não houve uma diferenciação entre preconceito e discriminação, no entanto, nas discussões, os estudantes passaram a associar a discriminação à situação de violência, motivadas por vivências pessoais de estigmas devido ao local de moradia, à orientação sexual, à cor da pele etc. Assim, estabelecem uma relação de correspondência entre esses três conceitos, especialmente, quando se trata dos constrangimentos às declarações pessoais relacionadas ao lugar de moradia, à negritude ou à homossexualidade.

## Racismo

Nossa principal categoria, o racismo, também foi abordada de diversas maneiras ao longo das oficinas, de maneira a ser possível destacar algumas subcategorias de análise. O tema foi tratado com ressalvas e distanciamento tanto por professores quanto por estudantes, fazendo menção ao processo de escravidão brasileiro e também à falta de ensinamentos morais pela família, que favorece uma educação preconceitu-

osa e racista. De maneira geral, houve uma tendência inicial a situar o racismo como algo que está fora do cotidiano, como existente, mas não fazendo parte de suas vivências. São os negros escravos, são os africanos que sofrem o preconceito, de modo que o tema foi tratado nas primeiras discussões como fato histórico ou como ocorrências que não lhes diziam respeito. Esse modo de lidar com o tema vem ratificar as discussões sobre a ideologia do branqueamento e branquitude no Brasil. Como afirma Bento (2009),

Eles [os brancos ou que assim se percebem] reconhecem as desigualdades raciais, só que não associam essas desigualdades raciais à discriminação e isto é um dos primeiros sintomas de branquitude. Há desigualdades raciais? *Há!* Há uma carência negra? *Há!* Isso tem alguma coisa a ver com o branco? *Não!* É porque o negro foi escravo, ou seja, é legado inerte a um passado no qual os brancos parecem ter estado ausentes (BENTO, 2009, p. 27, grifos do autor).

Na medida em que iam sendo direcionados a discutir a respeito, apareceram entre os professores opiniões diversas sobre o preconceito racial, e o que pareceu consensual foi a dificuldade de lidar com manifestações claramente racistas no dia a dia na escola. Insistiam em categorizar como *bullying* situações de violência dirigidas a alunos negros, estratégia utilizada para o não enfrentamento do problema. Chegam a generalizar o racismo como algo que faz parte das pessoas, sejam elas brancas ou negras. Esse modo de tratar o racismo nos levou a subcategoria do *racismo invisível*.

Tanto professores quanto estudantes, ao serem solicitados, por exemplo, a falar de situações de racismo presen-

tes no seu cotidiano, demonstraram dificuldade em apontá-las, referindo-se mais facilmente a fatos vistos na televisão. Os estudantes foram mais radicais afirmando não haver homofobia ou racismo na escola. Portanto, a invisibilidade acerca do racismo, reiterada em vários estudos, apresentou-se também de forma contundente na nossa pesquisa.

Mesmo com essas marcas de invisibilidade e distanciamento, com a continuidade dos encontros, foi possível abordar situações reais ou fictícias, em que os estudantes puderam expor de forma mais clara suas percepções da expressão do racismo em seus cotidianos. Professores, também, chegaram a mencionar o racismo na própria família, e o que mais gerou discussões foi o preconceito com as religiões de matrizes africanas. Portanto, outra subcategoria desse tema foi identificada como *preconceito racial*. A esse respeito, os participantes abordaram situações de preconceito contra esportistas negros e também manifestações discriminatórias em grandes eventos de esporte (Copa do Mundo, Olimpíadas), ocorridos em países africanos e na América Latina. Também exemplificaram a presença do preconceito racial na escolha de candidatos a emprego ou outros tipos de seleção de pessoas. Apesar desse reconhecimento, o tema é tratado de forma ambivalente, com críticas à criminalização do racismo, sob o argumento de que seria necessário atentar para a intencionalidade de quem emite uma palavra racista e para a percepção do interlocutor como preconceito racial.

No momento das oficinas dedicado a pensar o enfrentamento do racismo, os estudantes tiveram a oportunidade de apresentar propostas de solução para o problema, particularmente no âmbito da escola, que pudessem envolver os alunos e suas famílias, os professores e a instituição escolar.

As ideias trazidas versavam sobre o respeito mútuo e aceitação das diferenças; a família como modelo de orientação para os jovens na direção de atitudes não racistas; a abertura de mais espaços nas aulas para discussão do racismo; a necessidade de os professores conversarem abertamente com os alunos sobre esse assunto, bem como de agirem com assertividade diante de situações reais de discriminação (incluindo a possibilidade de denúncia); a promoção de palestras educativas nesse sentido e campanhas de combate ao racismo. Além de situações pontuais, como alternativas mais amplas, surgiu a necessidade de que a consciência negra fosse trabalhada todos os dias e não em apenas um dia do ano, que pudesse ser temática de todas as matérias, sendo que, para isso, o professor e a escola precisariam, antes, ter um posicionamento claro sobre o racismo, para poderem agir numa perspectiva educativa diante dessa questão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tomar como foco o objetivo principal da pesquisa aqui apresentada – compreender como opera o racismo na escola –, temos que reconhecer não haver diferenças no âmbito dessa instituição em comparação ao racismo que está presente em outros espaços de convivência institucional ou nas interações interpessoais. Isso tem, entretanto, um significado especial por ser a escola a instituição formal e explicitamente voltada à educação e à formação de crianças e jovens. Assim sendo, seria possível esperar outros modos de lidar com esse tipo de violência, em vez de simplesmente ocultá-lo ou atribuí-lo a casos de *bullying*, o que, por sua vez, encaminha para intervenções individualizadas e favorece a manutenção da problemática.



Entendemos que o racismo é um fenômeno complexo, de raízes históricas, que não se enfrenta apenas com desejos e intenções. Na sua dimensão objetiva, são políticas públicas incisivas e ações efetivas dos poderes governamentais que podem fazer frente aos processos de exclusão social decorrentes do preconceito e da discriminação racial. O que conquistamos até aqui é fruto de muitas lutas deflagradas pela sociedade organizada, em especial pelo coletivo que vem constituindo o Movimento Negro em todo o país.

Porém, há uma dimensão subjetiva que passa pela ideologia de branqueamento e pelos temores de perda de privilégios econômicos e sociais, os quais atuam de forma subliminar, mas com eficácia. Ademais, as marcas singulares na autoestima dos que vivenciam a discriminação racial podem, em muitos casos, fazê-los sucumbir a uma atitude passiva e subordinada face à pressão que o preconceito exerce sobre a pessoa.

Assim, estando professores e estudantes imersos em uma cultura ainda impregnada do colonialismo e vinculada ao padrão europeu e de branquitude, tornam-se compreensíveis, embora não aceitáveis, certos discursos, reações e atitudes com que convivemos na pesquisa. Por outro lado, é preciso ressaltar que observamos também posições contrárias e abertura para reflexão sobre esse tema, polêmico e provocador, nos dois segmentos escolares. Discursos acerca do enfrentamento desse problema por meio da valorização e afirmação da identidade étnico-racial, bem como de outras identidades alvo de discriminação, como a homossexual e a identidade de lugar, por exemplo, mantêm-nos acreditando na potência dessa instituição.

O que de mais significativo podemos concluir com o estudo é que manter o racismo na invisibilidade contribui, especialmente, para a dificuldade de professores enfrentarem o problema e tomarem atitudes de claro combate a ele. A imple-

mentação de espaços de debate e reflexões, em que o racismo possa ser discutido e enfrentado nas situações concretas, além de abordado em suas dimensões política, social e cultural, poderá trazer mudanças na percepção e nas ações que pautam a convivência escolar. Parece-nos um caminho promissor a efetiva integração no currículo de conhecimentos sobre a história e a cultura afro-brasileiras e africanas, como estabelecido em lei. Desde que as lentes refletoras desses conhecimentos se direcionem para a potência de luta do nosso povo, para a riqueza e a diversidade do continente africano, fazendo uma ruptura com o olhar negativo, marcado pela imagem da miséria, do primitivismo, da ignorância e da escravidão, que sempre predominaram nos discursos sobre a África.

Talvez essa seja uma possibilidade para a “invenção na existência”, como nos ensina Fanon (2008, p. 185), com toda a sua radicalidade, ao afirmar “Não levamos a ingenuidade até o ponto de acreditar que os apelos à razão e ao respeito pelo homem possam mudar a realidade”. Para ele, a única solução é a luta e a “invenção na existência”. Luta pela liberdade e por fazer cessar “[...] para sempre a servidão do homem pelo homem [...]”. “É através de uma tentativa de retomada de si e de despojamento, é pela tensão permanente de sua liberdade que os homens podem criar as condições de existência ideais em um mundo humano” (FANON, 2008, p. 191).

## BIBLIOGRAFIA

BALIBAR, E. Racismo y nacionalismo. In: BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I. *Raza, Nación y Clase*. Madrid: IEPALA, 1991.

BAUMAN, Z. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editor, 2004.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). *Psicologia do racismo no Brasil*: estudos sobre branqueamento e branquitude no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Presidência da República do Brasil. Lei nº 7.716 de janeiro de 1989. Define como crime o racismo no Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República do Brasil. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro Brasileira na Educação Básica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 jan. 2003a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 22 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República do Brasil. Lei nº 10.678 de 23 de maio de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 maio 2003b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.678.htm)>. Acesso em: 5 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República do Brasil. Lei nº 11.645 de 2008. Torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro Brasileira e Indígena na Educação Básica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)>. Acesso em: 13 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República do Brasil. Lei nº 10.288 de 2010. Dispõe sobre o Estatuto da Igualdade Racial. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm)>. Acesso em: 13 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República do Brasil. Decreto nº 7.824 de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 out. 2012a. Seção 1, p. 6. Disponível em: <[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%207.824-2012?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%207.824-2012?OpenDocument)>. Acesso em: 13 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República do Brasil. Lei nº 12.711 de 2012. Lei de Cotas para o ingresso nas universidades e institutos tecnológicos federais para alunos oriundos da escola pública. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 ago. 2012b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/legislacao.html>. Acesso em: 19 de maio 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República do Brasil. Portaria nº 18 de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação da Lei de Cotas para o ingresso no ensino superior. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 out. 2012c. Seção 1, p. 16/17. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria\\_18.pdf](http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República do Brasil. *Medida Provisória nº 726* de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-726-12-maio-2016-783106-publicacaooriginal-150375-pe.html>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

CHAUÍ, M. *Contra a violência*. 2007. Disponível em: <[www.sasg.bahai.org.br/2007.05/contraviolencia-marilena-chau.html](http://www.sasg.bahai.org.br/2007.05/contraviolencia-marilena-chau.html)>. Acesso em: 2 out. 2011.

CIAMPA, A. C. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COLAÇO, V. F. R. et al. *Adolescência e juventude: estudo sobre situação de risco e rede de proteção em Fortaleza*. (Relatório de Pesquisa CNPq/2011). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2011. Disponível em: <[www.pospsi.ufc.br](http://www.pospsi.ufc.br)>. Acesso em: 14 out. 2013.

COSTA, M. F. V. Identidade étnico-racial na arte de brincar. In: COSTA, M. F. V.; COLAÇO, V. F. R.; COSTA, N. B. (Org.). *Modos de brincar, lembrar e dizer: discursividade e subjetivação*. Fortaleza: Edições UFC, 2007. Coleção Diálogos Intempestivos, n. 48.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 1958/2008.

FIGUEIRA, V. M. O preconceito racial na escola. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 18, p. 63-72. 1990.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaraciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. *Censo Demográfico de 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, 2009*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico de 2010*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Síntese dos Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos & Pesquisas*, informação

demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro, n. 32. ISSN 1516-3296. 2013.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD*, 2014. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_continua](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua)>. Acesso em: 20 de abr. 2015.

IRACI, N.; SOVIK, L. *Diálogos contra o racismo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), 2004.

MAZZON, J. A. *Painel: Pesquisa mostra que preconceito na escola existe e prejudica rendimento*. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo: FEA/USP, 2009. Disponível em: <[goo.gl/9c54GF](http://goo.gl/9c54GF)>. Acesso em: 3 nov. 2010.

MENEZES, W. *O preconceito racial e suas repercussões na instituição escola: trabalhos para discussão*. Nº 147/2002. Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/147.html>>. Acesso em: 3 nov. 2010.

MUNANGA, K. Prefácio. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. *Psicologia do racismo no Brasil: estudos sobre branqueamento e branquitude no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ROSEMBERG, F. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, J. G. *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. 8. ed. São Paulo: Summus, 1998.

SANTOS, B. S. Desigualdad, exclusión y globalización: hacia la construcción multicultural de la igualdad e la diferencia. In: SANTOS, B. S. *La caída del Angelus Novus: ensayos para una nueva teoría social y una nueva práctica política*. Bogotá: Ediciones Antropos, 2003.

WAISENFILSZ, J. J. Juventude viva. Mortes matadas por armas de fogo. *Mapa da violência 2015*. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2015.



POTENCIAIS DE ENFRENTAMENTO EM  
CONTEXTOS DE POBREZA: CONTRIBUIÇÕES A  
UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DO DOCUMENTÁRIO  
*LIXO EXTRAORDINÁRIO*

---

Verônica Moraes Ximenes  
Elívia Camurça Cidade  
Bárbara Barbosa Nepomuceno  
Janaína Miranda Cruz  
Marília Studart Barbosa

## INTRODUÇÃO

*A minha vida começou tudo lá. Se eu sou famosa no mundo.  
Começou tudo lá... (Irmã)*

A pobreza, enquanto realidade que congrega elementos materiais, políticos e ideológicos, ultrapassa questões monetárias para sua avaliação e reivindica o conhecimento dos aspectos morais a ela relacionados (ACCORSSI, 2011). Trata-se da necessidade de reconhecer o sujeito pobre para além de suas debilidades financeiras, encarando-o como alguém que vivencia uma condição psicossocial que retrata o cenário político e ideológico das nações, marcado pela desigualdade e pela vulnerabilidade.



Sob uma ótica monetária, estima-se que 15 milhões de pessoas, 8,5% da população total do Brasil, vivem em situação de pobreza (IPEA, 2013a). Expressa no cotidiano por modos específicos de acesso aos bens, aos cenários urbanos e rurais e às políticas públicas de uma forma geral, a pobreza está permeada por elementos de desvalorização e incredulidade dos sujeitos pobres como pessoas aptas a transpor um cotidiano adverso em benefício de melhores condições de vida.

Conceber o pobre como alguém que vivencia permanentemente uma cultura da carência, da “falta de” (TOROSSIAN; RIVERO, 2013), contribui para a naturalização de suas condições de vida, além de facilitar processos de culpabilização do pobre por sua situação. Embora seja reconhecida a existência de trabalhos que tentam enfocar os processos subjetivos envolvidos no fenômeno da pobreza (GÓIS, 2008; ACCORSSI, 2011; CIDADE; MOURA JÚNIOR; XIMENES, 2012), são ainda necessárias iniciativas que contemplem as capacidades dos sujeitos de ressignificação e reelaboração de suas experiências cotidianas.

Pode-se dizer que viver em contextos de pobreza acarreta como consequências o desenvolvimento de potenciais de enfrentamento. Os sujeitos encontram modos singulares de manifestação de seus desconfortos, de suas necessidades e de seu mal-estar diante de contextos que se apresentam, por vezes, intransponíveis. Sawaia (2009, p. 112) assinala a capacidade de não conformidade plena como sendo a expressão de formas de pensar, sentir e agir na exclusão, que integram três situações distintas:

[...] que vão desde os que resistem à exclusão, sabem que são excluídos, querem sair dela e desenvolvem potência de ação para tanto; aos que se subjugam à exclusão, sa-

bem que são excluídos, querem sair, mas afirmam que não podem; até os que falam que não querem sair da situação atual, porque ela é boa (SAWAIA, 2009, p. 112).

É preciso, então, conceber quais os caminhos possíveis a fim de potencializar os primeiros casos assinalados por Sawaia (2009), encorajar os que se assimilam com a segunda situação e pôr em reflexão os que se mantêm distanciados emocionalmente dos contextos de exclusão, ao entendê-los como satisfatórios e sem necessidades de mudança. Neste último caso, por vezes, a realidade é considerada como algo dado, fruto do sobrenatural ou da vontade divina (MARTÍN-BARÓ, 1998).

Há que se ponderar que os sujeitos em condições extremas desenvolvem modos de se relacionar consigo e com os fatos de sua existência que são ordenados segundo suas experiências cotidianas e, portanto, possíveis de serem reorganizados e potencializados em função da adoção de estratégias que forneçam uma análise psicossocial das expressões da pobreza. Propõe-se uma inversão do olhar que recaia não mais de modo predominante naquilo que os sujeitos não possuem, mas sim no que são suas estratégias de convívio com o real. O enfrentamento integra, dessa forma, a potência de ação ou a capacidade de os sujeitos atuarem de modo ativo e inventivo sobre a realidade.

O objetivo deste trabalho é discutir potenciais de enfrentamento à pobreza considerando suas implicações psicossociais. Para tanto, utiliza-se a análise do documentário *Lixo Extraordinário*, dirigido pelo cineasta Lucy Walker. Na obra, é retratada, sob a ótica do artista plástico e fotógrafo brasileiro Vik Muniz, a realidade de catadores de lixo do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, localizado no município de Duque de Caxias (RJ). Este foi considerado, durante longo

período, o maior aterro sanitário da América Latina e teve suas atividades encerradas em 2012 (JORNAL BBC, 2012).

A análise do documentário traz como relevância a possibilidade de, por meio das histórias de vida dos catadores, compreender os trânsitos existentes e as possibilidades de elaboração da realidade compartilhadas por sujeitos em condições de pobreza. Acredita-se que discutir a pobreza a partir dos potenciais de ação frente às condições de vulnerabilidade, por meio do desenvolvimento de capacidades criativas e da ressignificação das experiências cotidianas, representa um grande desafio necessário à desmistificação e à desideologização do ser pobre, bem como ao desenvolvimento de ações que ultrapassem o olhar das debilidades em benefício da consolidação de estratégias de enfrentamento.

## **IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA POBREZA E SEUS POTENCIAIS DE ENFRENTAMENTO NA VIDA DE CATADORES/AS DE MATERIAL RECICLÁVEL**

O segmento populacional pobre dos centros urbanos, excluído do mercado formal de trabalho, vê na coleta de lixo e sua separação em materiais reaproveitáveis uma forma de sobrevivência. Tal prática, muitas vezes, é considerada desumana por colocar os sujeitos implicados nessa atividade em situação de vulnerabilidade a uma gama de riscos de ordem física, material, psicológica e social, que podem reverberar em processos de adoecimento/padecimento e em potenciais de enfrentamento. Isso dependerá da forma como o sujeito significa sua experiência, a partir da interação com a realidade social específica e das redes de apoio social a ele disponibilizada.

Uma leitura multidimensional (SEN, 2010) compreende a pobreza em uma ordem material, simbólica, social,

política e ideológica, geradora de implicações psicossociais na constituição do desenvolvimento humano (XIMENES, 2015). O fenômeno em questão, conforme assinala Sen (2010), caracteriza-se por uma série de privações, expressas pela fome, subnutrição, falta de trabalho renumerado e de acesso aos serviços de saúde, educação, saneamento básico e água tratada, negação da liberdade política e dos direitos civis básicos.

Muitos desses aspectos são vivenciados pelos catadores de material reciclável, que, em meio a uma cultura neoliberal mantenedora da lógica de consumo, são levados a aceitar sem questionamentos a sua situação de vida precária. Comumente, instala-se nesses sujeitos um sentimento de culpa por não portarem meios para suprir suas necessidades, ao mesmo tempo em que se instaura uma dependência de uma autoridade maior, à medida que outorgam exclusivamente ao Estado ou a uma outra entidade o poder de melhorar sua condição de vida. Tais características são reveladoras de fenômenos psicossociais como o fatalismo (MARTÍN-BARÓ, 1998), a vivência de vergonha e humilhação (ZAVALETA, 2007) e o estresse continuado, estresse da pobreza ou distresse (GÓIS, 2008).

O modo de vida fatalista transparece em seus aspectos ideológicos, comportamentais e afetivos. Nele, o campo das ideias é marcado pela referência religiosa, acreditando-se que Deus é quem decide o destino e que, portanto, a vida está predeterminada (MARTÍN-BARÓ, 1998). São características próprias ao fatalismo o sentimento de resignação, o distanciamento emocional do que causa sofrimento e sua aceitação enquanto um processo natural, assim como o conformismo, a passividade, a submissão e a falta de perspectivas.

A vergonha e a humilhação, estados afetivos relacionados a aspectos morais, apontam para um autojulgamento e para aspectos relacionais que envolvem tanto a percepção de

juízo como as atitudes de outro para consigo (ZAVALETA, 2007). Enquanto a vergonha parte de um juízo individual, que sugere uma avaliação dos seus valores morais, a humilhação, necessariamente, envolve uma interação e, geralmente, desperta uma reação de revolta e hostilidade. De acordo com Zavaleta (2007), a humilhação pode ou não ocasionar um sentimento de vergonha. A pessoa pode se sentir humilhada sem a sensação de estar envergonhada; isso dependerá apenas do grau de concordância ou discordância dos seus valores morais. No caso das pessoas em condições de pobreza, é comum que sintam vergonha de ser pobre, o que favorece sensações de constrangimento, isolamento, fraqueza, inutilidade.

A vivência nessas condições pode desencadear o estresse continuado que se caracteriza por “um conjunto de mudanças físicas, emocionais e subjetivas, experimentadas como resposta à percepção de um desafio ou ameaça” (GÓIS, 2008, p. 127). Em situação recorrente de privações características da pobreza, ele se desenvolve de forma crônica e continuada, gerando problemas psicológicos e sociais. O fatalismo, a vivência de vergonha e humilhação e o estresse continuado podem se manifestar na vida dos catadores de lixo como uma forma de reagir às precárias condições de vida. Estes reverberam em uma potência de padecimento (SAWAIA, 2009), uma propensão do indivíduo de anular-se mediante um sentimento de incapacidade, colocando na mão de outros a esperança e a responsabilidade por condições de vida melhores.

Entretanto, para não incorrer no erro de reduzir o ser pobre a posturas resignadas, não se pode deixar de observar que, da mesma forma, o sujeito também carrega consigo potencialidades que denotam a capacidade de enfrentar essas implicações, expressando-se em uma potência de ação (SAWAIA, 2009), pela qual, em meio a condições de existência

desumanas, o indivíduo encontra possibilidades de mudança e transformação que vão para além das estruturas cerceadoras de liberdade, ressignificando a sua realidade. Essas características apontam para o que designamos como potenciais de enfrentamento.

O enfrentamento é avistado como alternativa para a ampliação de respostas afetivas, cognitivas e comportamentais utilizadas para lidar com o estresse, o sofrimento e a estagnação das situações cotidianas. Envolve considerar o indivíduo em sua interação social em um determinado contexto de vida e com outras pessoas que vivem sob suas mesmas condições. Assim, o enfrentamento remete-nos a um modo de lidar com situações adversas e nos direciona para formas de atuação individual e coletiva e, por isso, pode ser considerada uma intervenção ética e política. Em se tratando dos potenciais de vida (GÓIS, 2008), ligados a propostas de enfrentamento a situações adversas, recorre-se a medidas que implicam o fortalecimento (MONTERO, 2006), o estabelecimento de uma rede de apoio social (VALLA, 2000) de enfrentamento à pobreza e a capacidade de resiliência (YUNES, 2003).

O conceito de fortalecimento (MONTERO, 2006) contribui para uma compreensão do enfrentamento na medida em que possibilita um conhecimento das capacidades e dos recursos de controle de vida desenvolvidos coletivamente pelos sujeitos de uma comunidade. Nesse processo, os indivíduos transformam a si e ao seu entorno, interferindo no processo de conscientização, na sua capacidade de planejar ações e estratégias, na autonomia das ações e da tomada de decisões – passando a ganhar controle sobre o seu próprio destino –, na participação por ações fundamentadas na solidariedade e no apoio social e no compromisso levado pelo sentimento ético que gera as ações coletivas.

Nesse sentido, o fortalecimento favorece transformações na realidade social que melhoram sua qualidade de vida, assim como mudanças que envolvem as circunstâncias materiais e psicossociais dos sujeitos, apontando para uma direção positiva e resiliente. A resiliência, capacidade humana de superação das adversidades, pode ser indicativa de uma perspectiva de vida saudável (YUNES, 2003). Ocorre de forma processual e deve ser entendida a partir da interação dinâmica existente entre as características individuais e a complexidade do contexto social. Ungar (2005) aponta uma crítica à ideia de que a pessoa “é resiliente”, atribuindo essa característica a um componente puramente individual. Contrariamente, afirma que a resiliência existe no sujeito e em seu entorno, integrando a cultura, a comunidade e a família. Sendo assim, ela surge no interjogo entre as características do indivíduo e a rede de apoio que compartilha (MORAIS et al., 2015). Essas concepções rompem com a ideia da resiliência como um fenômeno eminentemente individual, como uma força extraordinária “do sujeito” para superar as adversidades ou como algo universal e ilimitado. Por sua vez, Chaves (2011) destaca o estabelecimento de uma rede de apoio da família, dos amigos e dos vizinhos como estratégia de enfrentamento às dificuldades encontradas por mulheres catadoras de materiais recicláveis. O apoio social, de acordo com Valla (2000, p. 10), é um processo “[...] que gera efeitos positivos tanto para o recipiente, como também para quem oferece o apoio”.

Em estudo realizado com sujeitos que vivem em condições de pobreza, moradores de uma comunidade rural e de uma urbana do Ceará, Ximenes (2015) revela que, frente às dificuldades diárias, a maioria dos entrevistados (36,7% no contexto urbano e 53,1% no rural) encontra apoio na família. Os moradores da comunidade urbana e da rural apontam

ainda como fonte de apoio os amigos (respectivamente, 27,1% e 28,5%) e a igreja (respectivamente, 27,1% e 20,3%). Os entrevistados da comunidade rural destacam também como fonte de apoio os vizinhos (21,3%). É importante ressaltar que tanto relações familiares quanto relações comunitárias positivas favorecem o desenvolvimento da potência de ação (SAWAIA, 2009), contrapondo-se às posturas padecedoras resignadas e fatalistas. Por outro lado, quando há um enfraquecimento dessas relações, fato observado nos contextos urbanos, perde-se muito da capacidade coletiva de resistência e enfrentamento, fundamental aos processos de mudança social. O presente capítulo discute potenciais de enfrentamento à pobreza, considerando suas implicações psicossociais, a partir da análise do documentário *Lixo Extraordinário*.

## CAMINHO METODOLÓGICO

A metodologia deste estudo é de natureza qualitativa e constitui-se na realização de uma análise fílmica do documentário *Lixo Extraordinário*. Considera-se análise fílmica qualquer trabalho que se dedique à análise de filmes e seus conteúdos, incluindo críticas de cinema, comentários e estudos acadêmicos (GOMES, 2004). Este estudo não tem por objetivo tecer uma análise dos aspectos relativos à arte e técnica de fazer cinema. Contudo, destaca-se o enredo da obra como fonte de dados para a observação da vida em condições de pobreza.

Para a coleta de dados, foi realizada observação, seleção e transcrição das falas dos catadores, segundo as categorias: implicações psicossociais da pobreza e potenciais de enfrentamento à pobreza. Os dados foram analisados à luz da perspectiva da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, que se caracteriza por ser um conjunto de técnicas de análise das



comunicações que permite a correspondência entre estruturas semânticas e estruturas psicológicas (BARDIN, 2004).

### ***Síntese do filme***

O documentário *Lixo Extraordinário* conta a história da iniciativa do artista plástico brasileiro Vik Muniz, que mora no exterior, de utilizar-se do seu saber técnico-artístico para elaborar um projeto social a fim de ajudar catadores de material reciclável a construírem sua autoimagem de forma artística, a partir do uso de materiais extraídos do lixo. As obras produzidas, com a assinatura do artista mentor da proposta, poderiam gerar renda aos catadores.

Inicialmente, pretendia-se implantar o projeto no Jardim Gramacho – aterro sanitário que funcionava na cidade de Duque de Caxias (RJ) –, pesquisando-se os modos de vida e de trabalho de algumas pessoas daquele contexto, com o intuito de auxiliá-las no caminho de transformação de suas vidas. Para isso, é feita uma aproximação da Associação dos Catadores do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho (ACAMJG), que tem um trabalho de articulação social e reivindicação na localidade, atuando também na perspectiva de promover a consciência ambiental e atitudes pró-ambiente.

Vik Muniz e seu grupo de trabalho adentram esse contexto social vulnerável e, ao longo do documentário, vão apresentando as narrativas vividas por pessoas como Tião, Zumbi, Ísis, Suélen, Irmã, Valter e Magna (Quadro 1), evidenciando histórias de sofrimento, superação, de enfrentamento às condições de vulnerabilidade e pobreza às quais se encontram submetidos. A iniciativa do artista plástico visa a construir autorretratos a partir de uma obra tridimensional com a composição de objetos oriundos do aterro sanitário.

Quadro 1 - Apresentação dos sujeitos do documentário

Sujeitos	Descrição
Ísis	Jovem que trabalha no Jardim Gramacho. Mãe de dois filhos. Perdeu um deles com 3 anos de idade, vítima de pneumonia aguda. Após se separar do marido, perde contato com a filha quando esta tinha 2 anos. Afirma não se identificar com o trabalho realizado no lixão.
Irmã	Senhora que realiza trabalho informal como cozinheira no Jardim Gramacho, manipulando alimentos que são despejados no lixão. Sente-se bem com o trabalho que desempenha e preocupa-se com o papel social que presta ao coletivo de garantir a alimentação diária.
Magna	Mulher que trabalha no lixão há quase um ano, desde que o marido ficou desempregado. Evidencia situações de constrangimento por trabalhar em um lixão. Apresenta questionamentos acerca dos hábitos de consumo de parte da população que não tem consciência do destino do lixo que produz.
Suelén	Jovem que trabalha desde os 7 anos. No início do documentário, tem 2 filhos (2 e 3 anos de idade), que são criados pela avó materna. Vê os filhos de 15 em 15 dias, pois reside em um alojamento próximo ao Jardim Gramacho, local onde trabalha como catadora. Ressalta que se alimenta do que encontra no lixão.
Tião	Jovem que ocupa o cargo de presidente da ACAMJG, tendo sido um dos seus cofundadores. Faz um trabalho de militância e conscientização da população acerca das questões trabalhistas da classe de catadores, como também em relação às questões ambientais que dizem respeito à melhoria de vida da população. Tem o costume de ler livros que encontra no lixão, o que inclusive contribuiu para fortalecer seus conhecimentos sobre liderança.
Valter	Senhor que ocupa o cargo de vice-presidente da ACAMJG. É catador há 26 anos e tem orgulho do trabalho que desempenha. Ressalta o seu papel de representante de 2.500 catadores que trabalham no Jardim Gramacho. Tem um discurso de compromisso social e consciência de classe. Faleceu de câncer no pulmão pouco tempo depois do início das gravações do documentário.
Zumbi	Jovem que é participante do conselho deliberativo da ACAMJG. Ressalta que trabalha desde os 9 anos de idade, após o falecimento do pai. Sofreu um acidente no Jardim Gramacho quando fraturou perna e braços, além de sofrer fratura na costela. Deseja que seus filhos não sejam catadores, mas profissionais de nível superior que ajudem a categoria dos catadores. Tem o sonho de construir uma biblioteca comunitária com os livros que encontra no lixão.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em informações obtidas pelo documentário.

## VOZES DOS/AS CATADORES/AS DE MATERIAL RECICLÁVEL E OS POTENCIAIS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA

Os resultados apresentados serão organizados em torno de três potenciais de enfrentamento. O *potencial de enfrentamento I* dispõe sobre a necessária denúncia às implicações psicossociais da pobreza, dando ênfase às categoriais que contemplam os potenciais de resignificação da realidade por parte dos sujeitos apresentados no documentário. O *potencial de enfrentamento II* discute as condições de trabalho a que os catadores estão submetidos, as redes de apoio social desenvolvidas como estratégias coletivas de superação às problemáticas vividas e de garantia da articulação popular. O *potencial de enfrentamento III* põe em evidência que o precário acesso às políticas públicas representa estratégia de perpetuação da pobreza. Com isso, enfatiza-se a necessidade de melhorias na oferta e qualidade de acesso às ações públicas, dando destaque às áreas de saúde e educação.

### ***Potencial de enfrentamento I* – “Às vezes a gente se põe tão pequena e lá fora veem a gente tão grande, tão bonita...” (Irmã)**

O documentário permite a observação da circularidade envolta na perpetuação do fenômeno da pobreza. As narrativas de história de vida dos catadores retratados demonstram experiências de pobreza desde a infância, baixa escolarização, vulnerabilidade ao desemprego e conflitos familiares como os principais elementos impulsionadores do ingresso e da permanência dos sujeitos na convivência com o lixão.

O personagem Valter dos Santos evidencia a questão das fragilidades na formação ao declarar “Vocês entendam a minha linguagem porque eu não tenho estudo. Nem primário, nem secundário”. Em outro contexto, o desemprego do

companheiro de Magna aparece como fator que a conduziu a trabalhar no aterro: “Conheci isso daqui tem quase um ano através do meu marido porque ele tava desempregado. E a gente tinha que pagar as contas, sustentar meu filho”.

São círculos perversos da pobreza (KLIKSBERG, 2002), que se integram a outros componentes, como o precário acesso às políticas públicas e a submissão às condições de permanente estado de alerta em função de um cotidiano que parece incerto e incontrolável. Ao ser apresentado de modo continuado e crônico, em função dos contextos de vulnerabilidade, o estresse continuado (GÓIS, 2008) pode conduzir ao enfraquecimento das relações e à fragilização das relações familiares, além de colocar o sujeito em uma situação de risco ao adoecimento, seja ele psíquico ou orgânico. A história de Zumbi, sua vulnerabilidade ao abandono, a inserção precoce no trabalho e a exposição aos riscos exemplificam esse contexto.

*Antes de eu chegar aqui no aterro, a gente tinha uma vida tranquila. Minha mãe morava com meu pai ainda [...] Como eu era o mais velho, só eu e meus dois irmãos pequenos. Só que aí meu pai veio a falecer [...]. Minha mãe veio para cá, e aí eu também já vim. Já comecei a ajudar ela. Eu tinha nove ano. Minha mãe também trabalhou aqui um bom tempo, mas ela veio a falecer também. Eu tava catando aqui no rampão e a tampa da carreta soltou. Aí ela caiu por cima de mim. [...]. Sei que eu fiquei mal-zão. Muito mal (Zumbi).*

Os sujeitos pobres tendem a conviver com o estresse continuado da pobreza ao longo de toda a vida. Partilham de experiências de privação, abandono e agressão desde a infância. O falecimento precoce do pai de Zumbi coloca sua família em contato com a vulnerabilidade já existente, mas tempora-

riamente silenciada. O adoecimento é mencionado ao longo do documentário em função da exposição às precárias condições de vida, aos acidentes de trabalho e ao falecimento em função de doença crônica. Na história de Ísis, um fato traumático (a morte do filho pequeno) a fez desconectar-se de sua realidade imediata: *Eu vi meu filho morrendo com três anos de idade, entendeu? [...]. Aí passou um tempo, meu marido me largou. [...]. Esqueci que eu tinha vida, que eu tinha casa. Esqueci tudo. Caí no mundo!* (Ísis).

Trata-se da exposição a adoecimentos cujas consequências mais sérias, como o mal-estar crônico e a morte, poderiam ser evitadas. Nesse sentido, viver em condições de desigualdade social e de pobreza coloca o sujeito em exposição ao adoecimento, que, uma vez instalado, exigirá do sujeito maiores esforços para ser superado (BARATA, 2009), em virtude do seu desigual acesso à saúde.

Por conseguinte, destaca-se que é preciso, então, dar visibilidade às categorias psicossociais que contemplam os potenciais de ressignificação da realidade e suas estratégias de enfrentamento. Entre as quais, é relevante enfatizar o componente de espiritualidade presente no fatalismo (MARTÍN-BARÓ, 1998), o fortalecimento (MONTERO, 2006) e o bem-estar (BENATUIL, 2003; CASAS, 2010).

O fatalismo (MARTÍN-BARÓ, 1998), conforme mencionado anteriormente, relaciona-se ao risco de apatia e à vinculação do sofrimento cotidiano como vontade divina, o que pode acarretar o crescente distanciamento do sujeito da reflexão dos elementos ideológicos, econômicos e políticos mantenedores da dialética dominação-opressão. Tião afirma certo temor quanto à possibilidade de se pôr a questionar o cotidiano. “Eu não tenho nada que reclamar da minha vida.

Nada. Não tem nada! Não tem assim... Deus me livre de reclamar. Deus vai me castigar muito!" (Tião).

As explicações fatalistas podem, quando analisadas segundo o contexto de vida dos sujeitos, ser concebidas como a manifestação da capacidade dos sujeitos de não adentrar diretamente nas questões que lhe causam dor e sofrimento. Crer em um Deus superior, capaz de tudo ver e de fornecer certo amparo no enfrentamento aos momentos difíceis, apresenta-se como uma tentativa emocional de conduzir um cotidiano que parece engessado. É a desesperança aprendida (ARDILA, 1979), fruto das inúmeras tentativas frustradas em transformar a realidade, fator que amplia a concepção fatalista do mundo e permite sua associação com uma consciência mágica (FREIRE, 1980), desvinculando-a de uma análise social mais crítica.

Destaca-se, nesse sentido, que não é o fatalismo em si um fenômeno positivo, mas o fato de que sua análise permite a denúncia de modos engessados de organização ideológica das sociedades. A religiosidade expressa no fatalismo é positiva desde que se vincule a conteúdos de esperança. A espiritualidade e as crenças religiosas são aspectos promotores de esperança (CAVACO et al., 2010). Ter esperança permite que o sujeito evite o desespero (GISKE; ARTINIAN, 2007), configurando-se, tal qual o elemento de religiosidade presente no fatalismo, como uma alternativa emocional para lidar com situações de sofrimento e incerteza. É preciso, portanto, como estratégia de enfrentamento às consequências psicossociais da pobreza, pensar caminhos que fortaleçam a espiritualidade e a esperança como promotoras de autovalor e da crença em si como alguém capaz de, por meio do apoio social e comunitário, ressignificar as experiências cotidianas.

Nesse sentido, Valter declara

*Tenho orgulho de ser catador. Sou vice-presidente da ACAMJG – Associação de Catadores do Aterro Sanitário Metropolitano de Jardim Gramacho. Sou representante aqui dentro do aterro de 2500 catadores. Isso eu carrego com orgulho!.*

O fortalecimento, ao ser observado a partir de uma perspectiva comunitária, refere-se ao processo por meio do qual os membros de uma comunidade desenvolvem conjuntamente recursos e capacidades para controlar sua situação de vida. Trata-se, como enfatiza Montero (2006), do desenvolvimento de uma maneira comprometida, consciente e crítica para realizar a transformação do entorno de acordo com suas necessidades e aspirações, em um processo de autotransformação. A adaptação às demandas cotidianas aparece na fala de Irmã, associada a um compromisso com os demais catadores do Lixão.

*Quando pinta uma carne bonita aí eu asso pra eles. Aí eles ficam alegre e cantam parabéns pra mim mesmo sem ser dia do meu aniversário. Então a gente se sente bem aqui dentro. Nessa água, nesse lixo... Eu me sinto bem. [...]. Eu não deixo ninguém passar fome (Irmã).*

Pensar o fortalecimento, nesse sentido, requer concebê-lo dentro daquilo que já são suas manifestações iniciais no cotidiano dos sujeitos. Não cabe, portanto, a construção da ideia de um sujeito capaz de romper por si só com todas as adversidades, de maneira plena e livre de influências. Em vez disso, é preciso observar que o enfrentamento ao cotidiano adverso se dá de modo singular de acordo com cada contexto especí-

fico, podendo não ser sua expressão um conteúdo estimado de modo rígido na sociedade como um padrão a ser seguido e dependente unicamente de uma extraordinária força interna.

Enfrentar, manifestar seu fortalecimento, reagir à pobreza implica formas de se portar diante de si e do mundo buscando significações específicas, articulação comunitária, visibilidade e reconhecimento social para seus modos de organização e valoração do cotidiano. Como bem ilustra Valter, ao falar da relevância do trabalho dos catadores: “[...] uma latinha tem grande importância. Porque 99 não é 100 e essa uma vai completar”.

É preciso, portanto, pensar que o bem-estar representa um componente cognitivo da satisfação do sujeito com sua vida, sendo resultado da avaliação dos sujeitos sobre como é ou como está seu cotidiano (BENATUIL, 2003). Percebido a partir de uma referência do sujeito, o bem-estar pessoal integra em um elemento central a satisfação global com a vida, com âmbitos específicos e felicidade, que se somam a um conjunto de núcleos periféricos, como: autoestima, apoio social percebido, percepção de controle, otimismo vital, entre outros (CASAS, 2010). Trata-se não apenas de questões estritamente individuais, mas de compreensões subjetivas oriundas da interação com os aspectos sociais, redes de relações e de apoio na comunidade.

### ***Potencial de enfrentamento II – “O catador organizado jamais será pisado!” (Tião)***

O documentário permite uma importante discussão em torno da temática do trabalho informal e das vulnerabilidades a que estão submetidas classes de trabalhadores/as que desenvolvem suas práticas laborais sem a garantia de qual-



quer direito trabalhista. A prática de coleta de materiais recicláveis retratada no filme tem sido, historicamente, conforme aponta o IPEA (2013b, p. 6), realizada na informalidade, o que acentua a vulnerabilidade dos trabalhadores, “uma vez que estão desguarnecidos de qualquer seguro social para o caso de algum acidente ou doença que lhes impossibilite de trabalhar por um determinado período”. As imagens do aterro disponíveis no filme revelam a situação de insalubridade a que se sujeitam os/as catadores/as de materiais recicláveis.

Em face do reconhecimento das demandas específicas desse grupo, Gonçalves et al. (2013) apontam a ampliação das políticas públicas específicas de inclusão, empreendidas pelo Governo Federal brasileiro, dentre as quais destaca-se a criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis<sup>1</sup> e o reconhecimento desse tipo de prática laboral desde 2002 na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego. Essas foram estratégias que têm contribuído para a diminuição da exclusão e marginalização que vitima os/as catadores/as. Contudo, a implementação de políticas de proteção e amparo social não obedece a uma mudança efetiva nas concepções depreciativas e estigmatizantes vividas pelos sujeitos.

Ao que parece, a luta pró-questões ambientais, que defende os/as catadores/as como importantes prestadores de serviço ambiental à sociedade ao diminuir a quantidade de resíduos sólidos e seus impactos nas cidades brasileiras (GONÇALVES et al., 2013), não toma visibilidade dentro de

---

<sup>1</sup> Este Comitê foi instituído por meio do Decreto nº 7.405, de 2010. Sua criação permitiu a formulação do Programa Pró-Catador, que tem como intuito integrar e articular ações do Governo Federal destinadas ao apoio e ao incentivo à organização produtiva dos catadores (BRASIL, 2010).

um discurso social mais amplo. Expressão clara dessa situação são as experiências de vergonha e humilhação vividas pelos sujeitos que se ocupam dessa prática. Magna relata:

*A gente chegava no ônibus e o pessoal ficava assim... Eu cheguei até o ponto de dizer para uma senhora “Vem cá, eu tô fedendo? Tá sentindo o mau cheiro? É porque eu estava trabalhando lá no lixão. É melhor do que se eu tivesse em Copacabana rodando a bolsinha. Eu acho que é mais interessante e mais honesto. Mais digno”.*

Há a tentativa de reivindicar uma dignidade no exercício da prática de reciclagem. Entretanto, o que ocorre é que o preconceito expressa a sobreposição de experiências de humilhação às quais os sujeitos são expostos: por ser pobre, por ser catador/a, por ser mulher. Isso se deve ao reconhecimento depreciativo do pobre e da atividade de catador de material reciclável (IPEA, 2013b). A identidade social de pobre constituída de um estigma (MOURA JÚNIOR et al., 2014) favorece a denúncia do conteúdo expresso na fala de Magna e de Suélen, que defendem o trabalho no lixão como algo digno de respeito, ao passo em que, caso não houvesse essa prática, o que lhes restaria seria a prática da prostituição ou o envolvimento no tráfico. Suélen afirma: “Melhor do que tá como muitas aí se prostituindo. A gente tá trabalhando honestamente. Tá ganhando o nosso”.

Há, aqui, a expressão do estigma associado à prática da prostituição, vista como algo depreciativo, dotado de baixo valor moral e alternativa imediata à mulher pobre, que, por não ter condições monetárias para arcar com suas despesas, passa a ser vitimada de formas múltiplas: por sua condição socioeconômica, pela sua prática laboral e por seu gênero. Magna e Suélen respondem à experiência de vergonha e

humilhação vivenciadas por conta da condição de catadoras com uma justificativa tão opressora quanto a opressão a que foram submetidas, introjetando o discurso estigmatizante e culpabilizador do sujeito, num mecanismo complexo de identificação com o discurso dominante opressor (FREIRE, 2005).

O reconhecimento de um valor moral e da relevância social do trabalho com material reciclável não representa, por si, a proteção necessária às problemáticas sociais vividas por esse grupo. Esses sujeitos se encontram em uma zona de vulnerabilidade, marcada pelo trabalho precário e pela fragilidade de apoios relacionais, com o risco de cair em uma zona de desfiliação, caracterizada pela ausência de trabalho e isolamento social (CASTEL, 1997). As problemáticas vivenciadas vão desde as precárias condições de vida até o desenvolvimento de sentimentos de retraimento e diminuição no convívio social mais amplo, seja pela falta de condições financeiras para tal ou pelo não reconhecimento de si como alguém capaz de vivenciar essa experiência.

Outra questão apontada pelo documentário, que permite uma reflexão em torno da questão da pobreza e do trabalho, é a vivência do trabalho infantil, relatada por Zumbi, Suélen e Tião. Eles relatam ter começado a trabalhar quando ainda eram crianças. O trabalho infantil perpetua o ciclo perverso da pobreza, uma vez que institui uma relação circular entre baixa escolaridade – trabalho degradante – baixa remuneração, impactando em diferentes gerações.

Uma das importantes estratégias de enfrentamento à situação de vulnerabilidade vivida pelos sujeitos é a organização do grupo de trabalhadores em uma associação, a ACAMJG, que tem Tião e Valter na presidência. A ACAMJG surge da constatação da necessidade de *mudar o rumo dessa história* (Tião), desejo expresso por um dos fundadores da

associação. Tião relata ainda que, mesmo em meio a muita descrença e desesperança na mudança possível, não se deixava abalar:

*[...] todo mundo ficava debochando: “maluco isso não vai dar em nada! Associação para quê? Nunca vão ter nada”. Todo mundo judiava da gente, até os próprios catadores, eles eram os piores, os que mais falavam que isso não ia dar em nada, que não ia dar em nada [...] E eu acreditei, eu disse não! Eu acredito que quando a gente quer, põe uma coisa na cabeça, você consegue (Tião).*

A criação da associação possibilita o desenvolvimento de processos de organização, participação e ação política que têm por objetivo pressionar o Estado na luta por melhores condições de vida e trabalho (CAMINO, 1996). Tal movimento possibilita também o fortalecimento (MONTERO, 2006) dos sujeitos envolvidos e o desenvolvimento de uma identidade coletiva (PRADO, 2005). A participação social envolve uma atuação coletiva, o compartilhar de conhecimentos, objetivos, projetos e emoções e implica, necessariamente, uma transformação individual e coletiva (MONTERO, 2006).

Em meio à vivência de várias vulnerabilidades sociais, da precarização do trabalho e da negação de direitos sociais básicos, a população pobre recorre a uma rede de apoio social como forma de enfrentamento das adversidades cotidianas. No filme, os protagonistas relatam diversas histórias em que o apoio social (VALLA, 2000), familiar, institucional ou comunitário foi fundamental na superação das dificuldades encontradas. O acidente de trabalho vivido por Zumbi ilustra essa situação, quando relata que ficou muito mal, “e, se não fosse os meus amigos aqui, o bagulho ia ficar doido, tipo assim, foi pra mais de 20 pessoa doar sangue pra mim [...] o pessoal me deu a

maior força”. No caso de Suélen, ela recorre à ajuda da mãe e da irmã para poder trabalhar. São elas que cuidam de seus dois filhos (um de dois anos e o outro de três) durante suas jornadas laborais. Já Irmã desenvolve seu trabalho possibilitando que todos possam se alimentar. Além disso, a ACAMJG também surge como uma importante fonte de apoio social.

### ***Potencial de enfrentamento III – “Então, de repente, é a falta de conhecimento que faz a gente não gostar das coisas” (Vik Muniz)***

O documentário permite observar as ações de prevenção à doença, promoção de saúde e os processos de escolarização como estratégias de enfrentamento à pobreza. A organização da ACAMJG pode ser entendida como promotora de saúde à medida que ela reivindica melhorias na qualidade de vida, como asfalto e saneamento para a região, e incentiva a coleta de material reciclável. Essas ações demonstram o reconhecimento de que a saúde não se restringe à ausência de doença, mas é resultante de uma complexidade de fatores, como alimentação, habitação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

A concepção ampliada de saúde alinha-se com a proposta de saúde comunitária, que, segundo Góis (2008, p. 104), integra um conjunto de ações direcionadas para [...]

*facilitar/favorecer processos relativos mais à saúde que à enfermidade, mais à prevenção e promoção que à enfermidade [...] e envolve todas as atividades realizadas na e com a comunidade em nome da saúde dos moradores.*

Na fala do Tião, percebe-se essa dimensão da saúde comunitária que perpassa a questão da organização associativa:

*Como sair na rua a gente [associação] com faixa, [e as pessoas diziam] “ei, meu, isso não vai dar em nada também” [...] tem asfalto e saneamento já. Se a gente sair aqui agora a gente vai encontrar um monte de criança no meio da rua catando com saquinho (Tião).*

A saúde vista desde uma perspectiva comunitária assume uma conotação política, educacional, ecológica, na medida em que tenciona não só os processos de saúde-doença, mas se desloca para uma concepção alargada de saúde que passa por questões de ordem estrutural, ambiental, ideológica e simbólica. Outra questão a ser discutida, que complementa o potencial mencionado, refere-se à forma como se consome e gera lixo. A sociedade pós-moderna tem sido considerada uma sociedade do consumo (BAUMAN, 2001), em que, juntamente com uma valorização do *status* e do poder (BORDIEU, 2011), forjam-se as mais diversas relações sociais. São interações que podem ser consideradas, comparativamente, como o uso de objetos descartáveis dentro de uma lógica de modernidade líquida (BAUMAN, 2001), em que há uma efemeridade das vivências cotidianas e uma nova forma de lidar com a temporalidade.

Nesse contexto, o consumo é um aspecto que diferencia as distintas classes sociais e é também gerador de múltiplas exclusões. Enquanto as classes mais baixas têm o consumo voltado para as necessidades básicas, as classes mais ricas consomem, para além do básico, supérfluos, excessos, luxos (GAMBARO, 2012), que, inevitavelmente, virarão lixo. No documentário, há trechos que fazem referência a esse comportamento e suas consequências, a excessiva produção

de lixo e o seu inadequado descarte no meio ambiente. A fala de Valter expressa uma preocupação com tal problemática:

*Digamos que cada casa gera 1kg de lixo; em 1kg de lixo, gere 500g, meio quilo de material reciclável; em mil residências, isso se transforma em 500kg de material reciclável, já é menos que vem dentro dos rios, dentro de lagoa, entupindo esgoto, dentro das valas, ou até mesmo indo pro aterro, fazendo-se um grande mal à natureza e ao meio ambiente.*

Evidencia-se, portanto, a necessidade de discutir os rumos da humanidade, a falta de compromisso das pessoas com o seu entorno, com o outro, com a coletividade e com a continuidade da existência humana (TORO, 2009). Valter expõe, de forma simples e didática, um potencial de enfrentamento que aponta para a necessidade de as pessoas entenderem, cognitivamente e afetivamente, que vivemos socialmente de modo interdependente e que é preciso compreender os processos macrosociais para uma ação no espaço microsossial de forma ética e cidadã. Não se trata de uma questão de imposição de regras sociais, mas da urgência de se perceber que cada ato rotineiro ou aparentemente inofensivo carrega implicações em relação ao outro e à coletividade (PEREIRA, 2010). Esse potencial assume um viés ético e moral na medida em que coloca ênfase na importância de questionarmos o que temos feito para construir uma vida boa e como temos agido para tal fim.

É preciso, então, desideologizar e desnaturalizar a forma como se vive com as desigualdades, misérias e violências (GÓIS, 2008), assim como a forma de vida em coletividade. Para tanto, a opção pela escolha de um potencial de enfrentamento pela educação torna-se um caminho viável.

Nesse sentido, Sobrinho (2010, p. 1225) destaca a educação como um direito social a ser garantido pelo Estado como “um aspecto essencial e prioritário da construção da sociedade, de consolidação da identidade nacional e instrumento de inclusão socioeconômica”.

Desse modo, Tião destaca a importância da leitura e o modo como o contato com as obras de Maquiavel e Nietzsche, por exemplo, foram importantes para a sua compreensão sobre a vida e para o seu trabalho de liderança: *Eu gosto muito do Maquiavel, muito, muito, muito mesmo. Gosto do Nietzsche. Nietzsche tem uma filosofia muito boa [...]. Zumbi fala do sonho de fazer uma biblioteca comunitária no seu território:*

*Eu cato arquivo, entendeu? Arquivo que eu falo é livro [...] eu tenho um projeto de fazer uma biblioteca comunitária ali no meu espaço porque, até então, eu fiquei responsável por trazer essa parte de livros pra associação.*

Pensar a estratégia educacional, enquanto potencial de enfrentamento das problemáticas sociais, requer a organização de uma educação alinhada com as necessidades dos territórios e comunidades, em que as escolas se encontrem inseridas e haja uma articulação delas com as demais políticas sociais e equipamentos públicos. Deve haver, também, um compromisso com o enfrentamento das dificuldades historicamente construídas, com a adoção de currículos e metodologias adequadas às diversas realidades sociais, estimulando-se a autonomia para a aprendizagem e a capacidade para conviver em coletividade (SETUBAL, 2010).

Juntamente com essa educação formal, é preciso levar em conta a necessidade de considerarmos o potencial de uma educação popular que favoreça a libertação e a conscientização



dos sujeitos (FREIRE, 1980). O seu valor está na capacidade de reconhecer e potencializar a voz e os conhecimentos legítimos adquiridos ao longo da vida dos sujeitos oprimidos, aos quais foram negados os direitos básicos e fundamentais de vida.

A educação deve incluir uma formação cidadã para o exercício da participação social e da mobilização social popular (GÓIS, 2008), para que as pessoas que tiverem sua voz inaudível possam exercer uma democracia direta a partir do seu conhecimento e da sabedoria prática acumulada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As histórias dos/as catadores/as de Gramacho revelam vidas negativamente marcadas por estigmas sociais que acabam reforçando pensamentos, sentimentos e atitudes concernentes às implicações psicossociais da pobreza. A perspectiva multidimensional da pobreza deflagra ainda a necessidade de promover melhorias no acesso a serviços públicos em suas diversas áreas com o intuito de conceder oportunidades aos/às catadores/as de viver em condições de vida saudável. Por outro lado, observou-se que os tensionamentos ocasionados pelas múltiplas privações acabavam por impulsionar o catador a desenvolver estratégias adaptativas e resilientes, com o auxílio de uma rede de apoio social que os/as fortaleciam, sendo, assim, potenciais formas de enfrentar a pobreza e promover o bem-estar pessoal.

O que os potenciais de enfrentamento mencionados ao longo deste capítulo têm a contribuir com as situações de desigualdade, miséria, violência e opressão observados no documentário *Lixo Extraordinário*? Eles apontam a necessidade de sairmos da naturalização do que está dado, de encontrarmos caminhos possíveis, sejam eles oficiais ou marginais, em que a identidade dos sujeitos seja fortalecida na sua dimensão indi-

vidual, coletiva e política, ampliando a nossa visão no sentido de favorecer o entendimento da complexidade dos fenômenos psicossociais, que não podem ser fragmentados e compreendidos somente por um ou outro potencial.

## BIBLIOGRAFIA

ACCORSSI, A. *Materializações do pensamento social sobre a pobreza*. 2011. 184 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ARDILA, R. *Psicología social de la pobreza*. In: WHITTAKER, J. *La psicología social en el mundo de hoy*. México: Trillas, 1979.

BARATA, R. B. *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.

BENATUIL, D. El bienestar psicológico en adolescentes desde una perspectiva cualitativa. *Psicodebate: Psicología, cultura y sociedad*, v. 3, n.1, p.43-58, 2003.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Comitê interministerial para inclusão dos catadores. 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis/comite-interministerial-para-inclusao-dos-catadores>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A Saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.

- CAMINO, L. Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia & Sociedade*, v. 8, n. 1, p. 16-42, 1996.
- CASAS, F. El bienestar personal: su investigación en la infancia y la adolescencia. *Encuentros en Psicología Social*, v. 5, n. 1, p. 85-101, 2010.
- CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. *Caderno CRH*, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.
- CAVACO, V. S. J. et al. Qual o papel da esperança na saúde da pessoa? Revisão Sistemática. *Revista Referência*, n. 12, p. 93-103, 2010.
- CHAVES, P. F. *Famílias de catadores de resíduos sólidos urbanos na perspectiva da educação ambiental: condições de risco e processos de resiliência*. 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.
- CIDADE, E.; MOURA JR, J.; XIMENES, V. Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. *Psicologia Argumento*, Paraná, v. 30, n. 68, p.87-98, 2012.
- FREIRE, P. *Conscientização*. São Paulo: Moraes, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GAMBARO, D. Bourdieu, Baudrillard e Bauman: o consumo como estratégia de distinção. *Revista Novos Olhares*, v. 1, n. 1, p. 19-26, 2012.
- GISKE, T.; ARTINIAN, B. Patterns of ‘balancing between hope and despair’ in the diagnostic phase: a grounded theory study of patients on a gastroenterology ward. *Journal of Advanced Nursing*, v. 62, n. 1, p. 22-31, 2007.
- GÓIS, C.W.L. *Saúde comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008.
- GOMES, W. S. La poética del cine y la cuestión del método

en el análisis fílmico. *Significação (UTP)*, Curitiba, v. 21, n. 1, p. 85-106. 2004.

GONÇALVES et al. A vida no lixo: um estudo de caso sobre os catadores de materiais recicláveis no município de Ipameri, GO. *Holos*, v. 2, p. 238-250, 2013.

IPEA. Comunicado IPEA n. 159. *Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pelo Pnad/IBGE*. 2013a. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001\\_comunicadoipea159.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicadoipea159.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2015.

IPEA. *Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável*. 2013b. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao\\_social/131219\\_relatorio\\_situacaosocial\\_mat\\_reciclavel\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2015.

JORNAL BBC. *Maior lixão da América Latina é fechado no RJ*. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/ultimas\\_noticias/2012/06/120603\\_lixao\\_rc\\_rn](http://www.bbc.com/portuguese/ultimas_noticias/2012/06/120603_lixao_rc_rn)>. Acesso em: 21 jun. 2015. Atualizado em 3 de junho, 2012.

KLIKSBERG, B. *América Latina: uma região de risco – pobreza, desigualdade e institucionalidade social*. Brasília: UNESCO, 2002.

MARTÍN-BARÓ, I. *Psicología de la liberación*. Madrid: Trotta, 1998.

MONTERO, M. *Teoría y práctica de la psicología comunitária: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MORAIS, N. A. et al. “Mandaracu quando fulora na seca”: considerações acerca da resiliência comunitária no contexto de seca. In: COIMBRA, R.M.; MORAIS, N.A. (Org.). *A resiliência em questão: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção*. Porto Alegre: Artmed, 2015. p.195-214.

MOURA JUNIOR, J. F. et al. Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial. *Temas em Psicologia*, v. 22, n. 2, p. 341-352, 2014.

PEREIRA, F. (Ed.). *Como exercer sua cidadania*. São Paulo: BEÍ Comunicações, 2010.

PRADO, M. A. M. Movimentos de massa e movimentos sociais: aspectos psicopolíticos das ações coletivas. *Revista de Ciências Humanas*, n. 37, p. 47-65, 2005.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 97-118.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SETUBAL, M. A. Equidade e desempenho escolar: é possível alcançar uma educação de qualidade para todos? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 91, p. 345-366, 2010.

SOBRINHO, J. D. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação e Sociedade*, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, 2010.

TORO, José Bernardo. *O cuidado: o paradigma ético da nova civilização*. Bogotá, 2009.

TOROSSIAN, S. D.; RIVERO, N. E. Políticas públicas e modos de viver – a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 56-69, 2013.

UNGAR, M. *Handbook for working with children and youth: pathways to resilience across cultures and contexts*. Sage Publications, Thousand Oaks, III, 2005.

VALLA, V. V. Redes sociais, poder e saúde à luz das classes populares numa conjuntura de crise. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 7, n. 4, p. 37-56, 2000.

XIMENES, V. M. *Implicações psicossociais da pobreza*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.

ZAVALETA, R. The ability to go about without shame: a proposal for internationally comparable indicators of shame and humiliation. *OPHI Working Paper*, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-03>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, num. esp., p. 75-84, 2003.



## AFETIVIDADE E LUGAR COMO CATEGORIAS DE MEDIAÇÃO NO LABORATÓRIO DE PESQUISA EM PSICOLOGIA AMBIENTAL

---

Zulmira Áurea Cruz Bomfim  
Maria Zelfa de Souza Feitosa  
Nazka Fernandes Farias

Em 2003, pensamos em trazer para o Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) um espaço acadêmico que construísse redes de interlocuções interdisciplinares entre a Psicologia, a Educação, a Geografia, a Arquitetura e outras áreas de intervenção no ambiente. Desse desejo surgiu o Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus), que, há 12 anos, abre espaço a um campo em expansão hoje na Psicologia: a perspectiva do ambiente como uma construção social e simbólica. O diálogo psicossocial e a perspectiva histórico-cultural são bases para a compreensão teórico-prática de suas pesquisas e intervenções, integrando a pesquisa, o ensino e a extensão. O grupo é composto por professores, estudantes de graduação e de pós-graduação, além de colaboradores externos.

*Locus* quer dizer lugar, uma categoria fundamental de mediação para a construção da subjetividade, quando espaços se transformam em lugares. Ou seja, o espaço acadêmico é um



lugar quando cria identificações, sentidos e afetos na produção de um conhecimento emancipador e comprometido com a transformação social.

Esse laboratório tem desenvolvido uma série de produções, como dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso, pesquisas de iniciação científica envolvendo grupos nacionais e internacionais, além de ter estabelecido convênios de cooperação internacional. Todas elas enfocam a inter-relação pessoa-ambiente, partindo da afetividade (BOMFIM; POL, 2005; BOMFIM, 2010; BOMFIM et al., 2014; SAWAIA, 1995, 1999, 2003) como uma categoria síntese do encontro e da implicação das pessoas nos ambientes urbanos e institucionais.

Estudar os afetos é uma tarefa desafiadora e, na mesma medida, urgente. A importância de romper com a lógica cartesiana que separou afeto e razão expressa-se no compromisso ético-político de olhar o ser humano em sua integralidade. Isto implica uma análise micro e macrosocial, que comporte, além do estudo das funções cognitivas e das emoções individuais e coletivas, a atenção à conjuntura política, econômica, social e histórica. A negação de direitos básicos, do sonho, da felicidade e da esperança gera afetos despotencializadores, os quais, segundo Spinoza (2005), entristecem e paralisam o sujeito diante da vida, impedem-no de orientar-se para a transformação da realidade, para a promoção de bons encontros, capazes de gerar afetos que aumentem a potência de agir do corpo e da alma. Tal orientação, quando aplicada às produções do Locus, são entendidas como o cuidado ético em relação ao outro e ao ambiente, seja este último construído ou natural.

Com base no filósofo supracitado, Sawaia (2003) chama atenção para a capacidade dos afetos de aumentarem ou

diminuírem a disposição ética do sujeito. Para a autora, a ética pode ser descrita como

[...] a capacidade do corpo e do pensamento em selecionar, nos encontros, o que permite ultrapassar as condições de existência na direção da felicidade, como um aprendizado contínuo (SAWAIA, 2003, p. 59).

No atual mundo ocidental capitalista, essa discussão a respeito da ética e da afetividade torna-se ainda mais relevante.

Nesse sentido, Heller (1993) nos esclarece como os afetos começaram a ser geridos a partir da ascensão da burguesia, quando se estabeleceram os sentimentos que podem e devem ser expressos em público e aqueles que precisam ser silenciados. Como um dos produtos dessa dinâmica, pode-se identificar a reduzida implicação dos sujeitos com as questões coletivas, consigo e com o outro, gerando uma desconexão favorecida pela evolução das tecnologias de produção e das relações virtualizadas, que, apesar de prometerem desfazer as distâncias e conectar os sujeitos de todo o mundo, levaram à intensificação do distanciamento. Nesse modelo econômico, as questões privadas adentraram o espaço público de tal forma, que pensar no bem-comum, na felicidade pública e na transformação social constitui-se um desafio para a produção do conhecimento.

Diante de tudo isso, inquieta-nos a investigação de como os sujeitos se relacionam afetivamente com os lugares que habitam e constroem – ao mesmo tempo em que são constituídos por esses lugares. Quando falamos de afetividade, não estamos fazendo uma contraposição à racionalidade e sim falando de uma nova racionalidade ético-afetiva que crie

espaços insuspeitos dos interesses de necessidades coletivas (SAWAIA, 1995).

A afetividade com o lugar não é somente o vínculo, mas todos os sentimentos e emoções que levam a uma afecção ou implicação. Para Heller (1993, p. 15), “Sentir significa estar implicado em algo”. Essa implicação, uma forma de relação afetiva das pessoas com os lugares, tem sido estudada no Locus pelo conceito de Estima de lugar. Esta pode ser expressa por sentimentos e emoções gerados em imagens, representações e visões de mundo que se dirigem a um bairro ou a uma cidade, de forma potencializadora e/ou despotencializadora (BOMFIM et al., 2014), destacando-se como indicadora do compromisso ético-político e de participação dos sujeitos na cidade.

A Estima de lugar é investigada a partir do Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos (IGMA), que se configura como uma ferramenta de conhecimento dos afetos em relação aos lugares, visto que aqueles são muitas vezes intangíveis (BOMFIM, 2010). O instrumento permite que os sujeitos construam imagens, em relação ao ambiente, de Pertencimento, Agradabilidade, Insegurança, Destruição ou Contrastes, que qualificam a Estima em potencializadora e/ou despotencializadora. Essas imagens têm sido identificadas em diversas pesquisas do Locus (ALENCAR, 2010; BERTINI, 2006; BOMFIM, 2010; BOMFIM et al., 2013; FEITOSA, 2014), levando ao aprimoramento e aprofundamento em torno de categorias teóricas que envolvem a psicologia ambiental e social e áreas interdisciplinares que estudam o ambiente.

Neste capítulo, apresentaremos a perspectiva psicossocial e dialética da Estima de lugar (com seus indicadores e imagens afetivas) como desdobramento da temática da afetividade, ao mesmo tempo em que mostraremos como ela

é investigada pela aplicação do Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos (IGMA). É nosso objetivo destacar a imagem de Contrastes como sendo transversal às demais (BOMFIM et al., 2014), tanto para fins de pesquisa quanto de intervenção, dentro e fora do campus da Universidade Federal do Ceará. A necessidade de maior exploração e investigação da imagem de Contrastes justifica-se por ela ter sido identificada na pesquisa original como sendo despotencializadora da ação. Porém, pesquisas posteriores apontaram como sendo um indicador afetivo relevante também para a avaliação da implicação dos habitantes com a cidade e com o bairro e como um caminho para uma potência de ação transformadora e de compromisso ético-político.

Para isso, apresentaremos pesquisas realizadas no Locus acerca do tema abordado, dando ênfase à investigação realizada em escolas da rede pública estadual de ensino de Fortaleza, intitulada *Estima de lugar e indicadores afetivos de contrastes em jovens no contexto de vulnerabilidade social: uma forma de avaliação da potência de ação e da ética na cidade* (Relatório PIBIC 2014-2015). Por fim, consideraremos nossos avanços e novas possibilidades de pesquisa nesse espaço acadêmico.

## **ESTIMA DE LUGAR COMO CATEGORIA PSICOSSOCIAL E HISTÓRICO-CULTURAL**

Conforme comentado na seção introdutória, o IGMA investiga a Estima de lugar e desvela quanto o sujeito é potencializado ou despotencializado em sua relação com o ambiente, a partir dos afetos que emergem desse encontro. As imagens de Agradabilidade e Pertencimento revelam uma Estima de lugar potencializadora, enquanto a de Destruição e de Insegurança relacionam-se a uma Estima de lugar despo-

tencializadora. Os Contrastes comportam uma imagem que pode ser potencializadora e/ou despotencializadora, dependendo da situação e do tipo de disposição envolvida pelo grupo ou indivíduos que se implicam com os lugares.

A imagem de Agradabilidade remete aos sentimentos de vinculação com o lugar em consequência às suas qualidades ambientais, quer sejam construídas ou naturais, as quais são sentidas como agradáveis pelos sujeitos em sua relação com o ambiente, produzindo sentimentos de prazer. Exemplo disso é a associação com qualidades de beleza e comodidade, assim como foi identificado na pesquisa de Bomfim (2010), em relação a Barcelona e São Paulo. Essa imagem de avaliação do espaço urbano ocorre a partir de uma estrutura urbana que é objetiva e suscetível a ser imaginada e significada pelo cidadão, enquanto simbolismo do espaço. A imagem comporta, ainda, a possibilidade de atração exercida pelos ambientes quando estes são percebidos como capazes de suprir as necessidades funcionais dos sujeitos, como, por exemplo, as oportunidades de trabalho, cultura, educação, interação, entre outros.

A imagem de Pertencimento resgata pensamentos, ações e sentimentos que denotam a identificação dos sujeitos com os lugares. Essa ideia de identificação decorre da categoria teórica Identidade de Lugar, na qual se concebe que o que somos inclui, de modo determinante, os lugares que temos sido e os lugares que somos (PROSHANSKY, 1978). Tal identificação possibilita que o sujeito se aproprie do espaço (POL, 1996), o que se traduz no sentimento de apego, de pertencer àquele espaço, de maneira que o sujeito sente-se chamado a defendê-lo, a transformá-lo em lugar dotado de valor (TUAN, 1983). Transformando o ambiente, o sujeito transforma também a si, à coletividade e ao seu entorno, sente-se responsável por ele e implica-se com seu cuidado e preservação.

Na imagem de Destruição, encontra-se o inverso da Agradabilidade, ao se evidenciarem experiências despotencializadoras, que são assim qualificadas por terem sido vividas em um ambiente degradado, malcuidado e destruído. Sua avaliação toma como referencial ambiental, mais diretamente, a sujeira dos espaços, a presença de estruturas quebradas, pichadas, abandonadas, degradadas, com recursos insuficientes para suprir necessidades básicas, entre outras características. Essa qualificação desperta sentimentos de vergonha, nojo e revolta em seus usuários.

A Insegurança, inversamente proporcional ao Pertencimento, envolve sentimentos e palavras que denotam o inesperado e o instável. Os sentimentos de base que sobressaem nessa imagem são o medo, a insegurança e a ameaça, que derivam da ansiedade decorrente da representação do lugar como inseguro. É importante notar que a qualificação do lugar como inseguro é dada pela percepção do sujeito ao ambiente, podendo corresponder ou não a índices mais objetivos de insegurança. Ou seja, ambientes considerados inseguros a partir de representações sociais de determinados lugares podem ser experienciados como seguros por aqueles que vivem cotidianamente neles. Reportando-se aos laços sociais que o sujeito estabelece no ambiente, essa imagem está baseada no adoecimento das boas relações de convivência, consequência da violência urbana, nas sensações de tensão, sufoco, solidão e desamparo, identificadas, principalmente, nos grandes centros urbanos.

Já a imagem de Contraste foi identificada nos primeiros estudos sobre os aspectos subjetivos da cidade produzidos pela Escola de Chicago (PARK, 1967), quando se fez uma comparação entre o modo de vida urbano e o modo de vida rural ou de aldeia. A partir de uma concepção dialética, a imagem

de Contrastes, foco da presente discussão, compõe-se de sentimentos, emoções e palavras contraditórias, ambíguas, que denotam a coexistência de uma polarização positiva e negativa, atribuídas simultaneamente ao ambiente. Nesse sentido, as qualidades identificadas nos lugares podem ter características paradoxais como potência de ação ou como potência de padecimento (BOMFIM, 2010).

Inicialmente, a imagem de Contrastes foi identificada como sendo inerente à Estima de lugar despotencializadora. As pesquisas recentes demonstraram haver uma tendência de essa imagem ser transversal a todas as outras (BOMFIM et al., 2014), podendo ser tanto potencializadora da ação do sujeito, como despotencializadora. Está associada também a outras imagens, quando ela se sobressai em meio às contradições. Exemplos da imagem de Contrastes são as percepções de que a cidade é bonita x feia, colorida x cinza, alegre x triste; que nela há amor x ódio, vida x morte etc. (BOMFIM, 2010).

Tais imagens, geradas a partir do IGMA, possibilitam acessar os afetos e o nível de implicação da relação da pessoa que o responde com o ambiente, pela elaboração de sentimentos, avaliações e identificações com relação a um lugar. Para gerar essas imagens, é necessário primeiro construir os mapas afetivos do ambiente. Segundo Bomfim (2010, p. 222), “Os mapas afetivos são representações do espaço e relacionam-se com qualquer ambiente como território emocional. São instrumentos reveladores da afetividade e indicadores da Estima da cidade”. Articulam sentidos que são movidos pelos afetos e referem-se à expressão gráfica, artística e metafórica das imagens e representações que as pessoas têm de um determinado lugar.

Dessa forma, na parte qualitativa do instrumento, o sujeito é convidado, inicialmente, a compor um desenho

que, para ele, represente o lugar sobre o qual a investigação se debruça. Bomfim (2010) justifica a escolha dessa atividade como primeiro item por sua capacidade de deflagrar um processo representacional imagético, que facilita a expressão das emoções antes que o sujeito as elabore na construção escrita. O significado do desenho é atribuído pelo próprio respondente e não pelo pesquisador, sendo o segundo item do instrumento. Em seguida, é solicitado ao participante que descreva os seus sentimentos em relação ao desenho. Essas três primeiras fases influenciam-se mutuamente e condensam os sentidos em relação ao ambiente.

O item seguinte, palavras-síntese, requer do respondente que aponte seis palavras capazes de resumir seus sentimentos em relação ao desenho. Na sequência, o sujeito deve referir o que pensa do ambiente. Este item, assim como o desenho, permite a construção de sentimentos em relação ao ambiente, por meio da escrita. A comparação da cidade com algo garante a elaboração metafórica (item seguinte do processo de apreensão dos afetos), na qual podemos ter acesso ao sentido figurativo atribuído pelo sujeito ao ambiente. A metáfora evoca a função emotiva do discurso do sujeito, ao mesmo tempo em que expressa o pensamento social. Segundo Bomfim (2010, p. 220), a metáfora é o “[...] recurso, por excelência, de apreensão e expressão dos afetos, por suas características peculiares de rompimento do significado literal [...]”.

É solicitado do sujeito, ainda, que descreva dois principais caminhos percorridos no ambiente, que visibilizam suas trajetórias nas atividades cotidianas, relacionando-se aos usos e à vivência do ambiente pelo respondente. O último item dessa parte do instrumento solicita a caracterização demográfica, além de outras questões que careçam de esclarecimentos. Sendo adaptável de acordo com o interesse da pesquisa, pode



contemplar tanto a investigação da participação em associações e movimentos sociais (ALENCAR, 2010; BOMFIM, 2010), como ocorreu no instrumento inicial, como a opinião do sujeito sobre o que pode melhorar no ambiente (FEITOSA, 2014), por exemplo.

Na parte quantitativa do instrumento, que consiste em uma escala de tipo *Likert*, encontram-se as assertivas correspondentes às imagens de Agradabilidade, Pertencimento, Destruição, Insegurança e Contrastes, anteriormente descritas. Nesse momento, o respondente deve apontar em que grau concorda ou discorda de afirmações que indicam o quanto se sente identificado com o ambiente, o quanto ele é agradável, sufocante ou sujo, o quanto o considera bonito e feio, entre outras asseverações (BOMFIM et al., 2014). Cabe ressaltar que, no instrumento, o participante não tem acesso à informação de quais assertivas correspondem a cada uma das imagens.

Ao longo de doze anos, diversos estudos foram realizados no Locus com o IGMA e com essas categorias. Destacamos aqui o trabalho de Bertini (2006), que objetivou analisar as relações pessoa-ambiente, a partir da intervenção urbana e da afetividade de idosos no Centro de Fortaleza. Nessa pesquisa, cuja amostra compôs-se de 60 idosos, divididos entre moradores e frequentadores do bairro, foram identificadas as imagens de Destruição, Agradabilidade, Pertencimento, Insegurança e Contrastes, que reportaram uma Estima de lugar mais despotencializadora nos residentes do bairro e uma Estima potencializadora por parte dos que apenas o frequentam. Anos mais tarde, pesquisas de Sousa (2008) e de Viana (2009) relacionaram a Estima de lugar à prática de esportes, a primeira objetivando verificar o surgimento das práticas esportivas no bairro e a segunda enfocando as emoções que emergem no ambiente esportivo.

Nas pesquisas supracitadas, a imagem de Contrastes indicou não se referir apenas a uma Estima de lugar despotencializadora, apontando para a possibilidade de uma implicação positiva com os ambientes, mesmo que houvesse sentimentos ambíguos envolvidos, o que ficou ainda mais claro na pesquisa de Alencar (2010), na qual a autora investigou a relação da Estima de lugar e a participação social de jovens. Este trabalho trouxe como uma de suas principais contribuições a constatação de que os jovens participavam e implicavam-se positivamente com os territórios, ainda que a Estima em relação a eles fosse despotencializadora, devido ao predomínio das respostas de Contrastes.

Para Heller (1993), a implicação é uma função reguladora do organismo social, da relação que este estabelece com o mundo, de modo que sentir é o mesmo que estar implicado. A implicação positiva, desse modo, é aquela que se mostra satisfatória e excita o sujeito, gerando ganhos e benefícios que podem ser de curto ou de longo prazo. A autora admite também que o sujeito possa implicar-se negativamente, quando a afetação o despotencializa, gerando prejuízos a curto ou longo prazo, e que, em teoria, poder-se-ia admitir um ponto zero de implicação, no qual o sujeito encontrar-se-ia absolutamente indiferente. Entretanto, ela afirma que esse ponto, na realidade dos sujeitos, muito dificilmente pode ser atingido.

As inquietações geradas por esses achados, derivados dos dados das pesquisas e das fundamentações teóricas, levaram ao aprofundamento do estudo da imagem de Contrastes, a fim de que fosse possível compreender melhor a questão que se colocava: uma imagem inicialmente de despotencialização que, posteriormente, segundo as pesquisas, também remetia a modos de implicação positiva e de potência de ação na relação pessoa-ambiente.

Como parte do aprofundamento e estudo do IGMA, foi feita a validação da escala *Likert* do instrumento. No processo de validação, a imagem de Contrastes definiu-se estatisticamente como transversal às outras imagens, podendo estar ligada tanto à Estima de lugar Potencializadora quanto à Despotencializadora (BOMFIM et al., 2014). Essa nova categorização, que elegeu a Insegurança e a Destruição como imagens constituintes de uma Estima Despotencializadora e a Agradabilidade e o Pertencimento como imagens da Estima Potencializadora, mostrou-se mais coerente e condizente com os contextos estudados.

Com este ajuste do IGMA, foi possível perceber, nos resultados da pesquisa de Feitosa (2014), a Estima de lugar de psicólogos-residentes da Residência Integrada em Saúde (RIS), vinculada à Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), em relação aos serviços de saúde e aos territórios nos quais estavam inseridos. Nesse estudo, a imagem de Contrastes foi predominante, aparecendo, inclusive, associada ao Pertencimento e à Insegurança. Ao mesmo tempo em que os sujeitos elencavam o que era inseguro e o que causava sofrimento no serviço de saúde, como a permanência da estrutura manicomial, as precárias condições de trabalho, o assistencialismo, entre outros, também identificavam pontos capazes de potencializar suas ações, como a possibilidade de ter um bom serviço, a boa convivência, a integração, o acolhimento da comunidade, entre outras. Diante disso, afirmavam a disposição para aprender com os demais, para contribuir para a melhoria do serviço e da vida dos sujeitos comunitários.

Deste modo, foi constatado que a imagem de Contrastes revelava uma Estima de lugar despotencializadora em relação ao equipamento de saúde, havendo, concomitante a isso, uma implicação positiva dos residentes com os territórios de

atuação em relação às comunidades com as quais trabalhavam, de maneira que se sentiam potencializados para trabalhar junto com os sujeitos comunitários, em seus espaços de residência e de vida.

Esses exemplos retratam as inúmeras possibilidades de aplicação do IGMA, como pesquisa e intervenção em contextos diversos. A seguir, apresentamos mais detalhadamente os resultados de uma pesquisa que tomou por foco a investigação da imagem de Contrastes. Trata-se da pesquisa (Relatório PIBIC, 2014-2015) feita em escolas da rede pública estadual de ensino de Fortaleza intitulada “Estima de lugar e indicadores afetivos de contrastes em jovens no contexto de vulnerabilidade social: uma forma de avaliação da potência de ação e da ética na cidade”.

## **CONHECENDO E INTERVINDO EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL PELOS AFETOS DE CONTRASTES**

Em pesquisas anteriores (PIBIC, 2011-2014),<sup>2</sup> objetivamos correlacionar a categoria teórica Estima de lugar com indicadores afetivos de proteção social de jovens. Durante a 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> fases desse processo, a escala de Estima de lugar (composta pelo IGMA) foi validada e aplicada a 293 jovens de escolas públicas da cidade de Fortaleza, distribuídas entre

---

<sup>2</sup> Pesquisa desenvolvida por alunos bolsistas e voluntários de graduação, mestrado e doutorado do Departamento de Psicologia, assim como alunos de graduação das áreas de Geografia e Ciências Biológicas, da UFC, sob a coordenação da Professora Dra. Zulmira Áurea Cruz Bomfim. Esteve vinculada ao Locus, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC e cadastrada na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), dos anos de 2011 a 2015.

cinco regionais. Foram realizadas, também, entrevistas em formato de grupos focais.

As análises quantitativas e qualitativas, feitas a partir das respostas dos alunos no instrumento aplicado (IGMA) e, posteriormente, pela análise de discurso de suas falas nos grupos focais, mostram os Contrastes como uma categoria transversal a todas as outras categorias de Estima de lugar (Agradabilidade, Pertencimento, Destruição e Insegurança), podendo ser um indicador afetivo para uma Estima de lugar tanto potencializadora como despotencializadora, e atribuindo, assim, aspectos potencializadores e/ou despotencializadores da relação do jovem com o seu bairro.

Na terceira fase desse processo, além da aplicação do IGMA, foi utilizada a metodologia dos grupos focais, os quais foram gravados, com a autorização dos participantes, e, em seguida, transcritos. A análise das falas dos sujeitos, na dinâmica dos grupos, permitiu aprofundar as questões que emergiram nos mapas afetivos dos jovens, que nos remetiam aos lugares potencializadores do bairro e àqueles que, no momento, eram despotencializadores, mas que podiam transformar-se, o que nos apontou possíveis estratégias de intervenção.

Dentre as 42 categorias encontradas na análise dos grupos focais, destacaram-se quatro, com maior frequência: 1) “bairro inseguro”, que apareceu 46 vezes; 2) “educadores despotencializadores”, citada 39 vezes; 3) “precariedade na saúde”, referenciada 34 vezes; e 4) “precariedade na estrutura do bairro”, mencionada 30 vezes. A categoria “bairro inseguro” diz respeito ao sentimento de poder sofrer algum tipo de violência no bairro, de não se sentir protegido, diante da precariedade da segurança. Em relação a essa percepção, os jovens também referiram a desigualdade da segurança entre bairros ricos e pobres, os conflitos de vizinhança e a falta

de convivência no espaço público. Nesse sentido, a categoria revelou uma Estima despotencializadora, uma vez que a Insegurança gera o distanciamento do ambiente, uma maior reclusão dentro de casa, como tentativa de proteger-se, e uma menor participação e implicação com o bairro.

Na categoria “educadores despotencializadores”, agruparam-se as falas acerca de sentirem-se humilhados pelos professores em sala de aula, principalmente por conta dos estereótipos relacionados ao ser pobre. Essa categoria correlacionou-se à imagem de Destruição, envolvendo a despotencialização gerada pelo ambiente escolar como um todo, com o qual os alunos mostraram-se pouco implicados.

A categoria “precariedade na saúde” reporta-se à avaliação de não existirem unidades de saúde suficientes para atender aos habitantes do bairro quando estão doentes. Essa percepção relaciona-se à imagem de Destruição e, consequentemente, a uma Estima despotencializadora.

A respeito da categoria “precariedade na estrutura do bairro”, os jovens expressaram insatisfação com a iluminação pública, conservação das ruas, entre outras questões da infraestrutura. Novamente, encontramos correlação com a imagem de Destruição, que despotencializa o sujeito e se reflete em sua autoestima, podendo remeter à vergonha de pertencer ao bairro.

É importante destacar que essas categorias permitiram visualizar aspectos que caracterizam a relação desses jovens com o ambiente em que residem não somente no que diz respeito à estrutura do bairro, mas também às suas relações com outros moradores, aos serviços oferecidos, assim como à vida pessoal dos participantes, no que se refere à autoestima, autoeficácia e perspectiva de futuro. A autoestima corresponde à avaliação que o sujeito faz de si mesmo, tendo em vista seus

valores pessoais. Já a autoeficácia aponta para a avaliação que o sujeito faz de suas capacidades para resolver os problemas que se apresentam em sua vida cotidiana. Por sua vez, a perspectiva de futuro, referente ao senso de continuidade, garante a construção de projetos de vida por parte do sujeito (BOM-FIM et al., 2013).

Diante dos dados expostos e dos estudos relacionados à inter-relação do jovem com o ambiente em que mora, a pesquisa (Relatório PIBIC, 2014-2015) intitulada *Estima de lugar e indicadores afetivos de contrastes em jovens no contexto de vulnerabilidade social: uma forma de avaliação da potência de ação e da ética na cidade* objetivou compreender as características do indicador afetivo Contrastes em jovens da cidade de Fortaleza e suas implicações no que se refere à categoria teórica Estima de lugar. Nessa fase, também se buscou: 1) relacionar o indicador afetivo Contrastes com o sofrimento ético-político (SAWAIA, 1999) dos jovens residentes em ambientes de vulnerabilidade; 2) avaliar as dimensões potencializadora e despoticizadora da categoria Contrastes; e 3) identificar a presença da categoria Contrastes no contexto de ambientes urbanos.

Em fases anteriores, foi confirmada a relação entre os fatores subjetivos de proteção do jovem (autoestima, autoeficácia, perspectiva de futuro) e a Estima de lugar – em pesquisa de articulação dos grupos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC e da UFRGS, financiada pelo CNPq.<sup>3</sup> O levantamento dos dados biosociodemográficos

---

<sup>3</sup> Pesquisa coordenada pela professora Veriana de Fátima Rodrigues Colaço, envolvendo os laboratórios de núcleos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC: Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (Nucepec), Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (Lapsus) e Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus).

de jovens de escolas públicas em situação de vulnerabilidade social propiciou o aprofundamento de temáticas específicas, o que permitiu a continuidade de nossos estudos, tomando como base a pesquisa e a intervenção e, conseqüentemente, dando subsídios para a diminuição de situações de risco e aumento de situações de proteção do jovem. A seguir, descrevemos cada etapa realizada nessa pesquisa, com seus resultados e intervenções propostas e efetivadas.

## **DEMANDA DAS ESCOLAS: GRUPOS FOCAIS E PRIMEIRA INTERVENÇÃO**

Tendo por base as quatro categorias geradas com maior frequência, durante a 3ª fase da pesquisa (PIBIC 2013-2014), pelas falas dos participantes dos grupos focais (“bairro inseguro”, “educadores despotencializadores”, “precariedade na saúde” e “precariedade na estrutura do bairro”), assim como entrevistas com os professores e gestores que acompanharam as atividades desenvolvidas com os alunos das escolas, identificamos possíveis demandas em cada escola. Dessa forma, construímos atividades que pudessem atender às solicitações, de forma a envolver professores, gestores e alunos nas relações estabelecidas, seja com o espaço físico da escola e/ou do bairro, seja entre os próprios alunos e funcionários.

Na Escola de Ensino Fundamental e Médio (EEFM) Heráclito de Castro e Silva, localizada no bairro Jóquei Clube (IDH 0,4064), na Regional III, a relação professor-aluno, a motivação dos estudantes referente aos estudos e, ainda, a integração escola-bairro apareceram como principais pontos a serem trabalhados. Como proposta de intervenção, sugeriu-se à escola que trabalhasse essas temáticas entre alunos e funcionários em um formato de vídeo-debate. Na EEFM Hermenegildo Firmeza, localizada no bairro Vila



Peri (IDH 0,3417), na Regional IV, a demanda emergente foi trabalhar a memória, a história e o patrimônio cultural do bairro. Como proposta de intervenção, foram realizadas trilhas urbanas com alunos e professores, além de um mapeamento psicossocial do bairro.

Na EEFM Luiz Gonzaga Fonseca Mota, localizada no bairro Carlito Pamplona (IDH 0,2997), na Regional I, a temática do sentimento de Pertencimento dos alunos à escola foi a que mais emergiu, mas a integração professor-aluno também nos chamou atenção. A proposta construída foi a realização de oficinas como parte da disciplina Educação em Cidadania, oferecida na grade curricular de ensino. Na EEFM Lions Jangada, localizada no bairro Cristo Redentor (IDH 0,2538), na Regional I, a demanda foi abordar com os alunos a relação do processo ensino-aprendizagem e a perspectiva de futuro, de forma a serem trabalhados projetos de tema central à trajetória de vida. Por fim, na EEFM Santa Luzia, localizada no bairro Aldeota (IDH 0,8666), na Regional II, a demanda foi fomentar a motivação dos alunos, a partir da capacitação com os professores. Como proposta de intervenção, foram sugeridas à escola oficinas de estratégias de motivação para alunos e professores.

## **SEGUNDA INTERVENÇÃO: OFICINA DE FANZINES**

As oficinas de fanzines foram realizadas com estudantes de Ensino Médio das cinco escolas públicas referentes às pesquisas anteriores. Foram produzidos 100 fanzines, sendo 20 da escola Hermenegildo Firmeza, 29 da Heráclito de Castro, 20 da Lions Jangada, 15 da Gonzaga Mota e 16 da Santa Luzia. As oficinas tiveram por base quatro perguntas geradoras: 1) O que eu quero ser?; 2) Como eu quero ser?; 3) Onde quero ser?; e 4) Com quem eu quero ser?

Na escola Heráclito de Castro, participaram 14 mulheres e 15 homens; na Hermenegildo Firmeza, 12 mulheres e 8 homens;

na Lions Jangada, 13 mulheres e 7 homens; na Santa Luzia, 11 mulheres e 5 homens. Na escola Gonzaga Mota, os dados de gênero não foram identificados. Foram totalizados, sem os participantes da Gonzaga Mota, 50 mulheres e 35 homens.

A importância de trabalhar com fanzines com jovens justifica-se por ser esta uma forma de livre expressão da criação que articula espaços formais e não formais de educação (LOPES; BORBA; MONZELLI, 2013). Os fanzines se constituem um recurso para a promoção de reflexões relacionadas às vivências dos jovens, para a ampliação de seus repertórios e possíveis projetos de vida individuais e coletivos. É também uma forma de reflexão da sua situação de vida, levando à formação de uma consciência crítica da realidade (FREIRE, 2005).

As categorias com maior incidência, observando-se as quatro perguntas geradoras foram: 1) sucesso profissional/profissão; 2) sentimentos positivos; 3) bens materiais/financeiros; 4) família. Estes aspectos apontam que, apesar das adversidades, as/os jovens mantêm sua autoestima quando pensam seus projetos de vida. Isso colabora para uma perspectiva de futuro associada à realização profissional, que, em muitos casos, estaria relacionada ao sucesso e a sentimentos positivos como “ser feliz”. Porém, é importante frisar que o sucesso profissional também está associado a um padrão de vida que, muitas vezes, distancia-se da realidade desses jovens e que tem relação a um alto padrão de vida, incompatível com a realidade vivida em sua localidade.

No que diz respeito à autoeficácia, percebemos, também, que eles conseguem, em sua maioria, visualizar a necessidade de investir em si mesmos, e, por estarmos no espaço da escola, a formação profissional acaba sendo o processo pelo qual poderão construir caminhos diferenciados dos então vividos. Outro aspecto importante é a manutenção de vínculos, expressos, principalmente, pelos laços familiares, que, juntamente

com a escola/formação profissional, seriam importantes agregadores na concretização dos projetos de vida desses jovens.

### **TERCEIRA INTERVENÇÃO: OFICINA DE FOTOGRAFIA**

A oficina de fotografia realizou-se na escola Luiz Gonzaga Mota. O critério de escolha dessa instituição deu-se pela disponibilidade dos participantes e funcionários da escola, como também por conta do curto tempo no cronograma. Participaram 12 alunos do Ensino Médio, entre 16 e 18 anos, meninos e meninas.

O objetivo dessa atividade foi criar um piloto para a continuidade da pesquisa. A oficina ocorreu mediante agendamento prévio com a coordenadora da escola e em concordância com os alunos. Foi proposta como atividade facilitadora para que os alunos pudessem responder ao Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos Fotográficos, adaptação do IGMA (BOMFIM et al., 2014), no qual constam, em vez de desenhos do bairro, fotografias feitas pelos alunos durante o percurso da trilha urbana realizada.

Inicialmente, fez-se uma reapresentação dos dados da pesquisa anterior (PIBIC 2013-2014) da qual os alunos participaram. Depois, a oficina de fotografia foi conduzida por um fotógrafo convidado.<sup>4</sup> O objetivo principal foi o olhar dos alunos diante de imagens que lhes chamassem mais atenção durante o percurso da trilha urbana.

A oficina adquiriu caráter participativo, de forma que foram construídas junto aos alunos estratégias e técnicas de manejo com máquinas fotográficas e outros aparelhos eletrônicos. A ideia era que os alunos pudessem captar, através da

---

<sup>4</sup> Marcos Vieira, fotógrafo profissional com mestrado em políticas públicas e sociedade e professor universitário.

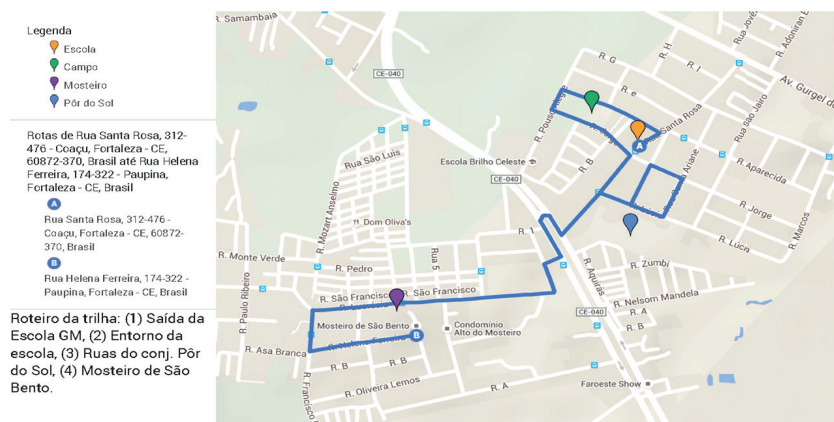
câmera, os lugares que eram relevantes para eles durante a trilha pelo bairro. Foram mostrados os pontos do roteiro, selecionados previamente, após perguntarmos quais eram os lugares que consideravam significativos. No último momento, os alunos fizeram fotos dentro da escola, com a orientação do fotógrafo.

## QUARTA INTERVENÇÃO: TRILHA URBANA

Posteriormente à oficina de fotografia com os alunos, para que estes se familiarizassem com a técnica de mapeamento fotográfico, estabeleceu-se o seguinte trajeto: (1) saída da escola Gonzaga Mota; (2) ruas do entorno da escola (Bairro Santa Rosa); (3) ruas do Conjunto Pôr do Sol; (4) Mosteiro de São Bento; e (5) retorno à escola.

Figura 1 - Roteiro da trilha urbana realizada com alunos da EEFM Gonzaga Mota, em 16 de junho de 2015.

### Trilha Urbana Gonzaga Mota 16/06/2015 - LOCUS|UFC



Fonte: Elaborada pelo grupo de pesquisa do Locus.

A trilha, aqui adotada como instrumento de intervenção, mostrou-se como uma metodologia relevante e significativa no processo de interação entre os jovens e o ambiente em que estudam e/ou moram. Revelou ainda que o caminhar pelo bairro, pelas ruas, pelos lugares de vivência e passagem faz com que percebam aspectos de seu percurso que pareciam invisíveis durante o trajeto cotidiano. Corraliza (1998) alega que é na interação indivíduo-ambiente que o espaço físico se torna um espaço significativo para o indivíduo. É nessa interação que espaços se convertem em lugares. A trilha urbana mostrou-se um instrumento mediador dessa interação.

Sendo um instrumento interdisciplinar, a trilha foi coordenada pelos estudantes envolvidos na pesquisa, das áreas de Psicologia e Geografia, em conjunto com professores de História, Biologia e Língua Portuguesa da escola. Partindo da escola, a professora de Língua Portuguesa, que mora e trabalha no bairro há cerca de 50 anos, relatou sobre o início do povoamento da comunidade. O Parque Santa Rosa, onde a escola está localizada, a sudeste do centro de Fortaleza, é um bairro periférico.

Saindo das ruas próximas à escola, os alunos puderam entrevistar outros moradores do bairro, que comentaram sobre seus sentimentos e percepções desse local, como a segurança. Ao chegar ao Mosteiro de São Bento, local onde são realizadas atividades religiosas e que grande parte desses alunos visita, os jovens, além das fotografias, entrevistaram um monge em formação, a coordenadora da escola, que também acompanhou a trilha, e a professora de Português.

Do Mosteiro, retornou-se por outras ruas, que, inicialmente, não estavam no roteiro, pois os alunos sentiram-se motivados em conhecer outros espaços do território. Foi visitada uma escola municipal do bairro, que oferece o Ensino

Fundamental à comunidade, onde os alunos realizaram novas entrevistas, com o diretor da escola.

Com todo o material produzido, os alunos iniciaram o processo de geração dos mapas afetivos pelo Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos Fotográficos. Tendo por objetivo a interação dos jovens com o ambiente onde estudam e/ou moram, a trilha urbana mostrou-se satisfatória como instrumento de percepção ambiental, além de possibilitar a implicação dos jovens com o ambiente, estimulando a investigação, levando-os a repensar seu modo de ver e sentir o ambiente. Após a trilha urbana, os alunos responderam o Instrumento Gerador dos Mapas Afetivos Fotográficos, a partir das fotos feitas por eles próprios durante o percurso. A análise quantitativa e qualitativa das respostas indicou que a Estima de lugar desses jovens se relacionou positivamente com as categorias Agradabilidade e Pertencimento, enquanto Destruição e Insegurança pouco apareceram.

Esses resultados mostraram que as respostas de Destruição e de Insegurança, fortemente presentes na primeira e segunda etapa desta pesquisa, na escola pesquisada, não apareceram após a trilha urbana, assim como houve poucas respostas de Contrastes. Inferimos que essas respostas indicam que os processos de apropriação e de identificação do espaço podem ser construídos em ambientes vulneráveis do entorno da escola, por intermédio de atividades que potencializem a Estima de lugar dos alunos. Conhecer o bairro, sua história, juntamente com um olhar diferenciado sobre o lugar proporcionaram aos alunos experiências ambientais importantes para uma implicação e identificação e um possível engajamento, cuidado e apropriação com o entorno.

As respostas de Contrastes se confirmaram como um processo dialético que indica um movimento dos afetos rumo a uma

possibilidade de implicação de emancipação do aluno no bairro em que mora. O potencial de ação está intimamente relacionado com o investimento em atividades estruturais e psicossociais envolvendo afetos de prazer e de pertencimento ao lugar, relacionado ao bairro em que vivem, moram e/ou estudam.

## **TRILHANDO CAMINHOS PARA A APREENSÃO DOS AFETOS**

Neste capítulo, apresentamos a trajetória das pesquisas realizadas no Locus nos últimos anos, tendo como base a perspectiva psicossocial e dialética da Estima de lugar como uma categoria afetiva. A pesquisa com os alunos de escolas públicas, em sua última fase, confirmou o potencial do método na avaliação afetiva dos alunos tendo o lugar como mediação, no caso, o bairro. O aprofundamento da imagem de Contrastes também trouxe subsídios para a inferência de que este pode ser considerado um indicador afetivo relevante para a avaliação da implicação dos alunos com o bairro, o que está de acordo com nossa hipótese inicial. Assim, é possível afirmar que a imagem de Contrastes pode levar tanto a uma potência de ação como a uma potência de padecimento.

Junto a essas contribuições, o estudo aqui apresentado propiciou uma ampliação na utilização do IGMA, apontando a possibilidade de sua associação a outras metodologias, que, além de desvelarem os afetos relacionados ao ambiente, atuam auxiliando na criação e no fortalecimento da vinculação dos alunos com o bairro, despertando afetos potencializadores. O uso da fotografia como outra forma de expressão da imagem, além do desenho, mostrou-se como uma oportunidade para trabalhar a autonomia dos alunos, seu conhecimento do bairro e uma nova forma de aproximação com os espaços.

A análise desse material mostrou, também, que a metodologia de pesquisa e intervenção com o IGMA permitiu compreender questões decorrentes da inter-relação entre os jovens e o ambiente em que moram, auxiliando na avaliação dos aspectos afetivos na medida em que acontece a intervenção. A trilha urbana e os mapas afetivos fotográficos mostraram que o incentivo a atividades de contato com aspectos históricos, geográficos e de conhecimento do bairro gerou sentimentos potencializadores com o lugar. Esses resultados justificam ações em locais e ambientes onde as vulnerabilidades sociais relacionadas à juventude possam ser revertidas, aumentando os fatores de proteção subjetiva, que incluem a Estima de lugar, associada a outras dimensões já comprovados em pesquisas anteriores: autoestima, autoeficácia e perspectiva de futuro. Estas foram trabalhadas nas intervenções feitas em todas as fases da pesquisa, por intermédio dos grupos focais, dos fanzines e da trilha urbana. Nesse sentido, a categoria Contrastes foi avaliada como uma forma de implicação do jovem com o bairro e com a escola.

A afetividade, nesta etapa e em pesquisas anteriores, mostrou-se como um fator de proteção frente às vulnerabilidades a que os alunos de escolas públicas estão expostos em seus territórios. Sendo a base da racionalidade, conforme preconizou Spinoza (2005), os afetos, que estão implicados em todas as ações, pensamentos e relações humanas, não podem ser negligenciados. Os bons encontros com outros corpos e com os lugares permitem um processo de construção de uma racionalidade ética afetiva, fundamental para a emancipação dos sujeitos.



## BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, H. F. *Participação social e Estima de lugar: caminhos traçados por jovens estudantes moradores de bairros da Regional III da cidade de Fortaleza pelos Mapas Afetivos*. 2010. 239f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

BERTINI, F. M. A. *Centro de Fortaleza, lugar de transformações: o idoso e os afetos implicados*. 2006. 183f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

BOMFIM, Z. A. C. *Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

BOMFIM, Z. A. C. et al. Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. In: MIRA, R. G.; DUMITRU, A. (Ed.). *Urban sustainability: innovative spaces, vulnerabilities and opportunities*. Espanha: Deputación Provincial de A Coruña; Institute of Psychosocial Studies and Research “Xoan Vicente Viqueira”, 2014, p. 131-148.

BOMFIM, Z. A. C. et al. Estima de lugar e indicadores afetivos: aportes da Psicologia Ambiental e Social para a compreensão da vulnerabilidade social juvenil em Fortaleza. In: COLAÇO, V. F. R.; CORDEIRO, A. C. F. *Adolescência e Juventude: conhecer para proteger*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 317-341, 2013.

BOMFIM, Z. A. C.; POL, E. Affective dimension of cognitive maps of Barcelona and São Paulo. In: GARCÍA-MIRA, R.; REAL DEUS, J. E. *International Journal of Psychology*. Número especial: Environmental Perception, and Cognitive Maps, v. 40, n. 1, p. 37-50, 2005.

CORRALIZA, J. A. *Emoción y ambiente*. In: ARAGONÉS, J. I.;

AMÉRIGO, M. *Psicologia ambiental*. Madrid: Ediciones Pirâmide, 1998.

FEITOSA, M. Z. S. *Afetividade na residência integrada em saúde: o psicólogo no território de formação*. 2014. 206f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HELLER, A. *Teoría de los sentimientos*. Tradução de Francisco Cuso. 3. ed. México: Distribuciones Fontamara. 1993.

LOPES, R. E.; BORBA, P. L. de O.; MONZELI, G. A. Expressão livre de jovens por meio do Fanzine: recurso para a terapia ocupacional social. *Saúde Soc.*, São Paulo, n. 3, v. 22, p. 937-948, 2013.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1967.

POL, E. La apropiación del espacio. In: IÑIGUES, L. & POL, E. *Cognición, representación y apropiación del espacio*. Barcelona: Monografies psico-socio ambientales, 1996, p. 45-62.

PROSHANSKY, H. M. The city and the self-identity. *Environment and behavior*, v. 10, n. 2, p. 147-169, 1978.

SAWAIA, B. B. O calor do lugar, segregação urbana e identidade. *São Paulo em Perspectiva – Questões Urbanas: os sentidos das mudanças*. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 20-24, abr./jun. 1995.

\_\_\_\_\_. O sofrimento ético político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Fome de felicidade e liberdade. In: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

- Cenpec. *Muitos lugares para aprender*. São Paulo: Cenpec, p. 53-63, 2003.

SOUSA, R. A. A. *Afetividade de adolescentes praticantes de atividades esportivas com relação ao seu bairro*. 2008. 93f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SPINOZA, B. *Ética demonstrada à maneira dos geômetras*. São Paulo, SP: Martin Claret, 2005 (Coleção A obra-prima de cada autor).

TUAN, Y. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VIANA, L. G. *Afetividade e ambiente esportivo: sentimentos e emoções de atletas de competição*. 2009. 129f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

## DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UFC DESDE SUA IMPLEMENTAÇÃO

---

### Turma de 2014

NOME	TÍTULO	ORIENTADOR
Antonio Fábio Coelho Paz	<i>Liberdade ou sofrimento urbano? Um estudo da estima de lugar de pessoas em situação de rua</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Camilla Regya de Figueiredo Dias Sampaio	<i>O tempo de trabalho dos psicólogos: um estudo a partir da luta pela redução da jornada de trabalho</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Clarissa Maia Esmeraldo Barreto	<i>A identificação na melancolia: do objeto perdido ao objeto a</i>	Laéria Bezerra Fontenele
Denise Alves de Neiva	<i>O significado do trabalho para jovens em qualificação profissional</i>	Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá
Diego Menezes Augusto	<i>Afetividade e acessibilidade: um estudo com alunos surdos em ambiente universitário</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Fernanda Carvalho de Almeida	<i>Autoexposição e imagens: uma análise do fenômeno selfie na sociedade de consumo</i>	Maria de Fátima Vieira Severiano
Gabriela Maria de Sousa Vieira	<i>A psicologia do Brasil 'democrático': um estudo sobre políticas públicas</i>	Pablo Severiano Benevides
Henrique Riedel Nunes	<i>A forclusão do nome-do-pai e suas implicações para o outro e o supereu a partir do caso Schreber</i>	Laéria Bezerra Fontenele

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Janaína Farias de Melo	<i>Significado do sistema de cotas para o ingresso no ensino superior para estudantes negros de escolas públicas de Fortaleza</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Janaína Miranda Cruz	<i>Sentidos dos afetos das famílias em situação de pobreza acompanhadas pelo CRAS</i>	Verônica Morais Ximenes
Jéssica de Souza Carneiro	<i>Fotografia e memória autobiográfica no Facebook: narrativas de si mediadas pela imagem</i>	Idilva Maria Pires Germano
Júlia Mota Farias	<i>Experiência e produção de sentidos de familiares cuidadores de crianças e adolescentes diagnosticados com transtorno mental</i>	José Célio Freire
Khalina Assunção Bezerra	<i>Ser caminhoneiro: a análise das condições de trabalho e suas relações com a temporalidade laboral</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Manuella Bachá Joca Bayma	<i>Considerações psicanalíticas sobre a depressão em crianças</i>	Karla Patricia Holanda Martins
Marília Studart Barbosa	<i>Relações entre os valores do Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE) e os valores pessoais de seus participantes</i>	Verônica Morais Ximenes
Rebecca da Costa Peixoto	<i>Habilidades sociais e repertório agressivo em crianças: uma análise pautada nas habilidades sociais dos pais/responsáveis e nos estilos parentais</i>	Walberto Silva dos Santos
Renata Bessa Holanda	<i>Experimentações, aprisionamentos e posicionamentos: narrativas de história de vida de pessoas que passaram por tratamento em comunidades terapêuticas</i>	Aluísio Ferreira de Lima
Tereza Raquel Tomé Adeodato	<i>A criação e estabilização na paranoia e na esquizofrenia: aportes para a clínica psicanalítica</i>	Laéria Bezerra Fontenele

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Thassio Queiroz de Araújo	<i>Razão instrumental e consumo na internet – um estudo sobre a publicidade na web 2.0</i>	Maria de Fátima Vieira Severiano
Thicianne Malheiros da Costa	<i>Correlatos disposicionais e situacionais da propensão à agressividade no trânsito</i>	Walberto Silva dos Santos
Vinicius Furlan	<i>A história de Davi: metamorfoses na identidade e o (pós) abrigo</i>	Aluísio Ferreira de Lima

### Turma de 2013

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Alana Braga Alencar	<i>A ética na formação em Psicologia Comunitária no Ceará</i>	Verônica Moraes Ximenes
Bárbara Castelo Branco Monte	<i>“Minha casa não é minha, e nem é meu este lugar”: memória e narrativas de resiliência de crianças em instituições de acolhimento</i>	Idilva Maria Pires Germano
Carla Evelline de Sousa Camurça	<i>Implicações psicossociais da seca na saúde mental de moradores de uma comunidade rural cearense</i>	Verônica Moraes Ximenes
Daniel Welton Arruda Cabral	<i>Relação afetiva pessoa-ambiente na Prainha do Canto Verde: processos de participação comunitária</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Débora Linhares da Silva	<i>Projetos de vida e estima de lugar: um estudo com jovens adolescentes de escolas públicas de Fortaleza/CE</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Dímitre Sampaio Moita	<i>Computadores fazem arte, artistas fazem dinheiro: análise da atividade dos desenvolvedores de software</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Elba Celestina do Nascimento Sá	<i>Teoria Geral do Crime: análise do autocontrole em amostras da população geral e reclusos do sistema prisional</i>	Walberto Silva dos Santos

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Emanuela Maria Possidônio de Sousa	<i>A intenção comportamental no contexto do trânsito: uma análise a partir da teoria da ação planejada</i>	Walberto Silva dos Santos
Emilie Fonteles Boesmans	<i>O acolhimento institucional: o paradoxo entre o interesse da criança e a aplicação da lei à luz da Psicanálise</i>	Karla Patrícia Holanda Martins
Érika Teles Dauer	<i>A desnutrição e o transitivismo: considerações psicanalíticas</i>	Karla Patrícia Holanda Martins
Felipe Teófilo Ponte	<i>O (re)dimensionamento da temporalidade laboral na vivência dos professores tutores de educação on-line do Curso de Letras</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Gardênia Holanda Marques	<i>Responsabilidade do analista e sua prática no hospital</i>	Karla Patrícia Holanda Martins
Guilherme Sobreira Lopes	<i>Microanomalia e valores humanos: contribuições para compreensão do comportamento antissocial</i>	Walberto Silva dos Santos
Janailson Monteiro Clarindo	<i>O grupo: de espaço interacional à ferramenta de mediação</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
José Umbelino Gonçalves Neto	<i>As identidades da “identidade”: sobre os diferentes usos e significados do conceito “identidade” na Psicologia Social</i>	Aluísio Ferreira de Lima
Karlinne de Oliveira Souza	<i>O fenômeno da precarização laboral: uma investigação sobre as professoras da rede pública de ensino do município de Fortaleza</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Kecya Nayane Lucena Brasil	<i>Identidades em construção: conhecendo as narrativas da história de vida dos catadores de materiais recicláveis de Icó-Ceará</i>	Aluísio Ferreira de Lima
Larissa Silva Barros	<i>Quem bate na mulher machuca a família inteira: violência de gênero a partir de narrativas de uma família</i>	Idilva Maria Pires Germano
Lorrana Caliope Castelo Branco Mourão	<i>As práticas de preconceito e de tolerância no contexto escolar: o outro como questão</i>	Luciana Lobo Miranda

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Luciola Limaverde Ribeiro	<i>Afetos em construção: narrativas e processos de apropriação do espaço pelos moradores da Cidade 2000</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Maria Vanesse Andrade	<i>Por dentro dos contratos comunicativos das revistas femininas populares: identidade e significados identificacionais</i>	Aluísio Ferreira de Lima
Maria Vânia Abreu Pontes	<i>Damião Ximenes Lopes: a “condenação da saúde mental” brasileira na Corte Interamericana de Direitos Humanos e sua relação com os rumos da reforma psiquiátrica</i>	Aluísio Ferreira de Lima
Mauro Michel El Khouri	<i>Juventude, mídia e educação: novas tecnologias e produção de subjetividade em uma escola pública de Fortaleza</i>	Luciana Lobo Miranda
Nara Thaís Guimarães Oliveira	<i>Arte na educação: possibilidades de mediação artística da relação afetividade-cognição</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Nathássia Matias de Medeiros	<i>Os discursos do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas: adolescência, sexualidade e subjetivação</i>	Luciana Lobo Miranda
Rachel Montenegro Matos Albuquerque	<i>Vozes femininas: negociando sentidos sobre o feminino em contexto de conversa terapêutica</i>	Idilva Maria Pires Germano
Renata Carvalho Campos	<i>Sintoma e fantasia como fundamentos da clínica psicanalítica com crianças</i>	Laéria Bezerra Fontenele
Vanessa Ester Silva Farias	<i>“Superprodutos” para “super-humanos”: o tempo como mercadoria na sociedade de consumo contemporânea</i>	Maria de Fátima Vieira Severiano



## Turma de 2012

NOME	TÍTULO	ORIENTADOR
Alessandra Silveira Hahn	<i>Concepções acerca do bullying na perspectiva de educadores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental na cidade de Fortaleza/CE</i>	Jesus Garcia Pascual
Alex Sandro de Moura Grangeiro	<i>Escala de comportamentos antissociais: construção e evidências de validade</i>	Walberto Silva dos Santos
Alessandra Maria Sousa Silva	<i>Análise das implicações psicossociais do protagonismo para os jovens em situação de pobreza</i>	Verônica Moraes Ximenes
Ana Carolina Pacheco Bittencourt Fontes	<i>Mais além dos transtornos alimentares: a impulsão e a compulsão a partir da clínica psicanalítica</i>	Laéria Bezerra Fontenele
Ana Kristia da Silva Martins	<i>Mapas afetivos táteis: vivências urbanas não visuais na cidade de Fortaleza</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Daniel Ítalo Alencar Barros	<i>O docente na corda bamba: o impacto da precarização laboral na subjetividade dos professores da rede pública de ensino do Estado do Ceará</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Daniel Rubens Santiago da Silva	<i>Trabalho e normatividade: uma análise ética dos discursos prescritivos do bom comportamento no trabalho</i>	José Célio Freire
Darlene Pinho Fernandes	<i>Explicando comportamentos socialmente desviantes: uma análise do modelo da coerção de Patterson</i>	Walberto Silva dos Santos
Diva Rodrigues Daltro Barreto	<i>Luta por invisibilidade ou reconhecimento? Um estudo sobre a história de vida de acompanhantes de luxo</i>	Aluísio Ferreira de Lima
Iago Cavalcante Araújo	<i>Peter Schmid e a Abordagem Centrada na Pessoa: uma aproximação à alteridade radical</i>	José Célio Freire
Irvina Leite de Sampaio	<i>As incidências do supereu na clínica da histeria</i>	Laéria Bezerra Fontenele

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Isadora Dias Gomes Silva	<i>“A gente vive de sonho”</i> : sentidos de futuro para adolescentes privados de liberdade	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
João Silveira Muniz Neto	<i>Em defesa da sociedade: práticas de tutela à minoridade na Fortaleza Belle Époque</i>	Luciana Lobo Miranda
Joselene Monteiro Silva	<i>A noção de defesa e suas implicações na clínica pós-freudiana</i>	Laéria Bezerra Fontenele
Juliana Hilario Maranhão	<i>Narrativas de si em casos de abuso sexual contra adolescentes do sexo feminino</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Juliana Vieira Sampaio	<i>Viajando entre sereias: saúde de transexuais e travestis na cidade de Fortaleza</i>	Idilva Maria Pires Germano
Larissa Façanha de Mattos Dourado	<i>Comprometimento com o trabalho de policiais militares do Programa Ronda do Quarteirão do Ceará</i>	Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá
Lorena Brito da Silva	<i>Implicações psicossociais da violência no modo de vida de prostitutas pobres</i>	Verônica Moraes Ximenes
Luara da Costa França	<i>Cartografando as medidas socioeducativas em meio aberto no município de Fortaleza</i>	Luciana Lobo Miranda
Lucas Varella de Moura	<i>Contexto de trabalho e trabalho docente: investigação junto a professores de inglês de cursos particulares de Fortaleza/CE</i>	Jesus Garcia Pascual
Maria Zelfa de Souza Feitosa	<i>Afetividade na residência integrada em saúde: o psicólogo no território de form"ação"</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Rafaella Medeiros de Mattos Brito	<i>As histórias contadas na clínica: narrativa e transformação na psicoterapia</i>	Idilva Maria Pires Germano
Verônica Siqueira Araújo	<i>Tempo de (re)criação: uma análise da relação tempo/trabalho através dos discursos de um grupo de artesãos de Juazeiro do Norte-CE</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Vinício Brígido Santiago Abreu	<i>Entre o marginal e o laboral: o trabalho de garotos de programa na cidade de Fortaleza/CE</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino

## Turma de 2011

NOME	TÍTULO	ORIENTADOR
Bárbara Barbosa Nepomuceno	<i>Pobreza e saúde mental: uma análise psicossocial a partir da perspectiva dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)</i>	Verônica Morais Ximenes
Camila Moreira Maia	<i>Economia solidária, o novo espírito do capitalismo e o governo das subjetividades: uma análise do discurso dos trabalhadores do assentamento Coqueirinho</i>	Idilva Maria Pires Germano
Caroline Gonzaga Torres	<i>Nos contornos do Eu: um estudo sobre a religiosidade nas neuroses e psicoses</i>	Laéria Bezerra Fontenele
Danielle Rebouças Sá	<i>Autoajuda, trabalho e novas subjetividades em tempos de incerteza: análise do discurso de “O monge e o executivo” e “Seja líder de si mesmo”</i>	Idilva Maria Pires Germano
David Paiva Martins	<i>Cooperativas de material reciclável no interior do Estado do Ceará e o fenômeno da precarização do trabalho</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Elisangela de Castro Freitas Oliveira	<i>Qualidade de vida no trabalho de pessoas com deficiência</i>	Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá
Erica Vila Real Montefusco	<i>A negação do envelhecimento e a manutenção da juventude veiculados em revistas femininas: um estudo de Psicologia Social</i>	Aluísio Ferreira de Lima
Francisca Helena Gadelha de Lima	<i>O psicólogo no ambiente do hospital e a afetividade: uma construção de sentidos sobre a morte</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Francisca Talitta Muniz Saboya	<i>Um estudo sobre competências, contexto de trabalho e desempenho em uma organização social</i>	Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
João Paulo Lopes Coelho	<i>Estudo sobre a dinâmica de organização do “si mesmo” de adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
João Vitor Moreira Maia	<i>Uma leitura da dimensão ética da Gestalt-Terapia: um diálogo com Martin Buber e Emmanuel Lévinas</i>	José Célio Freire
Júlio Cledson de Oliveira Guedes	<i>Mediação de conflitos e o julgamento moral de ações: qual o tipo de parceria em escolas?</i>	Jesus Garcia Pascual
Lorena Maria Fidélis Ferreira	<i>Modos de subjetivação dos “meninos do projeto”: cartografando discursos</i>	Luciana Lobo Miranda
Luciana Queiroz Fontenele	<i>Eu adolescente, e o outro, diferente? Uma análise das produções discursivas de alunos de uma escola particular de Fortaleza</i>	Luciana Lobo Miranda
Natalie Brito Araripe	<i>A atuação do acompanhante terapêutico no processo de inclusão escolar</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Rebeca de Souza Escudeiro	<i>O lugar do analista na psicanálise com crianças: contribuições de Maud Mannoni</i>	Laéria Bezerra Fontenele
Ronaldo Rodrigues Pires	<i>Implicações dos sentidos atribuídos pelos psicólogos ao uso de álcool e outras drogas no tratamento de usuários em CAPS ad e Comunidades Terapêuticas</i>	Verônica Morais Ximenes
Sabrina Leite Cardoso dos Santos Jesuíno	<i>Vozes de crianças em tratamento oncológico: significados e sentidos do câncer pela perspectiva vigotskiana</i>	Jesus Garcia Pascual
Valdemir Pereira de Queiroz Neto	<i>O culto da performance na publicidade: subjetividade feminina em tempos velozes</i>	Maria de Fátima Vieira Severiano
Vanessa Nascimento Silva	<i>O prescrito e o real da atividade dos psicólogos organizacionais: uma análise das dramáticas do uso de si dos psicólogos de empresas de terceirização</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino

## Turma de 2010

NOME	TÍTULO	ORIENTADOR
Ana Caroline Costa Vieira	<i>Lar doce lar? Um estudo sobre afetividade de idosos residentes em instituições de longa permanência em Fortaleza</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Antonio Lucieudo Lourenço da Silva	<i>(Trans)Formação de subjetividades após lesão medular: em direção à hermenêutica do sujeito</i>	Luciana Lobo Miranda
Áurea Júlia de Abreu Costa	<i>“Professora também sente”: significados e sentidos sobre a afetividade na prática docente</i>	Jesus Garcia Pascal
Brennand de Sousa Bandeira	<i>Estudo da afetividade de moradores do Centro de Fortaleza-CE frente ao Plano Habitacional para Reabilitação da Área Central</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Camilla Alves Lima	<i>Uma vida para além do ponto: implicações da jornada de trabalho na organização temporal e vivência cotidiana dos trabalhadores de restaurantes de Fortaleza</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Carmen Silvia Nunes de Miranda	<i>Ética radical e psicoterapia centrada na pessoa: uma investigação acerca da abertura à alteridade radical na relação terapêutica a partir de discursos de psicoterapeutas sobre o inusitado em sua prática clínica</i>	José Célio Freire
Edgla Maria Costa Barros	<i>Estabilidade, serviço público e transformações do mundo laboral: articulações a partir da experiência dos servidores do Poder Judiciário do Ceará</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Elívia Camurça Cidade	<i>Juventude em condições de pobreza: modos de vida e fatalismo</i>	Verônica Moraes Ximenes

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Emylio César Santos da Silva	<i>A psicologia e as políticas públicas de saúde: um estudo sobre a atuação do(a) psicólogo(a) na atenção primária à saúde no município de Fortaleza</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Íris Guilherme Bonfim	<i>Apoio matricial em saúde mental na estratégia de saúde da família em Fortaleza: ouro que não boia</i>	Cezar Wagner de Lima Góis
James Ferreira Moura Júnior	<i>Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua de Fortaleza</i>	Verônica Morais Ximenes
Kelly Moreira de Albuquerque	<i>Investigação epistemológica sobre as dualidades conceituais normal/ patológico e saúde/doença em Freud: uma perspectiva lewiniana</i>	Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas
Liana Rosa Elias	<i>Apropriação do pensamento epistemológico de Ernst Mach por Freud e Skinner: semelhanças e distinções</i>	Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas
Lis Albuquerque Melo	<i>Entre se dizer e ser dito criança: significados e sentidos construídos pelas crianças acerca da ação de participação</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Louisianne Barros de Siqueira	<i>Informalidade e precarização: o trabalho das costureiras de facção de Fortaleza/Ceará</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Mariana Oliveira do Rêgo	<i>As particularidades da transferência na neurose obsessiva</i>	Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas
Olívia Lima Guerreiro de Alencar	<i>Um estudo sobre o comprometimento vocacional na construção das trajetórias de carreira de gestores e docentes do Ensino Superior</i>	Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá
Oswaldo Costa Martins	<i>Os manuscritos de Antônio Conselheiro: culpa e identificação na religião do filho. (Uma resposta à Igreja e ao Estado)</i>	Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas
Patrícia Mendes Lemos	<i>Considerações éticas sobre o Centro de Atenção Psicossocial no contexto cearense: o olhar do supervisor clínico institucional</i>	José Célio Freire

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Paula Julianna Chaves Pinto	<i>O estatuto do caso clínico para a edificação da teoria psicanalítica</i>	Laéria Bezerra Fontenele
Robson José Feitosa de Oliveira	<i>Fetichismo da mercadoria e subjetividade contemporânea: uma análise psicossocial da crise do potencial de transcendência à realidade imediata no quadro das novas gerações de jovens</i>	Maria de Fátima Vieira Severiano
Rosa Angela Cortez de Brito Almeida	<i>A criança como outro: uma leitura ética da ludoterapia centrada na criança</i>	José Célio Freire

### Turma de 2009

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Adriana Pessoa Lima	<i>Risco de câncer utilizado como estratégia de governamentalidade no Programa de Políticas e Ações para Prevenção de Câncer no Brasil</i>	Idilva Maria Pires Germano
Alexandre Kerr Pontes	<i>Juventude e risco: problematizando o sentido construído por jovens sobre esta relação</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Cândida Maria Farias Câmara	<i>Entre arte e sentidos: um estudo sobre os sentidos emergentes no processo de um grupo de arte-identidade</i>	César Wagner de Lima Góis
Clarissa de Fátima Nobre Carvalho	<i>Subjetividade, solidariedade e trabalho: a construção dos sentidos do trabalho no contexto da economia solidária</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Dayane Silva Rodrigues	<i>Sentidos sobre saúde-doença mental: uma interlocução com usuários que participam de um grupo terapêutico do CAPS</i>	César Wagner de Lima Góis
Eleonora Pereira Melo	<i>E vamos à luta: o fazer do(a) psicólogo(a) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Fabiola Maria Ferreira Félix	<i>Afetividade e trabalho: uma leitura dos CAPSs gerais de Fortaleza mediada pelos mapas afetivos</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Farley Janusio Rebouças Valentim	<i>“Havia um CAPS no meio do caminho.” Adoecimento mental, narrativa e produção de sentido</i>	Idilva Maria Pires Germano
Juliana Maria Girão Carvalho Nascimento	<i>Os (des)caminhos das mulheres no teatro de Nelson Rodrigues: uma articulação entre o teatro e a psicanálise</i>	Orlando Soeiro Cruxen
Larissa de Brito Feitosa	<i>Sentidos atribuídos às políticas públicas de inclusão dos catadores pelos atores envolvidos nas discussões dos resíduos sólidos</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Lia Maria Frota Amora Silva	<i>O brincar e a clínica psicanalítica: considerações acerca da noção de objeto em Winnicott e Lacan</i>	Orlando Soeiro Cruxen
Luciana Freitas Fernandes	<i>Histórias de doação de rim: explorando narrativas e repertórios interpretativos de doadores</i>	Idilva Maria Pires Germano
Luísa Escher Furtado	<i>Passos e espaços: violência conjugal e ingestão de bebida alcoólica</i>	Ricardo Pimentel Mélo
Maria Aparecida Alves Sobreira Carvalho	<i>Fortalecimento das pessoas com transtornos mentais: a experiência dos usuários do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim</i>	Verônica Moraes Ximenes
Nayanny Sampaio Moreira	<i>A legitimação dos fatores filogenéticos da feminilidade em Freud: uma investigação epistemológica</i>	Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas
Nistai Almeida do Nascimento	<i>Correlação psicogenética do desenvolvimento da noção de tempo na criança e na física de Galileu</i>	Jesus Garcia Pascual
Paulo Coelho Castelo Branco	<i>A noção de organismo no fieri teórico de Carl Rogers: uma investigação epistemológica</i>	Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas



<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Rebeca Carvalho de Morais	<i>Compulsão por compras: uma análise psicossocial crítica acerca das subjetividades contemporâneas</i>	Maria de Fátima Vieira Severiano
Rômulo Frota da Justa Coelho	<i>Aprender é preciso? Criação e invenção na aprendizagem inventiva e na aprendizagem baseada na solução de problemas</i>	Jesus Garcia Pascual
Shirley Dias Gonçalves	<i>Obesidade em discurso: cenas do grupo terapêutico com pacientes diagnosticados obesos em um hospital público de Fortaleza-CE</i>	Luciana Lobo Miranda
Sicília Maria Moreira de Araújo	<i>Sentidos de arte como prática de cuidado na perspectiva de pessoas com transtorno mental</i>	Verônica Morais Ximenes

### **Turma de 2008**

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Alexandre Quintela Ponte	<i>Afetividade de idosos de vida religiosa consagrada e a moradia na casa de saúde: projetos de vida e processo de estabilização residencial</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Ana Carolina Borges Leão Martins	<i>O conceito de fim da análise em Freud e Lacan</i>	Laéria Bezerra Fontenele
Ana Maria Melo de Pinho	<i>Pintando janelas em muros: a arte como método vivencial de facilitação de grupos populares</i>	Verônica Morais Ximenes
Carlos Roger Sales da Ponte	<i>Sobre os conceitos de indivíduo em Sören Kierkegaard e de pessoa em Carl Rogers: semelhanças e diferenças</i>	Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas
Carolina Aires de Castro	<i>Dando conta da “doença dos nervos”: produção de sentidos em conversas com mulheres</i>	Idilva Maria Pires Germano
Deyseane Maria Araújo Lima	<i>ProJovem Urbano da Escola Papa João XXIII do Bairro Vila União: significados atribuídos pelos jovens na perspectiva da Psicologia Comunitária e da Psicologia Ambiental</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Gustavo Pucci Schaumann	<i>Gestão da qualidade e sua relação com a satisfação e o comprometimento no trabalho de servidores técnico-administrativos</i>	Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá
Helenira Fonseca de Alencar	<i>Participação social e estima de lugar: caminhos traçados por jovens estudantes moradores de bairros da Regional III da Cidade de Fortaleza pelos mapas afetivos</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
João Paulo Pereira Barros	<i>Interações em um grupo de discussão sobre saúde: estudo sobre o seu caráter mediador na constituição subjetiva dos participantes</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Leticia Leite Bessa	<i>Adolescências e “situação de risco”: um estudo narrativista-dialógico sobre trajetórias de vida</i>	Idilva Maria Pires Germano
Luana Rêgo Colares de Paula	<i>As significações sobre o Programa Bolsa Família: um estudo com mulheres acompanhadas por Centros de Referência da Assistência Social de Fortaleza</i>	Verônica Morais Ximenes
Luciano Lima de Oliveira	<i>Sexualidade e sexuação: um estudo psicanalítico com homens penectomizados por câncer de pênis</i>	Laéria Bezerra Fontenele
Marcus Kleredis Monteiro Vieira	<i>A experiência do inconsciente para o psicanalista em formação, segundo Freud</i>	Orlando Soeiro Cruzen
Maria Luciana Silva Fernandes Félix	<i>Considerações metapsicológicas sobre o pânico: a perspectiva de Mário Eduardo Costa Pereira</i>	Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas
Rubens André Carloto de Souza	<i>Um estudo sobre o processo de singularização de crianças através do jogo protagonizado</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Ticiania Santiago de Sá	<i>Formação de formadores: um estudo sobre o processo de constituição subjetiva dos jovens do programa de educação em células cooperativas a partir de sua práxis</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Waieser Matos de Oliveira Bastos	<i>Neurose obsessiva em mulheres</i>	Laéria Bezerra Fontenele

### Turma de 2007

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Alessandra Pereira Dias	<i>Os jogos pedagógicos na aprendizagem da linguagem escrita: o que pensam e fazem professores da educação infantil e do ensino fundamental?</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Anaxianne Windysor Nazareno Vieira	<i>A arte literária e a elaboração da teoria psicanalítica por Sigmund Freud</i>	Laéria Bezerra Fontenele
Andressa Alencar Gondim	<i>Compreendendo o sofrimento decorrente do trabalho nos motoboys de Fortaleza-CE</i>	Izabel Cristina Ferreira Borsoi
Daniela Adonai Lima e Silva	<i>Cultura digital e sua influência na socialização dos jovens, segundo a percepção docente</i>	José Célio Freire
Eveline Mourão de Araújo	<i>Transmissão da Psicanálise e Universidade: a formulação de um saber mediante o dispositivo do ensinante de Lacan</i>	Roseane Freitas Nicolau
Fábio Porto de Oliveira	<i>Utopia, esperança e resistência: um estudo sobre a práxis libertadora na política pública de esporte e lazer de Fortaleza</i>	Jesus Garcia Pascual
Geisa Sombra de Castro	<i>Diálogos e vivências sobre arte(e) identidade com jovens do Bom Jardim</i>	César Wagner de Lima Góis
Glícia Rodrigues Pinheiro	<i>Afetividade e ambiente hospitalar: construção de significados pelo paciente oncológico com dor</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Heráclito Aragão Pinheiro	<i>O fantasma no castelo do materialismo: uma história do inconsciente Freudiano</i>	Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas
Isaac Vilanova e Silva Neto	<i>A teoria das pulsões em Freud e Lacan: pontos de convergência e de divergência</i>	Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Juliana e Silva de Oliveira	<i>Novas fronteiras do trabalho: vivências “à margem” dos trabalhadores do tráfico de drogas</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Léo Barbosa Nepomuceno	<i>Para atuar com a comunidade: estudo sobre a relação entre participação comunitária e estratégia de saúde da família do SUS no bairro Terrenos Novos em Sobral</i>	Cézar Wagner de Lima Góis
Lívia Gomes Viana	<i>Afetividade e ambiente esportivo: sentimentos e emoções de atletas de competição</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Mabel Melo Sousa	<i>Alinhavando sonhos/construindo realidades: os significados do trabalho para mulheres de Horizonte-CE</i>	Izabel Cristina Ferreira Borsoi
Marcela Mello Ranier	<i>Do grupo de fãs: considerações psicanalíticas</i>	Laéria Bezerra Fontenele
Monalisa Pontes Xavier	<i>Tecendo saberes, articulando alianças: um estudo sobre a subjetividade contemporânea a partir das contribuições de Adorno e de Guattari</i>	Luciana Lobo Miranda
Regina Lúcia Moura de Araújo	<i>Afetividade institucional e desempenho de equipe: um estudo de caso em um hospital público e de ensino</i>	Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá
Reno Moura Rocha	<i>Adolescências e juventudes na publicidade televisiva: cartografias de um território existencial</i>	Luciana Lobo Miranda
Rozane de Freitas Alencar	<i>Estilos de liderança e sua relação com comprometimento e clima organizacional – estudo de caso em um hospital público e de ensino</i>	Cézar Wagner de Lima Góis
Sílvia Helena Facó Amoedo	<i>A relação da fantasia com o conceito de objeto a</i>	Orlando Soeiro Cruxen

## Turma de 2006

NOME	TÍTULO	ORIENTADOR
Acássia Marília Honorato Castelo Branco	<i>O impacto da educação corporativa no desempenho de funcionários de uma instituição financeira</i>	Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá
Adna Fabíola Guimarães Teixeira	<i>Psicologia e Sistema Único da Assistência Social – SUAS: estudo sobre a inserção dos psicólogos nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS's.</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
David Britto de Souza	<i>A subjetividade maquina em Guattari</i>	Luciana Lobo Miranda
Emanuel Meireles Vieira	<i>Atividade comunitária e conscientização: uma investigação a partir dos modos de participação social</i>	Verônica Moraes Ximenes
Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo	<i>Diálogo entre modo de vida comunitário dos adolescentes em regime de liberdade assistida e a proposta de inserção comunitária do ECA</i>	Verônica Moraes Ximenes
Filipe de Menezes Jesuino	<i>O delírio paranóico nos sistemas de Freud e Jung: contribuições mútuas e contrastes</i>	Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas
Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro	<i>A arte e a brincadeira e suas interfaces com a dramatização em Psicologia Comunitária: um estudo de processos de mediação simbólica</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Inês Maria de Oliveira Reis	<i>Os sentidos do adoecer: o refazer das pulsões em Freud</i>	Ana Maria Vieira Lage
Iratã Bezerra de Sabóia	<i>Cronos e Kairós: reflexões sobre a temporalidade laboral e solvência social</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Ítalo Emanuel Pinheiro de Lima	<i>Eu tenho trabalho, eu sou cidadão! Considerações acerca da compreensão de cidadania por auxiliares de enfermagem que trabalham na cidade de Fortaleza</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Janara Pinheiro Lopes	<i>As cirurgias estéticas na sociedade de consumo: análise psicossocial das metamorfoses do corpo</i>	Maria de Fátima Vieira Severiano

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Janille Maria Lima Ribeiro	<i>Laços afetivos que (des)ligam famílias, adolescentes e abrigo</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Juliane Oliveira Matos	<i>Os sentidos do trabalho: a experiência de trabalhadoras de facções de costura da indústria de confecções no Ceará</i>	Izabel Cristina Ferreira Borsoi
Kelen Gomes Ribeiro	<i>Biodança e saúde percebida: um olhar biocêntrico sobre a saúde</i>	Cezar Wagner de Lima Góis
Kilvia Queiroz Barbosa	<i>Câncer infantil: lugares simbólicos e imaginários no laço pais/filhos</i>	Ana Maria Vieira Lage
Maíza Ferreira Rodrigues	<i>Do corpo falado ao corpo falante: interseções entre a cultura e a clínica psicanalítica</i>	Maria de Fátima Vieira Severiano
Maria do Socorro Queiroz	<i>O sofrimento psíquico do policial civil: uma leitura psicanalítica</i>	Orlando Soeiro Cruxen
Odimar Araújo Feitosa Filho	<i>Vigorexia: uma leitura psicanalítica</i>	Orlando Soeiro Cruxen
Rafael Britto de Souza	<i>Identidade e epistemologia narrativa</i>	Idilva Maria Pires Germano
Raquel Libório Feitosa	<i>Estilos de liderança e sua relação com comprometimento e clima organizacional – estudo de caso em um hospital público e de ensino</i>	Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá
Raquel Nascimento Coelho	<i>Processo de inserção laboral: uma visão psicossocial a partir da vivência de jovens da periferia da cidade de Fortaleza</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Reginaldo Rodrigues Dias	<i>O manejo da transferência nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): considerações psicanalíticas</i>	Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas
Ricardo Ângelo de Andrade Souza	<i>Afetividade de adolescentes praticantes de atividades esportivas com relação ao seu bairro</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim

## Turma de 2005

NOME	TÍTULO	ORIENTADOR
Acácia Lins de Aguiar	<i>O sintoma somático na perspectiva de Paul-Laurent Assoun: considerações metapsicológicas</i>	Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas
Cláudio Romero Pereira de Araújo	<i>Teoria vygotkiana e educação: o que falam desta relação os docentes das universidades da cidade de Fortaleza?</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Daniel Mattos de Araújo Lima	<i>Imagens contemporâneas de espaço e tempo em Caio Fernando Abreu</i>	Idilva Maria Pires Germano
Daniela Dias Furlani	<i>Juventude e afetividade: tecendo projeto de vida</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Gláucia Rebeca Teixeira de Oliveira Pontes	<i>Estratégias de enfrentamento ante a precarização laboral: análise da experiência dos trabalhadores autônomos do setor de turismo da cidade de Fortaleza</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Hamilton Viana Chaves	<i>Estratégias de mediação e construção compartilhada de conhecimento entre surdos</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Magaly Ferreira Mendes	<i>Os nomes-do-pai no Grande Sertão: veredas para a feminilidade?</i>	Laéria Bezerra Fontenele
Márcio Silva Gondim	<i>Felicidade no ciberespaço: um estudo com jovens usuários de comunidades virtuais</i>	Maria de Fátima Vieira Severiano
Marselle Fernandes Fontenelle	<i>A consciência dos trabalhadores e a implantação de um modelo produtivo baseado no toyotismo</i>	Verônica Moraes Ximenes
Milena Bezerra de Sousa Falcão	<i>Do desemprego à precarização: a experiência dos catadores da Associação Reciclando do bairro Tancredo Neves, Fortaleza/CE, ante as transformações do mundo do trabalho</i>	Cássio Adriano Braz de Aquino
Ronald de Paula Araújo	<i>A ética da Psicanálise como ética do desejo de analista</i>	Laéria Bezerra Fontenele

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Sylvana Gomes Holanda	<i>Trabalho: vilão ou salvação? Sofrimento psíquico e alcoolismo entre servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Ceará</i>	Izabel Cristina Ferreira Borsoi

### Turma de 2004

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Adna Oiridéia Rabelo dos Santos	<i>O trabalho do atendente de call center – adoecimento por LER/DORT e descartabilidade</i>	Izabel Cristina Ferreira Borsoi
Aline Ribeiro de Carvalho	<i>Estratégias de enfrentamento do estresse do trabalho em médicos das unidades de terapia intensiva de hospitais gerais da rede pública de Fortaleza</i>	Cezar Wagner de Lima Góis
Antônio Secundo dos Santos	<i>Perversão: um estudo psicanalítico</i>	Laéria Bezerra Fontenele
Camilla Araújo Lopes Vieira	<i>Comer nada: algumas considerações psicanalíticas sobre anorexia</i>	Laéria Bezerra Fontenele
Daniel Franco de Carvalho	<i>O discurso da auto-ajuda: um estudo psicanalítico</i>	Laéria Bezerra Fontenele
Delane Pessoa Matias	<i>Abuso sexual e sociometria: um estudo dos vínculos afetivos em famílias incestuosas</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Evelyn Benevides Carvalho	<i>O papel do pai na fobia e na neurose obsessiva: o “Pequeno Hans” e o “Homem dos Ratos” em Freud e em Lacan</i>	Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas
Fátima Maria Araújo Bertini	<i>Centro de Fortaleza, lugar de transformações: o idoso e os afetos implicados</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Karla Patrícia Martins Ferreira	<i>Ficar ou partir? Afetividade e migração de jovens do sertão semi-árido cearense</i>	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
Liliane Brandão Carvalho	<i>Práticas do psicólogo em instituições públicas de saúde: o cuidado para com o outro</i>	José Célio Freire



<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Lúcio Flávio Gomes de Lima	<i>Subjetividade e novas tecnologias: um estudo da mediação tecnológica, de telefones celulares, nas interações de jovens</i>	Maria de Fátima Vieira Severiano
Márcia Duarte Medeiros	<i>Jogos de simulação de vida e subjetividade: a experiência de poder/controle entre jovens jogadores de "The Sims"</i>	Maria de Fátima Vieira Severiano
Márcia Kelma de Alencar Abreu	<i>A alfabetização de adultos e o movimento da identidade pessoal: a leitura do mundo e a leitura de si na transformação da identidade</i>	Cezar Wagner de Lima Góis
Sylvia Helena Araújo da Ponte Acário	<i>Reabilitação e fatores psicossociais na percepção do bancário com redução da capacidade laboral por LER/DORT</i>	Izabel Cristina Ferreira Borsoi

### Turma de 2003

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Adriana Maria Gurgel Gomes	<i>Liderança e sofrimento psíquico nas organizações: um estudo sobre o sofrimento psíquico no trabalho de lideranças empresariais</i>	Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá
Alice Chaves de Carvalho Gomes	<i>Aproximações psicanalíticas em torno da psicossomática: uma oferta (aposta) de saber</i>	Orlando Soeiro Cruxen
Delane Felinto Pitombeira	<i>Adolescentes em processos de exclusão social: uma reflexão sobre a construção de seus projetos de vida</i>	Ângela de Alencar Araripe Pinheiro
Fabiano Chagas Rabêlo	<i>Intoxicação crônica e vínculo social: uma leitura psicanalítica dos tratamentos de dependentes químicos</i>	Orlando Soeiro Cruxen
Katia Cristine Cavalcante Monteiro	<i>A depressão no contexto da adolescência</i>	Ana Maria Vieira Lage
Luis Achilles Rodrigues Furtado	<i>Pela via do sintoma: da atividade laboral ao trabalho psíquico</i>	Laéria Bezerra Fontenele

<b>NOME</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Maira Gondim de Oliveira Lima Alcântara	<i>A força da “locomotiva” no esforço do labor: os sentidos do trabalho para gerentes de supermercados de Fortaleza</i>	Izabel Cristina Ferreira Borsoi
Maria da Conceição de Andrade Lima	<i>Responsabilidade social empresarial: limites e possibilidades para o desenvolvimento comunitário</i>	Verônica Morais Ximenes
Maria Ifigênia Costa Sidrim	<i>As representações sociais da reabilitação psicossocial: uma incursão sobre os sentidos da desinstitucionalização na perspectiva dos profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial do Ceará</i>	Ângela de Alencar Araripe Pinheiro
Nara Maria Forte Diogo	<i>Sísifo e Pandora: identidade pessoal e a primeira inserção profissional de dois jovens no município de Maracanaú-CE</i>	Cezar Wagner de Lima Góis
Niédja de Oliveira Pereira	<i>Um estudo do conceito de personalidade em Freud e a versão dele apresentada nos manuais de teoria da personalidade</i>	Laéria Bezerra Fontenele
Patrícia Rocha Lustosa	<i>O gozo do alcoolista</i>	Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas
Rosemary do Nascimento Silveira	<i>Concepções de conhecimento de professores alfabetizadores em escolas das redes pública e privada de ensino</i>	Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Tatiana Tostes Vieira da Costa	<i>Uma leitura psicanalítica acerca da dependência de substâncias psicoativas: relatos de experiência clínica</i>	Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas
Thaís Oliveira Brandão	<i>Narrativas de vida: experiência, memória e sofrimento nos discursos de mulheres</i>	Idilva Maria Pires Germano



## PARECERISTAS EXTERNOS

Ana Karla Silva Soares  
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Antônio Alves Filho  
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Ariane Ewald  
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Ariane Kunhen  
(Universidade Federal de Santa Catarina)

Camilla Araújo Lopes Vieira  
(Universidade Federal do Ceará - Campus de Sobral)

Cândida Maria Bezerra Dantas  
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Clara Virginia de Queiroz Pinheiro  
(Universidade de Fortaleza)

Clarice Catelan Ferreira  
(Universidade Paraense)

Claudio Vaz Torres  
(Universidade de Brasília)

Cristiano dos Santos Rodrigues  
(Universidade Federal de Minas Gerais)

Deborah Christina Antunes  
(Universidade Federal do Ceará – Campus de Sobral)

Denise Maurano Mello  
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Emerson Fernando Rasera  
(Universidade Federal de Uberlândia)

Érica Atem Gonçalves Araújo Costa  
(Universidade Federal do Ceará – Campus de Sobral)

Estefânia Elida da Silva Gusmão  
(Universidade Federal do Ceará)

Jaileila de Araújo Menezes  
(Universidade Federal de Pernambuco)

João Paulo Sales Macedo  
(Universidade Federal do Piauí)

Jorge Coelho Soares  
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Juracy Armando Mariano de Almeida  
(Universidade de Mogi das Cruzes)

Marcelo Santana Ferreira  
(Universidade Federal Fluminense)

Maximiliano Lionel Durán  
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Nelson Ernesto Coelho Junior  
(Universidade de São Paulo)

Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel  
(Universidade de Fortaleza)

Renato Ferreira de Souza  
(Universidade Federal de Lavras)

Selene Regina Mazza  
(Centro Universitário FIC/Ceará)



## SOBRE OS/AS AUTORES/AS

---

### ALUÍSIO FERREIRA DE LIMA

Doutor em Psicologia (Psicologia Social) pela PUC-SP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do Parallaxe: Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica. Membro do Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (Lapsus). Coordena pesquisas e tem trabalhos publicados nos campos da Psicologia Social, História da Psicologia, Filosofia e Saúde Mental. Bolsista de Produtividade do CNPq.

*E-mail:* aluisiolima@hotmail.com

### ALYSSON ALBERT MAIA

Graduando em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista PIBIC (2015-2016).

*E-mail:* a.albertpsi@gmail.com

### ANTONIO CAUBI RIBEIRO TUPINAMBÁ

Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Psicologia das Organizações e do Trabalho pela Justus-Liebig Universität Gießen



- Alemanha. Pós-doutor em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Universidad Complutense de Madrid e pela Leuphana Universität Lüneburg - Alemanha. Editor-chefe da Revista de Psicologia da UFC. Coordenador da Rede Internacional de Estudos e Pesquisas sobre Liderança e Empreendedorismo - Rinepe/UFC.

*E-mail:* tupinambá@ufc.br

#### BÁRBARA BARBOSA NEPOMUCENO

Psicóloga pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutoranda e mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Master em Intervención Psicosocial pela Universidade de Barcelona. Integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária (Nucom). Bolsista Capes/Demanda Social. Docente do curso de graduação em Psicologia na Faculdade Ari de Sá. Possui experiência de atuação e pesquisa nas áreas: Psicologia Social, Psicologia Comunitária, pobreza, saúde mental e gênero.

*E-mail:* bbnepomuceno@yahoo.com.br

#### CÁSSIO ADRIANO BRAZ DE AQUINO

Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Psicologia Social pela Universidad Complutense de Madrid. Coordenador do Núcleo de Psicologia do Trabalho.

*E-mail:* brazdeaquino@gmail.com

#### DÉBORA CAVALCANTE FIGUEIREDO

Mestranda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC), na linha de pesquisa de Cultura e subjetividade contemporânea. Graduada em Filosofia pela UFC.

*E-mail:* debora\_figueiredo@hotmail.com

#### DÍMITRE SAMPAIO MOITA

Psicólogo e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC e membro do Núcleo de Psicologia do Trabalho – Nutra/UFC.

*E-mail:* dimitremoita@gmail.com

#### ELÍVIA CAMURÇA CIDADE

Psicóloga pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutoranda e mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Especialista em Gestão em Saúde Pública (Uece/PNAP). Integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária (Nucom). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). Docente do curso de graduação em Psicologia na Faculdade Luciano Feijão. Possui experiência de atuação, docência e pesquisa nas áreas de: Psicologia Social, Psicologia Comunitária, políticas públicas, pobreza e juventude.

*E-mail:* eliviacidade@yahoo.com.br

#### FRANCISCO GIL RODRÍGUEZ

Professor Titular e Diretor do Departamento de Psicologia Social da Universidad Complutense de Madrid (UCM).

*E-mail:* fgil@psi.ucm.es

#### GABRIELA MEDEIROS RODRIGUES AGUIAR

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista PIBIC (2014-2015).

*E-mail:* gabrielamra1@gmail.com

GARDÊNIA HOLANDA MARQUES

Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista Capes (2013-5).

*E-mail:* gardeniamarques@ymail.com

HILDA PINHEIRO DA COSTA

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra em Psicologia do Trabalho, das Organizações e dos Recursos Humanos pela Universidade de Valência (Espanha). Graduada em Psicologia pela UFC.

*E-mail:* hildacosta@hotmail.com

IDILVA MARIA PIRES GERMANO

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Associada 4 do Departamento de Psicologia da UFC e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Membro do Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade/UFC. Membro do GT Juventude, resiliência e vulnerabilidade da Anpepp.

*E-mail:* idilvapg@gmail.com

ISADORA DIAS GOMES

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE - 2007) e mestrado pelo programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC - 2014). Doutoranda em Psicologia na UFC, participante do grupo de pesquisa Linguagem, Práticas Culturais e Cidadania e do GT Juventude, Resiliência e Vulnerabilidade, da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - Anpepp. É membro-fundador de Instituto Carl Rogers, com

experiência na área de Psicologia clínica e educacional a partir do enfoque teórico-prático da Abordagem Centrada na Pessoa.

*E-mail:* isadoradg@gmail.com

#### JANAÍNA MIRANDA CRUZ

Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Especialista em Psicologia Social e Comunitária pela Faculdade de Tecnologia Intensiva (Fateci). Mestra em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária (Nucom/UFC). Atua na política pública de Assistência Social e desenvolve pesquisas nas áreas de Psicologia Social e Comunitária com enfoque nos temas da pobreza e da afetividade.

*E-mail:* janaina.mcruz@yahoo.com.br

#### JANAÍNA FARIAS DE MELO

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2012). Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC – 2016). Atualmente, é monitora do curso de língua japonesa do Núcleo de Línguas da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e membro-colaborador do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre a Criança – Nucepec.

*E-mail:* janjanmelo86@gmail.com

#### JOÃO PAULO PEREIRA BARROS

Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Educação, mestre em Psicologia e graduado em Psicologia pela mesma universidade. Especialista em Saúde Mental pela Universidade Estadual do Ceará (Uece).

*E-mail:* jppbarros@yahoo.com.br

## JOSÉ CÉLIO FREIRE

Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Estágio sênior pós-doutoral na Universidad Complutense de Madrid (UCM). Professor Titular do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

*E-mail:* jceliofreire@gmail.com

## KARLA PATRÍCIA HOLANDA MARTINS

Professora Adjunta da Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Graduação e Pós-Graduação, Membro do Laboratório de Psicanálise-UFC. Psicanalista. Mestra em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), doutora em Teoria Psicanalítica pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-doutoranda do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP – 2016-2017). Membro do GT da Anpepp Psicanálise e Clínica Ampliada. Organizadora do livro *Profetas da chuva* (Editora Tempo de Imagem, 2006) e autora do livro *Sertão e Melancolia: espaços e fronteiras* (Appris, 2014), entre outras produções científicas.

*E-mail:* kphm@uol.com.br

## LAÉRIA FONTENELE

Professora Associada IV do Curso de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde coordena o Laboratório de Psicanálise. Doutora em Sociologia pela UFC. Psicanalista. Diretora do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise – Seção Fortaleza. Membro da Academia de Letras e Artes do Nordeste – Seção Fortaleza. Autora de *A interpretação* (Zahar editora), de *A máscara e o véu: o discurso feminino e a poe-*

*sia de Adélia Prado* (Relume Dumará), entre outras produções veiculadas em livros e periódicos científicos.

*E-mail:* laeria@terra.com.br

#### LUCIANA LOBO MIRANDA

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Programa de Extensão TVEZ: Educação para o Uso Crítico da Mídia. Membro do Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (Lapsus). Coordena pesquisas e tem trabalhos publicados na interface Subjetividade-Mídia-Educação. Pesquisadora CNPq.

*E-mail:* lobo.lu@uol.com.br

#### LUCIANA RIBEIRO CONZ

Mestranda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Saúde Coletiva pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Psicóloga pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (FCL-Unesp/ Assis).

*E-mail:* lu\_ribeiro\_conz@hotmail.com

#### MARIA DE FÁTIMA VIEIRA SEVERIANO

Professora Titular no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Psicologia e mestra em Educação pela UFC. Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em Psicologia Social pela Universidad Complutense de Madrid. Autora do livro *Narcisismo e Publicidade: uma análise psicossocial dos ideais do consumo na contemporaneidade*

(2001, 2007, Annablume), versão em espanhol (2005, Siglo XXI), entre outras produções científicas e organizações de livros.

*E-mail:* fatimaseveriano@gmail.com

#### MARIA ZELFA DE SOUZA FEITOSA

Doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Psicologia e mestra em Psicologia pela UFC (2014). Membro do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus).

*E-mail:* maria.zelfa@hotmail.com

#### MARÍLIA STUDART BARBOSA

Psicóloga pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC. Integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária (Nucom/UFC). Possui experiência de atuação e pesquisa nas áreas: Psicologia Social, Psicologia Comunitária, Políticas Públicas de Assistência Social e Educação, Aprendizagem Cooperativa e Valores Humanos. Trabalha com a facilitação de grupos nas perspectivas psicossociais e psicoterapêuticas.

*E-mail:* mariliastudart@hotmail.com

#### NATÁLIA DIÓGENES DE BRITO

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Psicologia pela UFC.

*E-mail:* natalia.diogenes@gmail.com

### NAZKA FERNANDEZ FARIAS

Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de iniciação científica (PIBIC 2013-2015) e de extensão do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus).

*E-mail:* nazka\_2004@hotmail.com

### OSWALDO COSTA MARTINS

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista Capes. Fontes de financiamento: Pesquisa realizada com o fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

*E-mail:* oswaldocostamartins@yahoo.com.br

### PABLO SEVERIANO BENEVIDES

Pós-doutor em Filosofia da Educação pela Universitat de Barcelona e Professor Convidado do Departamento de Teoria e História da Educação pela mesma instituição. Doutor em Educação, mestre em Filosofia e graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto I do curso de Psicologia da UFC/Sobral – Setor de estudos: Psicologia Social. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFC/Fortaleza) – Linha de pesquisa: Sujeito e cultura nas sociedades contemporâneas.

*E-mail:* pabloseverianobenevides@hotmail.com

### PAULO HENRIQUE ALBUQUERQUE DO NASCIMENTO

Mestrando em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC/Fortaleza). Bolsista do Programa de Demanda Social da Capes (Capes/DS). Graduado em Psicologia pela UFC –



Sobral. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/UFC) do Curso de Psicologia – UFC/Sobral – período: 2011-2014.

*E-mail:* paulo\_henri2@hotmail.com

RAFAEL CORREIA SALES

Graduando em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista voluntário de iniciação científica (2013-2015).

*E-mail:* rafacorreiasales@gmail.com

RAFAELLA MEDEIROS DE MATTOS BRITO

Graduada, mestra e doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui formação em Abordagem Centrada na Pessoa, Psicoterapia Humanista Fenomenológica, Arte-terapia e formação em *Focusing* em andamento.

*E-mail:* rafaellammb@gmail.com

RAIMUNDO EDMILSON PEREIRA SILVA JÚNIOR

Psicanalista, graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Formando no Centro de Referência à Infância (Incere), bolsista voluntário (2013-2014) e de iniciação científica da Funcap (2014).

*E-mail:* edmilsonjunior0@gmail.com

RAQUEL NASCIMENTO COELHO

Psicóloga e mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC – 2008). Doutora em Psicologia Social pela Universidad Complutense de Madrid (2013). Atualmente, é Professora Adjunta, Subchefe do Departamento de Psicologia da UFC e Vice-coordenadora do Núcleo de Psicologia do Trabalho – Nutra/UFC. Coordena o projeto de extensão Saúde do Trabalhador em Debate e tem atuado principalmente nos

temas: psicologia social do trabalho e das organizações, inserção laboral, prolongamento da juventude.

*E-mail:* raquel\_coelho@hotmail.com

THASSIO QUEIROZ DE ARAÚJO

Mestrando em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC), na linha de pesquisa Cultura e subjetividade contemporânea. Graduado em Psicologia pela UFC.

*E-mail:* thassio@gmail.com

TÚLIO KÉRCIO ARRUDA PRESTES

Mestrando em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista do Programa de Demanda Social da Capes (Capes/DS). Graduado em Psicologia pela UFC – Sobral. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET/UFC) do Curso de Psicologia (UFC/Sobral) – período: 2012-2014.

*E-mail:* kercio\_prestes@yahoo.com.br

VALDEMIR PEREIRA DE QUEIROZ NETO

Professor Assistente de Psicologia, Semiótica, Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Ceará – Campus Quixadá. Doutorando em Psicologia (UFC), graduado em Psicologia (UFC) e mestre em Psicologia na linha de pesquisa de Cultura e subjetividade contemporânea pela UFC.

*E-mail:* valdemirpsiqueiroz@gmail.com

VERIANA DE FÁTIMA RODRIGUES COLAÇO

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pós-doutora em Psicologia pela Universidade de Barcelona. Professora Associada 4 do Departamento de Psicologia da UFC e dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Educação Brasileira. Membro

do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança – Nupepec/UFC e do Grupo de Pesquisa Ludicidade, Identidade e Discurso nas Práticas Educativas – Ludice/UFC. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Linguagem, Práticas Culturais e Cidadania. Temas de estudo: juventudes, relações étnico-raciais e medidas socioeducativas.

*E-mail:* verianac@gmail.com

#### VERÔNICA MORAIS XIMENES

Doutora em Psicologia pela Universidade de Barcelona (UB) e pós-doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada da Graduação e Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Núcleo de Psicologia Comunitária – Nucom/UFC. Bolsista do CNPq PQ-2. Atua e desenvolve pesquisas relacionadas às temáticas: Psicologia Comunitária, implicações psicossociais da pobreza, políticas públicas, desenvolvimento comunitário, saúde comunitária e outras.

*E-mail:* vemorais@yahoo.com.br

#### WALBERTO SILVA DOS SANTOS

Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com estágio sanduíche na Universidade de Santiago de Compostela – Espanha. Professor Adjunto IV no Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), atuando em pesquisas na área da Psicologia do Comportamento Criminal e construtos correlatos.

*E-mail:* walbertosantos@ufc.br

#### ZULMIRA ÁUREA CRUZ BOMFIM

Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Coordenadora do

Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental – Locus.  
Graduada em Psicologia pela UFC. Mestra em Psicologia Social e da Personalidade pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Intervenção Sócio-Ambiental pela Universidade de Barcelona (UB) e pós-doutora pela Universidade da Coruña (UDC).

*E-mail:* zulaurea@gmail.com



Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará – UFC  
Av. da Universidade, 2932 – fundos – Benfica  
Fone: (85) 3366.7485 / 7486  
CEP: 60020-181 – Fortaleza – Ceará  
[imprensa.ufc@pradm.ufc.br](mailto:imprensa.ufc@pradm.ufc.br)